

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde

CLAITON MARCIO DA SILVA

**AGRICULTURA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A ATUAÇÃO DA
*AMERICAN INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR ECONOMIC AND SOCIAL
DEVELOPMENT* (AIA) E OS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO NO
BRASIL (1946-1961)**

Rio de Janeiro
2009

CLAITON MARCIO DA SILVA

**AGRICULTURA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A ATUAÇÃO DA
*AMERICAN INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR ECONOMIC AND SOCIAL
DEVELOPMENT (AIA) E OS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO NO
BRASIL (1946-1961)***

Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Robert Wegner

Rio de Janeiro
2009

S586 Silva, Claiton Marcio da
Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961) / Claiton Marcio da Silva - Rio de Janeiro: s.n. 2009.
225 f.

Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, 2009.
Bibliografia: p. 198-225.

1. Agricultura. 2. Ciência. 3. História. 4. Brasil.

CDD: 630

CLAITON MARCIO DA SILVA

**AGRICULTURA E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: A ATUAÇÃO DA
*AMERICAN INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR ECONOMIC AND SOCIAL
DEVELOPMENT* (AIA) E OS PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO NO
BRASIL (1946-1961)**

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, como requisito parcial para obtenção do Grau de Doutor. Área de Concentração: História das Ciências.

Aprovado em 10 de julho de 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Robert Wegner (Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz) – Orientador

Prof. Dr. Fábio Faria Mendes (Universidade Federal de Viçosa)

Prof. Dr. Stuart McCook (University of Guelph, Canadá)

Prof. Dr. Gilberto Hochman (Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz)

Profa. Dra. Nísia Trindade Lima (Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz)

Suplentes:

Prof. Dr. André Vieira Campos (Universidade Federal Fluminense, UFF)

Prof. Dr. Marcos Chor Maio (Casa de Oswaldo Cruz, COC/Fiocruz)

Rio de Janeiro

2009

A toda minha família, e em especial à minha mãe.

A Andressa Albuquerque,
Meu amor, meu fado, sempre ao meu lado

*“Quando o amor acontece,
Não pede licença ao mundo”*

Agradecimentos

A tarefa aparentemente mais fácil de uma tese torna-se, ao finalizá-la, uma das mais difíceis. Lembrar de todas as pessoas e instituições que possibilitaram a realização deste trabalho, por vezes, pode trazer armadilhas à memória.

Primeiramente, agradeço a CAPES, pela concessão de uma bolsa-sanduíche para realização de estágio de doutorado junto ao Departamento de História da University of Guelph, no Canadá. Também, gostaria de agradecer de forma geral ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz) por ter possibilitado um ambiente adequado para o desenvolvimento das discussões deste projeto. Aos professores do programa em geral, e especialmente àqueles que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho mais de perto: Nísia Trindade Lima, Maria Raquel Fróes da Fonseca, Luis Antônio Teixeira, Dominichi Miranda de Sá e Gilberto Hochman. Também, aos colegas de turma do doutorado.

Muitas foram as bibliotecas e centros de documentação em que realizei minha pesquisa. Em especial, agradeço ao Mr. Earwin Levold e demais colegas, que me acompanharam durante o processo de pesquisa na documentação da AIA junto ao Rockefeller Archive Center, em Tarrytown, Estados Unidos. Também, a biblioteca da University of Guelph me possibilitou acesso à importante bibliografia para a realização deste trabalho. Em Guelph, também devo agradecer a recepção especial que tive por parte do Departamento de História: Prof. Crowley; Mr. Doug McCalla e todos os colegas da Rural Roundtable; os colegas do futebol; mas principalmente ao professor Stuart McCook, tanto pelas orientações quanto pela amizade. Saludos!

No Brasil, agradeço a forma cordial com que fui atendido durante as visitas ao Centro de Memória José Alfredo Amaral de Paula, da EMATER de Belo Horizonte, tanto pelo Sr. Franklin, seu mais dedicado funcionário, quanto pelo engenheiro agrônomo e testemunha do processo aqui narrado, Sr. José Paulo Ribeiro. Visitei também outras bibliotecas, como a da antiga ABCAR em Niterói e da ACARESC em Florianópolis, onde o engenheiro agrônomo Glauco Olinger me recebeu. A ele e aos funcionários da EPAGRI, agradeço a atenção.

Uma tese não é feita apenas de bibliotecas e arquivos. Neste sentido, gostaria de agradecer a todos os meus amigos, mesmo àqueles que não estabeleci comunicação com a frequência devida durante este processo. O apoio de minha família também foi

fundamental neste período, me fornecendo a tranquilidade necessária para a realização do meu trabalho. Tranquilidade e apoio que também encontrei com minha namorada Andressa Albuquerque e sua família, a quem agradeço eternamente.

E, por fim, agradeço ao meu orientador, prof. Robert Wegner, pelas sugestões e incentivo durante os mais de quatro anos de realização deste trabalho: orientador, colega e amigo.

HISTORY. An account mostly false, of events mostly unimportant,
which are brought about by rulers mostly knaves, and soldiers mostly fools.

HISTORIAN. A broad-gauge gossip.

(Ambrose Bierce)

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo 01. A <i>American International Association for Economic and Social Development</i> (AIA) e a ideologia da modernização	22
1.1. Modernização, desenvolvimento e agricultura	23
1.2. A AIA e o projeto expansionista norte-americano	34
1.3. Ciência e agricultura nos Estados Unidos	41
Capítulo 02: Política, economia, filantropia e a formação da AIA	55
2.1. Cooperação técnica: os primeiros projetos durante a Guerra (1940-1946)	56
2.2. “Ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”: a <i>Bolivar Foundation</i> e as origens da AIA	67
2.3. A AIA e a questão da filantropia	77
Capítulo 03: A atuação da AIA no Brasil (1946-1950)	87
3.1 O início dos programas no Brasil (1946-1950)	90
3.2 Projetos para o Brasil: negociações com “amigos” e “reacionários”	94
Capítulo 4: As experiências regionais da AIA no Brasil	110
4.1. “Problemas agrícolas” e práticas extensionistas no interior do Estado de São Paulo (1949-1956)	111
4.2. Minas Gerais e os caminhos da modernização agrícola brasileira: a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)	136
4.3. A atuação da ACAR em Minas Gerais: uma experiência de síntese entre o crédito supervisionado e extensionismo rural	148
CAPÍTULO 05: A AIA e o processo de negociação para os programas de modernização da agricultura no Brasil (1952-1961)	161
5.1 A complexificação do programa: Questões políticas em Minas	166

5.2 A nacionalização do programa	179
Considerações finais	195
Bibliografia	198
Fontes	215

Lista de abreviaturas

AAA *Agricultural Adjustment Act*

ABCAR Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR Associação de Crédito e Assistência Rural

ACARESC Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina

ACARPA Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná

AIA *American International Association for Economic and Social Development*

ANCAR Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANCARBA Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ANCAR – RN Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do Norte

ANCARCE Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Ceará

ANCARPA Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Paraíba

ANCARPE Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco

ANCARSE Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Sergipe

APCAR Associação Paulista de Assistência e Crédito Rural

ASCAR Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

BAP *Banco Agrícola y Pecuário*

BNB Banco do Nordeste do Brasil

CBR *Consejo de Bienestar Rural*

CIAA *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*

CNER Campanha Nacional de Educação Rural

EMA Empresa de Mecanização Agrícola

ESALQ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz

ESAV Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa

ETA Escritório Técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos

FAO Organização da Agricultura e Alimentação das Nações Unidas ou *Food and Agriculture Organization*

FFA *Federal Food Administration*

FIEMG Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FmHA *Farmers Home Administration*

FSA *Farm Security Administration*

FSD *Food Supply Division*

IAC Instituto Agrônomo de Campinas

IAIAS *Inter-American Institute of Agricultural Sciences*

IBEC *International Basic Economy Corporation*

IER Instituto de Economia Rural

IIAA *Institute of Inter-American Affairs*

IRI *IBEC Research Inc.*

ITIC *Instituto Técnico de Inmigración y Colonización*

NAR Nelson Aldrich Rockefeller

NCRSP *National Committee on Rural Social Planning*

OIG Organizações Intergovernamentais Internacionais

ONGI Organizações Não-Governamentais Internacionais

PSD Partido Social Democrático

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

RA *Resettlement Administration*

RBF *Rockefeller Brothers Fund*

SAPS Serviço de Alimentação da Previdência Social

SESP Serviço Especial de Saúde Pública

SPA Sociedade Paulista de Agricultura

SRB Sociedade Rural Brasileira

SVA Setor de Visitação Alimentar

TCA *Technical Cooperation Administration*

TPP *Tenant Purchase Program*

UDN União Democrática Nacional

USAID *United States Agency for International Development*

USDA *United States Department of Agriculture*

VBEC *Venezuelan Basic Economy Corporation*

VFV *Victory Farm Volunteers*

WLA *Woman's Land Army*

RESUMO

O tema central deste trabalho é analisar a atuação da American International Association for Economic and Social Development (AIA), agência filantrópica fundada por Nelson Rockefeller, durante o período compreendido entre 1946 e 1961 no Brasil. Procurando promover projetos que levassem à obtenção melhores padrões de vida à população latino-americana, principalmente àquelas do meio rural, a AIA atuou num contexto de consolidação da influência norte-americana e manutenção de interesses políticos e econômicos na América Latina e no Brasil, difundindo e adaptando programas de assistência técnica originados nos Estados Unidos às realidades locais. Contudo, este trabalho procura demonstrar que o processo de negociação envolvendo a realização das atividades da AIA foi cercada por resistências e dificuldades de adaptação, levando a constantes reorientações dos trabalhos.

ABSTRACT

It aims to analyze the work of American International Association for Economic and Social Development (AIA), a philanthropic agency founded by Nelson Rockefeller, between 1946 and 1961 in Brazil. Aiming to promote better standards of living to the Latin American rural population, AIA's emerged in a historical context of increasing US economic and politic influence over Latin America and Brazil, diffusing and adapting US technical assistance programs to local contexts. However, this research developed the idea of an intense process of political negotiation, including resistance from Brazilian political staff. Also, there was many difficulties in adapting these programs to the local context, leading to constant reorganization of the AIA's work in Brazil.

INTRODUÇÃO

A *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), cuja iniciativa é geralmente atribuída a Nelson Aldrich Rockefeller (1908-1979), foi uma agência filantrópica que desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas prosaneamento e alfabetização. Fundada em julho de 1946 e extinta em 1968, teve atuação no Brasil e na Venezuela. Além disso, com algumas iniciativas mais isoladas, atuou na China e Índia e em outros países da América Latina na década de 1960. No Brasil, a atuação da AIA em programas de assistência técnica em agricultura ocorreu entre 1946 e 1961, sendo que entre 1961 e 1968 esta agência passou a enfatizar o desenvolvimento de atividades relacionadas à pesquisa no cerrado e a criação de uma agência de desenvolvimento e colonização, acompanhando o contexto da expansão territorial para o Brasil central e a construção de Brasília.

Este trabalho aborda as experiências da AIA no Brasil, procurando analisar o processo de conformação dos projetos desta agência no país. O período trabalhado é entre 1946 e 1961, momento de consolidação dos principais projetos em agricultura. Discute-se, por um lado, o processo de constituição da AIA e as negociações entre esta agência e as instâncias de representação brasileira para implantação destes projetos, e, por outro lado, como estas instituições procuraram operacionalizar suas ações frente aos agricultores e outros grupos sociais neste período, tratando de forma imbricada modernização tecnológica e mudança cultural. Podemos então analisar sobre quais princípios esta agência foi concebida e, ao mesmo tempo, acompanhar como estes princípios foram se adaptando e se conformando às situações locais ao longo da atuação no Brasil. Desta forma, o período entre 1946 e 1961 – entre a criação da AIA e sua retirada da direção da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), resultado de um acordo com o governo de Minas Gerais – engloba a fase onde os projetos relacionados à agricultura foram mais intensificados no Brasil.

O argumento central deste trabalho gira em torno de que as negociações para a atuação da AIA no Brasil estiveram amparadas em relações tanto de apoio quanto de resistência. Aproveitando as relações criadas com governo e empresários brasileiros enquanto esteve à frente do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* (CIAA)

durante a primeira metade da década de 1940, Nelson Rockefeller criou condições de continuidade para alguns dos programas desenvolvidos durante a guerra, embora não mais em forma de acordo entre os governos norte-americano e brasileiro, mas por iniciativa de uma agência privada de cunho filantrópico. Contudo, se a bibliografia que trata do tema ressalta que a implantação de programas no Brasil, como o extensionismo, foi caracterizada por aceitação, este trabalho procura demonstrar que os projetos da AIA necessitaram também adaptar-se frente às resistências e frente a distintas realidades culturais e sociais. Ou, observando em outra perspectiva, por vezes as instâncias que negociaram com esta agência apropriaram-se das idéias da AIA, levando-as adiante de acordo com seus próprios interesses. Neste sentido, questionando uma idéia de simples adaptação brasileira às idéias da AIA, este trabalho ampara-se sobre a demonstração de um constante processo de negociação, e argumenta que as experiências realizadas neste período demonstram um processo de conformação de projetos, alguns sendo levados adiante e outros abandonados, dependendo tanto dos interesses das instâncias e grupos brasileiros quanto dos da própria agência.

Nelson Aldrich Rockefeller nasceu em 1908 e foi batizado em homenagem ao seu avô materno, o senador Republicano Nelson Aldrich. Homem de negócios, político, filantropo, colecionador de artes, entre outras atividades que marcaram a carreira do terceiro filho de John D. Rockefeller Jr. e Abby Aldrich Rockefeller, Nelson pertenceu a uma família que conquistou ainda no século XIX uma grande fortuna, inicialmente, com a exploração de recursos naturais: o petróleo, com a *Standard Oil Company*, cuja subsidiária na Venezuela – a *Creole Petroleum Co.* – da qual Nelson fez parte do Board of Directors (1935-1940). Ainda no final do século XIX e durante o início do século XX, a família Rockefeller iniciou também a participação em atividades filantrópicas, sendo que a AIA estaria ligada, de acordo com o próprio Nelson, à esta tradição.

Durante a Segunda Guerra Mundial, Nelson Rockefeller coordenou no Brasil as atividades do CIAA. Posteriormente, ao lado de colegas dos tempos de guerra, como Wallace K. Harrison, Kenneth J. Kadow, Francis A. Jamieson e John E. Lockwood, fundou a AIA. De acordo com o argumento desenvolvido neste trabalho, esta agência teve importância crucial na implantação e adaptação de programas tanto de crédito e assistência técnica, quanto de extensão rural na América Latina após a Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, os fundadores da AIA tiveram papel direto na definição da agenda de Harry Truman, nela incorporando o programa de assistência técnica e financeira para auxílio aos países considerados subdesenvolvidos. Este item ficou

conhecido como “Ponto Quatro”. Estes programas de assistência foram desenvolvidos nos Estados Unidos nas primeiras décadas do século XX, e, em seguida, durante o governo Roosevelt, especialmente por meio da *Farm Security Administration* (FSA), agência criada durante o New Deal.

Fundamentando-se em uma retórica pautada na experiência histórica norte-americana, “we are required”, disse Rockefeller, em 1962, “to help build such a framework for freedom not merely for a nation but for the free world of which we are integral part.” Este trabalho, então, deveria ser feito com rapidez, de acordo com a estrutura ordenada por uma nação onde os homens livres poderiam prosperar e trabalhar em paz¹, possivelmente em oposição ao comunismo, principal alvo das críticas de Rockefeller no período. Com isto, percebe-se a vontade de determinados grupos de transformar o mundo à imagem e semelhança dos Estados Unidos, traduzida na ideologia da modernização, emergente com o fim da Segunda Guerra Mundial.

Cultura, auto-governo e desenvolvimento substituíram as características imperialistas do século XIX, como raça, governo estrangeiro e exploração de recursos materiais. Desta forma, o conceito de cultura demonstrava que as diferentes sociedades poderiam ser modificadas dentro de um padrão a ser seguido, tendo os Estados Unidos como modelo. Também, no lugar de governantes estrangeiros, cada vez mais as elites locais foram treinadas com o intuito de governar seus próprios países, agora não mais simples “colônias de exploração”, mas nações que poderiam se desenvolver. Contudo, não existem apenas diferenças, e este trabalho procura explorar esta ideologia da modernização como uma forma diferente de intervenção norte-americana na América Latina e outros continentes, não mais apoiada na intervenção militar ou nas práticas colonialistas do século XIX, mas em uma atuação mais sutil. Crédito supervisionado, programas em agricultura, saneamento, entre outros projetos de origem filantrópica foram a tônica da atuação de agências como a AIA e auxiliaram na manutenção de interesses norte-americanos na América Latina.

Estes programas implementaram-se ou não tendo em vista o estabelecimento de relações de poder, nem sempre indicando sujeição. Essa relação de poder, abordada aqui nos processos de negociação entre a AIA e os governos locais ou na implementação de projetos junto aos agricultores e outros grupos, não tem apenas uma única fonte. O poder, levando em consideração as discussões Michel Foucault, não é propriedade

¹ ROCKEFELLER, Nelson A. **The future of federalism**. The Godkin lectures at Harvard University. Cambridge (Massachusetts, EUA): Harvard University Press, 1962. p. 04.

exclusiva de um grupo ou do Estado, mas se exerce². Em outras palavras, se o poder não tem uma única origem, a atuação da agência fundada por Nelson Rockefeller e seus colegas do *Office* propuseram projetos que necessitaram de adequação às diferentes realidades locais. E enfrentaram diversas dificuldades dentro deste processo histórico de atuação da AIA.

Negociações de sucesso envolvendo as atividades da AIA no Brasil foram intercaladas com outras experiências: empresários ou políticos com interesses divergentes, por exemplo, que se opunham à modernização, eram considerados “reacionários” de acordo com a visão da AIA. Mesmo os “amigos”, ou seja, aqueles que sustentavam os projetos da agência junto às instituições brasileiras, por vezes poderiam ser caracterizados da mesma forma. A própria AIA enfrentou resistências quanto à sua participação no processo de nacionalização de um programa de assistência técnica – a extensão rural – durante a década de 1950, mesmo lhe sendo atribuída o “sucesso” deste empreendimento em parceria com o governo do estado de Minas Gerais.

Outras dificuldades se colocaram aos olhos atentos dos norte-americanos no Brasil. Em São Paulo, por exemplo, os programas iniciados no interior do estado não foram adotados pelo governo em virtude de existirem outras iniciativas semelhantes; o desenvolvimento de um programa de assistência técnica realizada em um município de Minas Gerais demonstrou que o modelo norte-americano desenvolvido durante a década de 1930 pela FSA teria dificuldades de se adaptar à realidade local, principalmente por trabalhar com “posseiros”, e não com proprietários; em nível nacional, durante o governo Dutra, os contratos estabelecidos entre a AIA e o Ministério do Trabalho brasileiro geraram polêmicas. Procurando demonstrar as tensões e consensos, imprevistos, sucessos ou mesmo o abandono de projetos em função das condições locais, este trabalho divide-se em cinco capítulos.

No primeiro, o trabalho demonstra a conformação de ideais entre a emergente teoria/ideologia da modernização e a AIA. Para articular esta discussão entre o contexto histórico em que emerge a ideologia da modernização e a formação da AIA, nos amparamos em Michael Latham, que discute o processo de difusão de um pensamento pautado em termos como modernização e desenvolvimento à maneira norte-americana. Levando em consideração esta discussão, se o mundo deveria ser modificado de acordo

² O poder está mais para a “multiplicidade de correlações de forças imanentes aos domínios onde se exercem, e são constitutivas de sua organização.” Ver FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988. p. 88.

com o modelo norte-americano, a agência fundada por Nelson Rockefeller desenvolvia trabalhos neste sentido, diferenciando-se das práticas colonialistas do século XIX, de acordo com a sugestão feita por outro historiador, Michael Adas. Em seguida, este trabalho aborda a relação entre ciência, agricultura e modernização nos Estados Unidos, assim como alguns dos programas desenvolvidos nesse sentido desde fins do século XIX até a primeira metade do século XX.

O processo de formação da AIA é o tema central do segundo capítulo. Retomando os projetos desenvolvidos pelo CIAA durante a guerra, a abordagem leva em consideração a interpretação de autores como Elizabeth Cobbs e Colby & Dennett, segundo a qual atuação desta agência estava em relação com projetos de manutenção de atividades políticas e comerciais na América Latina. No entanto, quando, por volta de 1945, Nelson Rockefeller esboça as primeiras metas da *Bolivar Foundation*, que em 1946, viria a se tornar a AIA, deve ser observada a associação entre filantropia, ciência e assistência técnica. Em outras palavras, não faz sentido analisar a relação entre interesse e filantropia como se fosse de tensão ou mascaramento, mas cabe perceber o caráter como que missionário que transparece na opinião de Nelson Rockefeller e da AIA em levar os conhecimentos desenvolvidos nos Estados Unidos para promover melhores padrões de vida para as populações do Brasil e da América Latina. Contudo, estes ideais não foram implementados na América Latina e no Brasil sem negociações ou modificações.

No terceiro capítulo, são abordadas as negociações para o início da atuação da AIA no Brasil entre 1946 e 1950. Este período é marcado pela constituição do corpo técnico-administrativo da agência em geral e o início de experiências em particular, como atividades de controle de cólera suína. É durante este momento que a AIA separa-se de sua vertente lucrativa, o *International Basic Economy Corporation*, e torna-se uma agência amparada apenas pela legislação que trata da filantropia. Contudo, mesmo com uma experiência particular, as propostas estavam centradas na consolidação de programas nacionais, como na Venezuela. Desta forma, este capítulo discute os diversos projetos pensados para o Brasil e, em especial, o projeto que gerou um acordo entre a agência norte-americana e o governo brasileiro em torno do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), agência ocultada nas obras que tratam da atuação da AIA no Brasil. A importância desta experiência reside na observação de que, com as dificuldades encontradas durante o processo de negociação com o governo brasileiro, necessitou-se reorientar os projetos iniciais de atuação. Em outras palavras, diante das

resistências geradas durante a vigência do acordo entre AIA e SAPS, os planos de Nelson Rockefeller para o Brasil não foram simplesmente aceitos, mas necessitaram reorientar suas atividades, desta vez mais centrada em nível local. Esta discussão, então, orienta o quarto capítulo.

Desta forma, modificando sua forma de atuação, a AIA passa a investir em experiências com produtores e governos subnacionais, como prefeituras e governos estaduais. Em São Paulo, as negociações iniciaram com fazendeiros e prefeituras, não alcançando o nível estadual mesmo depois de diversas tentativas. Em Minas Gerais, por outro lado, a experiência foi iniciada juntamente com o governo do estado e avançou gradualmente sobre sua geografia, alcançando boa parte dos municípios mineiros ainda no início da década de 1960. Em comum, as duas iniciativas foram relacionadas à modernização da agricultura, imperando o extensionismo rural no interior de São Paulo e o crédito supervisionado num primeiro momento em Minas Gerais, com a criação da ACAR. A principal diferença entre as experiências, de acordo com o argumento deste trabalho, reside na idéia de que em São Paulo os projetos de expansão não encontraram apoio na elite política estadual, que desenvolvia programas semelhantes, ao menos em sua opinião. Em Minas Gerais, por sua vez, a realização de um acordo entre a AIA e o governo do estado criando a ACAR possibilitou a inserção desta agência em um contexto de combate à estagnação econômica, citando o sociólogo Otávio Soares Dulci. A ACAR, neste sentido, adequou-se ao “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, iniciado durante o governo de Milton Campos (1947-1950), e continuou sendo adotado por seus sucessores, como Juscelino Kubitschek e Bias Fortes.

A expansão dos programas da AIA em nível nacional é o tema do quinto capítulo. Em 1952, Minas Gerais passou a adotar e adaptar o modelo extensionista, tendo em vista as dificuldades dos trabalhos com crédito supervisionado. Durante aquela década, na opinião de seus diretores, da AIA e do governo estadual, a ACAR colheu bons resultados de seu trabalho junto à população rural. Após ter ampliado cada vez mais sua área de atuação nos municípios do estado, quando o ex-governador mineiro Juscelino Kubitschek tornou-se Presidente da República em 1956 e apoiou a expansão do projeto, chegou a vez de tentar disseminar sua atuação sobre todo o território nacional. Neste sentido, este capítulo aborda a questão da expansão em duas vertentes complementares: ao mesmo tempo em que crescia o número de escritórios locais da ACAR no interior de Minas Gerais, cresciam também os conflitos em torno da instalação destes escritórios. Tendo em vista o surgimento de conflitos de ordem

religiosa ou política, exigiu-se da ACAR uma maior adequação de seus projetos “modernizadores” ao contexto local considerado “tradicional”. Na outra vertente de análise, a expansão em nível nacional, cada vez mais sob a influência do acordo de cooperação técnica Ponto Quatro, colocava a AIA e a ACAR em disputa tanto com uma nova agência surgida deste acordo, o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), quanto com pessoas ligadas ao Ministério da Agricultura. Paralelamente, a AIA afastava-se cada vez mais destes projetos, apostando em outras maneiras de atuação, como programas de colonização ou mesmo projetos de incentivo à juventude rural em outros países da América Latina.

CAPÍTULO 1. A *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) e a ideologia da modernização

“... novos caminhos para a marcha da ciência e da tecnologia sobre os obstáculos da linguagem, raça e tradições ...”

Nelson Rockefeller

A abordagem deste capítulo procura expor, inicialmente, a aproximação da AIA com o contexto da emergente ideologia da modernização. Historiadores como Michael Latham e Nils Gilman compreendem o final da década de 1950 e o início da década de 1960 como o melhor ponto de entendimento desta ideologia, marcada pelas teorias do economista norte-americano Walt Whitman Rostow incluída na agenda da administração do Presidente John Fitzgerald Kennedy (1961-1963)³. No entanto, os dois historiadores indicam que o momento posterior ao final da Segunda Guerra Mundial – época em que a AIA foi fundada – é indicativo inicial das propostas modernizadoras.

Neste sentido, a discussão aponta para as aproximações da AIA com o contexto da ideologia da modernização e a “intrínseca” vontade de transformar o mundo à imagem e semelhança dos Estados Unidos. Este trabalho procura explorar esta ideologia como uma forma diferente de intervenção norte-americana na América Latina e outros continentes, não mais apoiada na intervenção militar ou nas práticas colonialistas do século XIX. Também, este capítulo aborda a relação entre ciência e agricultura nos Estados Unidos, alguns dos programas desenvolvidos desde fins do século XIX, principalmente aqueles aplicados pela AIA no Brasil no contexto da ideologia da

³ ENGERMAN, David C., GILMAN, Nils, HAEFELE, Mark H. & LATHAM, Michael (ed.). **Staging growth**. Modernization, development, and the Global Cold War. Amherst: University of Massachusetts Press, 2003. Para COLBY & DENNETT, Nelson Rockefeller tinha uma visão semelhante a Walt Whitman Rostow, embora o trabalho principal do economista, *the stages of economic growth*, fora publicado somente em 1960. “A estratégia toda dependia, naturalmente, da vontade do governo ‘anfitrião’ de iniciar reformas sociais, principalmente no campo. Era lá, segundo a teoria do crescimento econômico de *Walt Rostow*, que o desenvolvimento econômico poderia ocorrer ao longo de linhas capitalistas básicas. A fórmula era bastante simples: pequenos proprietários de terra poderiam utilizar rotação das culturas, sementes híbridas, fertilizantes e máquinas para aumentar a produtividade e baixar os preços dos alimentos nas áreas urbanas. Esta produção derrubaria a inflação, contribuiria para a estabilidade política e do mercado e baixaria os custos para contratar trabalhadores.” COLBY, Gerard com DENNETT, Charlotte. **Seja feita a vossa vontade**. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record, 1998. p. 424-425.

modernização: o *Extension Service* e o modelo de crédito e assistência técnica da *Farm Security Administration*.

1.1. Modernização, desenvolvimento e agricultura

“O mundo de amanhã, cintilando com a promessa de uma vida melhor,” escreveria Nelson Rockefeller nos primeiros anos da década de 1950, “necessita de novos caminhos para a marcha da ciência e da tecnologia sobre os obstáculos da linguagem, raça e tradições. A AIA é um caminho para preencher estas lacunas entre as pessoas que os benefícios da ciência e da nova tecnologia podem irradiar mais amplamente sobre a terra.”⁴

Se a fala de Nelson Rockefeller sobre a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) – a agência filantrópica idealizada por ele mesmo e por alguns de seus colegas dos tempos de guerra – faz ecoar pressupostos caracteristicamente iluministas, onde a ciência e a tecnologia seriam consideradas a maneira mais adequada de levar seus progressos às mais diferentes nações, pode nos remeter, ao lado disso, a uma forma de ação característica do pós Segunda Guerra. O antropólogo colombiano Arturo Escobar afirma que especialistas das Nações Unidas imbuídos com o objetivo de disseminar políticas econômicas colocavam em 1951, que o progresso econômico não seria possível sem que as velhas instituições sociais, as diferenças de classe, raça e credo fossem desfeitas⁵.

Por vezes representado como filantropo, como representante do imperialismo ou como um político em construção, Nelson Rockefeller construiu um diálogo complexo com os diversos atores e grupos sociais durante as décadas de 1940 e 1950 em relação à AIA. De forma um tanto esquemática, poderíamos dizer que, com seu pai, John D. Rockefeller, Jr ou mesmo com a Fundação Ford, Nelson falaria sobre a agência em

⁴ DALRYMPLE, Martha. **The AIA Story**: two decades of International Cooperation. New York, AIA, 1968. p. 15. Tradução livre de “tomorrow’s world, bright with promise of better living needs new highways for the march of science and technology over the obstacles of language, race and customs. AIA is one way of bridging these gaps between people so that the benefits of science and the new technology can spread more widely over the earth”.

⁵ No entanto, não seriam muitas as comunidades que estariam dispostas a pagar o preço necessário para ter progresso econômico, de acordo com os representantes das Nações Unidas. Ver ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**. The making and unmaking of the third world. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1995. (Princeton studies in culture/power/history). p. 20.

termos filantrópicos⁶; aos empresários da *Creole Petroleum* ou *Coca-Cola*, a perspectiva de negócios seria colocada em primeiro plano; aos políticos norte-americanos, a democracia seria o tom principal das conversas; aos representantes latino-americanos, desenvolvimento e a solução de problemas poderiam simbolizar os motivos da cooperação técnica. Tendo por objetivo o estudo da AIA, a abordagem das ações da agência criada por Nelson Rockefeller e seus colegas do *Office*, este trabalho estará mais preocupado com a dimensão dos ideais modernizadores.

Por vezes, o liberal e internacionalista, Nelson Rockefeller atendia a impulsos semelhantes aos críticos do *New Deal* e isolacionistas, como o conservador Senador Republicano Kenneth Wherry. De acordo com o historiador Michael E. Latham, durante a guerra, Wherry era um “típico proponente de uma campanha para modernizar o mundo” à imagem dos Estados Unidos⁷. De certa forma, Wherry não era o único a pensar que liberalismo, capitalismo e democracia deveria ser o estágio a ser alcançado por outras sociedades. Kenneth Kadow⁸, parceiro de Nelson na criação da AIA, em 1946 lhe escrevia na mesma linha: “If we in America believe in the economic, political and social philosophies and practices that have made us a great nation it is our duty and privilege to do all we can in a concrete practical way to work with other peoples of the world toward the achievements of similar or equally satisfactory goals.”⁹ No entanto, se a ênfase de Wherry esteve sobre a China, Nelson Rockefeller, Kenneth Kadow e os outros proponentes da AIA procuraram direcionar suas ações para a América Latina.

A importância da AIA e das proposições de Nelson Rockefeller ou mesmo de Kenneth Kadow, o principal colaborador nos primeiros anos do pós-guerra, trouxeram para este contexto ações que, de certa forma estavam sendo colocadas em prática nas décadas de 1920 e 1930. De acordo com o historiador Michael Adas, embora o termo “modernização” fosse raramente utilizado antes do final da Segunda Guerra Mundial,

⁶ From Nelson A. Rockefeller to Mr. John D. Rockefeller, Jr. Subject: Proposed American International Association. 27 de abril de 1946. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 11, Folder: 104.

⁷ LATHAM, Michael. Introduction: modernization, international history, and the Cold War World. In: ENGERMAN, David C., GILMAN, Nils, HAEFELE, Mark H. & LATHAM, Michael (ed.). Op. Cit. p. 01.

⁸ Kenneth Kadow foi o principal articulador das proposições iniciais da AIA. Como será debatido no capítulo 2, Nelson Rockefeller esboçou o projeto da agência, mas as principais linhas de atuação foram desenvolvidas por Kadow, que utilizou seu *background* do Departamento de Horticultura da Universidade de Delaware, nos Estados Unidos durante a década de 1930 e também sua experiência no *Food Supply Division*, parte integrante do CIAA durante a Segunda Guerra Mundial. Também, durante o processo de constituição da AIA, Kadow visitou universidades e ranchos norte-americanos para observar as técnicas de produção agrícola com o intuito de tentar adaptá-las às sociedades latino-americanas.

⁹ The American International Association for Economic and Social Development. An explanation of its objectives and method of operation by Kenneth J. Kadow for Nelson A. Rockefeller. 19 de fevereiro de 1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation. p. 14.

tarefa semelhante foi realizada por missionários, educadores e engenheiros que promoveram mudanças culturais, políticas e econômicas na China, Filipinas e América Latina naquelas décadas¹⁰. Nas primeiras décadas do século XX, de acordo com o historiador Thomas O'Brien, a atuação das corporações norte-americanas em países da América Latina deixou a marca nas relações entre o setor público – representado pelas elites Latino-Americanas – e a iniciativa privada, que imprimiu através dos ideais da racionalização – esforço para sistematicamente organizar a vida econômica, organizando os seres humanos e a natureza para alcançar o máximo de eficiência na produção – no processo de modernização¹¹.

A AIA, neste sentido, exerceu uma espécie de vanguarda no pós-guerra ao empreender um tipo de assistência técnica pautada em princípios que seriam institucionalizados em programas de assistência técnica como o Ponto Quatro do governo de Harry Truman. O discurso de posse do Presidente Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, é marcado pelo entendimento de que seria necessário que os Estados Unidos fosse um elemento ativo no auxílio à modernização dos demais países, levando industrialização, urbanização, crescimento da produção material e dos níveis de vida e ideais educacionais e culturais modernos. Outro aspecto relacionado com este ideal é justamente a necessidade de desenvolver tecnicamente a agricultura.¹² No entanto, se este momento do discurso de Truman é considerado um marco fundante na difusão dos ideais de modernização, agências como a AIA já desenvolviam estas premissas desde 1946 e, na realidade, tiveram um papel direto na própria elaboração do programa do presidente. Esta influência se deu na inclusão do programa de assistência técnico-financeira aos países considerados subdesenvolvidos e passou a ser conhecido como Ponto Quatro (Point Four)¹³.

¹⁰ ADAS, Michael. Modernization theory and the american revival of the scientific and technological standards of social achievement and human worth. In: ENGERMAN, David C., GILMAN, Nils, HAEFELE, Mark H. & LATHAM, Michael (ed.). Op. Cit. p. 26.

¹¹ O'Brien conclui que as elites latino-americanas, sem esboçar um processo de modernização eficiente até então, teriam colocado nas mãos de empreendedores norte-americanos as rédeas deste processo. Da perspectiva das elites, os empreendimentos norte-americanos representavam um custo mínimo, com um potencial máximo de benefício, particularmente em setores como eletricidade e petróleo. Ver O'BRIEN, Thomas F. **The revolutionary mission**. American enterprise in Latin America, 1900-1945. New York: Cambridge University Press, 1996. p. 2-4.

¹² ESCOBAR, Arturo. Op.cit. p. 20.

¹³ O programa de assistência técnico-financeira aos países considerados subdesenvolvidos, chamado Ponto Quatro (Point Four), foi originado do quarto ponto do discurso de posse do Presidente Harry Truman 1949 e entrou em ação em 1950. A discussão mais específica sobre a possível influência dos ideais de Nelson Rockefeller na constituição deste programa serão apresentadas no capítulo 05 deste trabalho. A Extensão Rural, um dos programas desenvolvidos pela AIA na América Latina, por exemplo,

Nas décadas de 1950 e 1960, num contexto de Guerra Fria, as proposições da Teoria da Modernização tornaram-se um poderoso modelo de análise e prescrição. Para Michael Latham, esta teoria se tornou a mais influente maneira de entender o mundo e direcionar seu futuro¹⁴. Neste contexto, diferenciando-se da ideologia imperialista da virada do século XIX ou do Destino Manifesto, as ações de agências internacionais, como a AIA, estariam mais próximas de um discurso benevolente. A diferença das ações neste contexto histórico marcado principalmente pelo final da Segunda Guerra Mundial estaria marcada não mais pela simples destinação de recursos provindos das colônias para os países colonizadores, mas da ciência e da tecnologia e todos os seus benefícios que deveriam ser distribuídos “amplamente sobre a terra”, de acordo com as palavras do próprio Rockefeller.

A utilização destes benefícios como instrumento político efetivo – uma ideologia, conforme sugestão do historiador Michael Latham –, onde a Teoria da Modernização prometia, com o apoio da ciência e da tecnologia, encontrar a maneira mais adequada para que as visões de mudança social e progresso pudessem garantir uma ordem na qual os Estados Unidos dispusessem aos países em processo de descolonização ou desenvolvimento um modelo envolvendo uma determinada concepção de capitalismo, liberalismo e democracia¹⁵.

A tecnologia constitui-se em instrumento efetivo de transformação dentro do imaginário europeu e norte-americano desde fins do século XIX, aliada à noção de superioridade, de *civilização*. Norbert Elias observou que na Europa do século XIX “uma fase fundamental do processo civilizador foi concluída no exato momento em que a *consciência* de civilização, a consciência da superioridade de seu próprio comportamento e sua corporificação na ciência, tecnologia ou arte começaram a se espalhar por todas as nações do ocidente.”¹⁶ Michael Adas, numa perspectiva semelhante, argumenta que “over the nineteenth and early twentieth centuries these gauges of material achievement and potential for progressive social development had come to be essential elements of the civilizing mission rhetoric that was pervasively deployed to justify Western colonial dominance over much of the rest of humanity.”¹⁷

também foi um dos principais pontos da cooperação técnica durante os tempos da Aliança para o Progresso.

¹⁴ LATHAM, Michael. Op. Cit. p. 18.

¹⁵ Idem. Ibidem. p. 03.

¹⁶ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Vol. 01. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. p. 64.

¹⁷ ADAS, Michael. Ibidem. p. 25.

Se, nos anos que sucederam o final da Primeira Guerra Mundial, países como a Inglaterra e a França questionavam as premissas da tecnologia que tanto tinha conduzido tanto a avanços sociais quanto à intensificação da própria guerra¹⁸, argumenta Michael Adas, os Americanos, por sua vez,

Grew increasingly assertive in the exercise of their newly won political and economic influence. Just as the decline of Europe's global hegemony opened the way for the emergence of the United States as the premier world power, European doubts concerning the very foundations of their civilizing mission strengthened the Americans' growing conviction that *they* knew best how to reform 'backward' societies that were racked by poverty, natural calamities and social unrest¹⁹.

Desta forma, se após a revolução industrial os Europeus utilizaram-se dos avanços tecnológicos para justificar suas diferenças sobre o resto da humanidade, estabelecendo novas hierarquias e representando a si mesmos como racionais, energéticos, disciplinados, pontuais, eficientes e com a mente progressiva (progressive-minded), estes ideais foram da mesma forma evocados pelos norte-americanos envolvidos em esforços colonizadores entre 1890 até a Primeira Guerra Mundial e, de maneira diferenciada, por proponentes das teorias modernizadoras nas décadas de 1920 e 1930 e especialmente na Guerra Fria. Dentro do projeto expansionista norte-americano, a associação entre “máquinas” e prosperidade emanou de políticos, mercadores, ministros e educadores como resposta às dificuldades do trabalho (new nation's shortage of labor) e à expansão da república. Desta forma, inventores eram comparados à mágicos e homens como “máquinas republicanas” (*republican machines*): “technological development was increasingly equated with the rise from barbarism to civilization, and machines were viewed as key agents for the spread of the American version of civilization in the New World wilderness”²⁰.

¹⁸ Michael Adas demonstra que as desilusões causadas pela Primeira Guerra Mundial não foram somente por parte dos Europeus. No entanto, se para os europeus havia um desencanto pela tecnologia enquanto intensificadora das conseqüências da guerra, escritores norte-americanos como Ernst Hemingway e outros de sua geração estava mais para como “a consequence of the failure of the peace process rather than the disenchantment with modern mechanized warfare that was so pervasive among European survivors and intellectuals.” Idem. Ibidem. p. 33.

¹⁹ Idem. Ibidem. p. 26.

²⁰ Idem. Ibidem. p. 27-29. No final do século XIX a crescente indústria tornou-se o setor dominante na economia norte-americana, em detrimento da agricultura. Quanto ao termo *Wilderness*, dentro de sua complexidade, “não resiste a uma definição conclusiva”. Historicamente, *Wilderness* se coloca em oposição à idéia de civilização e enquanto local a ser civilizado (exceto, por exemplo, em caso de preservação em parques nacionais). Ver: JUNQUEIRA, Mary Anne. Representações políticas do território latino-americano na revista Seleções. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 42, 2001. p. 325-338. No Brasil, o historiador Sérgio Buarque de Hollanda procurou traduzir *Wilderness*, atentando para seu duplo sentido, entendido pelo autor enquanto “selva e deserto”. WEGNER, Robert. **A**

Um dos responsáveis pela AIA, Kenneth Kadow demonstraria, à sua maneira, que estes ideais, associando tecnologia ou conhecimento técnico à noções superioridade, permaneceriam ecoando após 1945. Afirmando que a América Latina não possuía trabalhadores tecnicamente habilitados em número suficiente para desenvolver os recursos naturais, e esta nova fundação trabalharia com este intuito, Kadow, não sem uma extrema credibilidade no capital técnico norte-americano, provocava: “If we, with our technical knowledge and experience, cannot make science pay we had better stay home and let our Latin neighbors solve their own problems as best they can”²¹. Para Kadow, “the scientific development of a nation’s natural and human resources is a necessary adjunct to a prosperous people”²².

Michael Adas afirma que, após a Segunda Guerra, o paradigma da modernização tomou o lugar da missão civilizadora como ideologia de domínio Ocidental. Desta vez, diferentemente dos impulsos da expansão colonial dos séculos XVIII e XIX, não mais os missionários, viajantes e mercadores europeus colocavam-se como os porta-vozes deste projeto, mas os cientistas sociais que formularam uma nova ideologia “muito mais sistemática e coerentemente articulada do que sua predecessora”²³. Novas hierarquias abordando os níveis de desenvolvimentos – primeiro, segundo, terceiro e (posteriormente) quarto mundo; pós-moderno, moderno, tradicional, primitivo; maduro, em desenvolvimento e subdesenvolvido – substituíram os termos de outros tempos, mais precisamente a escala civilizado/bárbaro/selvagem que, de acordo com Michael Adas, serviu como padrão durante a expansão colonial ²⁴.

Modernização, neste sentido, era associada com racionalidade, empirismo, eficiência e mudança progressiva, enquanto que a tradição conotaria fatalismo, apoio nos costumes e no sagrado, indisciplina e estagnação²⁵. De acordo com o antropólogo colombiano Arturo Escobar, o *desenvolvimento*, entendido enquanto um regime de representação – uma invenção – teria moldado as concepções da realidade e da ação social dos países que, desde então, conhecem-se ou são conhecidos como *subdesenvolvidos*.²⁶ A abordagem da AIA caminha por este mesmo sentido:

Conquista do Oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Hollanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 98 e 238.

²¹ From Kenneth J. Kadow to Nelson A. Rockefeller. 07 de dezembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation. p.01.

²² Idem. p.01.

²³ ADAS, Michael. Op. Cit. p. 35.

²⁴ Ibidem. p. 35.

²⁵ Ibidem. p. 38.

²⁶ ESCOBAR. Op. Cit. p. 14.

Many of the under-developed areas of the world today were, in the not too distant past, parts of some great colonial empire. The essence of colonialism was that a relatively well developed country exercised both political and economic controls over an undeveloped country. Usually colonies were maintained primarily as sources of raw materials. The technical “know-how” and capital of enriching the mother country. If they enhanced the standards of colonial people, it was usually incidental and was confined to a small class of colonial leaders²⁷.

Argumentando de forma semelhante, o historiador Michael Latham refere-se aos modelos de classificação propostos ainda no século XIX analisados por Michel Foucault, da qual “ninguém poderia escapar”. Desta forma, durante a Guerra Fria, identificando as “deficiências” dos países em “desenvolvimento”, os proponentes da Teoria da Modernização fizeram ecoar velhas representações do poder Ocidental e as utilizaram política, econômica e administrativamente como forma de definir uma trajetória particular: uma evolução em termos de progresso. Armados com um modelo inspirado em evidências empíricas e históricas do que entendiam enquanto uma ordem orgânica e natural, os cientistas sociais e *policymakers* do século XX utilizaram-se de velhas representações para definir “modernização” como uma variável unitária de mudança global e clamaram autoridade para gerenciá-la²⁸, colocando sua própria sociedade como o ponto máximo de uma escala linear.

O historiador Michael Adas argumenta que a teoria da modernização se diferencia das ações Imperialistas principalmente por três aspectos: o primeiro versa que as proposições modernizadoras se afastariam do nazismo e seu discurso de suposta superioridade racial; o segundo aspecto discute que neste contexto – não mais como o imperialismo do século XIX onde os europeus deixavam para si mesmos a tarefa de empreender um processo de “civilização” dos “selvagens”–, as próprias elites locais eram treinadas para exercer um processo de passagem do “tradicional” para o “moderno”; o terceiro aspecto aborda que a transformação de uma sociedade “tradicional” em “moderna” não se constituía como uma palavra de ordem durante a Era Colonialista. Para a Ideologia da Modernização, entretanto, o ideal seria a constituição de um mundo industrializado de nações competitivas interagindo em um mundo capitalista e de livre-comércio, o que levaria à modernização de nações que em um outro momento serviram tão somente como fornecedoras de matérias-prima para os

²⁷ AIA. The first three years. [1949] p. 02.

²⁸ LATHAM, Michael. **Modernization as ideology**. American social sciences and the “nation building” in the Kennedy era. Chapel Hill: The University of North Caroline Press, 2000. p. 15

países em processo de industrialização.²⁹ A seguir, discutirei cada um destes aspectos de forma mais detalhada.

Em relação ao primeiro aspecto proposto por Michael Adas, o autor discute que o nazismo – e as atrocidades perpetradas em nome da pureza racial – ou os questionamentos nacionalistas realizados na África e Ásia contra a suposta posição de superioridade racial dos colonizadores teriam influenciado nas premissas antiracistas desta nova ideologia³⁰. Aproveitando o argumento proposto por Michael Adas, pode-se interpretar que a experiência histórica tanto de Nelson quanto de David Rockefeller não deixou de aliar a noção de que os regimes políticos fundamentados por características raciais, como o nazismo, teriam uma conotação autoritária. Neste sentido, David descreveu sua visita à Alemanha em 1937 desta forma:

Através de minhas conversas, soube que muitas pessoas acreditavam que as agressivas exigências de Hitler pelo retorno do território germânico levariam inevitavelmente à guerra, embora ninguém quisesse protestar. Também me pareceu que a crescente organização da vida diária, a ameaçadora ideologia nazista e a flagrante perseguição de judeus e outros tinham produzido uma forte subcorrente de medo e angústia. As pessoas pareciam ter medo de dizer ou fazer algo errado. ‘Heil Hitler!’ era o cumprimento obrigatório para todos. As suásticas estavam em toda parte, e as pessoas tratavam os oficiais nazistas obsequiosamente onde quer que os encontrassem. A alegria das festas a que compareci parecia forçada e vazia. Voltei à Inglaterra me sentindo deprimido com relação ao futuro³¹.

Pautados menos por uma concepção de raça, os defensores dos processos de modernização empreenderiam a tarefa de promover ações visando acelerar a passagem das sociedades em estado “atrasado” para uma sociedade “moderna”, que articulasse as atividades econômicas, as mudanças políticas e sociais de forma semelhante aos Estados Unidos. Uma das condições para que este projeto fosse efetivado estaria no desenvolvimento de noções como o conceito de cultura, mais flexível que o conceito de raça: com o entendimento das Ciências Sociais de que a cultura – ou a história – ocupasse um lugar mais relevante do que a raça na interpretação das “sociedades diferentes”, entre outras condições, emanou uma forma diferente de lidar com estas sociedades³². Cientistas sociais como Franz Boas, Ruth Benedict e Margareth Mead interpretaram e descreveram um mundo mais maleável diferenciado pelo conceito de cultura: neste sentido, raça era menos importante do que história. Seria possível, então,

²⁹ ADAS, Michael. Op. Cit. p. 35-36.

³⁰ Ibidem.

³¹ ROCKEFELLER, David. **Memórias**. Rio de Janeiro: Rocco Editores, 2003. p. 94.

³² LATHAM, Michael, 2003. p. 2-4.

que as diferentes nações interagissem³³ e que a idéia fixa, a barreira imutável entre “selvageria” e “civilização” não teria mais sentido no momento em que o “tradicional” poderia transformar-se em direção ao “moderno”³⁴.

Nos anos que se seguiram ao fim da Segunda Guerra Mundial, a AIA acompanhou, embora em proporções limitadas, a proposta que ganhou força no contexto internacional, a qual propunha a transformação total das culturas e formação social de três continentes – Ásia, África e América Latina – de acordo com os ditados de nações européias ou dos Estados Unidos³⁵. Para isto, cada vez mais eram desenvolvidos determinados modelos que acelerassem a transformação das culturas de um estágio “atrasado” para o “moderno”. Por meio de sua experiência, a AIA teria conseguido desenvolver um método que possibilitaria o aceleração da passagem do “tradicional” para o “moderno”, ao menos de acordo com Robert Hudgens, diretor da AIA entre 1948 e 1953. Em 12 de Janeiro de 1951 Hudgens escreveu para Chester Davis – secretário da agricultura durante o *New Deal* – que a “AIA is convinced that it has arrived at a pattern which is repeatable in Latin American countries, and can be adapted to other under-developed areas of the world”³⁶. De acordo com “Pete” Hudgens “this would amount to taking the combined tools of agricultural credit, Extension education, land tenure reform, nutrition information, and farm-to-market roads into other neighboring countries where the pattern of operation can be easily repeated”³⁷. Este padrão de aceleração da passagem do “tradicional” para o “moderno” coloca em destaque a discussão de que a cultura pode ser modificada, assemelhando a atuação da AIA ao contexto da emergente ideologia da modernização.

Um segundo aspecto assinalado por Michael Adas leva em consideração que, mesmo que a assistência técnica e o capital norte-americano e europeu tinham um papel vital na implantação da ideologia da modernização, os próprios africanos e asiáticos – o autor não cita os latino-americanos – também assumiam um papel decisivo nesse processo. Se a natureza do processo de expansão colonizadora do século XIX demandava que os próprios europeus guardassem para si o controle da tarefa de civilização dos selvagens, no processo de descolonização – que coincide com a ascensão da Teoria da Modernização e o auge de sua influência – esta prática se tornou

³³ IRIYE, Akira apud LATHAM, Michael. Ibidem. p. 4.

³⁴ LATHAM, Michael. Ibidem. p. 5.

³⁵ ESCOBAR, Arturo. Op. Cit. p. 13.

³⁶ From Robert Hudgens to Chester C. Davis. 12 de Janeiro de 1951. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 03, Folder 23 AIA – Ford Foundation. p. 09.

³⁷ Idem. Ibidem.

obsoleta e a tarefa de empreender a passagem do “tradicional” para o “moderno” seria desempenhada pelas elites dos próprios países. Este fato, aliado ao apelo anticomunista, explicariam, para o historiador, algumas das razões pelo qual a literatura que trata da modernização apoiou-se em aspectos políticos de transformação, diferentemente da retórica colonialista. Desta forma, algumas das mais influentes proposições dentro da ideologia da modernização centravam-se na mobilidade social, na expansão da participação política e na democratização de instituições políticas como degrau dentro da escala de modernização³⁸.

Antecipando ações que seriam encontradas nos escritos sobre modernização décadas mais tarde, a conquista das Filipinas seria a mais completa elaboração da ideologia civilizadora dos Estados Unidos de acordo com Michael Adas. A decisão de manter estas ilhas sobre seu domínio forçou os políticos e oficiais da colonização a desenvolver políticas e programas de assistência, o que justificaria a violência empreendida contra os filipinos³⁹. Destoando deste processo, Portugal insistia que os países colonizados como Angola não estavam preparados para a tarefa de governar e que, logo estariam em dependência com os países comunistas⁴⁰.

Ao voltar os olhos para a atuação da AIA, pode-se perceber a mesma constante preocupação com a necessidade de que os nativos dos países em desenvolvimento tivessem um papel ativo na sua implantação destes programas de modernização. Martha Dalrymple, jornalista da AIA, insistia, por exemplo, que a atuação desta agência na implantação de programas assistência técnica, não deixava de implicar que “a solução dos problemas seria dada pelas pessoas do próprio país. A AIA teria o papel de treinar as pessoas e desenvolver instituições para fazer o trabalho”⁴¹. Também, Roscoe C. Martin, professor de Ciência Política na *Syracuse University*, ainda na década de 1950 considerava que esse papel ativo dos locais era um pressuposto do próprio conceito de assistência técnica: “technical assistance is a continuing process which properly conceived, concludes only when the proposals made by the experts have been incorporated into normal practice by the government receiving assistance.”⁴²

³⁸ ADAS, Michael. Op. Cit. p. 36.

³⁹ Ibidem. p. 30-31.

⁴⁰ ADAS, Michael. Apud Latham, 2000. p. 05.

⁴¹ DALRYMPLE, Martha. Op. Cit. p. 13

⁴² MARTIN, Roscoe C. Technical Assistance: The Problem of Implementation. In: **Public Administration Review**, Vol. 12, No. 4. (Autumn, 1952) p. 260. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0033-3352%28195223%2912%3A4%3C258%3ATATPOI%3E2.0.CO%3B2-X>

No entanto, exatamente por este pressuposto, o processo de transferência de conhecimentos técnicos teria suas dificuldades. Diante delas, o mesmo professor Martin reflete: “techniques are transferable, it may be supposed, if they are not wholly foreign to local (or native) ways of life. Complete acquiescence in the limitations imposed by local customs would of course mean no progress at all; confronted with this alternative, the technical assistance experts might better give up and go home.” Esta afirmação, se completa com a sugestão de que o processo de transferência de conhecimento técnico seria possível apenas com o estabelecimento de relações sutis, cordiais para com as diversas instâncias que deveriam adotar o programa: “It emphasizes anew the imperative need on the part of the technical assistance experts to establish cordial local relations with both public and public servants, and more especially with those affected by the program.”⁴³

Para Roscoe C. Martin, os cientistas sociais ocupariam uma posição central no processo de implementação de assistência técnica. Tanto os cientistas sociais quanto os administradores públicos e sua “engenharia social”, “they carry our one best hope that government throughout the world will make increasing use of the experience and skills at hand for its employment.”⁴⁴

Por fim, o terceiro e último aspecto da teoria da modernização apontado por Michael Adas diz respeito ao fato de que a transformação de uma sociedade “tradicional” em “moderna” seria impensável na Era Colonialista. Mesmo em sua mais benevolente manifestação, os objetivos civilizadores queriam reformular a economia das colônias para tornar-se compatível com a economia da metrópole. Já para a ideologia da modernização a industrialização ocupa, quase que invariavelmente, um papel central para o desenvolvimento completo das sociedades tradicionais. O ideal, neste sentido, seria um mundo industrializado de nações competitivas interagindo em um mundo capitalista e de livre-comércio⁴⁵.

Este ideal é um tema notório quando nos deparamos com a documentação da AIA. A disparidade entre os países considerados desenvolvidos e subdesenvolvidos, criada por uma longa experiência histórica, tornou-se cada vez mais um problema a ser levado em consideração pela AIA:

⁴³ Ibidem. p. 265.

⁴⁴ Ibidem. p. 266.

⁴⁵ ADAS, Michael. Op. Cit. p. 37.

Thus there developed serious social and economic problems arising out of the disparity between the under-developed nations and the highly industrialized nations, but there developed an even greater disparity within each nation between the top economic group and the lower economic group that created a more volatile problem, socially and economically⁴⁶.

Desta forma,

New relations among nations are slowly emerging, and with them a relation of extending greater material benefits to a larger proportion of mankind. There is a growing international recognition that the two disparities must be eliminated. One of the important factors is the growing struggle for self improvement among the under-privileged peoples of the world. Through improved communications they have learned of the ways in which both the quality of the life have been expanded, and they have developed a strong desire for the fruits of modern civilization for themselves and their countries. AIA attempts to channel this desire into methods and educational techniques whereby their goals may be achieved – through their own initiative⁴⁷.

1.2. A AIA e o projeto expansionista norte-americano

Entretanto, conforme sugerem os historiadores Michael Latham e Michael Adas, a teoria da modernização não significa unicamente novidade e um rompimento absoluto com as velhas ideologias. Walt Whitman Rostow, por exemplo, afirmaria em 1961 que a Modernização tomaria lugar do colonialismo. Neste ponto de vista, a modernização seria entendida como uma maneira de continuar os privilégios e direitos de um poder dominante em uma era na qual as nações da África, Ásia, Oriente Médio e América Latina demandavam por independência⁴⁸ ou, pode-se acrescentar, onde os regimes nacionalistas ganhavam espaço.

Numa retórica mais próxima da benevolência do que da perspectiva colonialista, a tese de Nelson Rockefeller estaria amparada na idéia de que o capital norte-americano deveria participar no desenvolvimento econômico do país em que estaria investindo⁴⁹. Esta maneira de pensar estaria vinculada inicialmente à AIA que nasceu incluindo, de forma siamesa, outra instituição que separou-se em seguida, o *International Basic Economy Corporation* (IBEC), agência com fins lucrativos formada ainda em 1946 – começando atuar em janeiro do ano seguinte – , enquanto a AIA permaneceu como instituição filantrópica.

⁴⁶ AIA. The first three years. p. 02

⁴⁷ Ibidem. Op. Cit. p. 02

⁴⁸ LATHAM, Michael, 2000. p. 16.

⁴⁹ Ver DALRYMPLE, Martha. Op. Cit. p. 03-04.

David Rockefeller – discípulo do economista austríaco Joseph A. Schumpeter em *Harvard*, assim como de Friedrich von Hayek na *London School of Economics*⁵⁰ – envolveu-se no trabalho da AIA após 1948, após uma visita às agências *Chase National Bank* em Porto Rico, Cuba e Panamá. Em um memorando endereçado ao tio Winthrop Aldrich em março de 1948 e retomado em seu livro de memórias, David observava a necessidade de mudança nas relações entre o *Chase* e os governos locais, uma vez que a tendência nacionalista estava cada vez mais em voga na América Latina: “Minha impressão geral das três agências [Porto Rico, Cuba e Panamá] é de que elas têm sido administradas de acordo com uma política conservadora de sistema bancário comercial, mas tem havido pouco pensamento global ou filosofia relacionados ao que deve ser seu papel nas comunidades em que se situa”⁵¹.

Desta forma, a “tese de Nelson Rockefeller” é sutilmente citada mesmo sem referências diretas:

Inquestionavelmente, as tendências em direção ao nacionalismo e tudo que acarreta estão aumentando na América latina. Já passou o tempo em que nossos vizinhos Latinos tolerariam instituições Americanas em seu solo sem que estas estivessem dispostas a participar da economia local. Acredito que é de nosso interesse, portanto, bem como de outros, que o Chase repense suas políticas com relação a América Latina em geral e a nossas agências do sul particular.⁵²

Aproximações com os velhos discursos podem envolver questões mais amplas. Se o historiador Frederick Merk sustenta que a tese do Destino Manifesto não teve papel relevante na postura norte-americana entre as duas grandes guerras, outros

⁵⁰ Joseph A. Schumpeter, assim como Hayek, criticava a tese central de John Maynard Keynes, que afirmava que o Estado deveria intervir para estimular as atividades econômicas. David escreveu em suas memórias sobre sua formação: “Meu orientador naquele ano foi Friedrich von Hayek, o famoso economista austríaco que em 1974 receberia o prêmio Nobel pelo trabalho que fizera na década de 1920 e 30 sobre o dinheiro, o ciclo de negócios e teoria o capital. Como Schumpeter, Hayek confiava no mercado, acreditando que com o tempo, mesmo com muitas imperfeições, ele proporcionaria meios mais confiáveis de distribuir os recursos de forma eficiente e garantiria um saudável crescimento econômico. Hayek também acreditava que o governo devia ter um papel essencial como agente regulamentador, árbitro e avalista de uma ordem social justa e equitativa, em vez de proprietário dos recursos econômicos ou árbitro do mercado. Hayek estava no final dos trinta anos quando o conheci. Inquestionavelmente brilhante, ele careceria de centelha e do carisma de Schumpeter. Era um professor monótono, muito germânico e metódico. Seus escritos eram tediosos e quase impossíveis de ler – ou pelo menos não nos mantinham acordados quando líamos. Todavia, eu descobri que estava de pleno acordo com a filosofia econômica básica. Pessoalmente, era um homem gentil que respeitava muito. Em mais de uma ocasião eu me lembro de ter visto Hayek tirar de sua carteira um papel amarrotado e cheio de dobras em que ele havia escrito uma lista dos ‘economistas liberais’ remanescentes. Ele o olhava com tristeza e suspirava. Estava convencido de que a lista encolhia rapidamente a medida que os antigos adeptos do livre mercado morriam e a maioria dos novos economistas seguia a tendência keynesiana.” ROCKEFELLER, David. Op. Cit. p. 90-91.

⁵¹ Ibidem. p. 142.

⁵² Ibidem. p. 142.

autores, como William Appleman Williams e Walter LaFeber, argumentam de forma diferente. Para esta linha de argumentação, a tese da fronteira de Frederick Jackson Turner⁵³ teria marcado o vínculo entre a vitalidade doméstica da América e a contínua expansão comercial ou colonial. Desta forma, a experiência histórica de expansão para o Oeste durante o século XIX sustentaria a crença de que a expansão norte-americana para outras nações também expandiria a área de liberdade⁵⁴.

A tese de Frederick Jackson Turner, exposta em seu ensaio sobre a fronteira, afirma que o desenvolvimento norte-americano não estaria desvinculado do avanço dos colonizadores na direção Oeste. Nas palavras escritas para a conferência de 1893, na cidade de Chicago, Turner afirmou que: “the existence of an area of free land, its continuous recession, and the advance of American settlement westward, explain the American development.”⁵⁵

De acordo com o argumento do historiador Henry Nash Smith, em texto publicado na década de 1950, a sociedade norte-americana foi constituída, *modelada* em função da atração por um “continente vago”, propiciando o avanço das populações para as terras além das *Alleghany mountains*, do vale do Mississippi e acima dos planaltos e montanhas do *oeste distante*.⁵⁶ Nash Smith entende que, principalmente durante o século XVIII, o processo de constituição dos ideais da nação norte-americana projetaria de forma recorrente a imagem de um Império – um *American Empire* – que poderia ser arquitetado de duas formas: de um lado, a idéia de construção de um Império dominando os mares e, de outro lado, uma noção que levaria a uma sociedade numericamente populosa ocupando o interior do continente Americano. Embora não opostas em sua totalidade, estas idéias estariam baseadas em diferentes políticas

⁵³ Turner pode ser considerado como parte de um movimento de renovação da historiografia norte-americana no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Juntamente com Charles Beard e Parrington, são considerados historiadores centrais na corrente historiográfica denominada progressivismo. De acordo com Lucia Lippi de Oliveira, esta corrente – que perdurou até a Segunda Guerra Mundial – “pretendeu libertar o homem do passado, assegurar as qualidades do Novo Mundo em oposição ao Velho” pois “ao acreditar nas qualidades básicas do novo, da nova terra, esta corrente precisou considerar que quando algo não ia bem”, as “injustiças e interesses reacionários estariam atrapalhando o desenvolvimento natural de um povo naturalmente democrático e de uma sociedade justa.” Desta forma, “o progressivismo”, continua a autora, “tem confiança no futuro.” OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **Americanos: representações de identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000. p. 133.

⁵⁴ LATHAM, Michael, 2000. p. 15 e 211-212.

⁵⁵ TURNER, Frederick Jackson. The significance of the frontier in American history. In: TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American History**. 3. ed. New York: Dove Publications, 1996. p. 01.

⁵⁶ Influenciou desta forma, o pensamento social desde Benjamin Franklin, Emerson, Lincoln, Whitman entre outros. Mas este imaginário teria se consolidado em fins do século XIX e percorrido até a década de 1950 – ano da primeira edição do livro *Virgin Land*, de Nash Smith – por obra do citado historiador de Wisconsin, Frederick Jackson Turner. SMITH, Henry Nash. **Virgin Land**. The American west as symbol and myth. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1971. p. 03.

econômicas, sendo a primeira inspirada nas práticas mercantis dos britânicos e a segunda necessitaria de um aumento demográfico com a criação de novos estados a Oeste resultante da expansão agrícola num território “vazio” e fértil. Embora as duas teses necessitem da expansão do território a Oeste – a primeira objetivaria alcançar o oceano Pacífico –, a segunda mais teria se aproximado do curso da história no século XIX, segundo Nash Smith. Assim, “this second version of the American Empire, based on agrarian assumptions, more nearly corresponds to the actual course of events during the nineteenth century.”⁵⁷

Mais especificamente, a fronteira, nesta perspectiva, não se constitui como algo fixo, mas fruto de sucessivas experimentações, imposta pelas condições econômicas: primeiramente apresenta-se como uma reversão ao *primitivo*, seguido por uma sucessão de tipos de fronteira que trouxeram níveis elevados de empreendimentos e complexidade. Desta forma, no primeiro momento da fronteira, estão algumas condições essenciais para o fornecimento daquilo que predomina no caráter Americano:

Thus American development has exhibited not merely advance along a single line, but a return to primitive conditions on a continually advancing frontier line, and a new development for that area. American social development has continually beginning over again on the frontier. This perennial rebirth, this fluidity of American life, this expansion westward with its new opportunities, its continuous touch with the simplicity of primitive society, furnish the forces dominating the American character.⁵⁸

Sobre tal disposição de adaptar-se às dificuldades impostas pelo ambiente repousaria a peculiaridade das instituições Americanas. De acordo com Turner, estas instituições, “they have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economic and political conditions of the frontier into the complexity of city life.”⁵⁹ E foi justamente no contato com o *wilderness* que a “vestimenta” européia começou a tingir-se e estampar-se a partir da influência dos índios e de suas técnicas, de uma forma um tanto enfática sobre este colono:

The wilderness masters the colonist. It finds him a European in dress, industries, tools, modes of travel, and thought. It takes him from the railroad car and puts him in the birch canoe. It strips off the garments of civilization

⁵⁷ Ibid. p. 12.

⁵⁸ TURNER, Frederick Jackson. Op. cit. p. 02 e 03.

⁵⁹ Ibid. p. 02.

and arrays him in the hunting shirt and the moccasin. It puts him in the log cabin of the Cherokee and Iroquois and runs an Indian palisade around him. Before long he has gone to planting Indian corn and plowing with a sharp stick, he shouts the war cry and takes the scalp in orthodox Indian fashion. In short, at the frontier the environment is at first too strong for the man. He must accept the conditions which it furnishes, or perish, and so he fits himself into the Indian clearings and follows the Indian trails. Little by little he transforms the wilderness, but the outcome is not the old Europe, not simply the development of Germanic germs, any more than the first phenomenon was a case of reversion to the Germanic mark. The fact is, that here is a new product that is American.⁶⁰

Não se pode considerar que as ações de agências internacionais durante a Guerra Fria seja um simples reflexo do imaginário expansionista do século XIX. Retomando o argumento tanto de Michael Adas quanto de Michael Latham, os representantes da modernização diferenciam-se em diversos aspectos do expansionismo colonialista e do Destino Manifesto do século XIX, mas em outros parecem ecoar e remodelar após 1945 estas ideologias. Considerando que, nesta perspectiva, a posse formal de novos territórios estrangeiros ou mesmo a expansão para o Oeste não foi levada adiante com o mesmo ímpeto durante as primeiras décadas do século XX, uma aplicação simples do conceito de Destino Manifesto ou mesmo de Imperialismo não poderiam ser utilizadas. No entanto, a reflexão de Michael Latham parece pertinente: quais elementos destas ideologias do século XIX permaneceram e foram retomadas em outras formas durante o século XX?

Para nosso trabalho, é possível citar o exemplo do Decano do *College of Agriculture* da Universidade do Texas, E.J. Kyle, que visitou em 1941, a convite de Nelson Rockefeller, diversos países da América Latina. Após suas visitas, Kyle decretou que “the last great frontier of the Western Hemisphere now lies south of Rio Grande.”⁶¹ Assim como a região Oeste significou para a história dos norte-americanos, o Brasil preencheria os principais requisitos para a adoção de ideais semelhantes. John

⁶⁰ “A selva e o deserto [*Wilderness*] domina o colono. Encontra-o um europeu nos trajes, atividades, ferramentas, formas de se deslocar e pensamento. Toma-o do trem e o coloca numa canoa de árvore. Arranca-lhe os ornamentos da civilização e o veste com camisa de caça e mocassin. Põe-no numa cabana de toras dos Cherokee e dos Iroque e o cerca com uma paliçada indígena. Muito antes ele já começou a plantar o milho índio e a arar com um bastão pontiagudo; lança o grito de guerra e tira escalpo pela maneira ortodoxa indígena. Em suma, na fronteira o ambiente é, a princípio, muito mais forte para o homem. Este deve aceitar as condições que o ambiente fornece, ou perece, e então ele se adapta às clareiras indígenas e segue as suas trilhas. Pouco a pouco ele transforma a selva e o deserto, mas o resultado não é a velha Europa, nem simplesmente o desenvolvimento de sementes alemãs, até porque o primeiro fenômeno foi um caso de reversão do padrão germânico. O fato é que aqui está um novo produto que é americano.” TURNER, Frederick Jackson. Op. cit. p. 04. Tradução deste trecho de WEGNER, Robert. Op. Cit. p. 100.

⁶¹ KYLE, E. J. The Mission of the Land-Grant Colleges in Promoting Our Good Neighbor Policies among the Latin American Republics. In: *Science*, New Series, Vol. 97, N. 2507. (Jan. 15, 1943), p. 55.

Camp, representante da AIA na Venezuela, traçava o paralelo entre o Brasil do século XX e os Estados Unidos do XIX afirmando: “felizmente, o Brasil tem uma grande área vazia de fronteira que oferece perspectivas para o desenvolvimento de uma nova economia rural. (...) Deve ser enfatizado que se pretende aqui a abertura de um novo ‘Oeste’ no Brasil, à maneira como nosso ‘Oeste’ foi aberto sob a Lei Homestead depois da Guerra Civil.”⁶²

Levando em consideração as questões até agora discutidas e com o intuito de explorar as possibilidades de interpretação sobre a atuação da AIA no Brasil, deve-se ressaltar, primeiramente, que os esforços modernizadores não se constituem como a única ideologia no contexto internacional do período. De qualquer modo, concordando com Michael Latham, o poder de influência da ideologia da modernização foi extremamente forte após o final da Segunda Guerra Mundial e, em nosso caso, é esta maneira de organizar o mundo social que mais se aproxima da atuação da AIA. Inclusive, de acordo com o que será debatido posteriormente, a AIA teria exercido grande influência na consolidação de programas de assistência econômica e técnica para os países subdesenvolvidos, incluindo este tema – sintetizado no Ponto Quatro – como pauta do próprio programa de governo de Harry Truman.

No entanto, a proposição de ações visando a modernização não encontrou apenas adeptos ansiosos, mas envolveu uma série negociações visando o convencimento de que este projeto era mesmo necessário. A ideologia da modernização, neste sentido, não significou exatamente a mesma coisa para todos os grupos e nem foi por todos assimilada. Enquanto os norte-americanos entenderiam modernização como um processo de verdade empírico apoiada em uma autoridade que definiria seus parâmetros, as elites das áreas subdesenvolvidas apropriavam-se seletivamente destas proposições adequando-as a seus propósitos⁶³. Na perspectiva de Fernando Coronil, as relações entre os Estados Unidos e a América Latina devem ser entendidas como “a complex interaction among unequal social actors, illuminating in new ways their modes of cooperation, subjection, and resistance under changing historical conditions.”⁶⁴ Nesta perspectiva, os ideais de modernização, por mais diferenciados que pudessem ser do modelo norte-americano, faziam parte de projetos dos intelectuais e políticos da

⁶² COLBY & DENNETT. Op. Cit. p. 289.

⁶³ LATHAM, Michael, 2003. p. 03.

⁶⁴ CORONIL, Fernando. Foreword. In: JOSEPH, Gilbert M., LEGRAND, Catherine C. SALVATORE, Ricardo (Ed.). **Close encounters of empire**. Writing the cultural history of U.S. – Latin America relations. Durham and London: Duke University Press, 1998. p. IX.

América Latina. Estas relações, por vezes tensas, expressam, nas palavras de Gilbert M. Joseph, “simultaneously sites of multivocality; of negotiation, borrowing, and exchange; and of redeployment and reversal”⁶⁵

Neste sentido, após a Segunda Guerra Mundial, uma diversidade de interlocutores foi inserida neste diálogo no momento em que a cooperação técnica – aqui a relação com a agricultura será debatida – se tornou uma das principais instrumentos da manutenção de relações internacionais nem sempre simétricas naquele período. América Latina, Europa, Ásia e África receberam agentes, financiamento e orientações de como desenvolver programas relacionados à agricultura. As condições locais impuseram mudanças neste “modelo” chegando, por vezes, soar como um grande mal-entendido.

De certa forma, a atuação de agências internacionais filantrópicas como a AIA no período do pós-segunda guerra não foi a aplicação das “velhas ideologias” do século XIX, como a expansão colonial ou o Destino Manifesto. No entanto, sugere-se que esta maneira de atuação, procurando modernizar o mundo à maneira dos Estados Unidos, trouxe uma nova maneira de atuação mergulhada em ressignificações das velhas ideologias citadas. Em outras palavras, se a intervenção na América Latina não aconteceu com o aparato militar durante a década de 1950, ocorreu através de termos como assistência técnica ou administrativa, entre outros. Se a ideologia da modernização ocupava-se em promover o mundo industrializado como sinônimos do mundo moderno, não se pode excluir a questão de que o processo de industrialização iniciado nos Estados Unidos na segunda metade do século XIX necessitou organizar a agricultura e o mundo rural à sua imagem e semelhança. Ou ao menos, organizar o mundo rural tendo em vista suas premissas mais importantes como racionalidade, eficiência e respeito pelo empirismo. Tendo em vista a experiência histórica dos Estados Unidos também na agricultura, em sua forma “moderna”, este foi o principal instrumento utilizado pela AIA para alcançar os objetivos propostos pelos modernizadores no Brasil.

⁶⁵ JOSEPH, Gilbert M. Close Encounters. Toward a new cultural history of U.S. – Latin American relations. In: JOSEPH, Gilbert M., LEGRAND, Catherine C. SALVATORE, Ricardo (Ed.). Ibidem. p. 05.

1.3 Ciência e agricultura nos Estados Unidos

Se a Teoria da Modernização emergente após a Segunda Guerra Mundial procurou difundir determinadas experiências para outros países, a agricultura tornou-se um dos elementos mais importantes neste processo. A agricultura, nesta perspectiva, constituiu-se num dos instrumentos privilegiados, que melhor adequou-se às características destes novos tempos. Constituiu-se cada vez mais como um campo de aplicação de conhecimentos científicos. Carregando aspectos iluministas – progresso e domínio sobre a natureza – tornou-se, neste sentido, cada vez mais o reino da técnica e da racionalidade. Em segundo lugar, desde que proveniente de experiência norte-americana, era considerada “moderna” e capaz de “desenvolver”, “modernizar”. Por último, a modernização da agricultura carregava consigo um caráter civilizador e, por onde passasse, poderia aplicar conhecimentos considerados úteis não somente ao aumento da produtividade, mas também na civilização dos espaços e dos comportamentos.

Embora não exista acordo sobre um marco fundante da criação das políticas e instituições de crédito agrícola ou do *Extension Service*, pode-se dizer que na virada do século XIX para o XX foram iniciadas atividades informais, estruturando-se um complexo aparato de instituições e legislações voltadas ao desenvolvimento da agricultura, amparado por ideais que historicamente ajustaram e se ajustaram às transformações históricas. Com a geração de cientistas da geração de 1850, a agricultura iniciaria mais intensamente um processo voltado para a produção “racional” e “científica”, de acordo com o historiador Charles E. Rosenberg⁶⁶. Se os ideais agrarianistas⁶⁷ tinham grande influência no século XIX, entre 1870 e 1890, o complexo

⁶⁶ ROSENBERG, Charles E. **No other gods ond American science and social thought**. Baltimore and London: John Hopkins University Press, [1968]. p. 144.

⁶⁷ Os ideais agrarianistas em constante diálogo com outros elementos estiveram presentes, por exemplo, no mito de que a renovação da agricultura fora impulsionada pelos próprios líderes “iluministas”. Neste sentido, os próprios “Pais Fundadores” e outros atores da construção da nação norte-americana teriam contribuído em suas biografias para o *progresso* em direção a uma prática agrícola com elevado grau de produção. Benjamin Franklin, John Adams, mas principalmente Thomas Jefferson e George Washington marcaram com suas interpretações e ideais o pensamento social norte americano em relação à agricultura. Jefferson formularia o ideal da pequena propriedade cultivada por um *yeoman*, uma forma de estender por séculos a idéia de democracia aliada ao meio rural, em que Jackson acrescentaria os ideais de auto-governo. De acordo com Henry Nash Smith, mais do que ser considerado defensor do avanço das técnicas agrícolas e um dos “Pais Fundadores” da nação Americana, Thomas Jefferson foi quem encontrou na idéia do Oeste uma maneira inicial de construção de um império: “Jefferson was clearly the intellectual father of the American advance to the Pacific. Early in his career he began collecting materials relating to the vast hinterland which he believed to be included within the original grant to the colony of Virginia”. Ao longo de cinco anos de serviço diplomático na França, entre 1784 e 1789, Jefferson colecionou “a

ambiente intelectual naquele momento girou em torno de demonstrar – nos discursos políticos, nos jornais – que a situação dos *farmers* estava muito longe daquela anteriormente idealizada. Se os *Founding Fathers* pensaram os ideais do agrarianismo baseado num *farmer* independente, proprietário, nas palavras do historiador Alan Marcus, sua condição de individualidade teria ganhado em fins do século XIX contornos de dependência, abandono e esquecimento. O individualismo exacerbado teria permitido que outras classes tomassem as rédeas dos rumos da sociedade norte-americana. Como conseqüência, a sociedade da época observava que cada vez mais as fazendas eram abandonadas à medida que aumentava o descontentamento dos *farmers* com a situação social; as crianças migravam para as cidades. Neste sentido, existia cada vez mais a dificuldade de manter uma atividade com rendimentos adequados⁶⁸.

Também, o contexto histórico que se segue ao período da Guerra Civil possibilitou o surgimento das estações experimentais e de um complexo aparato de pesquisa científica, ensino e extensão agrícola, que, de certa forma, foi modelado por intensos debates e a ascensão junto ao poder político de grupos sociais que tinham na agricultura sua principal atividade. Anos antes, em 1862, o *Morrill Act* já havia sido aprovado, e serviu como um primeiro passo para o estabelecimento de um sistema mais complexo durante o século XX, envolvendo a produção e a difusão do conhecimento científico aplicado à agricultura. Este ato possibilitou que o governo federal destinasse aos estados terras públicas com o intuito de que os recursos provenientes da sua venda pudessem ser aplicados para dar suporte e manter o que viria a ser chamado de *Land-Grant Colleges*. Estes *colleges* tinham por objetivo promover educação liberal e prática em assuntos relacionados tanto à agricultura como em outras áreas.

A década de 1860 também foi marcada pela criação do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (*United States Department of Agriculture, USDA*). Durante o período de expansão da nação, colonização, exploração dos recursos naturais e mesmo antes do desenvolvimento de conhecimento científico aplicado à agricultura, o USDA se comportava como uma federação de pesquisa e informações agrícolas⁶⁹. Criado em 1862, com status de *bureau*, após 1875 o Departamento começou a obter

pretty full collection of the English, French and Spanish authors, on the subject of Louisiana. (...) Not content with buying books and compiling notes, he began a long series of efforts to bring about actual exploration of the trans-Mississippi area.” Ver SMITH, Henry Nash. *Ibid.*, p. 15.

⁶⁸ MARCUS, Alan. **Agricultural Science and the Quest for Legitimacy**. Farmers, Agricultural Colleges and Experimental Stations, 1870-1890. Ames: Iowa State University Press, 1985. (The Henry A. Wallace Series on Agricultural History and Rural Studies). p. 8.

⁶⁹ GAUS, John M., WOLCOTT, Leon O. **Public administration and the United States Department of Agriculture** – with a chapter by Verne B. Lewis. Chicago: Public Administration Service, 1940. p. 378.

respeito científico, mas somente no final do século XIX a importância começou a aumentar com o crescimento da pesquisa científica, guiada por James F. Wilson, que trouxe também para o Departamento Seaman A. Knapp⁷⁰.

De acordo com Alan Marcus, a terapia para a crise da agricultura e dos *farmers* durante as décadas de 1870, 1880 e 1890 não seria unânime. Como exemplo, alguns grupos ou indivíduos apontavam que deveria ser promovido o intercâmbio social entre os *farmers*, propondo a construção de vilas ou estradas; providenciar o mesmo acesso ao melhor dos centros urbanos – mas preservando os produtores agrícolas das tentações urbanas – ou mesmo que as escolas rurais e igrejas oferecessem oportunidades para um relacionamento social entre os *farmers* e suas famílias; o melhoramento da casa e dos arredores e a troca de informações em clubes agrícolas também faziam parte deste repertório⁷¹. Várias eram as sugestões de diversos grupos ou indivíduos que pensavam sobre o assunto. As propostas eram diferentes, embora não distanciavam de um determinado padrão, que apontava para a necessidade de melhorar as condições de vida da população rural – ou, talvez, em um momento de industrialização, preservar os valores norte-americanos representados pelo *yeomen*.

As sociedades agrícolas e os jornais trabalharam, ainda segundo Alan Marcus, no sentido de aproximar os *farmers* junto a uma comunidade de cientistas agrícolas profissionais e, como conseqüência, seguir o desenvolvimento dos novos conhecimentos científicos. As últimas décadas do século XIX marcaram o momento em que a experimentação orientou os profissionais da investigação agrícola. Neste sentido, da mesma forma que os cientistas de outras áreas encontraram no laboratório um instrumento privilegiado para a reprodução dos fenômenos da natureza, por outro lado, a fazenda tornou-se um novo espaço de investigação, combinando diversos elementos, colocando-os em ação, em relação, mudando de forma contínua⁷². Falando para as sociedades agrícolas ou escrevendo em periódicos, argumentava-se que a experimentação produziria rapidamente outro tipo de conhecimento que auxiliaria na resolução das desavenças entre os *farmers*. A estes era aconselhado que cada um operacionalizasse experimentações em sua própria fazenda. O espírito desta época

⁷⁰ Ver BENEDICT, Murray. **Farm Policies of the United States, 1790-1950: A Study of their Origins and development.** New York: Twentieth Century Fund, 1953. p. 118 e STORER, Norman William. **Science and scientists in an agricultural research organization.** A sociological study. New York: Arno Press, 1980. p. 36-37.

⁷¹ MARCUS, Alan. Op. Cit. p. 08-12.

⁷² Ibidem. p. 23-24

apontava, neste sentido, para que a *science farming* guiaria para uma vida melhor, mais feliz e com melhor renda⁷³.

Mas as diferenças entre agricultura “científica” e “sistemática” orientavam-se em diferentes aspectos como forma de inserir o lugar da agricultura e de seus sujeitos no sistema socioeconômico e político americano. Enquanto a visão científica pautava-se em termos como observação, experimentação, laboratórios e ciência, em direção a uma maior profissionalização, a visão sistemática guiava-se pelos negócios: experiência, contabilidade (bookkeeping) e sistema, adotando os termos ligados aos negócios financeiros, até porque este era o seu modelo, argumentando que o trabalho agrícola era uma ocupação ou vocação. Mas como necessidade de sobrevivência como grupo, as duas orientações julgavam necessário que os *farmers* abandonassem a idéia de independência e se colocassem à disposição para serem auxiliados⁷⁴.

A aprovação do *Hatch Act* em 1887 marcou a ascensão dos “agricultural scientists”, providenciando a cada estado e território \$15.000 anuais para iniciar uma estação experimental agrícola, destinada exclusivamente para investigação agrícola e experimentação. Desta forma, “chemists”, mas principalmente os “agricultural scientists” poderiam ser uma alternativa representativa aos *farmers* – independentes, autônomos, individuais – tanto no que diz respeito à ação política quanto à conexão destes com a racionalização das práticas, condizentes com o que o mundo moderno tornava imperativo⁷⁵. Com a aprovação do *Hatch Act* em 1887, o *Office of Experiment Stations* foi organizado no USDA em primeiro de Outubro de 1888.

No período de 1890-1929 pode-se interpretar que a Extensão Rural, um dos principais instrumentos de difusão das técnicas, tecnologias e mudanças culturais para a agricultura e os agricultores foi iniciado, embora trazendo as experiências do século XIX. Com o *Country Life Commission*⁷⁶, realizado durante o governo de Theodore Roosevelt, ressaltou-se a importância de que os conhecimentos técnicos produzidos dentro da estrutura de pesquisa agrícola dos Estados Unidos chegasse até os farmers. Pautando-se nas experiências de Seaman Knapp, iniciou-se a articulação de um sistema de difusão dos conhecimentos que ficou conhecido como *Cooperative Extension Service* e que enfrentaria dificuldades de legitimação durante os primeiros anos de

⁷³ Ibidem. p. 24.

⁷⁴ Ibidem. p. 25-26.

⁷⁵ Ibidem. p. 06.

⁷⁶ O *Country Life Commission* publicou em 1909, durante a presidência de Theodore Roosevelt, diversas orientações para proporcionar mudanças no meio rural dos Estados Unidos, dentre elas as práticas extensionistas.

atuação, mas que com a chegada da Primeira Guerra Mundial exerceu um papel importante na divulgação de conhecimentos e organização dos agricultores para a produção de alimentos.

A pesquisa dentro da área de agricultura, é possível interpretar, representaria a continuidade da “vocação científica” iniciada com a geração de 1850, a qual afirma Charles E. Rosenberg que

Represented no conflict in life style with that of the traditional religious leader, but served, rather, as an alternative, offering many of the values embodied in the ideal type of spiritual teacher. It was a role in which success could be achieved in terms of demeaning material standards, but as a result of contributing to human knowledge – and thus, they never doubted, to human welfare and morality.⁷⁷

N o por acaso Seaman Knapp, considerado o precursor dos trabalhos de Extensão Rural era pastor, assim como um dos precursores deste mesmo programa no Brasil, John B. Griffing. Ainda se referindo   esta geração de cientistas do século XIX, Rosenberg afirma que as motivações para a atuação dos pesquisadores estava pautada em questões religiosas e específicas do trabalho do cientista, mas que

They also shared a similar attitude toward progress, an attitude central in their commitment to applied science. As workers active in a field potentially relevant to human needs, these young Americans assumed that their work have a moral and social significance – and not simply prove a source of personal intellectual satisfaction.⁷⁸

Se o *Country Life Commission* denunciou a realidade das populações rurais dos Estados Unidos no início do século XX, o trabalho da ciência estava sendo realizado com o intuito de resolvê-lo. A ponte para levar o conhecimento técnico e as tecnologias para os *farmers*, no entanto, deveriam ser realizadas de forma persuasiva sem imposições. Ao menos a posição predominante e fundamental para o extensionismo procurou atuar desta forma: a demonstração de resultados. Esta inovação no trabalho com os *farmers*   atribuída a Seaman A. Knapp, principalmente durante a campanha de controle da destruição de plantações causada pelo bicudo-do-algodoeiro (cotton boll weevil) iniciado em 1904 nos estados do sul. Antes disso, em 1885, Seaman A. Knapp teria se desligado da presidência do Iowa State College com o intuito de gerenciar um projeto de desenvolvimento agrícola e colonização em Louisiana. Poucas terras foram

⁷⁷ ROSENBERG, Charles E. Op. Cit. p. 139.

⁷⁸ Ibidem. p. 140.

vendas inicialmente, quando Knapp lançou mão dos trabalhos de demonstração, subsidiando alguns *farmers* do meio-oeste para começar a produzir sob a direção do próprio Knapp, demonstrando posteriormente que a terra era produtiva quando trabalhada de forma apropriada⁷⁹.

Knapp demonstrava aos *farmers* o que poderia ser feito em determinada situação, ao mesmo tempo em que tentava convencê-los a mudar de prática através de palestras e conversas aliadas a vendas de produtos agrícolas. Se no início do século XX as demonstrações tinham como objetivo conter uma determinada praga, entre outras questões, se colocava a necessidade desta interdependência entre os *farmers*: para que o esforço de combate a uma praga não fosse perdido simplesmente pelo desconhecimento das técnicas por parte das propriedades mais próximas, as demonstrações coletivas constituíam-se como uma metodologia. Inicialmente, então, diversos *farmers* poderiam ser reunidos para uma demonstração com o intuito de comprovar que esta “nova” prática era melhor que a tradicional. Os resultados, entretanto, apontavam que eram poucos os que participavam destas experimentações. Desta forma, apontam Brunner & Yang, Seaman A. Knapp, então, teria proposto que um dos *farmers*, escolhido pela comunidade, adotaria estes novos modelos, garantido contra possíveis prejuízos. Também a Secretaria de Agricultura teria colocado à disposição dos *farmers* que adotassem a nova prática, em torno de \$ 40.000,00 de um total de \$ 250.000,00. Desta forma, ainda por volta de 1904, 24 agentes teriam sido empregados e em torno de 7.000 *farmers* teriam concordado em servir como demonstradores⁸⁰.

Quando a difusão do trabalho de demonstração iniciado por Knapp espalhou-se para outros estados da região sul dos Estados Unidos por volta de 1904, o recém-criado *General Education Board*⁸¹, de iniciativa de John D. Rockefeller, auxiliou o trabalho de Knapp procurando perceber se estes métodos poderiam ser aplicados em processos educativos gerais. Desta forma, o *Board* pagava os salários de 85 dos 157 agentes em onze estados, sendo que também contou com apoio de empresários locais, companhias

⁷⁹ BRUNNER, Edmund & E. PAO YANG. **Rural America and the Extension Service**. A history and critique of the Cooperative Agricultural and Home Economics Extension Service. New York: Teacher College; Columbia University, 1949. p. 08.

⁸⁰ Ibidem. p. 09.

⁸¹ “A grande preocupação da família Rockefeller era com a educação, a exemplo de seu apoio à criação, em 1902, do General Education Board, que no início visava promover a educação básica nas regiões mais pobres dos Estados Unidos, em especial a região sul, onde também seriam efetuados os primeiros projetos de saúde pública. Mais tarde o ensino superior foi objeto de ação da família, com ênfase no ensino de medicina, saúde pública e ciências biológicas.” SANGLARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório: Filantropia, mecenato e práticas científicas**. Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. FIOCRUZ, 2005. (Doutorado em História das Ciências da Saúde). [p. 108].

ferroviárias, entre outros⁸². Em março de 1910, quando John H. Barron começou seu trabalho em Binghamton, New York, os estados do norte também aderiram ao *demonstration work*, criando um “*farm bureau*” que recebeu apoio de diversas origens, incluindo o USDA⁸³. De acordo com Murray Benedict, estes *bureaus*, que objetivavam um contato rápido e efetivo com os *farmers*, organizaram-se em conexão com o *Extension Service* e tornaram-se um importante mecanismo de rápida expansão de um tipo de organização geral para as fazendas. Em alguns estados como Illinois, por exemplo, estas agências financiaram, virtualmente, os custos de manutenção das informações agrícolas antes da disponibilidade de fundos federais e estaduais.⁸⁴

Este modelo de trabalho começou a ser estruturado após o início das experiências de Seaman Knapp, sendo que os trabalhos extensionistas ainda eram considerados de pequeno alcance na década de 1910, com diversas iniciativas isoladas. O processo de centralização das ações extensionistas pelo governo federal norte-americano, iniciado com o *Smith-Lever Act*, sistematizou e viabilizou a troca de experiências e a aplicação de novos conhecimentos científicos à agricultura. Aprovado em 1914, o *Cooperative Extension Service* foi considerado colaborador do USDA e dos *Land-Grant Colleges*. Anos antes, no entanto, uma das recomendações do *Country Life Commission*, de 1909, assinalava a importância da adoção de serviços de extensão agrícola.

Por volta de 1914, um projeto de lei foi escrito por Kenyon L. Butterfield, então presidente do *Rhode Island State College*, com o auxílio de John Hamilton, do *Office of Experiment Stations*, sem unanimidade mesmo entre os *Colleges*. Estas leis eram vistas com reserva pelos *agricultural colleges*, que gostariam de uma lei que providenciasse recursos para auxiliá-los, mas não queriam a dominação federal⁸⁵. Após numerosas revisões, o projeto foi enviado para o Congresso por Asbury F. Lever, da Carolina do Sul, e no Senado por Hoke Smith, da Geórgia.⁸⁶ O *Smith-Lever Act* destinou um

⁸² Ibidem. p. 09. Nestes tempos, observa outro autor, Murray Benedict, embora o trabalho extensionista estava ainda um tanto distanciado dos *State Colleges* e das estações experimentais, Knapp também contou com o auxílio de David F. Houston, presidente do *Texas A & M College*, que mais tarde lançou nacionalmente o programa de Extensão Agrícola sob os auspícios do poder público. BENELECT, Murray. Op. Cit. p. 152-153.

⁸³ McNELLY, C. L. **The county agent story**. The impact of extension work on farming and country life Minnesota. Berryville (Arkansas): Braswell Printing Company, 1960. p. 18.

⁸⁴ BENELECT, Murray. Op. Cit. p. 176.

⁸⁵ Ibidem. p. 153.

⁸⁶ Ibidem. p. 153. Os conflitos que envolveram a aprovação deste ato foram intensos de acordo com Benedict: *farm representatives* de dentro e fora do Congresso viram este ato como auxiliar no aumento da produção, não no aumento de mercados; outros viram isto como legislação de classe; a inclusão ou não de *farmers negros* no programa, que resultou em duas agências separadas: um *Office of Extension Work*,

orçamento anual de \$ 10.000 para cada estado, mais uma quantidade de \$ 600,000 de entrada para ser repartido proporcionalmente à quantidade de população rural, entre outros incrementos⁸⁷.

No entanto, antes da Primeira Guerra Mundial, enquanto os estados do sul experienciavam a adoção das práticas agrícolas, os *farmers* do Norte se colocavam de maneira céptica quanto à qualquer tipo de inovações propostas por conselheiros de toda a sorte, especialmente os que fossem considerados *outsiders*. E desta forma, conforme observou McNelly, o *county agent* era considerado um “filho ilegítimo”, adotado por um “negócio não santificado” (“*unhallowed business*”) e abandonado à porta dos *farmers*. Certamente, acrescenta, fora recusado por muitos *farmers* do centro-oeste do estado.⁸⁸ Contudo, a aceitação do *county agent* seria concretizada durante a guerra e nos anos posteriores, quando a produção agrícola norte-americana ganhou contornos mais afeitos com o processo de industrialização. Isto pode ser observado, conforme um dado apontado por Murray Benedict, no que se refere ao aumento do número de *county agents* – ou de acordo o autor, os “county farm advisers” – entre os verões de 1917-1918: se 542 eram os agentes no primeiro ano, aumentou para 1.133 no ano que marcou o final da guerra⁸⁹. Da mesma forma, Gaus & Wolcott consideram que este período marcou a difusão das ações extensionistas para áreas que ainda não se utilizavam deste tipo de serviço⁹⁰.

A Primeira Guerra, neste sentido, pode ser considerada um ponto fundamental para modelar a atuação do *Extension Service* bem como para atrair recursos. Nos tempos da guerra, uma das teses mais recorrentes apoiava-se no argumento que a produção de alimentos poderia suportar uma guerra possivelmente longa. De fato, segundo Benedict, a Inglaterra e a França tornavam-se dependentes da produção de trigo e outros alimentos, sendo que neste período os Estados Unidos aumentaram sua produção de trigo, chegando a uma safra recorde. Mas se, inicialmente, os preços se mantinham relativamente baixos, as demandas da guerra demonstravam a importância

North and West e um *Office of Extension Work, South*. Estes escritórios eram parte, em 1915, do novo States Relations Service, que incluía também o *Office of Home Economics* e o *Office of Experiment Stations*. Em 1923, estas agências foram reorganizadas em unidades separadas: o Bureau of Home Economics, o *Office of Experiment Stations* e o *Extension Service*. Em 1921 Seaman A. Knapp aposentou-se como chefe do *Office of Extension Work (South)*, e em seguida o *Office* do Oeste e Norte e o *Office* do Sul foram combinados.

⁸⁷ Ibidem. p. 153.

⁸⁸ McNelly. Op. Cit. p. 40. Este processo também é narrado, embora sem citar os exemplos, por BENELECT, Murray. Op. Cit. p. 153.

⁸⁹ BENELECT, Murray. Op. Cit. p. 163.

⁹⁰ Ver GAUS, John M., WOLCOTT, Leon O. Op. Cit.

de controlar a especulação de produtos básicos que, como o trigo, poderia duplicar seu preço no mercado: se em junho de 1916 o preço da saca custava \$ 1.06 em Chicago, em maio de 1917 chegou a custar \$ 3.40⁹¹. Desta forma, a aplicação dos conhecimentos desenvolvidos nos *Colleges* e nas estações experimentais para um máximo de *farmers* poderia auxiliar neste processo. Desta forma, como coloca McNelly, o slogan *food will win the war* surgiu no contexto do *Emergency Food Production Act*, aprovado pelo Congresso norte-americano e também pelo Presidente Wilson em agosto de 1917. Desta forma, um recurso de \$ 4,348,400 seria aplicado naquela época para o desenvolvimento do *Extension Service*⁹².

Se o *Country Life Commission* procurou demonstrar que o meio rural e a agricultura norte-americana precisavam de maior articulação com as instâncias produtoras de conhecimento visando o aumento da produção agrícola, as populações rurais também necessitavam de assistência econômica no sentido de que muitas famílias não eram proprietárias, situação que persistia na década de 1930. No início da década de 1930s, por exemplo, 45% das fazendas do país eram operadas por arrendatários, e, em geral, este era um sinônimo de pobreza no campo, especialmente os meeiros (*sharecroppers*) do Sul. Desta forma, três em cada quatro fazendas que produziam algodão no Sul dos Estados Unidos, por exemplo, eram operadas por arrendatários⁹³. A década de 1930 ficou caracterizada pela tentativa de retomada de um crescimento agrícola, mas partindo de outros princípios. Se por um lado o comprometimento com as relações de produção capitalista continuou sendo a tônica da administração federal⁹⁴, o intervencionismo caracterizou a década seguinte, principalmente através do *New Deal*.

Interpretando que a crise de 1929 fora produzida, sobretudo, por excesso da produção industrial e agrícola e falta de variedade nos produtos ou de consumidores no mercado interno e externo, os idealizadores do *New Deal* – ou *New Dealers*⁹⁵ –

⁹¹ BENEDICT, Murray. Op. Cit. p. 159.

⁹² Ibidem.

⁹³ KIRKENDALL, Richard S. The New Deal and agriculture. In: BRAEMAN, John, BREMNER, Robert. H., BRODY, David. **The New Deal**. The national level. Vol. 1. Columbus: Ohio State University Press, 1975. p. 95

⁹⁴ Embora se diferenciasse da administração Hoover, alguns historiadores apontam que estas diferenças não foram estruturais, apenas variaram dentro de um determinado modelo. De acordo com Richard S. Kirkendall, a ação do *New Deal* demonstrou o comprometimento da administração Roosevelt com o sistema capitalista e sua determinação tanto para preservá-lo quanto para promover mudanças no capitalismo norte-americano. Idem. p. 83.

⁹⁵ Os *New Dealers*, concordando com Holt, não são entendidos como um grupo com uma ideologia comum, mas as pessoas que, ao desempenhar seu papel, defenderam o *New Deal* (congressistas, executive official). HOLT, James. The New Deal and the American anti-statist tradition. In: BRAEMAN, John, BREMNER, Robert. H., BRODY, David. Op. Cit. p. 28.

passaram a intervir em diversos setores da economia norte-americana, com especial atenção para a agricultura. Após a eleição de Franklin Roosevelt em 1932, uma série de ações foram tomadas visando mudar a situação da agricultura e dos sujeitos envolvidos neste processo. Depois do início do período da Depressão, os pequenos *farmers* passaram a tentar subsistir produzindo em solos esgotados ou em pequenas propriedades que não permitiam uma subsistência adequada. Também os preços de arrendamento aumentaram e, desta forma, os proprietários não dispunham de recursos provenientes das agências de crédito – cujo sistema desorganizou-se – para financiar seus arrendatários ou, endividados, tornavam-se também arrendatários⁹⁶.

Nos primeiros anos da década de 1930, o peso do Estado sobre a organização da agricultura aumentou significativamente com a organização do *New Deal*. O Democrata Roosevelt nomeou para a Secretaria da Agricultura em 1933, o ex-Republicano Henry Agard Wallace, neto de “Uncle Henry” Wallace e filho do *farm leader* Henry Cantwell Wallace, que também desempenhou o cargo de Secretário da Agricultura nos Estados Unidos nos anos 1920s (1921-1924)⁹⁷. No mesmo ano o congresso aprovou o *Agricultural Adjustment Act* (AAA) que passaria a intervir na produção agrícola. Desta forma, a política do *New Deal* voltada para a agricultura, de acordo com Rexford Guy Tugwell – conselheiro de Roosevelt durante a campanha de 1932 e que fez parte do mesmo staff da agricultura federal – teria se pautado em ações orientadas no ajustamento dos interesses específicos de cada produtor, para que estes coincidissem com os interesses nacionais⁹⁸. Em outras palavras, o programa tinha o intuito de

⁹⁶ RIBEIRO, José Paulo e MACHADO, Geraldo O. Filosofia do Crédito Supervisionado e sua relação com serviços de extensão. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Crédito e Assistência Rural. **Crédito Rural Supervisionado no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola (SIA), 1960. p. 11-48. (Estudos Brasileiros – n. 12) p. 33.

⁹⁷ Henry A. Wallace permaneceu no cargo até 1940. Sua família dirigiu a impressão de um diário voltado para a agricultura, o *Wallaces' Farm*, e seu pai auxiliou na organização de clubes de juventude rural e programas de extensão no Iowa.

⁹⁸ Tugwell tornou-se uma figura emblemática dos tempos do *New Deal*, por iniciativas consideradas inusitadas pelos seus adversários. Como um *New Dealer*, Tugwell acentuou em seus discursos e artigos a importância do consenso. Obtendo um Ph.D. pelo Departamento de Economia da University of Pennsylvania em 1922, Tugwell foi Assistente na mesma Secretaria da Agricultura, onde permaneceu até 1934, tornando-se Subsecretário da Agricultura entre 1934 e 1936. Tugwell teria escrito ainda que foi necessária muita coragem para opor-se aos métodos errados, e também energia e imaginação para que os passos fossem dados direção aos objetivos. Tugwell teria afirmado que o *New Deal* teria demonstrado “an unshamed presence for pressures, exerted on behalf of human rights”. Livro sobre Rexford Tugwell. p. 376 e 378. Anos mais tarde, na década de 1940, Tugwell reviu sua posição de *New Dealer*, ao aceitar uma crítica de Philip Selznick, quando colocava que a promoção de interesses nacionais pela Tennessee Valley Authority (TVA), o AAA e o Soil Conservation Service apoiou-se em “co-optation” – talvez um trocadilho com “co-operation” – um processo em que estas agências, para continuar em ação, “share policy determination with ‘grass-tops’ local interests which stood for the status quo.” STERNESHER, Bernard. **Rexford Tugwell and the New Deal**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1964. p. 376-379.

subsidiar a produção dos *farmers*, orientando os produtos a serem cultivados e mesmo que, quando necessário, parte da propriedade não fosse incorporada no processo de produção.

No entanto, Roosevelt e os *New Dealers* se depararam com uma grande oposição aos programas iniciados naquele ano. Um tema persistente na retórica conservadora (mas também entre parte dos Democratas) foi, justamente, o da expansão do poder federal sob os auspícios desta primeira administração de Roosevelt. Estes argumentavam que estas ações, como as proposições do AAA, estavam em desacordo com os princípios das liberdades individuais e espírito de iniciativa dos americanos. Em linhas gerais, de acordo com esta visão, os americanos sempre tiveram grande prosperidade, mais do que qualquer outra nação, em função de que foi dada a possibilidade de trabalhar com um mínimo de coerção⁹⁹. Em outras palavras, uma possível tradição anti-estatista criticava duramente a intervenção do governo federal nas ações relacionadas à agricultura.

Um exemplo desta postura que procurava ajustar o interesse de *farmers* àqueles da economia nacional, como expressou Tugwell, pode ser encontrado no trabalho dos agentes do serviço de extensão. De acordo com Wayne Rasmussen, historiador ligado ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), muitos foram os estados norte-americanos que, com a Depressão, passaram a cortar as despesas do *Extension Service*, incluindo os agentes e escritórios. Desta forma, o *New Deal* teria oferecido uma oportunidade de mudar a situação. O AAA teria feito do *county agent* uma parte importante deste “inovador e controverso programa”, pois a estes agentes couberam diversas tarefas como, por exemplo, administrar e ensinar, além da responsabilidade pela iniciativa dos programas que oferecia aos *farmers* recompensas pela cooperação e impunha penalidades pelo não seguimento das questões previamente combinadas. O ciclo produtivo da agricultura e o caráter emergencial que esta se encontrava, impôs, ainda, que os prazos para fazer parte deste programa fossem relativamente pequenos. Desta forma, tornando-se imperativo alcançar o máximo de *farmers* num pequeno espaço de tempo, os *New Dealers* encontraram no *Extension Service* um importante aliado, pois esta seria a única agência com representantes em, virtualmente, cada fazenda dos condados.¹⁰⁰

⁹⁹ HOLT, James. Op. Cit. p. 27.

¹⁰⁰ RASMUSSEN, Wayne D. **Taking the university to the people**. Seventy-five years of Cooperative Extension. Ames (Iowa): Iowa State University Press, 1989. p. 97-98.

De acordo com Kirkendall, o esquema de controle da produção foi desenvolvido por cientistas sociais, não por organizações de *farmers leaders* ou políticos¹⁰¹. Desta forma, o *Agricultural Adjustment Act* foi aprovado em 1933 com marcada influência de Wilson, economista agrícola do Montana State College: controle da produção, participação voluntária encorajada por incentivos financeiros, entre outras questões. Por outro lado, as idéias relacionadas a George N. Peek – autor do plano McNary-Haugen, o projeto da década de 1920 que procuraria criar uma agência federal e limitar a venda, estocagem e exportação de produtos agrícolas dentro dos Estados Unidos, mantendo os preços anteriores à Primeira Guerra Mundial – continuaram influenciando neste ato, principalmente no que se refere à venda do excedente de mercadorias para mercados estrangeiros, e aos acordos a respeito dos preços que seriam pagos aos *farmers* pelos “processors” e distribuidores de produtos agrícolas¹⁰². Peek dirigiu uma das agências federais estabelecidas pelo *Agricultural Adjustment Administration*. No entanto, Henry Agard Wallace, secretário de agricultura de Roosevelt se opôs à regulamentação do preço pago aos *farmers*, considerando que esta iniciativa ia contra o programa de controle da produção. Esta oposição gerou uma série de conflitos que resultou no afastamento de George Peek¹⁰³. Para Murray Benedict, a falta de definição do papel do Secretário da Agricultura causaria confrontos entre Peek e Wallace, que tentava proceder como administrador do AAA, deixando as demais unidades do Departamento para Rexford Tugwell, assistente da Secretaria naquele momento. Pouco tempo depois, Peek abandonou o cargo, e Wallace adotou a posição de líder filosófico e administrador deste novo programa, quando Chester C. Davis, aliado de Wallace foi nomeado para o cargo¹⁰⁴. Uma das principais agências deste período, a FSA, que teve muitos de seus funcionários atuando na no Brasil e em outros países da América Latina na segunda metade da década de 1940 e nos anos seguintes, será abordada no capítulo cinco deste trabalho.

Quando a Segunda Guerra Mundial chegava ao fim, os projetos de modernização da agricultura norte-americana ganharam, com a saída de uma posição isolacionista, um novo impulso e foram estendidos aos demais países. A agricultura continuava sendo interpretada como um campo orientado ao contínuo *progresso*. Neste

¹⁰¹ De acordo com Kirkendall, o grupo de intelectuais reunia M. L. Wilson e outros como William J. Spillman, John D. Black, Howard Tolley e Mordecai Ezekiel. KIRKENDALL, Richard S. Op. Cit. p. 87.

¹⁰² Ibidem. p.88

¹⁰³ Ibidem. p. 89

¹⁰⁴ BENEDICT, Murray. Op. Cit. p. 285.

período, o agrônomo norte-americano David Kelsey afirmou que “a marcha do progresso no sentido de uma vida doméstica e agrícola próspera e eficiente é um movimento vital que a todos interessa.”¹⁰⁵ E este modelo teria na experiência norte-americana sua principal orientação, pois, de acordo com Lauren Soth, o editor do *Des Moines Register and Tribune* durante parte das décadas de 1940 e 1950, “os Estados Unidos, inquestionavelmente, de todos os países, é o mais apto a orientar e auxiliar no aumento da produtividade agrícola no mundo.”¹⁰⁶ A agricultura, neste sentido, trazia os princípios dos *Founding Fathers* da nação e deveriam carregá-los adiante: “a maior vantagem da América, no desenvolvimento agrícola”, diria Soth, “talvez tenha sido um conjunto de idéias. Essas idéias poderiam ser chamadas de fé na inevitabilidade do progresso. As idéias originaram-se de um grupo excepcional dos primeiros líderes da nova república americana e de uma herança de liberdade e independência.”¹⁰⁷

Este ideal de liberdade – característica distintiva da sociedade norte-americana de acordo com os próprios norte-americanos – acompanhada por uma marcha do progresso social, econômico, técnico e científico na área agrícola, poderia ser *extendido* aos demais países, principalmente àqueles *subdesenvolvidos*. “Nos anos que se seguiram à II Guerra Mundial”, diria Soth, “a América se empenhou num poderoso esforço, tanto público como privado, para auxiliar países menos privilegiados a desenvolverem indústrias agrícolas produtivas. Através da Organização da Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO)”, e também “através do programa de ajuda externa dos Estados Unidos, através de agências de ensino particulares, através de igreja e através de programas comerciais individuais está sendo ensinado aos agricultores, em outros países, como os da América se tornaram tão produtivos.”¹⁰⁸

Neste contexto histórico, as fronteiras do extensionismo rural norte-americano e de outros programas como o FSA avançavam em todas as direções, seja rumando para

¹⁰⁵ KELSEY, David L. e HEARN, Cannon C. **Serviço de Extensão Cooperativa**. Trad. Adap. Carlos E.M. da Costa. Rio de Janeiro: USAID, 1966. p. 17.

¹⁰⁶ SOTH, Lauren. **A moderna agricultura e seus problemas**. Tradução de Ruth S. de Meneses. Revisão Técnica de José Pinto Pupo. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1968. p. 215.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 212. Desta forma, também para o agrônomo H. C. Sanders, da *Louisiana State University* e *A. & M. College*, a agricultura em sua forma extensionista teria em sua atuação, os argumentos necessários para sustentar a república: The Cooperative Extension Service will for the foreseeable future contribute largely to maintaining three elements basically essential to the Republic. (a) an abundance of food and fiber; (b) a family system that involves the home as an effective social and economic unit; and (c) a systematic process of leadership development. SAUNDERS, H. C. e MAUNDER, A. H. Why an extension service today? In: SAUNDERS, H. C. (ed.) **The cooperative extension service**. Englewood Cliffs (New Jersey, EUA): Prentice-Hall Inc., 1966. p. 03.

¹⁰⁸ SOTH, Lauren, op. cit. p. 210. Sobre a FAO, ver o trabalho de STAPLES, Amy L. S. **Constructing international identity: the World Bank, Food an Agriculture Organization, and World Health Organization, 1945-1965**. 2. Vol. Ohio: The Ohio State University, 1998. (Tese Ph. D.)

os países europeus devastados pela guerra, para os países que há pouco tinham se declarado “inimigos” – como o Japão – ou mesmo aos países do oriente médio – o Irã, por exemplo. Exemplo disso foi que durante o mês de setembro de 1944, em Washington D.C., alguns apontamentos foram ensaiados neste sentido durante a realização de uma conferência contando com a participação de técnicos que estariam “familiarizados com os serviços de extensão ou com as condições de diferentes partes do mundo.” Desta forma, “a conferência considerou o que os métodos de extensão educacionais podem fazer no sentido da recuperação dos países devastados pela guerra”¹⁰⁹.

No entanto, a Europa não foi o único continente a experienciar projetos norte-americanos de assistência técnica em agricultura. A América Latina, neste sentido, foi um espaço de atuação dos projetos extensionistas e de outras experiências desde as primeiras décadas do século XX, mas apenas na segunda metade da década de 1940 e nas décadas subseqüentes estes projetos se intensificaram, e o papel de uma agência – a *American International Association for Economic and Social Development* (AIA) – foi fundamental neste processo. Em outras palavras, se a Extensão Rural, por exemplo, já fora experienciada no Brasil na futura Universidade de Viçosa durante a década de 1920, este programa ganhou contornos nacionais apenas com a atuação da AIA em convênio com o Governo do Estado de Minas Gerais.

¹⁰⁹ KELSEY, David L. e HEARN, Cannon C, op. cit. p. 405. O autor refere-se ao “Conference report on the contribution of Extension methods and techniques toward the rehabilitation of war-town countries”, realizado em Washington, D.C., Estados Unidos, de 19 a 22 de setembro de 1944. A organização foi do serviço de extensão do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) e Gabinete de relações exteriores de agricultura.

CAPÍTULO 02: Política, economia, filantropia e a formação da AIA

“... miséria, fome, doenças e ignorância em qualquer parte deste hemisfério formam uma constante ameaça ao bem-estar e à segurança de todos ...”

Kenneth Kadow

Se no primeiro capítulo a discussão girou em torno do contexto internacional pós-1945, demonstrando como o desejo de modernização se legitimou e se utilizou da agricultura como um instrumento para difundir o conhecimento técnico, o objetivo deste capítulo é discutir, mais especificamente, como a AIA surge. Este momento indica, entre vários aspectos de ordem política e econômica, a manutenção de atividades na América Latina e no Brasil por parte de Nelson Rockefeller; a intensificação de projetos de cooperação internacional que mais tarde se consolidariam com o Ponto Quatro durante o governo do presidente norte-americano Harry Truman e com o seu “sucessor”, a Aliança para o Progresso, implantado durante o governo Kennedy. Também, neste período pós-1945, uma agenda internacional foi sendo constituída tendo como um dos projetos centrais a intensificação dos processos de modernização da agricultura como forma de solucionar os problemas de fome no mundo e, de acordo com esta retórica, aumentar o bem-estar das populações rurais dos países considerados subdesenvolvidos por meio da cooperação técnica internacional. A América Latina, neste sentido, foi incluída nesta agenda devido tanto às suas condições políticas quanto aos recursos naturais e possibilidades de mercado.

2.1. Cooperação técnica: os primeiros projetos durante a Guerra (1940-1946)

Em dezembro de 1944, quando o fim da Guerra se aproximava, Nelson Rockefeller deixou o *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*¹¹⁰ (CIAA). Agências como o *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA), que desde 1942 desenvolvia programas de treinamento e assistência técnica para a América Latina, após a Guerra continuaram desenvolvendo alguns destes programas, mas com um orçamento bem menor, uma vez que os olhares norte-americanos passaram a estar voltados para a reconstrução da Europa. Contudo, de acordo com a historiadora Elizabeth Cobbs, o *staff* do CIAA não estava disposto a deixar de lado os programas que foram criados durante a Guerra¹¹¹. Além disso, a América Latina ainda era o território de atuação de Nelson Rockefeller e, conforme sugerem Colby & Dennett, mesmo que a Europa estivesse concentrando os esforços econômicos dos Estados Unidos, era a grande possibilidade de ascensão política do ex-coordenador do *Office*, bem da manutenção das suas atividades econômicas na região. Como escrevem os autores, “Nelson sempre acreditara que o abandono da Política de Boa Vizinhança prenunciaria um desastre para os interesses empresariais americanos na América Latina, incluindo os da Standard Oil.” Neste momento, Nelson “também tinha um grande interesse pessoal: sua ascensão meteórica em Washington estava ligada à América Latina. Se o lugar do hemisfério na galáxia de estrelas de Washington desaparecesse, a carreira de Nelson iria junto.”¹¹²

¹¹⁰ O historiador Antônio Pedro Tota escreve que o Birô Interamericano, como era conhecido, foi coordenado pelo próprio Nelson Rockefeller, pretendia servir como maneira de obter apoio nos tempos da Segunda Guerra Mundial, em nome dos Estados Unidos, das sociedades latino-americanas através de acordos de cooperação realizados nos primeiros anos da década de 1940. Criado em 16 de agosto de 1940, durante o governo do Presidente Roosevelt e localizado no Rio de Janeiro, o CIAA mantinha viva, de acordo com Antônio Pedro Tota, a idéia da *Good Neighbor Policy* praticada pelo mesmo Roosevelt desde a década de 1930, como forma de organizar as relações políticas e comerciais com os países latino-americanos. Inicialmente chamado de Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Américas, o escritório mudou seu nome posteriormente para Office of the Coordinator of Inter-American Affairs (OCIAA), refletindo, segundo o historiador Antonio Pedro Tota, a “aumento da autoridade de Nelson”. Ver TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 50. Para Gerson Moura, os principais objetivos do Office seriam “persuadir as nações latino-americanas a seguir a liderança dos EUA em oposição ao Eixo, integrar a economia americana com a dos EUA em um mesmo sistema, impedir revoluções nas Américas, lutar contra os agente do Eixo e aumentar o comércio dos EUA.” Para isto, diversas ações foram desenvolvidas na imprensa, cinema, intercâmbio cultural, programas sanitários, entre outros. MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. A política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980. p. 140-141.

¹¹¹ COBBS, Elizabeth. **Good work as a profit**. Private development and United States – Brazil relation (1945-1960). Stanford, 1988. (Ph.D. Thesis). p. 116.

¹¹² Ibidem. p. 185.

Ainda de acordo com Colby & Dennett, com o fim da guerra se aproximando e com o progressivo corte de verbas para o *Office*, somados à diminuição da influência de Adolf Berle, secretário-assistente para Assuntos Latino-Americanos em 1943, e de Sumner Welles, então subsecretário, para Nelson só “restava uma direção a seguir: para cima.” Desse modo, “tinha que tentar suceder Berle”. cargo que por fim ocupou até agosto de 1945¹¹³. Neste sentido, se as intenções políticas e econômicas de Nelson Rockefeller o motivam para manter relações de proximidade com a América Latina, como apontaram Cobbs, Colby & Dennett, o fim da Segunda Guerra Mundial indicava, ao mesmo tempo, que um novo 1929 poderia estar por vir nos Estados Unidos. Uma vez que a alta produção de alimentos para a manutenção das tropas aliadas não seria mais necessária, a cooperação internacional também indicaria uma forma de evitar uma superprodução.

Parecia haver razões de sobra para que se acreditasse que a agricultura poderia evitar uma nova Grande Depressão. Ao menos é o que leva a crer um informativo escrito por Boyce Morgan, correspondente da *Kiplinger Washington Agency*, depositado na mesa de Nelson Rockefeller. Em uma espécie de recado, o documento alertava: “Remember the ‘farm problem’... that plague of assorted troubles in agriculture and its allied industries which grew out of the last war, made headlines in the ‘20s and ‘30s? Well, once more we’re in a period of postwar readjustment. Is it ‘Look out, boys – here we go again?’”¹¹⁴ Mas o recado não era novo, uma vez que em março de 1945 os representantes norte-americanos que assinaram a Ata de Chapultepec, na *Inter-American Conference on the Problems of War and Peace*, México, onde o próprio secretário-assistente Nelson Rockefeller participou, estavam tentando criar alternativas para que a Grande Depressão não voltasse com o fim da guerra: “os Estados Unidos estavam cheios de idéias, trabalhadores e produtos” e, neste sentido, “precisavam de mercados”, ou, nas palavras de Rockefeller, “fronteiras”¹¹⁵.

Conforme observa o historiador M. J. Heale, enquanto Roosevelt indicava, na conferência de Bretton Woods, New Hampshire, em Julho de 1944, que os Estados Unidos deveriam agir como guardiões econômicos daqueles tempos difíceis, “memories of the Depression dominated the minds of the delegates”. Completa o historiador: “the

¹¹³ Ibidem. p. 187.

¹¹⁴ MORGAN, Boyce. Are we facing another postwar “farm problem?”. 25 de fevereiro de 1946. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

¹¹⁵ COBBS, Elizabeth. Op. Cit. p. 197.

1930s had seen not only many peoples of the world ravaged by poverty, but also consequent political tensions which had spawned fascism and war.”¹¹⁶

Desta forma, é importante observar que as incertezas que marcavam o período final da Guerra exigiam determinadas atitudes, pois uma nova superprodução poderia gerar problemas vivenciados poucos anos antes com a Depressão. Ao contrário dos “isolacionistas”, grupo que durante o governo de Roosevelt defendia a manutenção de relações tradicionais com a América Latina, os “internacionalistas” propunham outra orientação para a política ao sul do Rio Grande, uma vez que as possibilidades de comércio aumentariam significativamente. Desta forma, Nelson Rockefeller pode ser considerado “um bom exemplo dos interesses internacionalizados da economia norte-americana”, pois “mantinha investimentos pessoais na América Latina, especialmente na Venezuela, onde seus negócios com petróleo eram significativos”¹¹⁷. Iniciando na vida pública durante os primeiros tempos do *New Deal* no final da década de 1930, o republicano Nelson Rockefeller deparou-se com o programa de recuperação da economia norte-americana iniciado pelo Democrata Roosevelt numa perspectiva “compatível com o isolacionismo”, como lembra o historiador M. J. Heale, uma vez que para os *New Dealers* a solução para os problemas da economia seria caseira¹¹⁸. Se nos primeiros anos do *New Deal* “a cooperação internacional não era vista como a resposta

¹¹⁶ Ver HEALE, M. J. **Twentieth-century America**. Politics and power in the United States, 1900-2000. London: Arnold, 2004. “These conditions the Bretton Woods planners were determined should not recur. Their objective, in the words of one of them, was to 'distribute happiness throughout the earth'. The key to this goal, it was held, was a global market place in which free trade might flourish together with international control over national monetary systems. Two international governmental agencies were established to facilitate this healthier global economy. The World Bank was to extend credit to countries to rebuild their economies and also promote the economic development of emerging nations, while the function of the International Monetary Fund (IMF) was to promote international currency stability, primarily by providing financial assistance to countries with serious balance of payments problems. It was agreed that the monetary system would rest on the US dollar and gold. The United States, in effect, would be the world's banker. Unsurprisingly, both the World Bank and the IMF soon became largely subject to the will of the American government.” p. 139-140.

¹¹⁷ Ver CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. p. 48-49.

¹¹⁸ HEALE continua: “Roosevelt had never been a committed isolationist, but the economic nationalism of the early New Deal was compatible with the isolationist currents that were then asserting themselves in American public life Accordingly in July 1933 Roosevelt withdrew the United States from the World Economic Conference, which had been convened in London to try to rescue the international economic system, an action that effectively destroyed any possibility of collaboration with other countries to combat the Depression”. No entanto, essa política estava mais ligada à Europa do que à América Latina. “These (isolationism) caused him few problems in Latin America, towards which Roosevelt developed his 'good neighbor' policy, forswearing the right claimed by Progressive Era presidents to intervene militarily if American interests seemed threatened. In 1936 he accepted that intervention in the region was 'inadmissible' for any reason. But isolationism primarily meant isolation from Europe.” Ver HEALE, M. J. Op. Cit. p. 131.

aos problemas”, com a entrada dos americanos na Segunda Guerra, em 1941, o internacionalismo estaria cada vez mais forte¹¹⁹.

Os laços de Rockefeller com Roosevelt foram evidenciados, de acordo com o historiador Antonio Pedro Tota, a partir da inclusão da América Latina na ordem do dia, ressaltando a necessidade de manter acordos políticos diante das possibilidades de fechamento do mercado europeu por parte do domínio e contínuo avanço dos alemães durante a guerra. Possibilitou-se então, de acordo com o historiador, a ascensão política de Nelson Rockefeller.¹²⁰ De acordo com Gerson Moura, “o moderado reformismo interno do New Deal (que ataca o capital financeiro mas apóia o grande capital industrial) se compõe perfeitamente com o conservadorismo da Boa Vizinhança na constituição de um sistema de poder que exige o estabelecimento de relações assimétricas entre o centro hegemônico e seus aliados subordinados.”¹²¹

Neste sentido, Nelson Rockefeller e o *Office* eram um dos principais instrumentos para a manutenção desta política e, de acordo com Tota, o coordenador do CIAA entendia que “a segurança da nação norte-americana dependia de uma estreita cooperação – econômica e cultural – com todos os governos das Américas.” Incluiu-se aqui, por exemplo, a compra da produção agrícola e mineral da região.¹²² De acordo com Gerson Moura, “no caso da assistência econômica, por exemplo, dever-se-ia oferecer recursos que fortalecessem o comércio e as finanças do aliado, de modo que ele pudesse dispensar o apoio germânico.” Por outro lado, observa Gerson Moura, “era também necessário evitar suas pretensões autonomistas e não empresariar projetos de corte nacionalista que escapassem ao controle norte-americano. Por isso, a grande

¹¹⁹ De acordo com Heale, o Senador Arthur “Vandenberg had been a leading isolationist himself, but he was now converted to the internationalist view that American security demanded international cooperation. In fact isolationist sentiment was not dead, but it had been cripplingly weakened, just as from the late 1930s the experiment with strict neutrality had been progressively discredited. Neutrality in the modern world seemed an illusion, isolation a danger. A tradition dating back to George Washington was finally being irrevocably broken. Henceforth American foreign policy would be internationalist in orientation, and for as long as anyone could foresee the United States would be the biggest player on the world stage. Ibidem. p. 134.

¹²⁰ TOTA, Antônio Pedro. Op. Cit. p. 43.

¹²¹ MOURA, Gerson. Op. Cit. p. 131.

¹²² TOTA, Antonio. Ibid. p. 48. De acordo com a historiadora Mary Anne Junqueira, Rockefeller teria observado que era necessário construir uma melhor imagem dos norte-americanos junto aos países latino-americanos, e que esta imagem poderia ser vinculada a partir de uma publicação daquele país. Solicitou, então, ao Departamento de Estado norte-americano a publicação da Revista *Seleções Reader's Digest*, pois a “revista mostra uma boa imagem dos Estados Unidos, apresentados como o único país capaz de reverter o equilíbrio de forças da guerra, fazendo a balança pender de forma decisiva para o lado dos Aliados” JUNQUEIRA, Mary Anne. Representações políticas do território latino-americano na revista *Seleções*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, nº 42, 2001. p. 323.

siderurgia não foi objeto de consideração (...) embora se constituísse um objetivo prioritário do governo Vargas.”¹²³

Durante a Guerra, diversas ações foram realizadas por Nelson Rockefeller com o intuito de aumentar a produção agrícola. Neste sentido, os projetos de agricultura foram uma das frentes de ação do *Office* coordenado por Nelson. Em passagem pela cidade do México em 1943, Rockefeller afirmou que a ciência é um dos melhores meios de promover a amizade entre México e Estados Unidos¹²⁴. Mais especificamente, referia-se aos programas de cooperação técnica entre os dois governos em diversas áreas, incluindo aqui a agricultura. Naquele momento, a Fundação Rockefeller desenvolvia uma experiência realizada em estreita cooperação com o governo dos Estados Unidos, o que posteriormente ficou conhecido como “Revolução Verde”. De acordo com Paul Bairoth, este processo é uma consequência

Do aperfeiçoamento de variedades de sementes de cereais com elevado rendimento adaptadas aos climas dos países subdesenvolvidos, nomeadamente de uma variedade de trigo selecionada no México e de uma variedade de arroz selecionada nas Filipinas. O emprego prático destas sementes, que se iniciou por volta de 1956 para o trigo e por volta de 1966 para o arroz, resulta num alto aumento de rendimentos, por vezes superior a 100%¹²⁵.

Embora Bairoth aponte a década de 1960 como ponto privilegiado de produção de tais variedades, as experiências realizadas pela Fundação Rockefeller iniciaram ainda durante o período a que se dedica este trabalho. Como observa Bairoth, “the revolution was inspired in part by a chance comment in 1941 by Vice President Henry Wallace to the director of the Rockefeller Foundation that increasing Mexico's yield per acre of such staples as corn and beans would do more to improve life there than anything else he could imagine¹²⁶. Também, a relação de proximidade entre o *Office* e o IIAA, criado

¹²³ MOURA, Gerson. Op. Cit. p. 131.

¹²⁴ Tradução livre de “Science is one of the finest mediums to promote friendship between Mexico and United States in the opinion of Nelson Rockefeller, Coordinator of International-Affairs, expressing during his visit to Mexico City.” Science interchanges with Mexico praised. In: **The Science News-Letter**, Vol. 44, No. 14. (Oct. 2, 1943), p. 214. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0096-4018%2819431002%2944%3A14%3C214%3A1YIR%3E2.0.CO%3B2-Y>

¹²⁵ BAIROTH, Paul. Agricultura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Modo de produção, desenvolvimento/subdesenvolvimento. Vol. 7. Lisboa: Casa da Moeda, 1986. p. 252.

¹²⁶ Continua Slaybaubh, Soon afterward, a group of leading agricultural scientists, including Cornell agronomist Richard Bradfield, visited Mexico to study the possibility of a research project. With the cooperation of the Mexican government, this study in turn led to the creation of the foundation's first full-scale agricultural research program. All previous agricultural efforts had been limited to financing them, with recipients of aid basically on their own to spend the money as they saw fit. In the foundation's direct involvement in day-to-day operations, the Mexican agricultural project thus compared with its earlier public health projects to combat hookworm and yellow fever. Using its own laboratory and research plots

pelo governo norte-americano em 1938, fazia com que os programas de cooperação técnica e atividades relacionadas fossem coordenados pelo IIAA mesmo depois da extinção do *Office*.¹²⁷

Em sua trajetória durante os anos da guerra, Rockefeller estreitaria suas relações com o ex-secretário da agricultura dos Estados Unidos e então vice-presidente Henry A. Wallace. Rockefeller e Wallace alimentavam a relação entre agricultura e América Latina nas ações governamentais durante a guerra. Ainda nos tempos da guerra Henry A. Wallace sugeriu a criação de um instituto de pesquisa agrícola localizado na América Latina. Desta forma, o *Inter-American Institute of Agricultural Sciences* (IAIAS) foi criado em Turrialba, na Costa Rica, em 1942 e ficou sob a direção de Rafael Oreamuno. Vinte e um governos de Repúblicas situadas no continente americano apoiaram a idéia de atividades de pesquisa, ensino e extensão em teoria e prática de agricultura. Rockefeller durante os anos no Office apoiou a idéia e posteriormente a AIA promoveria o desenvolvimento de projetos nesta estrutura. Se a América Latina não estaria produzindo suprimentos suficientes para suas próprias necessidades, apontaria Rockefeller, não contribuiria para as necessidades dos aliados nos tempos de guerra¹²⁸. Pouco também poderia se esperar da Europa em relação à produção de alimentos, pois ainda enfrentava uma guerra que a consumia em seus próprios domínios, afirmaria o então Decano do *College of Agriculture* da Universidade do Texas, E. J. Kyle. À convite de Nelson Rockefeller Kyle visitou diversos países da América Latina em 1941

on the grounds of the National College of Agriculture at Chapingo and other plots throughout Mexico, Rockefeller Foundation scientists conducted experiments in the use of farm machinery, irrigation, conservation, pesticides, fertilizers, soil management, and, most important, the choosing and developing of superior varieties of plants. Corn was the first priority, but major work was also done on wheat, beans, sorghum, and other Crops". p. 209 "The Mexican program served as a kind of demonstration for what might be tried in the rest of Latin America-indeed, throughout the developing world. Consistent with Fosdick's notion that the foundation could blaze a trail for the government to follow, some specialists saw the success of the Mexican program as indicating what Truman's Point Four (...) the UN's Food and Agricultural Organization, for instance, could achieve on a bigger scale". p. 210. SLAYBAUGH, Douglas. **William I. Myers and the modernization of American agriculture**. Ames: The Iowa State University Press, 1996. (The Henry A. Wallace series on agricultural history and rural life).

¹²⁷ "Como alguns dos organizadores do IIAA haviam trabalhado no FSA", escreveram os engenheiros agrônomos José Paulo Ribeiro e Geraldo Machado, pensou-se "em incorporar o crédito rural supervisionado aos seus programas". Desta forma, em 1943, "o IIAA por convênio com a República do Paraguai, criou o 'Serviço Técnico Interamericano de Cooperación Agrícola' (STICA)." Combinando crédito e educação "foi dado início, em março de 1944, ao primeiro programa de crédito rural supervisionado na América Latina, com a denominação de 'Crédito Agrícola de Habilidadación' (CAH), organizado de acordo com os princípios do FSA." Com o fim da Guerra, funcionários destes programas como Walter Lion Crawford foram chamados pela AIA para realizar trabalhos no Brasil. Todo esse processo será abordado mais adiante. RIBEIRO, José Paulo e MACHADO, Geraldo O. D. Filosofia do Crédito Supervisionado e sua relação com serviços de extensão. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Crédito e Assistência Rural. **Crédito Rural Supervisionado no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola (SIA), 1960. p. 11-48. (Estudos Brasileiros – n. 12)

¹²⁸ DALRYMPLE, Martha. Op. Cit. p. 19-20.

com o intuito de inspecionar as instituições educacionais latino-americanas¹²⁹. Kyle, assim como Wallace e Rockefeller, entendia que a política da “boa vizinhança”, deveria permanecer na prática, pois os países latino-americanos “são tremendamente ricos em produtos naturais, tanto minerais quanto agrícolas” e ao longo de sua história, os Estados Unidos teriam consumido a maioria dos seus recursos naturais¹³⁰. A cooperação técnica seria necessária, em seu ponto de vista, porque nos tempos de guerra, a produção de alimentos era menor do que a possível demanda para os próximos anos.

Por outro lado, em seguida, não apenas a cooperação técnica seria necessária, mas também de mercados. O aumento da produção agrícola durante a Segunda Guerra Mundial teria como um dos elementos principais a consolidação do *Extension Service*, em comparação com os tempos da Primeira Guerra. Se até 1918, uma organização que há pouco surgira procurava se legitimar frente aos agricultores, às agências federais, estaduais ou mesmo privadas, nos primeiros anos de 1940 o *Extension Service* estava organizado. Então o *Federal Food Administration* (FFA) solicitou ao *Agricultural Extension Service* a trabalhar com os *farmers* no sentido de aumentar os suprimentos de comida conforme os novos tempos da Segunda Guerra impunham: as necessidades dos aliados e as possíveis perdas¹³¹. Desta forma, trabalhadores de Barbados, Jamaica, México e das Bahamas foram trazidos para trabalhar com “cannery crops” e nos campos de beterraba. Também, prisioneiros de guerra foram utilizados durante os anos de 1943, 1944 e 1945, onde eram mantidos pelo Exército nas redondezas de “canning plants”¹³².

Nos anos que seguiram à entrada dos Estados Unidos na Segunda Guerra Mundial, os serviços de crédito e extensão representaram um ponto importante na

¹²⁹ Rockefeller e Kyle visitaram diversos países: México, Costa Rica, Venezuela, Trinidad e Tobago, Chile, Peru, Argentina e Brasil. Ver KYLE, E. J. The Mission of the Land-Grant Colleges in Promoting Our Good Neighbor Policies among the Latin American Republics. In: **Science**, New Series, Vol. 97, N. 2507. (Jan. 15, 1943), p. 55. Tradução livre: “are tremendously rich in natural resources consisting of both minerals and agricultural products.” Kyle observaria que em Manaus, por exemplo, existia muita boa vontade nas escolas agrícolas, porém, faltava investimento em professores e estrutura física. Outros estados, como Bahia, Pará, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais ou São Paulo, receberam a atenta visita de Rockefeller e Kyle com o intuito de observar a estrutura de produção agrícola no Brasil.

¹³⁰ Desta forma, em seu relatório entregue à Nelson Rockefeller e resumido em seu artigo para a revista *Science*, seria necessário difundir o modelo dos *Land-Grant Colleges* norte-americanos para estes países, onde o conhecimento técnico poderia auxiliar em um melhor aproveitamento dos recursos naturais: “O que eles [a América Latina] necessitam”, continua Kyle, “é um grupo de líderes treinados ou especialistas para desenvolver seus recursos.” Os *Land-Grant Colleges*, no entanto, não se consolidaram enquanto projetos no Brasil. Mas o relatório de Kyle pode apontar tendências que se consolidariam no curso da história das relações entre Brasil e Estados Unidos naquela década e nas décadas seguintes. *Ibidem*. P. 55.

¹³¹ Escreve McNelly, desta forma, que o “Minnesota’s assignment” foi inicialmente, para auxiliar no aumento da produção de alimentos com alto teor de proteínas; leite, carne e ovos McNelly. *Op. Cit.* p. 135.

¹³² *Ibidem*. p. 138.

manutenção de uma política semelhante ao primeiro conflito, embora com uma outra experiência na produção agrícola¹³³. Wayne Rasmussen escreveu que “verdadeiros exércitos” foram organizados para garantir o plantio e as colheitas de produtos necessários. O *Woman’s Land Army* (WLA), por exemplo, incluiu as mulheres no trabalho das fazendas, recrutando-as em vilas, municípios ou mesmo nas cidades para trabalhar voluntariamente tanto durante o ano, quanto em trabalhos sazonais ou emergenciais. Este trabalho era liderado pelas Economistas Domésticas¹³⁴. Outro programa dos tempos da guerra, o *Victory Farm Volunteers* (VFV) era direcionado às jovens, empregando estudantes (tanto dos *high schools* quanto dos *colleges*) nas férias de verão. Muito deste trabalho era canalizado pelos Clubes 4-H, com muitos de seus participantes juntando-se ao VFV. Outra característica era de que as férias de verão poderiam ser ajustadas para coincidir com os períodos de necessidade por trabalho sazonal.¹³⁵

Com o fim da Guerra, neste sentido, estas pressões exigiam que as questões econômicas relacionados à agricultura fossem revistas, incluindo as relações internacionais¹³⁶. Dentro deste argumento, dois exemplos podem ser destacados, como os direcionamentos propostos pelo *Committee on Postwar Agriculture Policy*¹³⁷. De acordo com relatório de 1944, os *farmers* estariam empregando melhores métodos de produção, trabalhando longas horas e sendo favorecidos por uma boa temperatura.

¹³³No início de 1943, por exemplo, o “War Food Administration” foi estabelecido dentro da estrutura do USDA, com administração ligada diretamente à presidência. RASMUSSEN, Wayne D. Op. Cit. p. 109.

¹³⁴ Anos antes a Depressão acabaria por fortalecer os trabalhos voltados para a Economia Doméstica, dentro de uma necessidade de racionalização condizente com aqueles tempos. As tarefas relacionadas à melhor utilização da comida, a manutenção de máquinas e equipamentos domésticos e como lidar com um possível processo de racionalização da comida e outros materiais foi explorado como tarefa da Economia Doméstica voltada ao trabalho com mulheres. Ibidem. p. 96.

¹³⁵ Ibidem. p. 109-110. Durante a criação e desenvolvimento das agências governamentais, a Extensão teve que decidir o seu próprio papel: um papel educacional ou um programa de ação e regulador. A decisão foi que a Extensão deveria orientar-se pela educação. Desta forma, surgiram resistências, pois muitos projetos estavam em andamento, criando conflitos entre Extensão e alguns dos agentes. Ver BALLEW, Ralph J., BICE, Vernon C., EVANS, James F. et alli. In service to agriculture. VINES, C. Austin and ANDERSON, Marvin. **Heritage Horizons**. Extension’s Commitment to people. Madison (Wisconsin): Journal of Extension, 1976. p. 40

¹³⁶ No entanto, os gastos da guerra poderiam ser observados em outros setores norte-americanos. Durante a Segunda Guerra os gastos militares aumentaram consideravelmente. Escreveu o historiador M. J. Heale: “During the 1930s total military personnel had usually numbered between 250,000 and 300,000. At the height of wartime mobilization the figure reached over 12 million, but even after demobilization the armed forces were reduced only to about 1.5 million, before being increased again with the Cold War. In 1935 the national security and military budget had been about \$711 million; in 1948, its lowest in the post-war period, it would be \$11,771 million. War had had its usual ratchet effect on the military.” Com isto, Heale conclui que esta era uma das justificativas para manter o domínio militar sobre outras nações: “If it so chose, the United States could continue to exercise a military presence in the world.” Ver HEALE, M. J. Op. Cit. p. 138.

¹³⁷ *Committee on Postwar Agriculture Policy* era uma associação que envolvia os *Land-Grant Colleges* e Universidades norte-americanas.

Neste sentido, os *farmers* teriam sido capazes de aumentar a produção tanto para suprir tanto as necessidades militares e dos aliados, quando para providenciar um grande suprimento de reserva. No entanto, no momento em que o relatório foi publicado originalmente, a guerra ainda estava em curso e a possibilidade de um tempo extra de guerra demandaria estender a produção temporariamente. E, se de fato esta necessidade persistisse, ajustamentos seriam necessários.¹³⁸ A produção mundial de trigo fora estendida antes da guerra e a solução do problema, de acordo com a associação, pediria por cooperação internacional, particularmente reduzindo as barreiras comerciais e eliminando preços artificiais¹³⁹.

Com o fim da Guerra, outro relatório – o décimo relatório do *Postwar Economic Policy and Planning*, realizado pelo *Committee on Postwar Economic Policy and Planning* – apresentava em suas conclusões diversas atividades que poderiam ser desenvolvidas. A solução para aliviar as pressões da produção da economia poderia ser encontrada, por exemplo, na tecnologia para melhoramento da produção – habilitar os filhos dos *farmers* a desenvolverem habilidades caso mudassem para outras profissões, notadamente ligadas ao trabalho industrial – aliada à fatores como cooperação internacional como forma de escoamento desta produção. Neste sentido, adotar técnicas modernas de produção e procurar melhor equipamento demandaria um processo de expansão mundial do comércio, cooperação internacional em desenvolvimento do consumo, preço e políticas de produção para algumas mercadorias durante períodos de necessário reajustamento de recursos internacionais¹⁴⁰.

A AIA, neste sentido, apoiou-se inicialmente em justificativa semelhante. Kenneth Kadow, em ofício dirigido à Nelson Rockefeller, apontava que os motivos principais para que os investidores ficassem interessados no trabalho da AIA não se afastava da justificativa de conseguir a expansão do comércio: “Improvements in a peoples’ standard of living invariably leads to an increase purchasing power with a

¹³⁸ Adjustments in agricultural production. In: JESNESS, O. B. **Readings on agricultural policy**. Philadelphia: [s.l.], 1949. p. 229. Os programas do pós-guerra para ajustar a agricultura necessitam lidar com condições básicas que dificultam, por exemplo: os preços que declinam por conta de uma temporária supersuprimento ou redução de demanda teriam pouca necessidade de programas de ajustamento de produção. Mas se a produção estiver estendida para além dos limites usuais, como poderia ocorrer após a guerra com o algodão, trigo e algumas outras mercadorias, então seriam necessários alterar algo da capacidade produtiva para usos no qual satisfarão as necessidades. p. 233.

¹³⁹ Ibidem. p. 236

¹⁴⁰ Embora o comitê não detalhasse seus planos, sobretudo enfatizaria a necessidade de alcançar os objetivos de uma “progressiva e próspera agricultura” ajustada pra a manutenção da propriedade familiar e fazer uso da moderna tecnologia, por vezes somadas a um terceiro elemento: a execução de programas voltados para melhorar a nutrição em períodos de crise, no sentido de garantir dietas apropriadas para consumidores de baixa-renda. Postwar agricultural policies. In: JESNESS, O. B. Op. Cit. p. 241

subsequent increased interchange of the world's goods; in other words, an expansion of trade. If world trade is benefited, America will share in the resultant prosperity”¹⁴¹. Nestes termos, os propositores da AIA procuravam convencer os empresários norte-americanos – da Creole, da Coca-Cola e outras empresas – à investir na AIA. Mais do que estas empresas, Nelson Rockefeller evocava os tempos da guerra, como na conferência de Chapultepec, em busca de fronteiras comerciais.

Neste sentido, os debates internos apontavam para a necessidade de modernização da agricultura e melhoramento das condições de vida dos agricultores, notadamente para evitar as experiências como as da Grande Depressão – onde o percentual de arrendatários e meeiros inviabilizaria o processo de modernização – e da guerra. A produção agrícola, neste sentido, encontraria na cooperação internacional a solução para o escoamento da produção e garantia de mercado. Neste sentido, se os negócios e a carreira política individual de Nelson Rockefeller o elegeram para a manutenção de projetos na América Latina, o contexto cercado de incertezas para a economia norte-americana faria com que não apenas ele, mas os debates girassem em torno da necessidade de escoamento da produção pautados por acordos de cooperação.

Não por mera coincidência, mas pelas incertezas e ideais da produção agrícola, após 1945 Malthus e seus cálculos voltaram a ocupar espaço nos debates. A atuação de diversas agências internacionais, como a FAO, argumentava que o crescimento populacional estava acima da produção de alimentos. Desta forma, quando as engrenagens da Guerra Fria começaram a funcionar de forma mais acentuada na década de 1950, o aumento da produção de alimentos era parte da agenda a ser debatida. Embora distante, as progressões de Malthus faziam parte do repertório da discussão.

O escritor inglês John Russell, neste sentido, procurou sintetizar que haveria naquele momento uma grande ansiedade para suprimento de alimentos tanto na Grã-Bretanha, quanto no mundo em geral.¹⁴² Sir Russel expôs esta questão ancorado em experiências do passado: após os cálculos matemáticos de Malthus apontando para a possibilidade da falta de comida nos séculos seguintes, as conquistas da humanidade demonstrariam o contrário. Primeiramente, pelas mudanças no sistema agrícola, introduzindo fertilizantes – “the first and for long the only application of science to

¹⁴¹ The American International Association for Economic and Social Development. An explanation of its objectives and method of operation by Kenneth J. Kadow for Nelson A. Rockefeller. 19/02/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation. p. 14.

¹⁴² RUSSEL, Sir Edward John. **World population and world food supplies**. London: George Alien & Unwin, Ltd., 1954. Tradução livre de “there is at the present time much anxiety about food supplies for the world in general and for Britain in particular.” p. 05.

agriculture”, de acordo com o autor – e tornando produtivas as regiões que anteriormente não eram consideradas capazes de produzir comida, com a introdução de novos métodos.¹⁴³ Assim, de acordo com Russel, os cientistas estariam mais empenhados do que nunca na busca de novos métodos para tornar férteis as terras improdutivas, melhoramento de terras produtivas, e reduzir os desperdícios. Como uma de suas conclusões, Russel aponta que menos de dez por cento da superfície da terra estaria sendo cultivada. As maneiras para cultivar os outros noventa por cento estariam ainda por ser desenvolvidas¹⁴⁴.

Além disso, com a organização do *Rockefeller Brothers Fund* (RBF) na década de 1940, reunindo os irmãos John, Nelson, Winthrop e David, as atividades filantrópicas ganhariam cada vez mais um espaço. Enquanto Nelson se ocuparia, entre outras questões, com a agricultura na América Latina, John Rockefeller ocupava-se com a questão do aumento populacional no mundo, “muito antes de as pessoas reconhecerem a urgência desta importante questão”. Neste sentido, David Rockefeller afirma que “o RBF forneceu apoio essencial ao *Population Council* de John durante os primeiros anos de seu trabalho”¹⁴⁵. Para o período entre 1956 e 1959, o RBF fez uma doação equivalente à \$525,000 para a AIA realizar projetos no Brasil¹⁴⁶.

Desta forma, se os interesses políticos e econômicos das organizações familiares foram interpretadas como motivações para a continuidade de atuação na América Latina, acrescentam-se que as pressões econômicas e as incertezas geradas pelo fim da Segunda Guerra Mundial criaram um contexto onde a cooperação internacional e as estratégias de escoamento da produção seriam uma forma de evitar um novo 1929. No entanto, outro elemento importante não deve ser deixado de lado para entender a constituição da AIA: a filantropia. Desta forma, o entendimento de filantropia não deve ser separado das questões políticas e econômicas, uma vez que se a AIA legitimou seu discurso na ajuda aos que considerava menos avançados tecnicamente e

¹⁴³ Russel escreveu que “These proved so successful that nothing more was heard of the food problem till near the end of the 19th century; food was plentiful and very cheap.” Ibidem. p. 05. “the Food and Agriculture Organizations of the United Nations [...] has uttered repeated warnings that world food production since 1939 has not even kept pace with the growth of world population.” Ibidem. p. 06.

¹⁴⁴ Neste sentido, Russel escreveu: “so now there are sciences and techniques in little more than embryo stage that may completely dispel the present fears. Less than 10 per cent of the world’s land surface is cultivated; ways can still be found of expanding into the 90 per cent at present untilled.” Ibidem. p. 06.

¹⁴⁵ ROCKEFELLER, David. Op. Cit. p. 154.

¹⁴⁶ From Walter L. Crawford to The Board of Directors of AIA. Subject: Grant to AIA from Rockefeller Brothers Fund for Brazil Program. 06 de Janeiro de 1956. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 01; Folder: 7B, AIA Brazil.

tecnologicamente, a agência marcou sua atuação paralelamente à instituições com fins lucrativos (IBEC) num contexto de contenção de possíveis avanços do comunismo.

2.2. “Ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”: a *Bolívar Foundation* e as origens da AIA

Trazendo experiências desenvolvidas nos tempos da guerra, Nelson Rockefeller esboçaria em algumas folhas de papel escrito a lápis e com letra pouco compreensível, as idéias de uma agência dedicada ao trabalho técnico para os países que fossem caracterizados pelos seguintes aspectos: “poverty” (miséria), “illiteracy” (analfabetismo) e “disease” (doença). Estas eram as três palavras iniciais do projeto que representavam alguns dos problemas enumerados por Rockefeller a serem enfrentados pelo conhecimento técnico. A palavra “International”¹⁴⁷ dava o tom para o papel de agências internacionais e/ou governos no pós-1945 para a superação dos três problemas apontados.

Este esboço se traduziu na montagem da *Bolívar Foundation*, em homenagem a Simon Bolívar - considerado o libertador da América Espanhola – , criada Nova Iorque no dia primeiro de julho de 1946. Conforme caracterizou um de seus primeiros funcionários, o economista James G. Maddox, a Fundação atuou num momento histórico incertezas quanto às políticas de assistência técnica – ou cooperação técnica, como passou a ser conhecida na década de 1950 – para os países considerados subdesenvolvidos, uma vez que as alianças emergenciais realizadas durante a guerra deixavam de ter justificativa imediata e quase automática¹⁴⁸.

¹⁴⁷ Estas “palavras-problemas” não se tornariam regra fixas ao longo do processo de constituição da AIA. Em seguida, Nelson Rockefeller adicionaria outras ou excluiria as primeiras, numa demonstração que a idéia de formação de uma agência estaria ainda em busca de um projeto, o que se consolidaria apenas em 1946 com a criação da AIA. Por exemplo, “ignorance” (ignorância) também foi incluída e, posteriormente, excluída da lista; a idéia de “self-development” (auto-desenvolvimento) foi acrescentada; pouco depois, “illiteracy”, “poverty” e “disease”, bem como a indicação de que este projeto seria internacional. Nelson Rockefeller papers. Bolívar Foundation papers. AIA-IBEC Box 1 RAC.

¹⁴⁸ Nas décadas de 1940 e 1950, James G. Maddox, em livro publicado na década de 1950, considera que o primeiro período de assistência técnica bilateral foi realizado entre 1940 e 1945, com o intuito de promover a aproximação entre todas as nações do continente americano para lidar com as emergências do período da guerra. O período imediatamente posterior à guerra (1945-1950) foi marcado pelas incertezas se estes programas deveriam continuar ou não em funcionamento. Entre 1950 e 1956, a publicação do Act for International Development teria marcado o final do período de incertezas com a cooperação técnica e aumentado a atuação em diversas regiões, inclusive na América Latina. Ver MADDOX, James G. and TOLLEY, Howard R. **Case studies of training through technical cooperation**. [s.l.]: NPA, [1956]. p. 11.

Por outro lado, o contexto do pós-guerra foi marcado por inovações tecnológicas, crescimento do número de Estados no sistema internacional e um processo de desenvolvimento econômico, quando se observou a crescente atuação tanto de Organizações Intergovernamentais Internacionais (OIG) quanto de Organizações Não-Governamentais Internacionais (ONGI)¹⁴⁹. Rockefeller era fruto e, ao mesmo tempo, fomentador desse contexto. Para atuar nesse contexto, Rockefeller considerou que a uma agência internacional seria importante aliar as inovações tecnológicas a uma experiência localizada. Conforme considerou em seu esboço, “better start with an existing group or nucleus”. A este grupo ou núcleo seria proporcionada assistência técnica por um período de cinco anos, contando com o auxílio financeiro de governos locais. A idéia inicial de Rockefeller ainda incluía o treinamento técnico a ser realizado nos Estados Unidos: “bring them here for training”¹⁵⁰.

Desta forma, as proposições que vinham à tona no final de 1944 e durante o ano de 1945 demonstravam como Nelson Rockefeller colocou no papel algumas das idéias que se legitimariam ao longo da década de 1950, principalmente após o Ponto Quatro. No entanto, esta não é a primeira proposição que procurou levar em consideração o treinamento de líderes locais.¹⁵¹

Desta forma, o treinamento de líderes da América Latina ou dos países considerados subdesenvolvidos envolvia a proposta de cooperação técnica em nível internacional entre os Estados Unidos e os países que reuniam aquelas “características-problema”. Retomando as proposições do historiador Michael Adas¹⁵² sobre os agentes modernizadores do pós-1945, não mais se esperava que propositores destes projetos guardassem exclusivamente para si a tarefa de levar adiante o processo de mudança, feito os colonizadores do século XIX. Os modernizadores buscavam mecanismos para a implantação de novos conhecimentos técnicos de modo a que os próprios líderes locais

¹⁴⁹ HERZ, Mônica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais**. História e práticas. Rio de Janeiro: Editora Campus, Elsevier, 2004. p. 37.

¹⁵⁰ Nelson Rockefeller papers. Op. Cit.

¹⁵¹ Num momento histórico bastante próximo, a experiência realizada pela Fundação Rockefeller no México, durante a Segunda Guerra, que deu origem ao que mais tarde ficou conhecido como a “Revolução Verde”, também tinha por objetivo o treinamento de agrônomos mexicanos nos Estados Unidos. Sobre este assunto escreveu o historiador Douglas Slaybaugh, discutindo que foram realizados diversos esforços “to train native-born scientists who would be able to carry on the work on a permanent basis. To this end, the Mexican Department of Agriculture assigned several young men from its School of Agriculture to work as research assistants on the project. The ablest of these students were later sent to leading agricultural colleges in the United States, including Cornell's, for graduate training.” SLAYBAUGH, Douglas. **William I. Myers and the modernization of American agriculture**. Aimes: The Iowa State University Press, 1996. (The Henry A. Wallace series on agricultural history and rural life) p. 210.

¹⁵² ADAS, Michael. Op. Cit. p. 36.

se encarregassem da continuidade do processo. Com isto, seria iniciado um processo onde as pessoas poderiam alcançar estágios de desenvolvimento sem mais necessitar de auxílio paternalista: “Ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”, escreveria Rockefeller em seu esboço. Em seguida, a realização desta experiência localizada poderia resultar em publicações sobre o programa, e os relatos de falhas ou sucessos “will serve as guide manual”¹⁵³.

Desse modo, se a proposição de Rockefeller colocava aspectos de treinamento e cooperação técnica entre os Estados Unidos e outros países, estava mais voltada para a realização de uma experiência – contando assim com a perspectiva de tentativa e erro – do que simplesmente aplicar um determinado modelo acabado.¹⁵⁴ Com um método flexível, a linha adotada por Nelson Rockefeller de certo modo já estaria configurando um discurso que irá se refletir nas experiências realizadas pela AIA ao longo da década de 1950, que apenas após experiências localizadas conformaria um padrão que pudesse ser adaptado e repetido em outros países da América Latina¹⁵⁵.

Em certo sentido, esta flexibilidade do modelo esboçado por Nelson Rockefeller poderia ser aproximada à noção de fronteira de Frederick Jackson Turner. Este autor escreveu em 1893 que, no avanço para o Oeste, se daria um processo de americanização: “here is a new product that is American.”¹⁵⁶. Desta forma, ao conquistar o Oeste, mais distante ficou o colonizador da Europa. Suas técnicas, neste outro ambiente, não eram condizentes com o meio encontrado e, então, a necessidade de adaptação aos métodos *primitivos* – dos também considerados *primitivos* – permitiu ao europeu enfrentar o território desconhecido, o *wilderness*, num movimento paradoxal: o

¹⁵³ “Help people [...] to help themselves”. Nelson Rockefeller papers. Op. Cit.

¹⁵⁴ Desta forma, Nelson Rockefeller assumia uma posição mais moderada do que, por exemplo, William Myers, (agrônomo) e um dos responsáveis pela experiência mexicana realizada pela Fundação Rockefeller e citada anteriormente. De acordo com o historiador Douglas Slaybaugh, para Myers não bastaria industrializar a agricultura Americana, mas Americanizar a agricultura mundial, e se por acaso a imitação destas experiências pudessem parecer como uma atividade paternalista ou tecnocrática, não deixava de ser verdade. “The conclusion seems inescapable that if Myers sought to industrialize American agriculture, he also sought to Americanize world agriculture. To understand why Myers responded as he did, it needs to be remembered that during his lifetime the United States had gone from a promising debtor nation to the greatest economic power in the history of the world. Sequels might be in store for Mexico or India or other poor countries if they could learn to imitate the United States's proven techniques. For Myers, if that appeared paternalistic and technocratic, it was also the truth.” SLAYBAUGH, Douglas. p. 212.

¹⁵⁵ Ver a carta de Robert Hudgens para Chester C. Davis, citada no primeiro capítulo. From Robert Hudgens to Chester C. Davis. 12 de Janeiro de 1951. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 03, Folder 23 AIA – Ford Foundation. p. 09.

¹⁵⁶ TURNER, Frederick Jackson. Op. cit. p. 04.

do mergulho de um europeu *civilizado* levado a adaptar-se às condições *primitivas* impostas por esta *terra virgem*, para um posterior retorno à *civilização*.¹⁵⁷

Com a cooperação técnica, a fronteira poderia ser utilizada como metáfora também para a agricultura e os processos de cooperação técnica: cada vez mais distante da origem as técnicas seriam transformadas no contato com outras experiências. Além disso, neste caso, se no século XIX o caminho era o Oeste, ao longo do século XX a expansão foi realizada em várias direções. Na década de 1930, um historiador norte-americano, Joseph Schaefer, aproximou a noção de fronteira da agricultura. Desta forma, ao distanciar-se do Atlântico, o “cultivo primitivo nas regiões montanhosas do Oeste distante e nos vales ao longo do Pacífico” teriam variado pouco nos primeiros tempos da colonização – época de privações para o típico colonizador pobre –, “embora os altos platôs fossem primeiramente ocupados tanto por pasto quanto por *farmers*; a vida em muitas áreas montanhosas começou com a mineração, gerando mercados locais para os produtos agrícolas”, e desta maneira, “possibilitou aos *farmers* trabalharem rapidamente à sua maneira, fora do primitivo e dentro de um estado de agricultura aperfeiçoada”. Interpretando desta forma, Schaefer estaria considerando “as lições históricas” de Turner: “é altamente necessário chamar a atenção que a fronteira americana, na qual, através do olhar de um Turner, têm nos ensinado algumas lições históricas importantes, distanciando-se da agricultura de subsistência primitiva que se caracterizou.”¹⁵⁸

Na década de 1940, David Kelsey também procurou aproximar-se à dinâmica da fronteira, a necessidade de *conhecimento científico* da agricultura, que teria surgido no século XIX tendo como um de seus fatores constitutivos o “fechamento da fronteira terrestre”¹⁵⁹. Desta forma, uma prática agrícola *extensiva* se tornaria inviável, pois, além de não possuir mais território para onde expandir, a fertilidade se esgotaria com o tempo. No entanto, Lauren Soth é quem melhor resume esta questão:

¹⁵⁷ Em outras palavras, esta não seria uma tese concentrada apenas no avanço para o Oeste, mas pautada por dois momentos diferenciados: primeiramente, na “adaptação do europeu ao nativo, para” – num segundo momento – “sua posterior retomada do legado transatlântico, transformado, no entanto, pela experiência americana.”. WEGNER, Robert. Op. cit. p. 94.

¹⁵⁸ No original, Schaefer escreveu com as seguintes palavras: “Primitive farming in the far western highlands and in the valleys along the Pacific, varied little from that already described, though the high plateaus were at first occupied by graziers rather than farmers and life in many mountain areas began with mining which provided local markets for farm products, thus enabling farmers to work their way rapidly out of the primitive and into an improved state of agriculture. It is hardly necessary to point out that the American frontier which through the seeing eye of a Turner, has taught us such important historical lessons, passed away along with the primitive subsistence farming that characterized it.” SCHAEFER, Joseph. **The social history of American agriculture**. New York: The Macmillan Company, 1936. p. 69.

¹⁵⁹ KELSEY, David L. e HEARN, Cannon C. Op. cit. p. 19.

Quando a América era um país novo tomou emprestado da Europa os conhecimentos científicos sobre agricultura. Os fazendeiros americanos foram auxiliados pela experiência dos países mais velhos. [...] Nos últimos anos, a troca de informações tem sido inversa. A agricultura americana vem pagando sua dívida de conhecimentos à agricultura européia. Os agricultores europeus deram passos gigantescos em produtividade, através da adaptação da experiência americana às suas próprias condições e necessidades¹⁶⁰

Nesta perspectiva, continua Soth: “a ciência e o ensino desconhecem fronteiras nacionais. A disseminação dos conhecimentos agrícolas americanos pelo mundo afora não é um processo de doação, de distribuição”, pois “a nossa reserva de conhecimentos não se esgota pelo ensino e assistência técnica ao estrangeiro – pelo contrário, amplia-se.”¹⁶¹ A função da fronteira poderia ser personificada neste processo: renovar-se com o avanço; fluir; continuar. A experiência proposta por Nelson Rockefeller, neste sentido, evocaria a flexibilidade da fronteira, no sentido de que o *civilizado* ao manter contato com o *primitivo*, estaria sendo colocado num contínuo processo de adaptação¹⁶².

Sobre tal disposição de adaptar-se às dificuldades impostas pelo ambiente repousaria a peculiaridade das instituições americanas. De acordo com Turner, estas instituições, “have been compelled to adapt themselves to the changes of an expanding people to the changes involved in crossing a continent, in winning a wilderness, and in developing at each area of this progress out of the primitive economic and political conditions of the frontier into the complexity of city life.”¹⁶³

Como veremos, o modelo adaptativo desenhado por Rockefeller desde o seu esboço para a formação da Fundação Bolívar, modelo passível de ser aproximado à perspectiva da fronteira de Turner, prosseguirá modelando as experiências da AIA. Como, mais tarde, afirmaria a jornalista da AIA, Martha Dalrymple, “com o intuito de formar novas organizações para levar o trabalho adiante, os modelos clássicos norte-

¹⁶⁰ SOTH, Lauren. Op. cit. p. 209.

¹⁶¹ Ibid., p. 220.

¹⁶² A fronteira, para Turner, não é algo fixo, mas fruto de sucessivas experimentações, imposta pelas condições econômicas: primeiramente apresenta-se como uma reversão ao *primitivo*, seguido por uma sucessão de tipos de fronteira que trouxeram níveis elevados de empreendimentos e complexidade. Desta forma, no primeiro momento da fronteira, estão algumas condições essenciais para o fornecimento daquilo que predomina no caráter Americano: “Thus American development has exhibited not merely advance along a single line, but a return to primitive conditions on a continually advancing frontier line, and a new development for that area. American social development has continually beginning over again on the frontier. This perennial rebirth, this fluidity of American life, this expansion westward with its new opportunities, its continuous touch with the simplicity of primitive society, furnish the forces dominating the American character.” TURNER, Frederick Jackson. Op. cit. p. 02-03.

¹⁶³ Ibid., p. 02.

americanos deveriam ser adaptados”¹⁶⁴. De forma otimista, Dalrymple procurava expor a justificativa destas ações: “Um aspecto importante do trabalho da AIA era a habilidade em experimentar, improvisar e testar em escala menor a praticabilidade ou necessidade de um serviço antes que se estabelecesse em base nacional.” Desta forma, continua Dalrymple, “extensão e crédito eram provados primeiramente em fazendas e em comunidades rurais antes de expandir para programas nacionais. Técnicas de educação em nutrição eram testadas em comunidades rurais e setores pobres urbanos antes de se tornar parte de campanha maior.”

Os modos pelos os latino-americanos desenvolviam este tipo de atividade era o motivo das críticas por parte da AIA: “Isto se dava porque as instituições latino-americanas faziam o inverso, criando um programa com base nacional e depois desenvolvendo o programa. As leis rígidas que criaram as instituições não deixariam muito espaço para experimentação.”¹⁶⁵ Assim, predomina no período inicial das atividades da AIA a idéia de se adaptar aos espaços locais, e não apenas a simples imposição de um projeto: “First of all”, diria Kadow, “the policy making unit of the organization will determine the type of projects and work that the Foundation is willing to undertake. It will likewise determine in what countries we are going to work.”¹⁶⁶

Nestas características estaria o sentido de modernizar a agricultura, de acordo com a AIA. Modernizar não significaria para a AIA, como se pôde verificar anos mais tarde, simplesmente aplicar as técnicas desenvolvidas nos Estados Unidos. O sentido da modernização da agricultura, desta forma, estava ligado à idéia de aplicação das técnicas mais adequadas ao ambiente específico. Fossem as técnicas, por vezes, consideradas “modernas” ou não, o resultado alcançado, a eficiência, a racionalidade aplicada era o mais importante. A atuação em agricultura, conservação do solo, saúde pública (*sanitation*), alfabetização (*literacy*), indústria (*trade*), entre outras possíveis atividades, facilitaria, de acordo com os objetivos da AIA, a disponibilidade de descobertas científicas. É nessa linha que se expressará mais tarde o pensamento em torno da AIA: “It may endeavor to make more widely available modern scientific

¹⁶⁴ DALRYMPLE, Martha. Op. Cit. p. 14.

¹⁶⁵ Idem. p. 15.

¹⁶⁶ From Kenneth Kadow to Nelson A. Rockefeller and John Lockwood. Memorandum. (sem data). p. 03. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

discoveries and modern methods and techniques, and may carry out such projects and adopt such methods and media as it deems appropriate to achieve its purposes”¹⁶⁷.

A idéia da *Bolivar Foundation*, em 1945, estava orientada ainda para atuação apenas na Venezuela. Em setembro daquele ano, Nelson Rockefeller escreveu ao então embaixador norte-americano na Venezuela, Frank Corrigan, que, se dependesse do “entusiasmado” Gene Holman, Presidente da *Standard Oil* de New Jersey, a atuação da nova fundação deveria, desde o início, se estender por todo o hemisfério¹⁶⁸. No entanto, a atuação da Fundação Bolívar e, em seguida, da AIA ficou restrita oficialmente a Venezuela e ao Brasil, inclusive porque Nelson Rockefeller e os outros fundadores da AIA haviam realizado experiências nestes dois países durante a guerra.

A escolha do pessoal para compor a Fundação Bolívar – “unusually productive team” – estava sendo discutida desde 1945, quando Kadow sugeriu Dee W. Jackson para chefia do *Economic Development Division*. Jackson estaria trabalhando em 1945 na Embaixada Norte-Americana no Brasil, depois de ter trabalhado na *General Motors Company* na década anterior. Mesmo contando com diversas pessoas na organização deste empreendimento – Nelson A. Rockefeller, Wallace K. Harrison, Kenneth J. Kadow, Francis A. Jamieson e John E. Lockwood são os fundadores da AIA –, o desenho da nova agência está intimamente ligada às idéias e às relações de Nelson Rockefeller. Não por mera coincidência, todos fizeram parte do CIAA durante a guerra. Lockwood foi advogado do CIAA e se tornou assessor jurídico de Nelson Rockefeller. O ex-reporter Francis Jamieson, por sua vez, foi diretor da Divisão de Imprensa no CIAA. Berent Friele era ex-diretor do CIAA no Brasil e Harrison foi coordenador assistente do CIAA. Kadow, como observado anteriormente, trabalhou no *Food Supply Division* (FSD), também no CIAA.

De acordo com Elisabeth Cobbs, “Rockefeller was also just beginning his career as a politician and entrepreneur of foreign policy ideas, and likely did not want to abandon any of his well-buit bridges to Latin America”¹⁶⁹, como os programas realizados durante a guerra.

¹⁶⁷ From Joan to Mr. Nelson [Rockefeller]. Memorandum. Subject: General objectives of the American International Association for Economic and Social Development. Collection: [Family], Record Group: III 4B, Folder: AIA General 1946-1958, n. 02. p. 01.

¹⁶⁸ From Nelson A. Rockefeller to Frank P. Corrigan. 26 de setembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolívar Foundation.

¹⁶⁹ COBBS, Elisabeth. Op. Cit. p. 117.

John Lockwood auxiliaria com as questões legais¹⁷⁰. Neste sentido, nem ele nem Kadow esqueceram-se de que a nova instituição deveria estar estreitamente ligada com a política. Exemplo disso é que, para o *Board of Trustees*, Kadow sugeriu uma composição que incorporasse, além do próprio Nelson, Franklin D. Roosevelt, Henry Wallace e Harold Stassen, além do governador do estado ou o presidente da universidade na qual a fundação viria a manter relações, e do diretor da fundação¹⁷¹. Com estes membros, Kadow acreditava que os empresários e políticos latino-americanos demonstrariam um interesse maior, tendo em vista que poucos iriam demonstrar interesse de antemão sobre o conhecimento norte-americano dos problemas latino-americanos.

Nelson Rockefeller não era um *expert* em agricultura. Durante o trabalho no CIAA, uma das partes integrantes deste escritório, o *Food Supply Division*, iniciou a realização de projetos relacionados ao aumento da produção agrícola, que teriam influencia na atuação da agência de Nelson após 1945. Sob a supervisão de Keneth J. Kadow e Benjamin Friele, o FSD promoveu pequenos empréstimos e assistência técnica aos agricultores que viviam próximos a cidades que, como Natal e Recife, abrigavam a atuação do Exército norte-americano durante a Segunda Guerra Mundial. Para Cobbs, aos olhos destes norte-americanos ficou a surpresa de que a quase totalidade do valor dos empréstimos feitos aos pequenos agricultores retornou aos cofres do *Office*. Neste sentido, esta maneira de trabalho poderia se tornar viável financeiramente, uma vez que os empréstimos realizados aos médios e grandes proprietários demoravam mais para retornar¹⁷².

Depois de anos trabalhando no *Office*, Kadow era considerado por Nelson Rockefeller como uma pessoa com conhecimento nada usual sobre suas atividades: “with a background of university work as well as broad experience in actual farming

¹⁷⁰ De acordo com Kadow, Lockwood não teria tempo disponível para dar andamento à todas as ações que a fundação necessitaria, sugerindo a contratação de Otis Bosworth ou Trowbridge Von Baur, que trabalharam na CIAA. Para a divisão de “Health, Sanitation and Nutrition”, Kadow sugeriu Dr. H. Zucherman, que atuou nos anos iniciais da CIAA no Brasil. Kenneth W. Baker seria indicado para a “Education and Vocational Training Division”. Baker teria experiência em trabalhos de extensão rural e estava no CIAA desde 1942, trabalhando tanto com programas no Brasil quanto na Venezuela. Outra sugestão para esta divisão seria de Donald Porter, da Iowa State University. Porter trabalhou em projetos de extensão rural e tinha experiência em trabalhos na América Latina e na China. Kadow também citou “Dad” Griffing que estaria trabalhando no Brasil, John Camp, na Venezuela, Vance Rogers, na Costa Rica e Patterson no Paraguai, bem como Neal com experiência no Peru. From Kenneth Kadow to Nelson A. Rockefeller. Re: Personnel. Newark, Delaware, 29/12/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation. p. 1-4.

¹⁷¹ From Kenneth Kadow to Nelson A. Rockefeller. Re: Board of Trustees. Newark, Delaware, 24/12/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

¹⁷² COBBS, Elizabeth. Op. Cit. p. 115.

operations”¹⁷³, Kadow possivelmente ouviu atentamente as idéias de Nelson e, em dezembro de 1945, lhe entregou, em correspondência com timbre do CIAA, uma cópia do material preparado acerca da *Bolivar Foundation*. Neste material, projetou uma experiência radicalmente nova em comparação com fundações ou com projetos educacionais então realizados por outras agências ou governos: “It is highly probable that the average educator would not approve of it but I am quite certain hard headed businessmen would see its advantages at once”, diria Mr. Kadow¹⁷⁴. Desta forma, atrair a atenção de homens de negócios, antes de educadores, fazia parte do projeto da *Bolivar Foundation*, uma vez que esta agência dependeria do investimento de empresas como a *Creole*, entre outras.

No início de 1946, Rockefeller escreveu a Robert J. Kleberg Jr, Presidente do King Ranch (Texas):

Confidentially, I have been working on some plans to develop a Foundation which can carry on some of the ideas and work we started in Latin America during the war, putting it on a self-supporting basis. As the activities will be largely in the field of agriculture and economic development, I am anxious to get your reactions and very frank comments¹⁷⁵.

Kadow ficaria por um tempo “in regard to making arrangements for a training program, should the Foundation develop. Kadow is an unusual fellow with a background of university work as well as broad experience in actual farming operations.¹⁷⁶ De fato, Kadow esteve por vários dias no King Ranch¹⁷⁷. Ainda em 1946, deslocou-se para a Costa Oeste onde manteve conversas com Rafael Oreamuno, discutindo sobre o *Inter-American Institute of Agricultural Sciences* de Turrialba, na Costa Rica. O próprio Nelson Rockefeller escreveu a Rafael:

Some time ago you and I discussed the possibility of our helping in connection with the operation of the Turrialba School if we went ahead with the Foundation idea. Very confidentially, we are now planning to proceed on a small scale with the organization of our program which will probably be

¹⁷³ From Nelson Rockefeller to Robert J. Kleberg Jr. 21 de fevereiro de 1946. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

¹⁷⁴ From Kenneth J. Kadow to Nelson A. Rockefeller. 07 de dezembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation

¹⁷⁵ From Nelson Rockefeller to Robert J. Kleberg Jr. 21 de fevereiro de 1946. Op. Cit.

¹⁷⁶ Ibidem.

¹⁷⁷ Kleberg escreveu à Rockefeller: “I did the best I could in helping him and thinking out loud in connection with the problem he was working on.” From Robert Kleberg Jr to Nelson A. Rockefeller. Kingsville, Texas, 03/05/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

known as the ‘American International Association’. (As you will remember, this is the name that developed out of our talk that evening.)¹⁷⁸

Kadow se reuniu também com o Dr. Haskill, do Departamento de Extensão Rural do USDA, o qual estaria disponibilizando os boletins publicados pela instituição.¹⁷⁹

As idéias da *Bolivar Foundation* permaneceram muito próximas daquelas esboçadas por Nelson Rockefeller, pelo menos nas “palavras-problema”. Assim, a Bolivar Foundation “reconhece que miséria, fome, doenças e ignorância em qualquer parte deste hemisfério formam uma constante ameaça ao bem-estar e à segurança de todos”, diria o documento entregue por Kadow em dezembro de 1945. Também, um recado mais direto aos *businessmen* norte-americanos atuantes na América Latina seria dado: “Reconhece [também] que prosperidade social segue de mãos dadas com prosperidade econômica”.¹⁸⁰ Para Kadow, esta seria uma maneira para garantir a concepção de democracia e evitar o velho nazismo ou o crescente comunismo. Aliás, ao menos se a resposta da Creole feita ainda em 1945, através de H. F. Prioleau, for considerada representativa, este objetivo foi alcançado: “We are heartily in accord with the objectives stated not only for human reasons but also because any improvement in the standard of living in Latin America should benefit Creole either directly or indirectly”¹⁸¹.

Em 19 de dezembro de 1945, Kadow e Rockefeller encontraram-se com o intuito de discutir a *Bolivar Foundation* e programar as próximas atividades da organização. Ambos possivelmente sabiam que os projetos realizados no nordeste brasileiro durante a guerra eram constituídos por um conjunto de pequenas experiências, mas não por um sistema integrado de ações como pôde ser verificado após 1945 no Brasil (o Extension Service, por exemplo). Também, as experiências não eram as mesmas, uma vez que Keneth Kadow foi escolhido por Rockefeller em 1946 para realizar visitas a fazendas norte-americanas, como a King Ranch, em Kingsville, Texas,

¹⁷⁸ From Nelson A. Rockefeller to Rafael Oreamuno. 02/04/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

¹⁷⁹ From Kadow to Nelson A. Rockefeller. 26/02/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

¹⁸⁰ Tradução livre de (...) recognizes that poverty, hunger, sickness and ignorance in any part of this hemisphere forms a constant threat to the welfare and security of all”. Também, “It recognizes that social prosperity goes hand in hand with economic prosperity”. The Bolivar Foundation. Attached to From Kenneth J. Kadow to Nelson A. Rockefeller. 07 de dezembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation. [p.01]

¹⁸¹ H. F. Prioleau. Memorandum. Proposed Latin American Foundation. 28 de setembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

com o intuito de observar as práticas agropecuárias utilizadas naqueles locais para, possivelmente, servir como proposta para uma experiência nos trópicos. Com o passar do tempo, a agricultura tornou-se o instrumento principal para levar adiante os objetivos desta agência. No entanto, continuou dividindo espaço com atividades sanitárias, conservação do solo, entre outras atividades específicas. As atividades ligadas à indústria ou comercialização de produtos como fertilizantes, por exemplo, foi explorada pelo IBEC e os processos de alfabetização não foram realizados no Brasil.

2.3. A AIA e a questão da filantropia

Os primeiro esboços que Nelson Rockefeller rabiscou em folhas avulsas foram ganhando forma e vida e resultaram, em 1946, na criação da AIA, na cidade de Nova Iorque. Sua criação apoiou-se em uma justificativa filantrópica amparada em práticas de auxílio técnico para os países considerados menos desenvolvidos. Após as proposições iniciais de Rockefeller, Kenneth Kadow explorou a discussão e apontou aquilo que viria a tornar-se naquele ano os princípios da AIA:

Baseada na fé da dignidade e valor inerente ao indivíduo e na capacidade e desejo por automeelhoramento dos seres humanos de qualquer nacionalidade, raça, credo ou cor [...], esta Associação é organizada com o propósito de promover autodesenvolvimento e melhores padrões de vida, juntamente com a compreensão e cooperação entre os povos de todo o mundo¹⁸².

Diante disso, a experiência norte-americana de desenvolvimento social e econômico poderia garantir, de acordo com a proposição, melhores possibilidades para as pessoas de “qualquer nacionalidade”. Nelson A. Rockefeller escreveria confidencialmente a seu pai em 1946 comentando sobre os objetivos da AIA e, neste sentido, indicou a John Jr. que este tipo de cooperação proposta pela agência procuraria trazer contribuições para evitar miséria, doenças e analfabetismo e marcaria a continuidade da tradição filantrópica da família Rockefeller¹⁸³.

Para alguns, o início das práticas filantrópicas da família datam ainda no século XIX para questionar a imagem construída sobre as práticas de opressão aos empregados

¹⁸² DALRYMPLE, Martha. Apud. RIBEIRO, José Paulo. **A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; MG: CPP/Emater, 2000. p. 56.

¹⁸³ From Nelson A. Rockefeller to Mr. John D. Rockefeller, Jr. Subject: Proposed American International Association. 27 de abril de 1946. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 11, Folder: 104. Nelson convidou seu pai para presidir a AIA, mas John Jr não aceitou a tarefa.

da Standard Oil e outras empresas da família. Conforme Antonio Pedro Tota, com uma educação baseada nos preceitos da Igreja Batista, no início do século XX “os Rockefeller adotaram uma política filantrópica, visando mudar a imagem de suas empresas, conhecidas pela violência no trato com os trabalhadores.” Desta forma, conforme a dedução de Pedro Tota, “as ações filantrópicas da família ficavam a cargo da Fundação Rockefeller, dirigida por Raymond Fosdick, dedicado funcionário evangelista que sabia gerenciar os recursos provenientes das companhias de petróleo e estradas de ferro, entre outras empresas.”¹⁸⁴.

Por outro lado, outros autores encontram nos ideais protestantes, mais especificamente os da Igreja Batista norte-americana, a principal razão de tais práticas. Para os Rockefeller, a atuação filantrópica é identificada desde o século XIX com regulares doações de John D. Rockefeller à instituições como creches, orfanatos, escolas e ações ligadas à Igreja Batista¹⁸⁵. John Rockefeller Junior, filho de John D. e pai de Nelson, foi criado, de acordo com Colby e Dennett, “dentro dos limites morais da Igreja Batista do Norte”, e neste sentido, “tudo na vida era severamente calculado”¹⁸⁶, como os negócios da família mas também práticas sistemáticas de filantropia. David Rockefeller, irmão mais novo de Nelson, aponta em suas memórias que a prática filantrópica teria sido incentivada na família desde a infância dos filhos de John e Abby Rockefeller:

A tradição filantrópica dos Rockefeller era simples e discreta. Requeria que fossemos generosos com nossos recursos financeiros e nos envolvia ativamente nos assuntos de nossa comunidade e da nação. Esta era a doutrina de mordomia que meu pai tinha aprendido quando jovem e cuidadosamente nos ensinou. Éramos muito abençoados como família, e era nossa obrigação retribuir de alguma forma a nossa sociedade.¹⁸⁷

O início das atividades da AIA no Brasil, muitas vezes, é classificada como atividade filantrópica num sentido clássico do termo: o conceito de filantropia não somente “pode ser definido como a destinação de recursos privados para atuação em atividades de interesse público”, mas como o trabalho para auxiliar a humanidade em

¹⁸⁴ TOTA, Antônio Pedro. Op. Cit. p. 44.

¹⁸⁵ MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Norte-americanos no Brasil**. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2001. p. 16.

¹⁸⁶ COLBY & DENNETT. Op. Cit. p. 33.

¹⁸⁷ DAVID Rockefeller. Op. Cit. p. 158-159.

geral¹⁸⁸. As associações de tipo filantrópico no Brasil do século XIX e início do século XX predominaram em seu caráter religioso, “criadas por setores sociais privilegiados com o fim de prestar socorro a outros que dela necessitem, tendo por motivação as ações de caridade.”¹⁸⁹ No entanto, estas associações no Brasil, na opinião da historiadora Claudia Viscardi, “cumprem um papel fundamental na construção e na manutenção do poder local. Não só pacificando eventuais conflitos resultantes da exclusão social de grupos específicos, como substituindo, mesmo que precariamente, a ação de um Estado ainda incipiente.”¹⁹⁰

Da associação da AIA com o governo mineiro, como será debatido adiante, a utilização de programas considerados “amansados”, ou seja, aqueles que não propõe a reestruturação agrária mas a assistência técnica aos agricultores, como o extensionismo rural, procurou pacificar os conflitos, como afirma o ruralista João Napoleão de Andrade:

Esses elementos nossos que são assistidos, que tem crédito, tem uma casinha melhorada, seus filhos sendo educados, tem trabalhado – esses nunca se sujeitam ao comunismo, esta é a verdade. Há um município, no Nordeste, cujo nome não recorde em que há um trabalho muito bem feito da ANCAR. Sei que, num momento de confusão eleitoral [...] não houve o menor movimento; foi de absoluta tranqüilidade. Havia um excelente agrônomo regional e local que fazia o serviço de extensão muito bem feito; todos estavam vivendo muito bem¹⁹¹.

Se as atividades da Fundação Rockefeller podem ser consideradas atividades de filantropia científica, ou seja, destinando “recursos privados para a produção do conhecimento científico”¹⁹², a AIA, por outro lado, se diferencia da Fundação no sentido de que não exerceu ao longo de sua existência atividades regulares de pesquisa. Se este poderia ser um dos projetos iniciais da AIA, ou seja, realizar projetos em milho híbrido ou de sementes selecionadas, entre outras atividades abordadas no próximo capítulo, estas foram inseridas na maior parte do tempo na pauta do IBEC e seu instituto de pesquisa, o IRI (IBEC Research Inc.), criado em 1950, e que se juntou à AIA

¹⁸⁸ MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Norte-americanos no Brasil**. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2001. p. 14.

¹⁸⁹ VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. In: **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora, v. 10 n. 1. jan.- jun. 2004. p. 100.

¹⁹⁰ *Ibidem*. p. 100.

¹⁹¹ ANDRADE, João Napoleão de. **Entrevista concedida à Romeu Padilha de Figueiredo**. Belo Horizonte, 11 de novembro de 1981. (Projeto “Registro da Memória Histórica e Técnica da Extensão Rural no Brasil”, da Emater-MG). p. 85.

¹⁹² MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. *Op. Cit.* p. 14.

somente em 1957, desvinculando-se novamente em 1963. Desta forma, a AIA atuou muito mais na adaptação de projetos existentes e na sua institucionalização do que na pesquisa e desenvolvimento de conhecimentos científicos, sempre dentro da justificativa filantrópica.

E Nelson Rockefeller procurou argumentar a seu pai que esta agência estava dentro da tradição da família¹⁹³. A noção de filantropia poderia nem sempre ter fronteiras bem definidas, quase não se diferenciando dos negócios, uma vez que a noção calvinista de auto-suficiência não deixaria que as doações fossem simplesmente gastas, mas investidas. A relação entre filantropia e negócios que permeou a atuação da AIA foi apresentada pelo agrônomo e economista brasileiro, Mauro Marcio de Oliveira, da seguinte forma:

Tudo indica tratar-se de uma relação enraizada na sociedade capitalista de corte protestante, na qual a religião exercia forte influência sobre a família dos empresários, a despeito da prática darwinista na esfera da competição estritamente econômica. A literatura informa que, nos EUA, essa imbricação entre religião e negócios se difundiu amplamente. Nelson Rockefeller hauriu tal sentimento de forma difusa da sociedade americana e de forma direta da experiência de seu avô, que comandou a Junta Geral de Educação e a Comissão de Saúde, atuantes no sul e meio-oeste americanos no século passado. A novidade da ação de Nelson Rockefeller estava em fazer além das fronteiras dos EUA, o que tinha feito seus ascendentes no seu próprio país.¹⁹⁴

Uma segunda questão, no entanto, também aponta para o sentido de missão (Destino Manifesto) envolto nas atividades filantrópicas, relacionando a vontade de construir o mundo à sua imagem e abrindo espaço para a expansão de negócios dos norte-americanos. Neste sentido, para o historiador e seguidor de Frederick Jackson Turner, Merle Curti, a “generosidade” seria um aspecto de distinção do caráter nacional dos Americanos. Isto porque, por questões religiosas, de gênero ou sociais, as contribuições dos milionários norte-americanos somariam o dobro do praticado por países da Europa desde fins do século XIX¹⁹⁵. Se nesta época as doações eram praticadas geralmente por protestantes e de forma provinciana, ou seja, nas

¹⁹³ REICH, Carl. Op. Cit. p. 407.

¹⁹⁴ OLIVEIRA, Mauro Marcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 16, n. 02, maio-ago 1999. p. 125. Disponível em <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v16/cc16n204.pdf> Acessado em 25/04/2009.

¹⁹⁵ CURTI, Merle, GREEN, Judith e NASH, Roderick. Anatomy of giving. Millionaires in the late nineteenth century. In: HOFSTADTER, Richard e LIPSET, Seymour Martin. **Sociology and history: methods**. New York, London: Basic Books Inc., [1968]. p. 268.

comunidades em que estes faziam parte¹⁹⁶, a Fundação Rockefeller iniciou um processo de atuação global nas primeiras décadas do século XX, onde “a presença e atuação da Fundação Rockefeller em países da Europa, América Latina, Oriente Médio e Sudeste Asiático têm sido associadas à expansão dos interesses econômicos dos Estados Unidos por todo o planeta, sobretudo a partir do final do século XIX.”¹⁹⁷

Mas como Maria Gabriela Marinho afirma, com a mudança das atividades filantrópicas cada vez mais seculares e menos provincianas, conquistando outros continentes, “alguns dos parâmetros originais permaneceram, como a exigência da autonomia financeira das instituições beneficiadas, a identificação dos critérios de relevância apontados pelas comunidades e, sobretudo, a necessidade de haver contrapartidas financeiras aos auxílios concedidos.”¹⁹⁸ Neste sentido, a AIA inseriu-se na referida tradição: a AIA propunha que as instituições beneficiadas tivessem um caráter duradouro, e com isso, deveriam ser autônomas financeiramente, sendo que os auxílios da agência serviriam ou para a estruturação do trabalho (com material técnico ou tecnológico) ou para a complementação deste trabalho. Também, a AIA procurou não atuar sozinha, mas investindo em programas ou instituições que, por sua vez, tivessem outras fontes de investimento como contrapartida.

Neste sentido, para Nelson Rockefeller, caridade e negócios não possuíam fronteiras: “Nelson had a hard time adjusting himself to the fact that business and charity are two different things” diria Lockwood¹⁹⁹. Tanto que as atividades da AIA e IBEC nasceram sob a mesma instituição, ou como cita o biógrafo de Nelson Rockefeller, Cary Reich, a AIA era a agência de “dominical”, ou seja, onde o milionário poderia realizar suas atividades de caridade, enquanto o IBEC seria a companhia “semanal” (weekday) direcionada para a realização de negócios²⁰⁰. A idéia inicial da AIA tinha por objetivo melhorar as condições de vida da população latino-americana, mas também de criar novas indústrias, o que não foi possível de acordo com a legislação então vigente. Neste sentido, a idéia de captação de recursos para a prática filantrópica aconteceria, de acordo com o projeto original, com a criação de outra agência com fins lucrativos que pudesse “alimentar” financeiramente a AIA.

¹⁹⁶ Idem. p. 277.

¹⁹⁷ MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. Op. Cit. p. 16.

¹⁹⁸ Ibidem. p. 17.

¹⁹⁹ Citado por REICH, Cary. Op. Cit. p. 407.

²⁰⁰ Ibidem. p. 408.

Desta forma, embora no projeto original as duas agências não pudessem ter sido criadas simultaneamente, em janeiro de 1947 Nelson Rockefeller criou a irmã siamesa que se separou da AIA, o IBEC. Desta forma, alguns dos projetos que pudessem gerar lucros passaram a ser do interesse da IBEC, como por exemplo, a perspectiva de instalação de uma indústria de fertilizantes²⁰¹. No entanto, se a AIA tinha seu “statement of principles” o IBEC não deixava de ter sua justificativa social, como lembra Cary Reich:

Nevertheless, Rockefeller was still insistent that even this weekday enterprise had to have an overarching social purpose. Just as in the case of AIA, a “preamble” was attached to IBEC’s certificate of incorporation. The company declared this preamble, would “promote the economic development at various parts of world”, would “increase the production and availability of goods, things and services useful to the lives or livelihood of their people”, and would “better their standards of living”.²⁰²

Desta forma, a tese de Rockefeller mesmo nos anos de guerra estaria amparada na idéia de que o capital norte-americano deveria participar no desenvolvimento econômico do país em que estaria investindo. Ecoando um pensamento que ainda nos anos 1930 apontava para a necessidade de pensar questões relativas ao desenvolvimento econômico internacional, Nelson Rockefeller refletia um pensamento não muito distante de Edward S. Mason, um dos professores de David Rockefeller em Harvard. Mason afirmava, de acordo com David que deveriam ser disponibilizados “os insumos técnicos necessários para estimular o crescimento econômico mais amplo no que mais tarde chamaríamos de ‘mundo subdesenvolvido’.” Assim, o “trabalho pioneiro” de Mason “faria dele um dos proponentes mais importantes da ajuda econômica externa nos anos após a Segunda guerra Mundial, um tema em que me envolvia profundamente quando me dediquei a América Latina e a África em épocas posteriores de minha carreira.”²⁰³ De forma semelhante, falando sobre o IBEC, Nelson Rockefeller teria afirmando que no contexto pós-1945 o capitalismo norte-americano estaria sendo guiado para outra direção: “As pessoas antes dos lucros”.

²⁰¹ O *Rockefeller Brothers Fund* seria outra fonte de captação de recursos para a AIA. Sobre os vínculos entre AIA e IBEC, escreveram Colby & Dennett: “Enquanto as equipes da AIA promoviam a criação de frangos, Nelson montava, através da IBEC, uma empresa de ração para aves. As equipes da AIA promoviam as virtudes dos fertilizantes químicos e a IBEC os vendia. A AIA encorajava o uso de sementes mais produtivas, a IBEC vendia sementes híbridas. A AIA pregou o evangelho dos pesticidas e herbicidas e a IBEC montou uma empresa de fumigação.” COLBY & DENNETT. Op. Cit. p. 250.

²⁰² Citado por REICH, Cary. Op. Cit. p. 408.

²⁰³ ROCKEFELLER, David. Op. Cit. p. 87.

We believed that American capitalism was ready to play a new part in world affairs, not seeking just the areas which promised the greatest profit, but going to the areas of greatest needs. We believe that it was ready to go where it could produce the most goods and render the greatest services, and, finally, that it would have the ingenuity and resourcefulness to accomplish these things on a sound and profitable basis which would contribute to the well-being and real wealth of the people it served.²⁰⁴

Desta forma, as práticas filantrópicas e os ideais religiosos envolvidos em torno da AIA não podem ser entendidos de forma separada dos interesses políticos ou econômicos. Se o IBEC poderia lucrar com a manutenção de pesquisas na América Latina, o irmão mais jovem de Nelson, David Rockefeller também indicou que os negócios do *Chase National Bank* cresciam cada vez mais abaixo do Rio Grande: “No final de 1947, fiquei frustrado com as dificuldades de tentar convencer clientes a negociar com nossas agências em Paris e Londres, e pedi para ser transferido para a seção da América Latina do Departamento de Negócios estrangeiros” porque “a América Latina tornara-se uma região mais importante para o Chase, e meu crescente interesse em seus negócios, sua cultura e sua arte haviam crescido”²⁰⁵ Em outras palavras, fazer com que o capital norte-americano pudesse contribuir na economia local (tese do IBEC) não era a única maneira de atuação do Chase. Esta instituição também demonstrava afinidade com a atuação da AIA quando no mesmo memorando David cita que uma das formas de elevar o padrão de vida das populações latino-americanas seria realizada “através da agricultura melhorada, uma distribuição mais eficiente e um aumento na industrialização.”²⁰⁶

Em outras palavras, um projeto de cooperação internacional de perspectiva filantrópica tal como o empreendido pela AIA deve ser entendido em sua relação com ações visando a manutenção de interesses econômicos e políticos, aproximando por vezes tanto agências filantrópicas quanto instituições financeiras que poderiam encontrar pontos de convergência neste momento histórico. Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a possibilidade de um melhor padrão de vida da “cultura anglo” (conforme o termo que Rockefeller se refere no mesmo esboço da Bolivar Foundation) dependeria de que os países que reunissem estas características pudessem receber

²⁰⁴ People before profits. *The Science News-Letter*, Vol. 55, No. 15. (Apr. 9, 1949), p. 227. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0096-4018%2819490409%2955%3A15%3C227%3APBP%3E2.0.CO%3B2-L>.

²⁰⁵ ROCKEFELLER, David. Op. Cit. p. 141

²⁰⁶ Ibidem. p. 142

auxílio técnico e financeiro dos Estados Unidos²⁰⁷. Antes disso, no entanto, a AIA também representa a manutenção de interesses não somente econômicos, mas também políticos dos Estados Unidos no Brasil, uma vez que este projeto seria o sucessor, em ordem cronológica, do CIAA. Também, a idéia da AIA nasceu levando em conta as experiências de agricultura do CIAA e como também contou com a participação de agentes que trabalharam no Brasil durante a guerra e, juntamente com Nelson Rockefeller, participaram da constituição da AIA.

Resumindo a questão, Cary Reich afirma que a motivação de Nelson Rockefeller “was not purely altruistic”:

Eyeing the growing rivalry between the U.S. and Soviet systems for the hearts and minds of the Third World, Rockefeller saw his foundation as a vital weapon in the capitalistic arsenal. As he put it, the United States could maintain its preeminence only if the world's downtrodden came to understand that “their best interests and opportunity for the future are identified with our country and our way of life”²⁰⁸.

Neste sentido, AIA não deve ser entendida apenas como uma agência com interesses filantrópicos no sentido tradicional do termo, mas que estes ideais estavam relacionados com objetivos econômicos e políticos. De acordo com Kenneth Kadow, em documento de fevereiro de 1946, as metas propostas para a AIA são: 1) desenvolver e utilizar os recursos básicos orientando os caminhos para seu desenvolvimento adequado e industrialização em quantidade comercial; 2) Auxiliar no aumento dos níveis nutricionais das pessoas através da modernização da produção agrícola e pela difusão do conhecimento de estocagem; 3) Dar assistência às autoridades locais a melhorar a saúde geral por comida adequada, saneamento, cuidados preventivos e tratamento médico para as pessoas que vivem na área de atuação dos projetos da AIA. 4) Dar assistência em educação geral, utilizando os projetos da Associação como centros de treinamento; 5) Promover bem-estar geral²⁰⁹. Se o documento procura demonstrar num primeiro momento a intenção filantrópica da AIA em “ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas”, as questões econômicas e políticas são articuladas em seguida.

²⁰⁷ No esboço da Bolívar Foundation, Rockefeller escreve de forma pouco legível: “Self interest Anglo can't live in [profit while] others live in poverty”, assinando simplesmente como Patterson. As palavras em destaque são, como citado anteriormente, pouco legíveis.

²⁰⁸ REICH, Cary. Op. Cit. p. 407.

²⁰⁹ The American International Association for Economic and Social Development. An explanation of its objectives and method of operation by Kenneth J. Kadow for Nelson A. Rockefeller. 19/02/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation. p. 02.

A pergunta colocada no mesmo projeto é “por que você deveria apoiar a AIA?” Um dos motivos que justificaria, de acordo com Kadow, é que: “Improvements in a peoples’ standard of living invariably leads to an increase purchasing power with a subsequent increased interchange of the world’s goods; in other words, an expansion of trade. If world trade is benefited, America will share in the resultant prosperity”. Em outras palavras, se um olho da AIA estava na América Latina, o outro observava os possíveis ganhos para os Estados Unidos. No texto assinado por Ken Kadow, a idéia das conquistas da nação norte-americana também estaria presente: “If we in America believe in the economic, political and social philosophies and practices that have made us a great nation it is our duty and privilege to do all we can in a concrete practical way to work with other peoples of the world toward the achievements of similar or equally satisfactory goals.”²¹⁰ Desta forma, se as experiências que modelaram as instituições norte-americanas estariam sendo colocadas como exemplo de sucesso, este mesmo modelo deveria ser colocado à outros países, idéia muito explorada pela Teoria da Modernização, como foi discutido no primeiro capítulo.

Desta forma, de acordo com a proposta filantrópica da AIA, as diferentes populações, independentemente da sua história pregressa, da questão religiosa ou constituição “racial”, poderiam adotar os consideráveis avanços da experiência histórica dos Estados Unidos. Valores como experimentação, auto-organização e a democracia, por exemplo, auxiliaria as diferentes sociedades latino-americanas a eliminar os elementos da tradição e, assim, alcançar um padrão econômico e social condizente com os “novos tempos” do pós guerra.

Modificando levemente os objetivos da *Bolivar Foundation*, Kadow escreve que “It believes that poverty, hunger, sickness and ignorance in any part of the world affect the welfare and security of all the world. It believes that the welfare of a people depends in a large measure upon their economic and social prosperity”. Acrescentava também “it regards an opportunity to participate in man’s more rapid development not only as its privilege but also as its moral responsibility”. A ciência teria um papel fundamental para a operacionalização desta responsabilidade moral, uma vez que “demonstrations of sciences usefulness on a sound commercial basis will result in its adaptation by local peoples as a useful force for general development”. Esta relação com a ciência se daria com o treinamento de pessoas selecionadas no conhecimento e nas técnicas importantes

²¹⁰ Idem. p. 14.

com o intuito de que os projetos possam servir aos propósitos e como exemplo para difundir a utilização dos resultados²¹¹.

Sendo assim, quando se enfatiza especificamente a atuação da AIA e se volta o olhar para o tema da filantropia, tão marcante na bibliografia sobre a família e a Fundação Rockefeller, não se pode perder de vista a associação entre filantropia, ciência e assistência técnica.

No entanto, se a AIA foi constituída como uma agência filantrópica, ela deve ser entendida nas relações complexas estabelecidas entre este tema com a economia, a política ou a cultura. Steven Palmer, ao estudar o trabalho da Fundação Rockefeller na Costa Rica das primeiras décadas do século XX, argumenta que a bibliografia sobre esta agência “forçosamente” discute que “its public health programs mapped and processed peoples of the Third World in the service of U.S. imperial expansion, the labor needs of agrarian capitalism and the global hegemony of a style of scientific medicine that was finding its modern institutional and commercial form in the United States.” Por outro lado, continua Palmer, novas questões são colocadas principalmente quando são abordadas as práticas políticas e as formas cotidianas nos países que hospedam estes programas. Neste sentido, uma vez que a missão *anti-hockworm* foi estabelecida na Costa Rica, dificilmente poderia ser reduzida à uma unidade ideológica ou institucional da Fundação, mas “a vital component of a local strategy and of an institutional matrix designed to advance social medicine; it also became the node of a community of public health professionals with desires and allegiances that transcended the boundaries of Rockefeller philanthropy, the nation-state, and the informal empire of the United States.”²¹²

O argumento de Steven Palmer sobre a atuação da Fundação Rockefeller na Costa Rica permite pensar que, mesmo em um contexto diferente, as ações da AIA também transcenderam as fronteiras iniciais do império informal dos Estados Unidos. Desta forma, se na América Central as elites costarriquenhas tiveram nas práticas da Fundação um modelo que poderia permitir os avanços da medicina social, a AIA teria introduzido modelos de modernização da agricultura que foram modificados tendo em vista as experiências que foram realizadas ao longo de décadas no Brasil. Também, os modelos introduzidos pela AIA, como será visto adiante (capítulo 5), foram

²¹¹ Ibidem. p. 01.

²¹² PALMER, Steven. Central American encounters with Rockefeller public health, 1914-1921. In: JOSEPH, Gilbert M., LEGRAND, Catherine C. SALVATORE, Ricardo (Ed.). Op. Cit. p. 312.

nacionalizados durante a década de 1960 e, cada vez mais distanciados dos ideais filantrópicos. Em outras palavras, o sentido inicial de filantropia vai sendo modificado de acordo com as experiências de negociação e/ou conflito entre os diferentes grupos neste processo.

CAPÍTULO 3. A atuação da AIA no Brasil (1946-1950)

“Uma boa idéia parece ser tão difícil de vender quanto um tijolo de ouro”
Frank P. Corrigan

Antes de o comunismo ter deixado principalmente os republicanos dos Estados Unidos mais atentos – processo mais evidente no segundo mandato do democrata Harry Truman e durante a década de 1950 –, o também republicano Nelson Rockefeller afirmava que a manutenção da segurança dos norte-americanos estava presente em ações que pudessem manter as nações “livres”. Esta retórica contrária ao totalitarismo foi utilizada já nos momentos subseqüentes à Guerra e de fácil assimilação durante o período da Guerra Fria, uma vez que os nazistas e facistas foram substituídos cada vez mais pelos comunistas no imaginário social e político, principalmente depois de Chapultepec. Este encontro teve como objetivo a realização de um acordo de defesa das Américas, considerando que um possível ataque à qualquer país da região seria considerado uma agressão a todos os aliados americanos. Com a Segunda Guerra Mundial indicando seu esgotamento, os nazistas não eram mais vistos enquanto o principal problema para Nelson Rockefeller, que mudou a direção de seus ataques para o comunismo, antecipando, de certa forma, as ações dos anos subseqüentes. No entanto, esta atitude afastou Nelson Rockefeller do Departamento de Estado, em função do descontentamento gerado por sua posição relevante ao nazismo.²¹³

No entanto, no contexto do início do governo de Eurico Gaspar Dutra, o facismo ainda representaria o principal problema aos interesses norte-americanos, de acordo com os historiadores Leslie Bethel & Ian Roxborough, indicando que ainda existia um diálogo com os comunistas:

Fascism, not (yet) communism, remained the principal totalitarian enemy of democracy – and of U.S. interests – in Latin America at the end of the Second World War. It is interesting to note that throughout 1945 (and for that matter 1946 and even the first half of 1947), U.S. officials, in Washington and in Latin America, were not disturbed by the fact that Communists were playing a prominent part in the region's

²¹³ Sobre esta assunto ver OLIVEIRA e COLBY & DENNET, Op. Cit.

democratization. On the contrary, their participation was positively welcomed in, for example, Brazil, Bolivia, and Argentina²¹⁴.

Nesta perspectiva, Bethel & Roxborough indicam que duas fases diferentes poderiam ser apontadas em referência à América Latina: a primeira, iniciando em 1944, 1945 e 1946, dependendo do país em questão, apresentam três aspectos distintos mas interrelacionados, ou seja, democratização, uma maior tendência à esquerda e militância trabalhista. A segunda – em alguns casos em 1945, expandindo-se nos dois anos seguintes e alcançando proporções maiores em 1948 – apresenta um maior controle sobre o movimento trabalhador organizado, onde o estado passa a exercer maior poder; os partidos comunistas sofreram repressão; os partidos reformistas deram uma guinada à Direita e os avanços democráticos foram contidos²¹⁵.

Apresento, então, neste momento, a discussão sobre a primeira sugestão de Bethel & Roxborough. Eleições foram organizadas com relativamente alta participação popular, enquanto, pela primeira vez de acordo com os autores, um número de partidos políticos e movimentos “progressistas” emergiram ao poder e articularam as demandas da classe média urbana e da classe trabalhadora para as mudanças políticas, sociais e econômicas:

The period at the end of the Second World War also witnessed strike waves, increased unionization, and a bid for greater union independence in those countries where the labor movement was closely controlled by the state. In a number of countries the incorporation of organized labor into democratic politics occurred for the first time.²¹⁶

Cada vez mais, neste sentido, a democracia era o tom do diálogo, principalmente quando dirigido aos políticos latino-americanos: “the dynamic force of private enterprise, acting within the framework of a democracy, has the necessary creative energy to stimulate the production of such item as food and other products of prime necessity required by the Venezuelan economy”²¹⁷, diria Nelson Rockefeller à Romulo Betancourt, da Junta Revolucionária de Governo da Venezuela. O anúncio do Plano Marshall, no Governo de Truman expôs cada vez mais a política de contenção do

²¹⁴ BETHEL, Leslie. Introdução. The postwar conjuncture in Latin América: democracy, labor, and the left. In: BETHEL, Leslie & ROXBOROUGH (ed.). **Latin American between the second world war and cold war, 1944-1948**. New York: Cambridge University Press, 1992. p. 10.

²¹⁵ Ibidem. p. 02.

²¹⁶ Ibidem. p. 02.

²¹⁷ From Nelson A. Rockefeller to Mr. Romulo Betancourt. English translation. 19 de junho de 1947. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 27; Folder: 269.

comunismo defendida anos antes por Nelson Rockefeller e o auxílio financeiro à reconstrução da Europa com a consequente recuperação do mercado daquele continente. Mesmo que as ações norte-americanas estivessem voltadas para a Europa, a possibilidade de uma liderança regional incentivaria o Governo Dutra a afastar-se dos comunistas, rompendo relações diplomáticas tanto com a União Soviética quanto a China²¹⁸. No Brasil, este momento foi caracterizado pelo curto período de volta do Partido Comunista à legalidade, mas que, com a crescente preocupação com o comunismo, durante o governo Dutra o Partido voltou à ilegalidade em 1947 e, em 1948, políticos pertencentes à legenda tiveram seus mandatos cassados, incluindo o então senador Luis Carlos Prestes.

Se este contexto internacional indicava o distanciamento das relações entre Estados Unidos e América Latina (Plano Marshall), o objetivo deste capítulo é discutir ações voltadas para estes países por uma agência filantrópica norte-americana. Em outras palavras, será debatido tanto os projetos iniciais da AIA para o Brasil quanto como foram sendo desenvolvidos os principais programas de cooperação técnica entre a AIA e instituições brasileiras neste período, onde se destacam as atividades ligadas ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), entre 1946 e 1950. É conveniente lembrar que também foram iniciadas neste período duas das principais experiências com participação da AIA. A primeira delas, em Santa Rita do Passa Quatro e em São José do Rio Pardo, no interior do estado de São Paulo foram iniciadas formalmente em 1949 e 1950, respectivamente, e encerradas por volta de 1956. A outra experiência é considerada o maior sucesso da AIA no Brasil: a criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) em dezembro de 1948, em cooperação com o governo de Minas Gerais. Mas a discussão sobre estas experiências será realizada em outros capítulos.

²¹⁸ Ver BEÇAK, Peggy. **Evolução das relações comerciais Brasil – Estados Unidos de 1945 a 1995**: no contexto da política externa e dos “interesses nacionais”. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado em História Econômica). p. 117.

3.1 O início dos programas no Brasil (1946-1950)

O objetivo deste capítulo é discutir como foram sendo desenvolvidos os principais programas de cooperação técnica entre a AIA e instituições brasileiras. Entre 1946 e 1950, se destacam as atividades ligadas ao Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). Também foram iniciadas neste período duas das principais experiências com participação da AIA. A primeira delas se deu no interior do estado de São Paulo, nas cidades de Santa Rita do Passa Quatro e de São José do Rio Pardo, iniciadas formalmente em 1949 e 1950, respectivamente, e encerradas por volta de 1956. A outra experiência é considerada o maior sucesso da AIA no Brasil: a criação da ACAR em dezembro de 1948, em cooperação com o governo de Minas Gerais.

A experiência da ACAR, como será debatida, foi expandida nas décadas seguintes para todo o território nacional. No entanto, as experiências do SAPS, de Santa Rita e São José, bem como outras pequenas atividades, geralmente não são abordadas pela produção bibliográfica que trata do tema. Neste sentido, um importante momento de negociação e adequações entre uma agência internacional e instituições brasileiras é deixado de lado. Como consequência, a bibliografia realça os consensos estabelecidos, apagando, muitas vezes, o processo anterior de negociação e possíveis conflitos. Exemplo disto é a narrativa estabelecida pela jornalista diretamente vinculada a AIA, Martha Dalrymple, que é retomada por outros intérpretes, como Cary Reich e José Paulo Ribeiro. Esta linha de interpretação realça a aceitação de representantes brasileiros em relação às “idéias de Nelson Rockefeller”.

Desta forma, Ribeiro escreve que “o programa brasileiro da AIA foi iniciado em novembro de 1946, quando o Sr. Nelson Rockefeller esteve no Rio de Janeiro e manteve conversações com pessoas do governo, inclusive com o presidente do Brasil, Eurico Gaspar Dutra, homens de negócios, fazendeiros e outros líderes, tendo suas idéias sido bem recebidas.”²¹⁹ Esta mesma idéia é apresentada por Cary Reich. Afirmando que, mesmo com alguns resquícios da política pró-Argentina adotada por Nelson Rockefeller na década de 1940, o mesmo continuava sendo respeitado pelo governo brasileiro. De acordo com as próprias palavras do autor, “(Nelson) Rockefeller remained a sainted

²¹⁹ RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 57. Esta narrativa foi originalmente publicada no jornal Correio da Noite e retomada por Dalrymple (1968), Reich (1999), Fonseca (1984) e também por Ribeiro (1999).

figure in Brazil, revered as a living symbol of the inter-American alliance.”²²⁰ Desta forma, o governo Dutra continuava “respectful of Rockefeller as its predecessor. It warmly received him and awarded him the Order of the Southern Cross, in recognition of his efforts on behalf of Brazilian-American friendship.”²²¹

Deixando transparecer a idéia de que as proposições da AIA, representadas por Nelson Rockefeller, seriam aceita por diferentes classes e contando com o apoio governamental, esta narrativa pode ser relativizada se levarmos em consideração o início das negociações da AIA na Venezuela.

Passando por um processo de constituição de um novo governo, Rómulo Betancourt, líder da *Acción Democrática*, estabeleceu a junta provisória de governo ainda em outubro de 1945. O então representante máximo do país, onde a Creole realizava suas atividades, forçava a necessidade cada vez maior de negociação, uma vez que não era apenas a AIA – ainda com o nome de *Bolívar Foundation* – que estava em jogo, mas também os interesses das empresas de petróleo da família Rockefeller. Assim, Betancourt via em Nelson Rockefeller um adversário político. De acordo com Cary Reich

The leader of the new ruling junta was Rómulo Betancourt – the same Rómulo Betancourt who ad vehemently denounced Nelson Rockefeller as a hypocritical oil mogul before the war. For years Betancourt had inveighed against the oil companies’ untrammled influence over his country’s economy. Now, at last – after spending most of his political career in exile or in hiding – he had the power to do something about it.²²²

Diante dos previsíveis impasses, Nelson Rockefeller solicitou ao embaixador Norte-Americano na Venezuela, Frank P. Corrigan, a opinião sobre a atuação de uma agência como a *Bolívar Foundation* no país. Mesmo diante de possíveis dificuldades de atrair recursos, Corrigan afirmou, ainda em 1944, portanto, antes da entrada de Betancourt no governo: “I am of the opinion that we should make a start. The Foundation has been a subject of conversation for nearly five years and if you and I do not take it in hand, it can easily languish for another five.”²²³ No entanto, mesmo neste contexto de expectativas quanto ao governo interino da Venezuela em 1945 – “A good

²²⁰ REICH, Cary. Op. Cit. p. 405.

²²¹ Ibidem. p. 405.

²²² Ibidem. p. 409.

²²³ From Frank P. Corrigan to Nelson A. Rockefeller. Personal and confidential. Caracas, Venezuela, 21/11/1944. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolívar Foundation.

idea seems to be harder to sell than a gold brick”²²⁴, diria Corrigan – o embaixador norte-americano estaria “entusiasmado” com a idéia desta agência sob o novo governo, de acordo com as palavras de Nelson Rockefeller²²⁵. O embaixador havia escrito confidencialmente para Nelson dias antes, dizendo que a idéia de uma fundação “was well received” e para Corrigan isto representava “a God given opportunity”²²⁶.

In my first long interview with Betancourt, I took occasion to broach the idea of ‘a foundation’ to which both government and industry could look for expert advice and help with regard to the momentous social responsibility in which they are partners. The idea was well received and I think this period of interim government, which will last for a year at least before a new constitution can be drafted and a constitutional government elected, presents a God given opportunity to obtain an advantage to draw lasting benefits out of an unusual situation.”²²⁷

Em junho de 1945, o próprio Nelson Rockefeller escreveria para o Presidente da “Junta Revolucionaria” da Venezuela, Romulo Betancourt, sobre os propósitos e boas intenções da AIA e do IBEC: “it is my firm belief that peace, individual liberty and respect for human dignity cannot be attained in the world until standards of living are raised and peoples enjoy good health, education and well-being”²²⁸. Com sua tese de que o capital norte-americano deveria participar do desenvolvimento dos países nos quais realizava negócios, a saída pensada por Nelson e seus aliados, procurava demonstrar que a AIA, o IBEC e sua subsidiária, o *Venezuelan Basic Economy Corporation* (VBEC), não eram somente, de acordo com as palavras de Cary Reich,

²²⁴ From Frank P. Corrigan to Nelson A. Rockefeller. Personal. 21/07/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

²²⁵ From Nelson A. Rockefeller to Gene Holman. 14 de novembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

²²⁶ Ibidem.

²²⁷ Frank Corrigan para Nelson Rockefeller, Caracas, Venezuela, 06/11/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

²²⁸ From Nelson A. Rockefeller to Mr. Romulo Betancourt. English translation. 19 de junho de 1947. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 27; Folder: 269. No período anterior à atuação da AIA na Venezuela, a racionalização da agricultura também perpassava os projetos governamentais latino-americanos, como afirma McCook: “Buscando ‘orden y progreso’, las elites liberales de América Latina querían racionalizar la vida política, social y económica nacional. En la mayoría de los países latinoamericanos, la agricultura tenía un papel importante en los proyectos de desarrollo nacional. Las elites liberales seguían una política de desarrollo basada en la exportación de materias primas, y en la época liberal la mayoría de esas materias primas eran plantas — como el café, el cacao, y la caña de azúcar. El bienestar económico de aquellos países, entonces, dependía del bienestar de sus cultivos. Por eso, la ideología y la retórica liberal señalaban la importancia de racionalizar la producción agrícola, y que las ciencias agrícolas tenían un papel central dentro de este proceso de racionalización.” McCOOK, Stuart. “Plantas, petróleo, y progreso: las ciencias agrícolas y las ideologías de desarrollo en la época de Juan Vicente Gómez, 1908-1935,” In: **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. 14:1 (January-June 2003): 67-88.

“another *yanqui* plot to bleed the country”²²⁹. Contando com o apoio das empresas de petróleo para investir tanto na AIA quanto na VBEC, a saída negociada para modificar a imagem de empresas ou projetos americanos no país foi justamente a parceria de financiamento entre os setores público e privado²³⁰. Desta forma, um dos primeiros projetos consolidados na América Latina pela AIA, em convênio com o *Instituto Técnico de Imigración y Colonización* (ITIC), foi a criação do *Consejo de Bienestar Rural* (CBR), na Venezuela. Deste projeto resultou um programa de crédito rural supervisionado, firmado no acordo entre o CBR e o *Banco Agrícola y Pecuário* (BAP) naquele país.²³¹

Em outras palavras, a experiência na Venezuela teria gerado alguns constrangimentos iniciais para a AIA, uma vez que Nelson Rockefeller precisaria agora negociar com os nacionalistas, opositores da influência norte-americana na economia venezuelana. Assim, se este caso é relativo a outro país em um contexto peculiar e não nos ensina peremptoriamente algo sobre o Brasil, pode ao menos alertar e analisar com cuidado a afirmação de que Rockefeller teria encontrado no Brasil um ambiente propício e fértil para estabelecer seus programas. Nesse sentido, este trabalho procura demonstrar como o período inicial de atuação da AIA no Brasil caracterizou-se por um árduo trabalho de negociação, por vezes ocultado pela bibliografia que trata do tema.

Por certo não existiam no Brasil pós 1945 grupos que se opusessem tão sistematicamente a atuação de Nelson Rockefeller, como havia na Venezuela. Ainda mais se lembrarmos, por exemplo, que o governo Dutra colocou o Partido Comunista Brasileiro na ilegalidade em 1947. Getúlio Vargas, nacionalista convicto que viria a ser o incentivador da agência brasileira voltada para a pesquisa e produção de petróleo (Petrobrás) e, portanto, rival das empresas estrangeiras, somente na década de 1950 voltaria a cena política. De qualquer modo, a relação entre uma agência internacional e o governo brasileiro não pode ser analisado a partir de um ponto de vista unilateral e como um processo harmônico de aceitação. Além disso, deve ser discutido o caráter das ações não apenas de uma “elite” política, mas também de empresários, políticos e outros atores brasileiros que tinham interesse neste projeto. Estes estavam dispostos a

²²⁹ REICH, Cary. Op. Cit. p. 410.

²³⁰ Rockefeller was looking for 15 million from the oil companies – 10 million for VBEC and 5 million for AIA – and 15 million was exactly what he got. The largest sum, \$8 million, came, not surprisingly, from Creole; Caribbean Petroleum, the subsidiary of Royal Dutch Shell, was next largest with \$4 million, and Mene Grand Petroleum, the Gulf Oil operation, contributed \$3 million. Socony-Vacuum, with the smallest stake of all the majors in Venezuela, chipped in a token \$120, 00. All the pledges were payable over a five-year period, and the investors were free to drop out after a year. Ibidem. p. 410

²³¹ RIBEIRO, José Paulo e MACHADO. Op. Cit. p. 35.

empreender um processo de modernização e, neste sentido, interagiram em uma “zona de contato”, para usar a expressão de Mary Louise Pratt, aceitando determinadas proposições e remodelando as ações.²³²

Na realidade, a atuação da AIA não foi propriamente pacífica, amistosa, mas sua experiência foi construída a partir de uma relação de negociação constante. Com o intuito de estabelecer seus programas no Brasil, a AIA encontrou “amigos”, conforme as denominações de seus próprios agentes, mas também “reacionários”, também nos termos de um dos membros da AIA.²³³

Desta forma, a discussão de determinados programas iniciados entre 1946 e 1950 serão debatidos, à exceção da ACAR, que terá um capítulo próprio. Desta forma, a abordagem iniciará por um programa isolado de combate à cólera suína, assim como o envolvimento da AIA nos programas do SAPS. Posteriormente, em capítulo a parte, serão discutidos os programas desenvolvidos em Santa Rita e São José. Tendo em vista um progressivo afastamento tanto por parte da AIA quanto do governo do estado de São Paulo destes programas, em 1956 são encerrados em Santa Rita, enquanto em São José são adotados por produtores rurais. Este período e estes programas desenvolvidos pela AIA são, geralmente, pouco abordados nos trabalhos sobre a agência norte-americana. Neste sentido, este trabalho procura demonstrar como, neste processo, a AIA enfrentou resistências, colecionou sucessos e insucessos e procurou diversificar ao máximo sua área de atuação, visando a adequação de seus programas no Brasil.

3.2 Projetos para o Brasil: negociações com “amigos” e “reacionários”

Os projetos realizados no Brasil pela AIA diferenciaram-se dos programas da Venezuela em uma questão crucial. Enquanto na Venezuela os programas tinham alcance nacional, a experiências brasileiras estavam relacionadas ao âmbito municipal (os programas de Santa Rita e São José, em São Paulo), estadual (ACAR, em Minas Gerais) ou regional (SAPS e a cólera suína), enquanto na Venezuela, os programas

²³² Ver PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Hernani Bonfim Gutierre. Rev. Tec. Maria Helena Machado e Carlos Valero. São Paulo: EDUSC, [1998]. (Coleção Ciências Sociais).

²³³ O engenheiro agrônomo José Calil observou que: “É importante apontar que todos os colaboradores de Nelson Rockefeller no Brasil tornaram-se secretários de Estado e/ou ministros, mostrando o acerto das escolhas para o desenvolvimento e modernização da agricultura brasileira.” CALIL, José. Rockefeller e o desenvolvimento da agricultura brasileira. In: **Informações agrônômicas**. N. 88, Dezembro de 1999. p. 06-07.

tinham alcance nacional. Somente em 1956, após dez anos de trabalhos direcionados, a AIA envolve-se na institucionalização de um programa nacional, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR). Como informa publicação da própria AIA, “due to the size of Brazil, AIA has not attempted the national coverage of Venezuelan programs; rather, it has selected a few areas and problems that are typical”²³⁴.

A primeira atuação da AIA no Brasil foi iniciada em 1946 quando um surto de cólera suína espalhou-se pelos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná e Minas Gerais. Dee W. Jackson, economista de formação, e que em 1945 trabalhava na embaixada dos Estados Unidos, depois de ter atuado por anos na *General Motors Company*²³⁵ tornara-se o principal representante da AIA no Brasil naquele momento. A AIA, neste sentido, auxiliou o governo brasileiro, disponibilizando um veterinário norte-americano, que por sua vez, estabeleceu as vacinas, técnicas de resguardo, entre outras ações²³⁶.

Contemporânea a este primeiro projeto era a intenção de desenvolver atividades relacionadas à produção agrícola. Desta forma, em 21 de maio de 1946, John Lockwood enviou a Nelson Rockefeller detalhes da primeira proposta concreta de atuação da AIA – que fora oficialmente fundada apenas em julho daquele ano – no Brasil. De acordo com a sugestão, o bem-estar da população era visto por Lockwood como algo a ser alcançado pela agricultura, procurando tornar disponível cada vez mais as modernas técnicas e métodos²³⁷. Desta forma, este processo deveria iniciar por determinadas atividades, como a melhoria dos solos com a utilização de fertilizantes, a utilização de sementes selecionadas (ou melhoradas) e o melhoramento de criações de animais domésticos (improved livestock). Também seriam necessárias instalações para armazenagem da produção (storage facilities), desenvolvimento adequado de transportes, melhores métodos de marketing, melhor utilização de recursos naturais, assim como um melhor nível de educação e melhores padrões de saúde²³⁸.

²³⁴ AIA. The first three years. Op. Cit. p. 24.

²³⁵ Indicado por Kenneth Kadow ainda em 1945, juntamente com integrantes do Office como Otis Bosworth, Trowbridge Von Baur e o Dr. H. Zucherman.

²³⁶ DALRYMPLE, Martha. Op. Cit. p. 16-17.

²³⁷ From John E. Lockwood to Nelson A. Rockefeller. American International Association. Program for Brazil. 21/05/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

²³⁸ Ibidem.

Em outras palavras, as proposições da AIA remetem, mesmo de forma limitada, ao processo de constituição de uma rede industrial na agricultura²³⁹, iniciado mais intensamente na década de 1920 nos Estados Unidos, como aponta a historiadora Deborah Fitzgerald. No período que compreende o final da Primeira Guerra Mundial e a Grande Depressão, emergiu uma complexa rede de relações nos Estados Unidos, envolvendo os diversos atores e agências que estavam ligados à agricultura. Composta por *business leaders, government agents, agricultural college professors, demonstration agents e bankers*, esta nova classe de pessoas e instituições, cujo principal propósito era modernizar todo o empreendimento agrícola, criou e manteve uma filosofia com princípios da ciência, tecnologia e o espírito do racionalismo que caracteriza a agricultura industrial²⁴⁰. Estes sistemas aproximaram capital, matéria-prima, malha de transportes, sistemas de comunicação e mão-de-obra especializada. Interconectados e geralmente estendendo-se, estes sistemas de produção e consumo funcionaram como redes dentro dos quais se ajustaram os componentes mais identificáveis da industrialização: tratores, estradas pavimentadas, crédito bancário, trabalho migrante e mercado de *commodities*. Em outras palavras, este processo de industrialização da agricultura estendeu-se de parte a parte dos Estados Unidos onde, independentemente das escolhas individuais, os *farmers* estariam se deparando com os mesmos assuntos²⁴¹.

As proposições da AIA não estavam longe do processo descrito por Deborah Fitzgerald, uma vez que o processo de produção agrícola deveria estar se tornando cada vez mais interdependente. Retomando as sugestões de Lockwood, as iniciativas seriam

²³⁹ Escreveu Fitzgerald sobre o termo “industrial” aplicado à agricultura nos Estados Unidos. “I’m using the term industrial to describe this process for several reason. This may seem a peculiar definition to some readers. After all, there weren’t really any factories in agricultural production, nor were there assembly lines, time clocks, union dues, or mass production. There wasn’t much iron or steel, either or was there? Indeed, over the course of the twentieth century, large parts of agricultural production have taken place in factories (for example, confinement poultry and hogs), assembly lines have been developed in harvesting virtually all crops in which production is stationary and the humans and machines move, and time clocks in the form of mileage recorders were installed on tractors and combines by 1921.” FITZGERALD, Deborah. **Every farm a factory**. The industrial ideal in American agriculture. New Haven: Yale University Press, 2003. p. 04.

²⁴⁰ Nos primeiros anos de 1920, ainda de acordo com Deborah Fitzgerald, os *farmers* e suas famílias passaram a lidar tanto com uma nova série de oportunidades quanto de embaraços, advindos de um sistema industrial que a grande maioria ainda desconhecia. Ibidem. p. 06.

²⁴¹ FITZGERALD, Deborah. Op. Cit. p. 03-04. Ainda de acordo com Deborah Fitzgerald, o contexto que se colocava facilitou aos *farmers* aproximarem-se deste sistema emergente. Embora com diferenças regionais em sua efetivação, os que levaram adiante a mensagem industrial para a agricultura foram os economistas, gerentes de fazendas (*farm managers*), employees of agricultural colleges e particularmente agentes “farm and home administration” (extensionistas?), bancos rurais e companhias de seguro e “agricultural businesses” como aqueles centrados em máquinas e sementes agrícolas. Estes agentes do industrialismo espalharam-se cedo pelo país. E todo estado tinha um “agricultural college” e a maior parte das cidades possuía um banco. Ibidem. p. 06.

propostas pela utilização de dois métodos, o intensivo e o extensivo²⁴², inovando a maneira de organizar a produção agrícola no Brasil.

O método intensivo visava a melhoria do solo pela utilização de fertilizantes e implicava no incentivo da criação de uma ou mais companhias para produzir, importar e comercializar estes fertilizantes. Segundo a proposta de Lockwood, a iniciativa teria capital da AIA e do governo brasileiro, sendo que os norte-americanos importariam os produtos necessários de determinada companhia daquele país. Esta maneira de atuação caracterizou, de certa forma, a maneira de organização da AIA tanto no Brasil quanto na Venezuela, uma vez que os recursos disponíveis eram combinados com capital proveniente do país em que o projeto fosse desenvolvido.

No ponto de vista do método extensivo visava, por outro lado, a incorporação de fertilizantes no tratamento dos solos exigiria um programa educativo e de demonstração (*demonstration work*). Este recurso tem relação direta com o processo de constituição do Extension Service dos Estados Unidos, no início do século XX. Esta inovação no trabalho com os *farmers*, como foi abordada no primeiro capítulo, é atribuída a Seaman A. Knapp, principalmente durante a campanha iniciada em 1904 para o controle bicudo-do-algodoeiro (cotton boll weevil) que levava então à destruição das plantações de algodão nos estados do Sul dos Estados Unidos. Em linhas gerais, a demonstração emprega a idéia de que o agente – mais tarde o *county agent* – possa demonstrar aos *farmers* como uma determinada prática considerada nova, deva ser incorporada. Apenas com a demonstração concreta de suas vantagens econômicas se poderia convencer o *farmer* a adotar a nova prática: “O que um homem ouve”, teria dito Knapp, “ele pode duvidar” assim como também “o que ele vê, pode possivelmente duvidar”. Mas “o que ele faz por si mesmo, ele não pode duvidar”.²⁴³

Exatamente nesta linha, para os integrantes da AIA era necessário que fosse desenvolvido este tipo de demonstração para tornar conhecido aos brasileiros a importância do uso dos fertilizantes e dos modernos métodos de manuseio deste produto. No início do século XX, Knapp procurava demonstrar aos *farmers* o que poderia ser feito em determinada situação e, por meio de palestras e conversas, aliadas a

²⁴² From John E. Lockwood to Nelson A. Rockefeller. American International Association. Program for Brazil. 21/05/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation. Desta forma, em duas áreas a proposta estaria sendo concentrada no método intensivo, ou seja, aquele que consiste em fomentar operações privadas que trabalhem com técnicas modernas, eficiência, bem como uma “política ilustrada” (“enlightened policy”). O método extensivo, por outro lado, estaria concentrado na mais ampla possibilidade de difusão dos benefícios para os produtores e consumidores de produtos agrícolas.

²⁴³ BENEDICT, Murray. Op. Cit. p. 152. Tradução livre.

vendas de produtos agrícolas, tentava convencê-los a mudar de prática. Correspondentemente, a articulação da AIA com os Governos Federal e Estadual e organizações agrícolas eram observadas como elemento importante na manutenção do programa, mas também a divulgação na imprensa escrita, rádio e filmes²⁴⁴ para introduzir a utilização e facilitar a venda dos fertilizantes.

Este “programa-matriz” se iniciou com nove projetos no Brasil. O primeiro, o “Brazil Project n. 01”, ou “Hybrid Seed Corn, São Paulo, Brazil”, tinha o objetivo de desenvolver sementes de milho híbrido no país em uma relação financeira com o IBEC. Na opinião da AIA, tanto a quantidade quanto a qualidade das sementes constituíam uma das maiores necessidades para o desenvolvimento agrícola no Brasil. Neste sentido, por exigir um custo elevado de produção, o projeto iniciaria com duas unidades para sementes de milho híbrido. De acordo com a estratégia da AIA, ou seja, de misturar-se ao capital e iniciativas dos países em que desenvolvia projetos, um possível sucesso nestas experiências com milho híbrido apontaria para a expansão dos projetos. Neste sentido, dentro desta primeira experiência narrada por Lockwood, um grupo de jovens brasileiros, empregados pelo escritório da AIA e com treinamento nos Estados Unidos, iniciou a produção de sementes de milho híbrido em Minas Gerais com o nome de Agroceres: “a group of young Brazilian boys, former employees of our office in Brazil, became interested in the hybrid corn seed business. Through the initiative of this group and organizational ability of John Ware”, uma companhia de sementes de milho híbrido foi organizada:

Young Brazilians of high quality trained in this line of work in the United States are heading the company up. They have already begun activities in the State of Minas Gerais under the corporate name of ‘Agroceres Ltda.’. Using this excellent organization as a core, I propose to establish another unit near São Paulo and a little later on in Rio Grande do Sul²⁴⁵.

Sobre este processo, Collier & Horowitz escrevem que “a pesquisa conduzida pela AIA sobre mercado da indústria de milho híbrido no Brasil, na qual descobriu-se que um empresa brasileira, Agroceres Limitada, estava quase pronta para começar a produção industrial do único híbrido produzido no país.” Desta forma,

²⁴⁴ From John E. Lockwood to Nelson A. Rockefeller. American International Association. Program for Brazil. 21/05/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

²⁴⁵ Ibidem.

Passada a inforção à IBEC, esta propôs aos donos brasileiros da Agrocere a constituição de uma nova companhia entre eles. A nova empresa – SASA – enquanto crescia, exigia mais e mais capital. As medidas originais do acordo, pela qual os sócios brasileiros poderiam comprar até 51% das ações depois de 10 anos, forma declaradas inviáveis e os brasileiros tiveram que aceitar uma percentagem muito menor que a originalmente proposta. Ao longo dos anos, a SASA se tornou uma das seis maiores companhias de semente de milho híbrido do mundo.²⁴⁶

José Paulo Ribeiro afirma que o criador da Agrocere, o engenheiro agrônomo Antônio Secundino de São José, “transitava bem na AIA e no IBEC e, provavelmente, contribuiu para que a primeira viesse a ser instalada em Minas Gerais, uma vez que sua unidade de produção de milho híbrido, na época, localizava-se cidade de Ubá, na zona Mata daquele Estado”²⁴⁷.

A idéia de trabalhar com fertilizante (projeto n. 05, “Comercial development of Brazil’s fertilizer deposits”), neste sentido, também demonstra uma relação mais efetiva com as instâncias nacionais. As experiências desenvolvidas por Rockefeller poderiam servir inclusive para elaborar as políticas agrícolas no Governo Dutra, principalmente no que se refere à participação da iniciativa privada nos projetos de desenvolvimento. Neste sentido, Valentim Bouças – ex-conselheiro financeiro pessoal de Getúlio Vargas, e um dos participantes brasileiros da conferência de Bretton Woods (1944) e da Missão Abink – solicitou as informações sobre a atuação da AIA no Brasil, afirmando que estas informações possibilitariam, nas palavras do mesmo, “a obtenção das mais valiosas fontes de informação para delinear o projeto que submeteu ao Governo”²⁴⁸. A utilização dos fertilizantes no Brasil justificava-se, de acordo com as ações tanto da AIA quanto do IBEC, na interpretação de que as mudanças provocadas na agricultura norte-americana foram intensas desde que se iniciou sua grande utilização: “Modern agriculture in América dates back to the turn of the century and the large scale use of commercial fertilizer. The use of technical salesman in the agriculture industry was first proven in the general field of agricultural chemicals and has ever since paced all other institutions whether public or private”²⁴⁹ na difusão do conhecimento agrícola.

²⁴⁶ COLLIER & HOROWITZ, apud. OLIVEIRA, Mauro Marcio. Op. Cit. p. 119.

²⁴⁷ “Formado em Viçosa, colega de turma do engenheiro agrônomo Paulo Pena de Salvo, que veio a ser o primeiro presidente da junta administrativa da ACAR”, Secundino também foi diretor da ESAV. RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 58.

²⁴⁸ From Valentim F. Bouças to Nelson A. Rockefeller. Rio de Janeiro, 09 de Maio de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134. “the obtention of a most valuable source of informations to outline the project I have to submit to the Government”

²⁴⁹ O projeto n. 05 para o Brasil, intitulado “Comercial development of Brazil’s fertilizer deposits”. From John E. Lockwood to Nelson A. Rockefeller. American International Association. Program for Brazil. 21/05/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

No caso brasileiro, Kadow notou que “Mr. Bouças” fora questionado pelo Presidente da República sobre o que “fazemos naquele campo”. O governo brasileiro considerava a utilização dos fertilizantes “aqui” como uma questão “muito séria”. Kadow prossegue afirmando que, na conversa com o representante brasileiro, a AIA não tinha interesse em manufaturar os fertilizantes e que muitos grupos brasileiros estavam interessados em manufaturar fertilizantes de fosfato e nitrato, e que não necessitavam de assistência da AIA para isso²⁵⁰.

Se o governo brasileiro tinha interesse em saber como eram desenvolvidas as experiências com fertilizantes no país, por outro lado, a AIA continuou a articular este projeto, recomendando que os programas de milho, soja e trigo fossem conduzidos pelo químico e agrônomo húngaro John S. Csiky, utilizando pedra calcária (limestone) e “raw rock phosphate”²⁵¹. Desta forma, foi proposto que o Dr. Csiky conduzisse os experimentos em áreas de terras livres e que registrasse tais experimentos. Lawrence H. Levy afirma que seria possível que uma parte da experiência fosse realizada em propriedade da empresa Semente Agrocere²⁵². No entanto, para o projeto de utilização de fertilizantes, foi selecionado um total de cinco áreas e disponibilizadas sem custo para a AIA no Estado de São Paulo – em propriedades da S.A. Fomento Agro-Pecuário e nas fazendas de Teodoro Quartim Barboza e Olívio Gómez – e na região norte do Paraná – na fazenda da empresa Sementes Agrocere S.A. – representando diferentes tipos de solo. As experiências para determinar a quantia exata de calcário para a produção agrícola foram feitas por Dr. John S. Csiky no cultivo de milho, feijão, trigo e alfafa²⁵³.

Este não era o único projeto. O segundo projeto, “Model Demonstration Farm & Training School” também voltado para São Paulo, estaria procurando introduzir

²⁵⁰ From Kenneth Kadow to Morrison G. Tucker. Memorandum. Subject: Fertilizers. Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134. “Mr. Bouças made it clear to us that the President of the Republic had asked him to find out what we were going to do in that field. The Government of Brazil considers the fertilizer question here” uma questão muito importante.

²⁵¹ From Lawrence H. Levy to Executive Committee of the AIA. Memorandum. Fertilizer Experiments in Brazil. 15 de Outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134. “recommended that fertilizer experiments be conducted in Brazil for the planting of corn, soy beans and wheat, using therefore ground limestone and raw rock phosphate. It is proposed that these experiments be conducted through an arrangement to be worked out with Dr. John S. Csiky, a Hungarian chemist and agronomist”.

²⁵² From Lawrence H. Levy to Executive Committee of the AIA. Memorandum. Fertilizer Experiments in Brazil. 15 de Outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134. “it is proposed that Dr. Csiky work out arrangements for getting free use of the land on which the experiments for conducting these experiments and turn over written” documents for AIA. “It is possible that some of the land to be used for these experiments may belong to Semente Agrocere”.

²⁵³ American International Association for Economic and Social Development. Fertilizer experiments in Brazil. Project n. AIA – 5 – Brazil. Proposed by Dee Jackson. 01 de Dezembro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

métodos da moderna agricultura e variedade na produção: aves domésticas, suínos, etc. Também, o projeto tinha por objetivo a demonstração da prática de mecanização e treinamento vocacional em cooperação com colégios/escolas de agricultura. O terceiro projeto, “vegetable and fruit canning factory”, na Paraíba ou Pernambuco, visava a introdução do cultivo de tomate ou abacaxi em áreas de seca, sob irrigação. O projeto n. 04, “cattle, horse na mule breeding ranch”, visava atuar na produção de carne e de animais domésticos para o trabalho. Destes projetos iniciais, alguns foram se conformando e deram origem a outros programas. O projeto n. 07 tinha o objetivo de combater determinados tipos de verminoses, o “Livestock and parasite control investigations and demonstrations” e sua atuação estava dirigida a diversos estados, dentre estes São Paulo e Minas Gerais. A continuidade destas atividades foram realizadas por outro projeto, o n. 08, intitulado “Brazil, community services program”.

Por sua vez, o projeto n. 09 intitulado “Organizing a 4H club program for Brazil” estaria propondo que os governos federal e estadual pudessem reorganizar suas várias tentativas de trabalho educacional com a juventude rural consideradas pela AIA como “pobrememente desenvolvidas e executadas” no Brasil²⁵⁴. Argumentava-se que uma vez um plano concebido e efetivado com a metodologia utilizada pelos Clubes 4-H²⁵⁵ dos Estados Unidos, muito rapidamente resultaria em cursos sendo ensinados em escolas primárias e secundárias na área envolvida. Em seguida, isto resultaria em programas competitivos em nível federal e estadual com premiações como forma de estimular o interesse dos jovens, “inevitavelmente resultando em melhores práticas agrícolas e condições de vida rural”. Neste sentido, a sugestão do projeto era de que Nelson Rockefeller negociaria a criação destes programas em nível nacional, onde em

²⁵⁴ “Its many poorly developed and executed rural youth and education movements into an effective”.

²⁵⁵ 4-H tem por significado Head (Cabeça), Heart (Coração) Hands (Mãos), Health (Saúde). Associando com o significado dos Clubes 4-S, a versão brasileira dos 4-H, sugere-se Cabeça (para Saber), Coração (para Sentir), Mãos (para Servir) e Saúde (Saúde). De acordo com McNelly, os Clubes 4-H continuaram com um fôlego ainda maior. Se nos anos anteriores à primeira Guerra o trabalho com os Clubes 4-H foi realizado para os *adult farmers*, no período que sucedeu a guerra as atividades com os Clubes 4-H serviram para a aceitação do trabalho extensionista junto aos agricultores. McNELLY, C. L. Op. Cit. p. 54. Naquele momento, outros projetos até mesmo com aspecto de recrutamento, foram iniciados procurando dar assistência e organizando o cultivo de fazendas que não estavam sendo aproveitadas ou necessitavam de ajuda. Desta forma, como muitos dos jovens eram voluntários ou alistados para a guerra, as esposas e filhas dos *farmers* também trabalhavam nos campos. Entretanto, o *county agent* auxiliava na organização de verdadeiras *shock troops* como forma de dar conta da colheita do período, recrutando secretários(as), bancários(as), advogados(as), vendedores(as), entre outros, que formavam a lista dos voluntários recrutados em municípios e vilas para a colheita. Ibidem. p. 55-56.

seguida, a equipe teria respaldo para iniciar as negociações para reorganizar os programas tanto em nível federal quanto estadual.²⁵⁶

As organizações criadas em São Paulo foram chamadas de Clubes AIA por um pequeno período, sendo que o exemplo mais duradouro de aplicação dos métodos dos Clubes 4-H norte-americanos se iniciou apenas em 1952 em Rio Pomba, Minas Gerais, com o nome de Clubes 4-S. Os Clubes 4-S (cuja sigla significa Saber, Sentir, Servir e Saúde) constituíram-se em um dos instrumentos da Extensão Rural para o trabalho com a juventude rural em todo Brasil e tinham como objetivo introduzir práticas agrícolas consideradas modernas junto aos jovens, considerando que esta atividade geraria maior resistência aos agricultores adultos. Tal programa voltou-se, segundo o discurso oficial, para o trabalho com jovens geralmente com idade entre 14 e 25 anos e foram muito difundidos principalmente em Minas Gerais, Santa Catarina, Espírito Santo e Rio Grande do Sul.

Desta forma, de todos os projetos propostos, nem todos tiveram os resultados desejados. Outros, como os projetos n. 01 e n. 05, que tratam da produção de milho híbrido e fertilizantes, respectivamente, aproximaram-se mais do IBEC, enquanto a AIA continuou com as experiências iniciadas nos projetos n. 07 e 08, de onde resultaram os programas de Santa Rita, São José e, posteriormente, a ACAR. No entanto, um projeto de cooperação técnica entre AIA e o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) foi proposto nos termos do *Home Demonstration* por Berent Friele, Kenneth Kadow e Dee Jackson antes mesmo da consolidação de tais programas. Durante o tempo de atuação do CIAA no Brasil, os autores deste projeto estiveram “in constant contact with many Brazilian and American government officials as well as private citizens versed in the subjects of health, sanitation and nutrition in Brazil”²⁵⁷.

Considerado pela AIA como o “melhor e mais prático” programa voltado para a nutrição no Brasil, o SAPS era visto como uma agência autônoma, mesmo sendo supervisionada pelo Ministério do Trabalho. Sua finalidade, nas palavras de Ana Maria da Costa Evangelista e Dalva Carolina de Menezes Yazbeck, “era garantir refeições

²⁵⁶ International Basic Economy Corporation. Legal report on status of corporation. 10/01/1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation. “Once a proper plan is conceived and put into effect, it very quickly results in the proper courses being taught in elementary and high schools of the area involved. It results in competitive programs on a state or federal level with prizes and premiums to stimulate interest. It inevitably results in better farming practices and rural living conditions.”

²⁵⁷ American International Association for Economic and Social Development. Project n. Brazil 1 – Revised. Title: Home Demonstration Service. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135.

dignas e baratas à emergente mão-de-obra industrial, implantando para isso, uma rede de restaurantes populares nos grandes centros. A unidade pioneira foi instalada no Rio de Janeiro”.²⁵⁸ O primeiro diretor do SAPS foi o geógrafo pernambucano Josué de Castro e, após 1943, o SAPS geralmente contava com sala de leitura e música, realizava agenciamento de empregos e alfabetização de adultos²⁵⁹.

De acordo com a nutricionista Maria Letícia Galluzzi Bizzo, esta agência surgiu quando, no final da década de 30 e início dos 40, “vários setores da ciência médica e social se empenhavam em promover uma alimentação racional para o povo brasileiro, como eco de medidas que o mundo enfrentava em decorrência da 2ª Guerra Mundial”. Desta forma, “com a disseminação de indústrias, em 1939 instituiu-se o Serviço Central de Alimentação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, depois convertido no SAPS”. Desta forma,

O SAPS surgiu como forte instrumento da política estadonovista, com programas de assistência alimentar aos trabalhadores e suas famílias: restaurantes populares, postos de subsistência (mercados a preços reduzidos) e propaganda e educação alimentar. Por decreto anunciado na festa trabalhista de 1º de Maio, determinou-se a criação de refeitórios em fábricas com mais de 500 operários e a abertura de cursos profissionais: auxiliares de alimentação, visitadoras de alimentação, nutricionistas e médicos nutrólogos²⁶⁰.

Para tanto, Louise Stanley, diretora dos serviços nutricionais do USDA desde 1923 e Mrs. Anita Magolin, do escritório da AIA de Nova Iorque visitaram o Brasil com o intuito de colocar em prática um programa de nutrição. A proposta da AIA, afirmaria Stanley, tinha por objetivo a criação do Setor de Visitação Alimentar (SVA) para o trabalho em *Home Demonstration*, e neste sentido, integrar ações de diversas agências nacionais e internacionais (AIA e SAPS, através do SVA) e ministérios (do

²⁵⁸ EVANGELISTA, Ana Maria da Costa e YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. **Serviço de alimentação da previdência social (SAPS)**. In: Revista Virtú. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. 7. ed. p. 02. Disponível em <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a3.pdf> Acessado em 2009. O texto continua: “Em 1945, funcionavam no Rio de Janeiro, seis unidades do SAPS e outras quarenta e duas foram instaladas pelo país, sempre sob a coordenação do governo. A cozinha do Restaurante Central no Rio de Janeiro, despachava caminhões térmicos com milhares de marmitas para distribuição nos locais de trabalho.” p. 03.

²⁵⁹ Ibidem. p. 04.

²⁶⁰ BIZZO, Maria Letícia Galluzzi et alli. Aspectos dos processos, determinantes e implicações do modelo de criação e consolidação dos cursos e profissão de nutricionista no Brasil. In: **Democracia e conflito**. Anais do XI Encontro Regional de História, ANPUH-RJ. <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Maria%20Leticia%20Galluzzi%20Bizzo.doc> Esta passagem do texto foi elaborada por Bizzo tendo como fonte informações da nutricionista pioneira no Brasil, Lieselotte Hoeschl Ornellas e também a seguinte bibliografia: MAGALHÃES, Sandra Goulart (coord.). **Histórico do curso de graduação em Nutrição**. Edição Comemorativa dos 60 anos da Escola de Nutrição UNI-RIO. Rio de Janeiro, 2003.

Trabalho e Agricultura) em diversos estados do Brasil: “the improvement of the situation will require the cooperation of all agencies concerned, in an educational program in nutrition that reaches all groups”²⁶¹, diria Stanley²⁶².

Stanley, neste sentido, afirma que os agentes para efetivar seu trabalho deveriam falar a “língua do povo”, ou seja, deveriam conhecer o público com o qual desenvolveriam suas atividades civilizadoras:

To work effectively, ‘home demonstration agents’ must be trained in such a way that they talk the ‘poor folks’ language’, in order to gain entrance into homes, win the confidence of homemakers, and thus be in a position to give practical help and advice on food selection and preparation, domestic and personal hygiene, child care, feeding and related subjects.²⁶³

Em 19 de Agosto de 1946 a AIA aprovou um acordo com o SAPS e sua revisão ocorreu ainda em novembro daquele ano. O principal motivo da revisão foi o questionamento do Ministro do Trabalho sobre aquilo que considerava enquanto “autonomia” exacerbada do Setor de Visitação Alimentar (SVA), uma das divisões do SAPS. Para o brasileiro, o SVA teria uma autonomia de organização financeira e administrativa maior do que o SAPS ou maior que o próprio Ministro.

Por outro lado, a AIA estaria doando uma determinada quantia em dinheiro, e neste sentido, Dee Jackson entendeu que a agência teria interesse em obter alguma forma de controle sobre as operações financeiras e administrativas deste setor²⁶⁴. Em caso de uma das partes não se interessar mais no desenvolvimento deste trabalho, não

²⁶¹ Recommendations for a nutrition program in Brazil. [by Louise Stanley] Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135. p. 01. [1947]

²⁶² O trabalho de Home Demonstration – ou Economia Doméstica, como foi popularizada no Brasil – não era necessariamente novidade no Brasil. Sendo elaborado por dois ex-funcionários do CIAA, Friele e Kadow, as relações estabelecidas e o trabalho organizado durante os anos da guerra fora aproveitada pela AIA. Ainda em 1943, o *Food Supply Division* em cooperação com o governo brasileiro estabeleceu uma escola na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, objetivando formar agentes de Home Demonstration. Por volta de 1947, o SAPS mantinha, com auxílio financeiro da AIA, a escola de Fortaleza e tinha como um dos seus objetivos aproximar este trabalho da produção agrícola, mais especificamente, os programas de extensão rural. No entanto, outras escolas deveriam ser estabelecidas no interior do Estado de São Paulo e no Distrito Federal, de acordo com Stanley. Como local de experimentação, as favelas do Rio de Janeiro poderiam ser observadas. Uma das comunidades escolhidas foi a Barreira do Vasco, para a realização de um programa próximo às “missões” em desenvolvimento no México naquela época. Outras tentativas de cooperação foram realizadas nestes tempos, como os trabalhos desenvolvidos pelo Colégio Bennett, o Instituto do Povo e outras instituições. Ver. American International Association for Economic and Social Development. Project n. Brazil 1 – Revised. Title: Home Demonstration Service. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135. p. 03. [1947]

²⁶³ American International Association for Economic and Social Development. Project n. Brazil 1 – Revised. Title: Home Demonstration Service. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135. p. 03. [1947]

²⁶⁴ From AIA – Rio de Janeiro to AIA – New York. Memorandum. Subject: AIA Program n. Brazil 01. Rio de Janeiro, 25/07/1947.

havia no contrato um mecanismo que regulasse a saída tanto da AIA quanto do governo brasileiro. Em outras palavras, os objetivos das duas agências, uma governamental brasileira e outra filantrópica norte-americana, colocaram em pauta a necessidade de reorganização dos acordos e, como será visto posteriormente, fez surgir dificuldades nas negociações, fazendo com que a AIA não levasse adiante este acordo nos anos 1950.

Neste sentido, a reorganização das atividades aconteceu por sugestão da própria AIA, ao estabelecer que a doação estabelecida de forma direta com o programa fosse eliminada e que o SVA fosse considerado parte integral do SAPS. Também foi sugerido que a AIA providenciasse um técnico para o desenvolvimento do programa, mais especificamente, uma nutricionista que orientasse os projetos do SVA, entre outras ações. De certa forma, neste primeiro momento, as negociações entre a AIA e o governo brasileiro envolviam a necessidade de ceder e reformular as idéias iniciais do acordo. Tendo em vista que a AIA aceitaria ter um menor controle sobre o programa inicial no que diz respeito às questões legais brasileiras (como argumentado pelos brasileiros), em troca de uma maior, senão total, influência no que diz respeito às atividades técnicas.

Antes disso, ainda em abril de 1946, o Major Humberto Peregrino foi designado para comandar o SAPS após ver as experiências do projeto em Fortaleza, entusiasmou-se com o projeto de *Home Demonstration* desenvolvido em parceria com a AIA com esta agência. Empolgado, Peregrino teria discutido sobre este projeto com o Presidente Eurico Gaspar Dutra que, neste sentido, teria apreciado os objetivos do programa e as ofertas de assistência técnica da AIA. Neste sentido, o Presidente teria concordado com o Major Peregrino que um plano de expansão “deveria incluir não apenas o estabelecimento de uma escola maior no Estado de São Paulo, mas também uma escola adicional no Distrito Federal”, bem como o estabelecimento de uma quarta escola. Por estas razões, Major Peregrino estaria disposto a cancelar o acordo de 26 de novembro de 1946 e propor outro. A AIA, neste sentido, aceitaria retirar o ponto em que estava relacionando a doação direta ao SAPS.²⁶⁵

No entanto, naquele momento, a posição do Presidente Dutra era um tanto cautelosa, pois ainda estudava um plano de desenvolvimento e, neste sentido, ainda não tinha exatamente as respostas sobre qual a importância da iniciativa privada em relação à agricultura e atividades relacionadas. A criação de uma comissão, sob a presidência do Ministro da Agricultura que “tome a seu cargo” o estudo das questões econômicas

²⁶⁵ From AIA – Rio de Janeiro to AIA – New York. Memorandum. Subject: AIA Program n. Brazil 01. Rio de Janeiro, 25/07/1947.

brasileiras “cuja rápida solução dependa de grandes investimentos” deveria ser estabelecida. Neste sentido, esta comissão teria “a finalidade de discriminar os [investimentos] que devem, de preferência, ser deixados à iniciativa particular” e “os limites e condições em que poderá ser solicitada ou aceita a colaboração de capitais e técnicos estrangeiros”²⁶⁶. Desse modo, segundo as discussões da comissão a iniciativa privada não teria livre trânsito e planejava-se disciplinar o auxílio estrangeiro.

Berent Friele, com anos de experiência no Brasil como representante do CIAA no país, acompanhou o trabalho da comissão e avaliou que ela incluiria muitos de “nossos amigos”, como Ary Torres bem como se sugere que o então Ministro da Agricultura, Daniel de Carvalho, também seria um destes “amigos”²⁶⁷.

Se a possibilidade de introduzir algumas de suas concepções em nível de políticas nacionais entusiasmava Friele, outras questões dificultavam a atuação da AIA. A conversa entre o Ministro do Trabalho, Morvan Dias de Figueiredo²⁶⁸ e Dee Jackson, em fevereiro de 1947 demonstraria que a relação entre o SAPS e a AIA e a nacionalização do Setor de Visitação Alimentar não era objetivo do então Ministro. De acordo com o norte-americano, o Ministro brasileiro “não está a favor” do programa do Setor. Na verdade, ainda de acordo com o responsável pela AIA, “ele nunca esteve”, pois “sempre teve uma atitude negativa” em relação ao programa, classificando-o como “luxury” e que o SAPS “não poderia sustentar”²⁶⁹. Desta forma, “ele não reconhece a prática efetiva do trabalho”, diria o agente da AIA, completando que o então Ministro poderia ser considerado um “reacionário”. Tendo ocupado a vice-presidência da Federação da Indústria do Estado de São Paulo, o então Ministro defenderia idéia contrária à AIA, afirmando que os preços dos alimentos deveriam subir²⁷⁰.

²⁶⁶ De Eurico G. Dutra para Valentim Fernandes Bouças. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

²⁶⁷ “This commission includes Ary Torres and many other friends of ours. The Chairman is, as you already know, Minister of Agriculture Daniel de Carvalho.” From Dee Jackson to Berent Friele. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

²⁶⁸ Morvan Dias de Figueiredo substituiu Otacílio Negrão de Lima e ficou no cargo entre 30 de outubro de 1946 até 30 de setembro de 1948, quando João Otaviano de Lima Pereira tornou-se o Ministro do Trabalho.

²⁶⁹ Dee Jackson. Memorandum for Project n. 1 (SAPS). 13/02/1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135. “Is not in favour of the program of the Sector. He never has been. He has always had a negative attitude towards the program as it is, in his opinion, a luxury which the SAPS organization cannot afford”.

²⁷⁰ Ibidem. “He does not recognize the practical effectiveness of the work. His attitude is one which has been his basic approach to economic and sociological matters. He can be styled as a reactionary. He is the former vice-president of the São Paulo Federação da Indústria and is in effect completely controlled by that entity. His attitude can be typified in the statement which he has made to me on every occasion that I have talked to him. ‘We must confront reality; food prices must increase’.

Por outro lado, “amigos” da AIA como José Evangelista e uma de suas assistentes no SAPS estavam sendo investigados por má-administração, impedindo que o SVA participasse de qualquer tipo de evento enquanto a questão não fosse resolvida. Durante o afastamento de Evangelista, o Ministro do Trabalho teria então a oportunidade de criticar o acordo entre AIA e SAPS, colocando em questão a autonomia dada ao Setor pelo acordo. Neste sentido, Jackson comentou: “eu expressei para o Ministro nossa surpresa que dois Ministros do Trabalho aprovariam um contrato o qual não estava de acordo com as leis brasileiras”²⁷¹.

Diante do impasse criado pelas propostas de mudança no acordo defendidas pelo Ministro, resta aos representantes da AIA esperar. Em fevereiro de 1947, Jackson relata que “fontes aparentemente bem informadas nos aconselharam que o Presidente da República vai substituir Morvan Dias de Figueiredo de seu escritório como Ministro do Trabalho dentro dos próximos dias e designar um novo Ministro. Logicamente, em seguida será designado um novo diretor do SAPS”. Dentro destas circunstâncias, para a AIA seria melhor aguardar antes de iniciar outro acordo ou emendas antes da renovação tanto no Ministério quanto no SAPS.²⁷²

No entanto, Morvan Dias de Figueiredo permaneceu no cargo até 1948, e a AIA teve que encontrar maneiras de negociar. Para assessorar o estabelecimento do contrato, um ano antes, dois brasileiros com experiência em administração federal seriam designados para auxiliar no estudo das questões antes de enviá-las para apreciação. Como resultado, Major Peregrino, em tom conciliador, “não somente aceitou os esclarecimentos apresentados”, mas também apoiou um ponto de vista semelhante ao da AIA²⁷³. Uma das questões a serem discutidas do acordo: “Poderá suceder que o diretor do SAPS deseje dar o programa de colaboração por encerrado, sem o consentimento da AIA. Por outro lado, é possível que a AIA deseje se retirar do programa sem o

²⁷¹ Ibidem. “I expressed to the Minister our surprise that two Ministers of Labor would approve a contract which was not in accordance with Brazilian law.”

²⁷² “Sources apparently well informed advise that the President of the Republic will relieve Morvan Dias de Figueiredo from his office as Minister of Labor within the next few days and appoint a new Minister. Logically following will be the appointment of a new director of SAPS. Under the circumstances it seems advisable” esperar “entering into any agreement as to amendments until such time as the new Minister and new director of SAPS take office.” Ibidem.

²⁷³ “Because of their experience in Brazilian federal administration we asked Oscar Guedes and Fernando Carvalho to study the matter before taking it up with Major Peregrino. As a result Major Peregrino not only accepted the clarifications presented, but endorsed them on the basis that he felt them very sound from his point of view as well as ours.” From Dee Jackson to Berent Friele. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

consentimento do diretor do SAPS.”²⁷⁴ Também, em tom conciliador, Kenneth Kadow afirmaria que “as objeções levantadas ao projeto original pelo Ministro da Agricultura Brasileiro são compreensíveis”²⁷⁵.

No entanto, sendo a indicação da diretoria do SAPS política e não técnica, de acordo com a AIA, a assistência desta agência poderia não ser efetiva. Neste sentido, Kenneth Kadow diria em 1948: “eu gostaria de sugerir que nós aprovemos a cooperação com o SAPS em bases anuais”²⁷⁶. Antes disso, Morrison G. Tucker, em conversa com Nelson Rockefeller, expressou que a AIA deveria estar tentando participar do processo de escolha do diretor do Setor. Nas suas palavras, “the thinking behind this question is that the nutritionist to be employed under the proposed program would be largely in an advisory capacity, and as sometimes follows in situations of this sort, the role of an advisor is not likely to be too significant except under the most favorable circumstances.”²⁷⁷ Desta forma, as críticas geradas durante a consolidação do acordo fez com que a AIA adotasse uma postura mais cautelosa e, um contrato de cooperação técnica que poderia ser mais duradouro, teve suas bases renovadas ano a ano, encerrando-se por volta de 1950.

Neste período, Willian H. Alton, consultor da AIA realizava uma visita ao Brasil e a Venezuela. Em novembro de 1947 escreveu para Nelson A. Rockefeller relatando que: “a splendid reaction of accomplishment and progress made by John Camp and the various managers towards getting the operations started.” Os problemas na Venezuela são relativizados por Alton, afirmando que as questões a serem resolvidas na AIA são pequenas, tendo em vista os objetivos alcançados²⁷⁸. No Brasil, por outro lado, Willian

²⁷⁴ Cooperação entre o SAPS e a AIA referente à execução do programa do “Setor de Visitação Alimentar” no Brasil. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

²⁷⁵ “The objections raised to the original project by the Brazilian Minister of Agriculture are understandable”. “As a rule advisors to various Government agencies are usually completely unable to get their advise carried out. Recognition of this fact was one of the basic reasons for trying to place AIA in a position of having a voice in the selection of the project director and in the expenditure of the funds involved.”

²⁷⁶ “I would like to suggest that we approve cooperation with SAPS on a year-to-year basis”From Kenneth Kadow to AIA. Brazil Project n. 1, Home Demonstration Service. 20 de agosto de 1948. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

²⁷⁷ From Morrison G. Tucker to Berent Friele and Dee Jackson. AIA project – number 01 – Brazil Nutrition and Home Demonstration Program. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

²⁷⁸ No entanto, o ponto de vista do governo Venezuelano com participação no VBEC sobre os negócios se refletiria numa atitude fora dos padrões de gastos pessoais, salários e gastos em geral: festas realizadas com fundos da AIA organizadas por outras pessoas que não os gerentes; engenheiros e gerentes com chofer para levar as crianças para a escola bem como outras formas de utilização da estrutura para a realização de fins pessoais. Também, o escritório teria um pagamento que não era condizente com sua eficiência. From Willian A. Alton to Nelson Rockefeller. Memorandum. Report on visit to Venezuela and Brasil. Personal and confidential. 11/11/1947. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder: Alton, W. H. p. 03.

Alton solicitou que fossem dadas orientações para o trabalho, pois pouca disposição era observada: “my personal reaction to the Brazilian Office situation is a mixture of great discouragement, and tremendous hope”. Desta forma, o gerenciamento do escritório do Rio de Janeiro, onde Dee Jackson era o responsável, estava sem muita “agressividade” nas iniciativas, de acordo com Alton, dentre outras críticas que o mesmo fez. “What is needed in Brasil, in my judgement, is a Manager with a sound business background, with vigor and leadership qualities”.²⁷⁹

Desta forma, os primeiros anos da atuação da AIA no Brasil e suas intenções modernizadoras estiveram inseridas num processo de negociação que, devido às condições que por vezes se impunha, auxiliou na continuação ou não de determinados projetos. No entanto, se por um lado Dee Jackson estivesse recebendo críticas, e o mesmo deixaria a AIA em seguida, por outro, Willian Alton afirmou que o trabalho John Griffing estaria sendo realizado com sucesso de acordo com os objetivos da AIA. Dois anos mais tarde, o mesmo Griffing seria responsável por uma das principais experiências da AIA no Brasil, embora não alcançasse os resultados esperados, como veremos a seguir.

²⁷⁹ Ibidem. p. 07.

Capítulo 4. As experiências regionais da AIA no Brasil

O objetivo deste capítulo é analisar as negociações entre a AIA e os governos estaduais ou locais em dois estados brasileiros, São Paulo e Minas Gerais, e analisar os programas iniciados pela AIA a partir daí. No primeiro estado, os programas desenvolvidos em duas cidades, Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, procurou articular tanto o governo estadual quanto local, e também fazendeiros e empresários. Em resumo, foi um acordo com a prefeitura municipal destes municípios que posteriormente foi estendida, requerendo apoio do governo estadual. Por outro lado, Minas Gerais iniciou seu programa de maneira inversa, ou seja, constituindo um programa em nível estadual e procurando ampliar a cada ano sua geografia de atuação com o apoio das prefeituras.

Outra diferença reside no fato de que no interior do estado de São Paulo, a atuação dos programas foi realizada por um escritório da AIA, que reunia os recursos da agência filantrópica e contava com o apoio dos governos estaduais, locais e de empresários. Em Minas Gerais, uma agência contendo uma Junta Administrativa mista – contando tanto com técnicos norte-americanos e brasileiros, mas também com políticos brasileiros – foi organizada e reuniu os esforços tanto da AIA quanto governamentais para a modernização da agricultura.

A experiência paulista limitou-se à instalação de dois escritórios nas cidades citadas acima e encerrou-se em 1956 por falta de apoio financeiro e político. Minas Gerais, no entanto, iniciou com um pequeno programa e foi sendo ampliado, alcançado a maioria do território do estado no início da década de 1960. Desta forma, o capítulo 4.1 versará sobre a experiência paulista enquanto o capítulo 4.2. abordará os trabalhos realizados em Minas Gerais.

Se as experiências paulista e mineira de atuação conjunta entre a AIA e os governos locais possuem semelhanças no que se refere à adoção de práticas voltadas à agricultura, no entanto, sabe-se que o projeto mineiro foi levado adiante no sentido de sua nacionalização durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Visando expor o programa paulista para, em seguida, abordar as possíveis diferenças e semelhanças entre os programas, este capítulo discutirá como existia uma diferença entre a visão de trabalho da AIA e dos governos locais que resultou na extinção do programa em 1956. Em outras palavras, se para a elite política do Estado de São Paulo a

estrutura de pesquisa agrícola existente até então tinha condições de empreender um processo de modernização da agricultura, por outro lado, a AIA legitimava sua atuação procurando demonstrar que existiam diversos problemas a serem resolvidos, tanto na questão de um possível esgotamento dos recursos naturais quanto nas técnicas e tecnologias aplicadas no processo de produção agrícola.

Mas os discursos da AIA e de representantes locais assemelharam-se durante os primeiros anos dos programas desenvolvidos em Santa Rita do Passa Quatro e em São José do Rio Preto, principalmente no governo de Adhemar de Barros (1947-1951) e em parte do período em que Lucas Garcez (1951-1955) esteve à frente do executivo estadual. Contudo, os projetos de expansão e intensificação destes programas vão distanciando os atores, fazendo com que a atuação da AIA volte-se cada vez mais para o Estado de Minas Gerais, enquanto os paulistas apoiaram-se em programas pré-existent²⁸⁰.

4.1. “Problemas agrícolas” e práticas extensionistas no interior do Estado de São Paulo (1949-1956)

Tendo em vista a conclusão do programa n. 07 da AIA, intitulado *Livestock and parasite control investigations and demonstrations* e a atuação em diversos estados, dentre estes São Paulo e Minas Gerais, a continuidade destas atividades foram realizadas por outro projeto, o n. 08, intitulado *Brazil, community services program*, que, embora iniciado em Santa Rita do Passa Quatro, também deu origem ao acordo com o Governo de Minas Gerais, que por sua vez possibilitou a criação da ACAR em 06 de dezembro de 1948.

Ainda em 1946 a AIA estabeleceu um escritório central no Estado de São Paulo, chefiado por Robert Hudgens e tendo como principal responsável técnico o norte-americano John B. Griffing, que dirigiu a Escola Superior de Agricultura e Veterinária, em Viçosa, entre 1936 e 1939. Em primeiro de agosto de 1948, iniciaram-se as negociações entre a AIA e a Prefeitura Municipal de Santa Rita, com o intuito de

²⁸⁰ O Estado de São Paulo tinha, em 1947, 268.240 proprietários de terras, onde 243.990 eram pequenos proprietários com menos de 50 alqueires paulistas, sendo que entre estes 103.572 possuíam menos de cinco alqueires paulistas. TELLES, José de Queiroz e MELLO, Luiz Vieira de. Plano de aumento da produção pela mecanização da lavoura. Apud. COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba, mas faz”**. São Paulo: USP, 2008. p. 45 (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

estabelecer um projeto cooperativo. As negociações envolveram tanto o Prefeito Municipal quanto fazendeiros da região. Como estratégia de convencimento, a AIA realizou atividades demonstrativas (*demonstration work*) visando o controle do carrapato bovino em 29 de agosto de 1948, sendo que poucos dias depois, em 04 de setembro, foi assinado um acordo de assistência técnica entre a agência, a Prefeitura de Santa Rita e fazendeiros locais²⁸¹, incluindo posteriormente outras agências.

De acordo com documentos da AIA, as atividades de demonstração se mostraram frutíferas, pois não apenas provaram a possibilidade de controle do carrapato, como despertaram o interesse, entre os fazendeiros, para solucionar outros problemas. Desta forma,

When a cattle spraying demonstration was held in Santa Rita, the successful elimination of ticks seemed to be the answer to their problems. When AIA technicians held meetings to demonstrate and discuss further the new sprays, they were besieged by questions on feed, pasture, and order livestock problems. This community was anxious for guidance²⁸².

Meses após, diante da repercussão das experiências da AIA na região, o município de São José do Rio Pardo solicitou assistência técnica desta agência, que no acordo, disponibilizou o engenheiro agrônomo Lineo Brassoloto, enquanto Marcos Pereira ficou responsável pelo trabalho em Santa Rita. A participação dos fazendeiros em São José incluiria a doação de uma parte da produção de leite para o programa:

Each member of the association of farmers contributed three day's milk receipts to provide cash for matching AIA funds. The municipal government furnishes office space and other facilities Their faith in the program has been justified, as evidenced by the fact that within a year and half milk production in the community has increased on an average of 25%²⁸³.

Nas comunidades rurais de Santa Rita, cidade localizada no centro-norte do estado de São Paulo, na região das Terras Altas Paulistas, foram iniciados cinco diferentes projetos orientados principalmente para “cattle spraying, artificial insemination, health services, a community nursery, and club work”²⁸⁴, contando com quarenta produtores rurais em cooperação. Nesta época, a região centro-norte paulista estava, por esta época, passando por um processo de reestruturação das atividades

²⁸¹ American International Association for Economic and Social Development. A statement of organization, activities and objectives. Jan. 1949. Collection AIA, Box 10, Folder 85.

²⁸² AIA. The first three years. Collection : Family, Record Group: II 4B, Box: 01, Folder AIA General 1946-1958, n. 02(a). p. 29.

²⁸³ Ibidem. p. 29.

²⁸⁴ Ibidem. p. 29.

econômicas, com o declínio das atividades cafeeiras e a sua substituição por gado leiteiro. Segundo o economista Wilson Cano, a proposta da elite cafeeira paulista para modernizar a agricultura não era necessariamente nova, mas datava das primeiras décadas do século XX. Um projeto de modernização da agricultura foi iniciado em torno da Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) e da Revista Agrícola da década de 1910, tendo os Estados Unidos como modelo²⁸⁵. “Quer no nível privado ou no do Estado”, Wilson Cano afirma que foi “grande a introjeção de máquinas, insumos mais modernos e pesquisa científica, mostrando os dados oficiais que São Paulo contava nesse período, com a produção rural mais avançada do país.”²⁸⁶

Na análise da historiadora Sonia Mendonça, este projeto de modernização era defendido pelos grandes proprietários, que julgavam necessário “racionalizar a produção e a produtividade e [...] preparar um contingente de mão-de-obra qualificada”²⁸⁷. Esta proposta de modernização, no entanto, repercutiu pelas décadas seguintes e, após a segunda guerra mundial, colocou em debate a necessidade de conservação do solo. Neste sentido, em 1948 e 1949, por exemplo, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e Instituto de Economia Rural (IER) realizaram debates relativos tanto à produção de algodão e café quanto à manutenção de um solo agriculturável. Poucos meses antes, em um discurso realizado em Itaperuna, no Rio de Janeiro, o Presidente Eurico Gaspar Dutra teria solicitado a “todos os profissionais da agronomia” que desenvolvessem a tarefa de “evangelização” quanto à “conservação do solo”²⁸⁸. Por sua vez, em uma das conferências no IER, em 1949, o Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo, Salvador Toledo Artigas, expôs a necessidade de medidas neste sentido, pois somente

²⁸⁵ Ver FERRARO, Mario Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo**. Piracicaba (SP): ESALQ, 2005. p. 93-94. (Dissertação de Mestrado em Recursos Florestais)

²⁸⁶ CANO, Wilson. Base e superestrutura em São Paulo. In: LORENZO, Helena e COSTA, Wilma P. (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. 2 ed. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997, v. 1, p. 244.

²⁸⁷ MENDONÇA, Sonia Regina. Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um projeto contra-hegemônico na Primeira República. In: MENDONÇA, SONIA e MOTTA, MÁRCIA. (Org.). **Nação e Poder: As Dimensões da História**. 1a ed. Niterói: EDUFF, 1998, v. 1, p. 103. A título de comparação, o projeto ligado à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) esteve muito mais próximo da experiência mineira do que da paulista, voltada inicialmente para os pequenos e médios produtores. A Sociedade Nacional de Agricultura foi criada em 1897. Entidade liderada por representantes de diversos estados, incentivou a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1909. Da mesma forma, a SNA aparelhou este ministério, fornecendo a maioria de seus ministros e técnicos, bem como a direção política para o mesmo – sendo que os produtores paulistas tiveram na Sociedade Paulista de Agricultura (SPA) uma forma de incentivar o processo de modernização da agricultura. p. 95-105.

²⁸⁸ MEDEIROS, Raul da Rocha. Sessão solene de instalação da “primeira mesa redonda de conservação do solo”. In: **Anais das Mesas redondas do algodão, do café e da conservação do solo organizadas sob os auspícios do Instituto de Economia Rural (1948-1949)**. São Paulo: IER, 1950. p. 28.

Através de um serviço de assistência, distribuído por todo o Estado, gradativamente se processa o ensinamento e difusão de novos métodos no trato da terra, generalizando-se entre os lavradores o novo sistema. Encaminhando seus agrônomos para realizarem cursos de especialização no Exterior, detém hoje a Secretaria da Agricultura de São Paulo uma equipe de técnicos, cujos conhecimentos lhe assegura a execução de programa que transformará, em poucos anos, a feição econômica do nosso Estado e, porque não, da nossa pátria comum.²⁸⁹

Na região de Santa Rita, a realidade não era diferente. De acordo com o IRI, criado em 1951 para suceder o departamento de pesquisa agrícola da AIA, uma dramática mudança na paisagem estaria de certa forma condicionando questões sociais. As práticas agrícolas predominantes na região por mais de um século teriam levado à exaustão da terra, uma vez que seus nutrientes não foram adequadamente repostos ou os processos de fertilização não eram praticados. Isto levaria a uma segunda questão, a da migração, que aos olhos do narrador norte-americano era semelhante ao processo vivido pela população do seu país nos tempos do *New Deal*, conhecido como *Dust Bowl*²⁹⁰:

We saw the scarred landscape where the last vestiges of that culture attest the abuse suffered by the land [...] Now there are thousands of square miles from which the destructive culture of coffee has receded. Out of these same areas the populace is migrating in caravans of trucks, much as our own people were driven from the nation's 'dust bowl' by a generation of ill-advised farmers²⁹¹.

Se a imagem do *Dust Bowl* não foi exaustivamente utilizada, a descrição desta paisagem permeada pela erosão foi recorrente e fundamentou a atuação da AIA por meio de projetos visando a conservação do solo. Falando sobre esta questão, “Dad” Griffing foi enfático: “The biggest agricultural problem in Brazil is the calamitous deteriorations of soil with constantly decreasing production”²⁹². Para o mesmo, o Brasil teria empreendido, até então, um sistema de agricultura caracterizado pelo “cut-burn-destroy-move on”, com efeito nocivo sobre a produtividade agrícola brasileira.

Na verdade, as observações de Griffing não eram isoladas e exclusivas a um observador norte-americano. Na década de 1950, Antônio Cândido, em sua obra

²⁸⁹ ARTIGAS, Salvador Toledo. Sessão solene de instalação da “primeira mesa redonda de conservação do solo”. In: **Anais das Mesas redondas do algodão, do café e da conservação do solo organizadas sob os auspícios do Instituto de Economia Rural (1948-1949)**. Op. Cit. p. 39.

²⁹⁰ O Dust Bowl foi um fenômeno caracterizado principalmente pelas constantes tempestades de areia, entre outros fenômenos naturais durante a década de 1930 nos Estados Unidos.

²⁹¹ IBEC Research Inc. (IRI) Report. RAC. AIA documents

²⁹² GRIFFING, John B. **Air view of the forest**. [1953]. p. 07. Collection AIA, Record Group IV 3B, Box 02, Folder 12.

Parceiros do Rio Bonito, sugere que os caipiras do interior paulista procuravam na “agricultura extensiva, itinerante” não mais do que “um recurso para estabelecer o equilíbrio ecológico; recurso para ajustar as necessidades de sobrevivência à falta de técnicas capazes de proporcionar rendimento maior da terra.”²⁹³ Assim, a elaboração das técnicas mediadoras das relações com o meio estariam em “nível que reputaríamos hoje precário”²⁹⁴. E a explicação dessa vida social baseada numa economia de subsistência originou-se da “natureza do povoamento paulista, desde logo condicionado pela atividade nômade e predatória das bandeiras”, que resultariam tanto em um “vasto processo de invasão ecológica” como “de outro tipo de sociabilidade com suas formas próprias de ocupação do solo”, próprias da “fusão entre a herança portuguesa e a do primitivo habitante da terra”²⁹⁵.

No século XVIII, continua o autor, o deslocamento das bandeiras “prolongou-se de certo modo na agricultura itinerante”²⁹⁶. Mas estas práticas agrícolas não estariam no centro dos problemas, pois escreveria que “num trecho admirável”, o observador estrangeiro Saint-Hillaire “pinta o quadro desolado da agricultura extensiva do caboclo brasileiro, com base na queimada: aproveitamento do terreno de mata, degradação desta capoeira, destruição de novas matas.” E utilizando-se ainda dos relatos do mesmo Saint-Hillaire, acentua que uma reforma do sistema de agricultura utilizando “arado e dos adubos, fixaria o homem na terra, suprimindo a necessidade de buscar chão sempre novo.”²⁹⁷ Desta forma, “a queimada de mato corresponde”, segundo o autor, “às dificuldades de explorar doutro modo o solo tropical, aparecendo como técnica em todo mundo”. Esta afirmação, realizada a partir dos estudos tanto de V. Daniel Faucher e Max Sorre, coloca-se de forma a apontar uma situação um tanto problemática: “a queima de vegetação rasteira, ainda hoje praticada como regra entre nós, mostra todavia que a cinza resultante é buscada como fertilizador, embora a longo prazo o resultado seja mau, acarretando a degradação inevitável do solo.”²⁹⁸

De certa forma, a AIA estaria propondo um modelo diferente daquele praticado no meio rural brasileiro. Em 1953, anos após o início da experiência em São Paulo, soluções para esta agricultura tradicional eram apresentadas dentro de um ponto de vista

²⁹³ CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971. p. 21. Apresentado como tese em 1954, este trabalho foi publicado em 1964. p. 46.

²⁹⁴ Ibid. p. 36.

²⁹⁵ Ibid. p. 36.

²⁹⁶ Ibid. p. 44.

²⁹⁷ Ibid. p. 44-45.

²⁹⁸ Ibid. p. 45.

que valorizava um determinado tipo de racionalidade – termo muito utilizado por Griffing:

We have repeatedly demonstrated and publicized the fact that the great agricultural frontier of Brazil is not the disappearing forest land on the distant frontier, but rather the immense areas of land already cleared and developed, near population centers and transportation lines. It has been demonstrated that this land, even though apparently worn out, may be recuperated with organic matter, fertilizer, and conservation practices in as short a time as three years, so that it gives yields even exceeding those of the original virgin soil²⁹⁹.

Na década de 1940, ainda quando interventor do Estado de São Paulo (1938-1941), Adhemar de Barros empreendeu um projeto de recuperação econômica de duas regiões do Estado, o Vale do Paraíba e o Vale da Ribeira.³⁰⁰ Desta forma, “uma das medidas adotadas foi a melhoria da infra-estrutura para o escoamento da safra agrícola dessas regiões, cujo empobrecimento das terras havia coincidido com a abolição da escravatura.” Com isto, Adhemar argumentava que a conjunção destes dois fatores tornava pouco vantajosa a exploração da terra sem o braço escravo, fazendo com que a população se abrigasse em regiões mais férteis.³⁰¹ Anos mais tarde, se a ascensão econômica de São Paulo no cenário nacional o colocava como o estado mais desenvolvido economicamente, não deixava, na interpretação da AIA, de ter os principais problemas do meio rural brasileiro: a não racionalização dos recursos naturais, técnicas consideradas atrasadas, falta de inovações tecnológicas, entre outras características. No entanto, como será debatido adiante, o processo de industrialização paulista não reservou à AIA o mesmo espaço de atuação que em Minas Gerais.

Contudo, como exposto anteriormente, a recuperação dos solos era apenas um dos aspectos a ser modificado pela atuação da AIA. A aplicação dos fundamentos da

²⁹⁹ GRIFFING John B. Op. Cit. p. 10.

³⁰⁰ Nos Estados Unidos, durante a década de 1930, os programas dedicados ao controle da erosão foram implementados tanto pela Resettlement Administration (RA) – agência que foi substituída pela FSA – nos anos de 1935 e 1936 quanto pelo Extension Service. O engenheiro agrônomo e historiador do extensionismo norte-americano, Wayne Rasmussen, escreveu que, durante os anos 1930, existiam três grandes direções para os programas do Extension Service. Um deles, o “Soil Conservation Service” (SCS), de 1935, mais longo que seu antecessor, “Soil Erosion Service”, de 1933, orientou a atuação para a redução da erosão do solo e para a restauração de terras para a produção agrícola por meio de equipamento. Um Segundo programa era o “Extension and the Rural Electrification Administration” (REA), também de 1935, que iniciou como projeto de auxílio emergencial, tornando-se, em seguida um programa de auxílio às cooperativas rurais. Outro programa, o “Extension and Farm Credit” explicava aos farmers, através dos *county agents*, sobre os diferentes tipos de crédito disponíveis. Ver (RASMUSSEN, Wayne. Op. Cit. p. 100-103.

³⁰¹ Outra iniciativa para a recuperação econômica destas regiões estava pautada pela industrialização, inicialmente com a consolidação da indústria de chumbo no Vale da Ribeira COTTA, Luiza Cristina Villaméa. Op. Cit.

Extensão Rural como forma de atender às necessidades da região foi, na realidade, a atuação mais destacada. Poucos anos após a criação de um sistema integrado e ainda em processo de legitimação, a Extensão Rural chegava ao Brasil, com a criação da ESAV:

Em 6 de setembro de 1920, a lei estadual nº 761 autorizou o governo do Estado de Minas Gerais a criar uma escola superior de agricultura e veterinária, onde fossem realizados estudos experimentais que concorressem para o desenvolvimento de tais ciências. No mesmo ano, o Presidente do Estado, Arthur da Silva Bernardes, solicitou a José Cochrane de Alencar, Embaixador do Brasil em Washington, que obtivesse junto ao Departamento de Agricultura dos Estados Unidos a indicação de um especialista para organizar e dirigir uma escola agrícola moderna. Entre as sugestões, foi feita a indicação de Peter Henry Rolfs (1865-1944), ex-diretor do Florida Agricultural College/University of Florida (Gainesville, U.S.A.)³⁰²

Como observado, de acordo com o engenheiro agrônomo Glauco Olinger, as idéias extensionistas foram introduzidas pelo norte-americano Peter Henry Rolfs, um dos fundadores e organizadores da ESAV.³⁰³ Em 1938, este modelo de Extensão Rural “passou a ser cogitada para países subdesenvolvidos, especialmente os da América Latina”, momento em que “foi criado em Washington o *Institute of Inter-American Affairs*, com a tarefa de coordenar a ajuda econômica destinada aos países latino-americanos.”³⁰⁴

Paralelamente, atividades semelhantes foram desenvolvidas pelo Ministério da Agricultura juntamente com as Secretarias de Agricultura dos Estados, que realizaram as “Semanas Ruralistas”, objetivando inserir os técnicos – agrônomos e veterinários – na realização de palestras sobre os temas agropecuários. Incluía-se nestas atividades a “vacinação de gado, combate ao carrapato e ao berne, preparo de sementeira e outras práticas simples”.³⁰⁵ Da mesma forma, ainda sob iniciativa do Ministério da Agricultura, foram criados os “Postos Agropecuários”, tomando como modelo as pequenas fazendas demonstrativas e trabalhando com “o uso correto de máquinas agrícolas, conservação do solo, cultivos e criações racionais”³⁰⁶. Mas estas experiências

³⁰² CÂMARA, Breno Pimentel, RAMOS, Brian e FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Escola Superior de Agricultura e Veterinária. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>). p. 01.

³⁰³ OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996. p. 42-43. [grifo do autor]

³⁰⁴ Ver SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo. O papel da educação escolar e da assistência técnica. SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (org). **Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976. p. 219-220. e RIBEIRO, José Paulo e MACHADO, Geraldo., 1960. Op. Cit.

³⁰⁵ OLINGER, Glauco. Op. Cit. p. 44.

³⁰⁶ Ibidem. p. 44.

incluíam, segundo Olinger, apenas “poucos privilegiados, geralmente aqueles que tinham o apoio de pessoas influentes do governo”³⁰⁷.

Estes Postos Agropecuários iniciaram suas atividades na década de 1940, encerrando sua atuação em 1960. Neste mesmo período, as Missões Rurais, criadas em 1949, desenvolveram suas atividades. Envolvendo iniciativas do Ministério da Agricultura, Educação e Saúde, envolveram equipes interdisciplinares, contando com agrônomos, psicólogos, médicos, sociólogos e assistentes sociais que “se deslocaram em conjunto, em um só veículo, para o campo, a fim de dar assistência às populações rurais”³⁰⁸. Da mesma forma que as experiências anteriores, Olinger aponta que estas iniciativas não se consolidaram e, ainda na década de 1950, foram deixadas de lado aos poucos.

O conceito clássico de Extensão Rural foi difundido no Brasil na década de 1950 principalmente por técnicos como Miguel Bechara, engenheiro agrônomo que trabalhou junto à Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo naquela década e manteve contato com a AIA nos trabalhos desenvolvidos no Estado. Bechara entendia que

O papel das estações ou dos institutos experimentais é justamente este: experimentar e pesquisar aqueles conhecimentos técnicos necessários para que haja uma boa produção econômica. Concomitantemente observam, estudam, pesquisam e experimentam, obtendo conhecimentos e dados que são levados aos produtores rurais. Esta ação de levar aos produtores rurais tudo aquilo que os institutos experimentais concluíram chama-se extensão. Quer dizer, estender os conhecimentos [desenvolvidos] nos campos experimentais aos produtores.³⁰⁹

Em outras palavras, o termo aproxima-se de *estender* os conhecimentos desenvolvidos experimentalmente aos agricultores e trazer os problemas dos agricultores aos pesquisadores. Mais do que esta concepção um tanto mecânica acerca Extensão Rural, a introdução de atividades em Santa Rita e São José esteve mais próxima da integração entre agricultura, saúde e educação, visando o aumento do bem-estar das famílias rurais, proporcionado pela orientação de John Griffing. De acordo com o mesmo, “we have interpreted our function at the São Paulo office as being that of

³⁰⁷ Ibidem. p. 45.

³⁰⁸ Ibidem. p. 46.

³⁰⁹ BECHARA, Miguel. **Extensão Agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura. Departamento de Produção Vegetal, 1954. p. 02. Esta concepção foi retomada por FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985. p. 39. De acordo com a autora, esta maneira de praticar a Extensão Rural no Brasil foi modificada na década de 1960 quando passa a dedicar-se à modernização agrícola, contribuindo para a introdução de fortes mudanças na base técnica da agricultura brasileira. Assim, novas exigências do modelo de desenvolvimento surgiram com características “difusionistas”.

inaugurating movements and shaping trends”. Neste sentido, as experiências em Santa Rita e São José “have served as laboratories and demonstration centers, but these community programs were only a small part of the larger whole”³¹⁰. Mesmo tendo a experiência da AIA como um “laboratório”, o extensionismo de Griffing estava mais voltado para uma concepção semelhante aos tempos da consolidação deste programa, mais especificamente nas primeiras décadas do século XX.

Por volta de 1910, à maneira de Griffing quase quarenta anos mais tarde, o primeiro agente de extensão no estado de Minnesota, Frank Marshall, teria dito em certa ocasião, que seu trabalho não estava muito desenhado, mas que havia um grupo de pessoas com problemas comuns, e então, cabia a este ajudá-los a resolver os problemas da melhor forma possível. De certa forma, os programas que foram consolidados posteriormente iniciavam-se naquela década, embora muitos estados não tivessem mais do que três ou quatro extensionistas, quando o tinham. Em 1913, por exemplo, o estado de Minnesota tinha colocado em prática o trabalho com Economia Doméstica, encarregando as mulheres para a organização dos lares nas fazendas, incluindo aqui a alimentação e higiene³¹¹.

Pouco tempo depois, o extensionismo chegava ao Brasil, principalmente com o início da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa. Quando professor da ESAV, “Dad” Griffing expunha as idéias extensionistas: “O departamento de Extensão com seu exército de trabalhadores auxiliará a espalhar por todo o Estado, forçando a sua aplicação entre os fazendeiros, as descobertas feitas. Além disso, (...) desenvolverá uma seção especializada de ensino, sobre métodos de extensão.”³¹² Esta determinação de Griffing em difundir os conhecimentos técnicos remete à idéia da missão civilizadora, com um “exército” de técnicos “forçando” os agricultores à aplicarem determinados conhecimentos que, de acordo com a proposição de Norbert Elias sobre a noção de civilização, seriam “distribuídos” às sociedades que ainda não teriam alcançado suposto estágio de evolução:

Até certo ponto, o conceito de civilização minimiza as diferenças nacionais entre os povos: enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidade nacional foram tão plenamente estabelecidos, desde séculos, que deixaram de ser tema de qualquer

³¹⁰ GRIFFING, John B. Op. Cit. p. 01.

³¹¹ McNELLY, C. L. p. 26 e 25, respectivamente.

³¹² LOPES, Fátima. Apud. CÂMARA, Breno Pimentel, RAMOS, Brian e FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Op. Cit. p. 14.

discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas.³¹³

O conhecimento técnico desenvolvido nos Estados Unidos, neste sentido, poderia adaptar-se às condições locais. No caso dos EUA, este processo civilizador se deu com a conquista do oeste no século XIX, resolvendo nesta sociedade os “problemas” com índios e territórios vazios, ação necessária para atingir o “progresso e desenvolvimento de um mundo moderno”.³¹⁴ A sociedade norte-americana, ao empreender e completar um processo de conquista da “civilização” sobre os “selvagens”, legitimou-se enquanto responsável por estender tal processo ao longo do tempo também para outras sociedades.

O extensionismo colocado em ação no interior do estado de São Paulo e na maioria dos municípios de Minas Gerais pode, neste sentido, ser entendido como uma das vertentes possíveis de análises de projetos civilizadores, uma vez que procurou difundir a idéia de que a relação entre ciência e tecnologia se tornaria a base fundamental das mudanças culturais. Desse modo, nas atividades da AIA estava implicada a concepção de que a prática agrícola era apenas parte do “todo” rural, do “mundo rural”.

Neste sentido, as concepções extensionistas aplicadas no Brasil por Griffing assemelham-se aos estudos de antropólogos na década de 1940, como os de Robert Redfield e W. Lloyd Warner, da Universidade de Chicago. Escrevendo para uma publicação anual do USDA e dirigida aos *farmers*, o *Yearbook of Agriculture*, Redfield e Warner procuram explicar que as comunidades devem ser interpretadas em seu todo, e não apenas por um de seus aspectos.

The problems of the American farmer have been attacked chiefly on the side of agricultural technology, credit, and marketing, and to some extent in terms of the varied and special efforts at rural betterment sometimes called social welfare. From the viewpoint of social anthropology, the agricultural techniques, farm credits, land tenure, social organizations, and morale of a farming community are all more or less interdependent parts of a whole.³¹⁵

Os antropólogos da Universidade de Chicago expressam o que, de certa forma, também o extensionismo procurou colocar em prática, difundindo técnicas e tecnologias

³¹³ ELIAS, Norbert. Op. Cit. p. 25.

³¹⁴ JUNQUEIRA, Mary Anne. Op. Cit., p. 324.

³¹⁵ REDFIELD, Robert e WARNER, W. Lloyd. Cultural anthropology and modern agriculture. In: **1940 Yearbook of Agriculture**. Farmers in a changing world. [Washington, D.C.]: United States Government Printing Office, 1940. p. 983.

juntamente com o que estava sendo entendido como “melhoramento rural” (rural betterment) ou bem-estar social (social welfare). Se para Redfield e Warner “o antropólogo cultural é simplesmente um cientista que estuda comunidades humanas como um todo”³¹⁶, o extensionismo praticado durante a década de 1950 tanto na experiência paulista como na experiência mineira – que será discutida a seguir – procuraram desenvolver as ações para as comunidades rurais como um todo, integrando práticas de crédito, difusão de tecnologia e assistência médica e técnica. Em outras palavras, apenas a concessão de crédito não poderia alcançar os resultados desejados de desenvolvimento das práticas agrícolas, mas seria necessário “educar” os agricultores para melhor utilizar o crédito, comprando as máquinas necessárias e tendo assistência médica para poder trabalhar.

Embora nem todas estas práticas tenham sido realizadas com o sucesso esperado nestas duas experiências, o trabalho desenvolvido por Griffing procurou integrar as agências estaduais responsáveis por tais atividades.

All other agencies represented in the community such as the State Health Department, the Department of Education, the State Department of agriculture, the State Extension Service, and even a commercial milk company moved into active cooperation with AIA to promote an efficient, well integrated and popular program of community development³¹⁷.

Como exemplo, a atuação da AIA em cooperação com a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, iniciada nos primeiros anos da década de 1950, originou as atividades de um ambulatório “agro-médico-social” nos municípios de Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo. Contando com enfermeiros(as), dentistas e médicos(as), os atendimentos eram realizados de forma itinerante, e por vezes, não desvinculado de atividades ligadas à agricultura, como o incentivo à produção de hortaliças ou mesmo à práticas de higiene e saneamento. De acordo com os dados oficiais, 566 famílias (4.396 pessoas) tiveram acesso a serviços de saúde ou assistência técnica em geral em 1950. Disponibilizando tanto tratamento dentário quanto cuidados referentes aos parasitas intestinais, entre outros serviços, a cooperação entre a AIA e a Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo proporcionou um total de 6.700 consultas médicas naquele ano³¹⁸.

³¹⁶ Ibidem. p. 992.

³¹⁷ AIA. The first three years. Op. Cit. p. 29.

³¹⁸ American International Association for Economic and Social Development. p. 06. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 03, Folder 23, AIA, Ford Foundation.

Também, de forma alguma o programa deveria ser realizado somente pela AIA, mas em cooperação com outras agências locais ou nacionais, o que obedecia aos propósitos da AIA, uma vez que esta relação estabelecida poderia auxiliar na formação de técnicos locais. Como exemplo, se o programa inicial reunia AIA, Prefeitura Municipal e fazendeiros de Santa Rita, posteriormente participaram do programa a Caixa de Crédito de Cooperativa Agrícola, a Nestlé Milk Co., entre outros. Também, a assistência técnica foi fornecida por agentes de extensão como Rogério Andrade, agrônomo da empresa Blemco. O Instituto Biológico de São Paulo também contribuiu com assistência técnica, assim como a estação experimental do Instituto Agrônomo de Campinas localizada em Santa Rita, a “practical school of agriculture” de Pirassununga, bem como a imprensa local.

Com isto, Griffing pretendia que os programas de melhoramento rural (rural improvement) disponibilizassem os benefícios para toda a população rural, não selecionando apenas alguns produtores para isto. Em seguida, a adoção de novas técnicas aplicadas a uma determinada área rural deveria trazer benefícios econômico maiores do que seu custo. Neste sentido, Griffing critica os “programas-modelo” brasileiros, uma vez que seus custos não eram racionalizados e, portanto, mais caros do que os benefícios proporcionados à população rural³¹⁹.

Coerente com sua linha de raciocínio, Griffing foi contra a proposta de expansão dos ambulatórios “agro-médico-social” para outros vinte municípios de São Paulo. Pouco antes de deixar o Brasil por problemas de saúde em 1953, escreveu para Paulo César de Azevedo Antunes, então Diretor da Faculdade de Higiene de São Paulo, a quem considerava “one of the few persons in this country who is willing as well as capable of thinking the problem through to a rational solution”³²⁰, com o intuito de sugerir um possível programa de saúde rural. O sanitarista Paulo Cezar de Azevedo Antunes colaborou com a Fundação Rockefeller desde 1934. Em 1938, foi nomeado diretor do Serviço de Profilaxia da Malária, ligado ao Departamento de Saúde da Secretaria do Interior, no estado de São Paulo. Retornando aos trabalhos com a Fundação Rockefeller em 1939, desta vez realizando pesquisas no nordeste brasileiro, seguiu para os Estados Unidos onde se tornou Doutor em Saúde Pública pela John Hopkins (1941-1942). No Brasil novamente, Azevedo foi convidado a trabalhar no

³¹⁹ GRIFFING, John B. **Theory and practice in rural improvement**. [1953]. Collection: AIA (closed section), Box 01, Folder: operations.

³²⁰ From John B. Griffing to Paulo César de Azevedo Antunes. 30/03/1953. Collection: AIA (closed section), Box 01, Folder: operations. p. 01.

programa desenvolvido pelo SESP na Amazônia, onde permaneceu até tomar posse na Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo.

Nesta época, a Cátedra de Parasitologia e Higiene Rural ficou a cargo de Azevedo, que conduziu um trabalho junto às populações rurais de Araraquara, no interior do estado de São Paulo. Antes de 1953, ano em que se tornou Secretário de Saúde e Assistência Social do Estado de São Paulo, no Governo Garcez, foi também Diretor Geral do Departamento de Saúde (1947) e Diretor da Divisão de Saúde Pública Repartição Sanitária Panamericana (1949), o que o credenciava a ser assim chamado por Griffing.

Na opinião de Griffing, os líderes brasileiros estavam mais dispostos a observar os problemas “from the idealistic rather than the rational viewpoint”, como o sistema de escolas técnicas de agricultura no Estado de São Paulo, fundados e mantidos com “fabulosos gastos” e com poucos benefícios: “They have become magnificent white elephants”, enfatizaria Griffing. Para o mesmo, até a Fundação Rockefeller não deixava de idealizar e estabelecer modelos que não podem ser duplicados, uma vez que o custo dos programas seria muito alto. Neste sentido, um projeto nos moldes do ambulatório “agro-médico-social” teria um custo muito elevado para vinte municípios³²¹.

Antes de voltar para os Estados Unidos para cuidar de sua saúde, Griffing não poupou críticas à maneira das diferentes instâncias governamentais no Brasil atuarem e, neste sentido, propôs um modelo de atuação “racional” que pudesse ampliar os serviços de saúde para estes vinte municípios. Para isto, aconselhou Azevedo Antunes a iniciar seu trabalho selecionando uma equipe sem estar pautado por princípios políticos, ou seja, contratando pessoas não por afinidade partidária, mas por critérios baseados nas habilidades técnicas dos mesmos. Desta forma, o programa poderia ser educacional e direcionado à prevenção de doenças, uma vez que para o extensionista, “the doctors are solely interested in treating cases”, não se envolvendo em campanhas preventivas³²².

A racionalização, neste sentido, estaria na contratação de um profissional de enfermagem – um enfermeiro – que pudesse realizar visitas periodicamente a todas as comunidades de um determinado município. Com alguns remédios e conhecimento técnico, este enfermeiro poderia dirigir um Jipe e fazer um trabalho de prevenção, bem como de auxílio em casos mais simples. No modelo do ambulatório, nem todos os profissionais estariam ocupados em todos os momentos, gerando despesas consideradas

³²¹ Ibidem. p. 01-02.

³²² Ibidem. p. 02.

desnecessárias: “The complete ambulatory teams with doctors, dentists, nurses, educators, assistants, servants, and chauffeurs provided by the present law, together with the immense stock of materials with a clinic consumes, involves an expense which would be unthinkable even in United States”³²³.

Mesmo que a idéia do “enfermeiro itinerante” não tenha sido colocada em prática pela Secretaria de Saúde, outros projetos semelhantes em agricultura, saúde e educação trouxeram a marca do pragmatismo de Griffing. A “política típica” da AIA em Santa Rita e São José, para Griffing, estava pautada antes de qualquer coisa no trabalho de demonstração, tal como concebido por Seaman Knapp nos Estados Unidos dos anos 1910. Realizados pelo engenheiro agrônomo, os resultados deveriam ser tão visíveis que levariam o fazendeiro a repetir por si mesmo esta prática e, com o tempo, difundiria a prática para os vizinhos. Mas a técnica era complementada pela tecnologia: se para combater pragas bovinas o pulverizador era necessário, este era fornecido pela AIA até que os fazendeiros tivessem condições de comprar um próprio.³²⁴

Modernizar não significaria, para a AIA, simplesmente aplicar as técnicas desenvolvidas nos Estados Unidos. O sentido da modernização da agricultura, desta forma, estava também relacionado à idéia de aplicação das técnicas mais adequadas ao ambiente. Fossem as técnicas, por vezes, consideradas “modernas” ou não, o resultado alcançado, a eficiência, a racionalidade aplicada era o mais importante. Se por um lado a atuação em agricultura, conservação do solo, saúde pública, sanitarismo, alfabetização, indústria, entre outras possíveis atividades, facilitaria, de acordo com os objetivos da AIA, a disponibilidade de descobertas científicas – “It may endeavor to make more widely available modern scientific discoveries and modern methods and techniques, and may carry out such projects and adopt such methods and media as it deems appropriate to achieve its purposes”³²⁵ – por outro, John B. Griffing aplicou técnicas consideradas nem tão modernas assim, como os silos-trincheira.

Pelo exercício da demonstração de resultados, por exemplo, o número de silos-trincheira aumentou consideravelmente em poucos anos. Um total de sete a nove “hesitantes fazendeiros” aceitou realizar em suas propriedades uma prática que, de acordo com Griffing não era aceita pelos “agricultural colleges” ou pelo “state

³²³ Ibidem. p. 03.

³²⁴ GRIFFING, John B. Theory and practice. Op. Cit. p. 02.

³²⁵ From Joan to Mr. Nelson [Rockefeller]. Memorandum. Subject: General objectives of the American International Association for Economic and Social Development. Collection: [Family], Record Group: III 4B, Folder: AIA General 1946-1958, n. 02. p. 01.

department of agriculture”, que orientavam a realização de um silo de concreto³²⁶. No segundo ano, cinquenta e três silos-trincheira foram completados e uma centena estava previstos para o ano seguinte³²⁷. Henry Bagley considerou a introdução do silo-trincheira como “notável”: quando John Griffing e Marcos Pereira experimentaram esta técnica. “they certainly started its widespread use; previously it has been know to only a few farmers and agricultural scientists”³²⁸.

O trabalho da AIA em São Paulo se expandia no início da década de 1950, incluindo também Clubes Agrícolas para o trabalho com juventude rural. Em 1948, nove clubes agrícolas foram organizados, com 102 participantes, desenvolvendo projetos principalmente em sementes de milho híbrido, mas também com batata irlandesa ou com produção de outros vegetais³²⁹. Os clubes contavam com 419 participantes em 1952³³⁰. Os clubes de Santa Rita e São José incentivavam o trabalho com de milho híbrido por meio da doação das sementes por parte da Sementes Agrocere S.A. Cultivando um pequeno espaço na propriedade de seus pais, o objetivo do trabalho extensionista era alcançar os agricultores mais velhos através do trabalho dos jovens, tentando demonstrar que as práticas “modernas” produziam mais. “I have learned how to raise corn from my boy”³³¹, diria um agricultor a Griffing, e acrescentaria afirmando que os lucros obtidos pelos jovens rendiam um melhor padrão de vida: “one boy purchased a pair of shoes, another, a bed, a third, a suit of clothes. They developed a greater interest in country life and learned how to profit from better seeds and better methods”³³².

Neste sentido, o jornalista Al Neto, responsável por tornar público muitas das atividades da AIA na imprensa paulista e de outros estados, escrevia sobre a visita de

³²⁶ GRIFFING, John B. Air view of the forest. Op. Cit. p. 04. A silagem é o processo fermentação anaeróbica de forragem verde. Guardada em silos, a forragem pode substituir o pasto nos períodos de seca. Para Griffing o silo-trincheira, ou seja, aquele que consiste em uma vala aberta no solo – forrada ou não com tijolos – aproveitando muitas vezes o desnível da propriedade, tem um custo menor que o silo de concreto, geralmente construído na superfície.

³²⁷ Idem. Theory and practice. Op. Cit. p. 03.

³²⁸ From Henry Bagley to Martha Dalrymple. Subject: Recollections of AIA in Brazil. p. 02. 05/10/1967. Collection: AIA, Record Group IV IIIB, Box 02, Folder 19. A adoção de um conjunto de técnicas e procedimentos proposto pela AIA também conduziu, ainda de acordo com Griffing, a um aumento da produção de leite em torno de 50% entre 1947 e 1952. Neste sentido, “not all of this gain is a result of the new techniques but the combination of spraying, vaccination, better feed, and better quality of cattle that the improved conditions made possible have undoubtedly played a significant part”. Theory and practice. p. 03-04.

³²⁹ GRIFFING, John B. Air view of the forest. Op. Cit. p. 05.

³³⁰ Idem. Theory and practice. Op. Cit. p. 04.

³³¹ Ibidem. p. 05.

³³² Ibidem. p. 05.

dois jovens norte-americanos – Elfego G. Baca Junior e Donald Herr, do Novo México e Ohio, respectivamente – e suas impressões sobre o meio rural brasileiro.

Uma coisa que impressionou aos dois rapazes foram os clubes AIA de Santa Rita e São José do Rio Pardo no Estado de São Paulo. Estes clubes – que resultam de uma iniciativa do grupo Rockefeller – são semelhantes aos clubes 4-H. Destinam-se aos filhos dos trabalhadores agrícolas. Possuem enfermarias próprias e assistentes que se encarregam de ensinar aos garotos métodos de jardinagem que levarão, mais tarde, a gost[ar] pela agricultura.³³³

A introdução de conhecimentos considerados modernos com um trabalho integrado de extensão rural incluindo aspectos de saúde preventiva para os agricultores jovens e adultos visava habilitar o “homem do campo” a viver e produzir no meio rural, e não migrar para as cidades. “Another gain comes from a cessation of migration”, diria Griffing. Para o extensionista, “where humanitarian activities exist such as health clinics, women’s clubs, and agricultural clubs, the [search] for greener pastures ends. The most vital problem in Brazil [is an] inordinate movement from country to city – is thus solved to the advantage of both city and country”³³⁴.

Neste contexto, a extensão estava adequando-se como forte instrumento do processo de industrialização. De acordo com as palavras de dois dos mais importantes extensionistas da ACAR, José Paulo Ribeiro e Geraldo Machado,

Devemos considerar que a industrialização implica no deslocamento de uma parcela ponderável da ‘mão-de-obra’ empregada na agricultura, em favor do meio urbano. Portanto, é necessário que a massa que permanecer na agricultura tenha aumentado o seu poder aquisitivo e sua produtividade, através de melhores métodos e técnicas de trabalho, compensando assim, a perda da ‘mão-de-obra’ em favor da indústria sem o que a produção agrícola cairá a níveis capazes de pôr em perigo a marcha da industrialização.³³⁵

Em 1956, Afonso Paulino, presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais, em um discurso de inauguração de escritório da ACAR no município de São João Nepumoceno, afirmou: “Fala-se muito, presentemente em industrialização do Brasil. Sim, não somos contrários à industrialização, mas esta só poderá triunfar

³³³ NETO, Al. Os 4 agás. Chapecó (SC), 27/10/51. Na realidade, a iniciativa destes clubes foi da AIA e não do Grupo Rockefeller, procurando aplicar o modelo de Clubes 4-H nesta região. Al Neto recebeu, anos mais tarde, a oportunidade de gerenciar projetos agrícolas vinculados à AIA em Lages, Santa Catarina.

³³⁴ GRIFFING, John B. Air view of the forest. Op. Cit. p. 06.

³³⁵ RIBEIRO, José Paul e MACHADO, Geraldo O. D., 1960. Op. Cit. p. 24.

realmente, quando tivermos resolvido os nossos problemas agrícolas.”³³⁶ Neste sentido, os próprios ruralistas, sendo caracterizados como defensores da grande propriedade e, por conseqüência, do “atraso” também eram defensores do projeto de industrialização, mesmo que discordando de grupos nacionalistas e trabalhistas quanto à extensão da legislação social e trabalhista à população campo. Como observou a historiadora Vânia Maria Losada Moreira, “é uma simplificação, contudo, reduzir o projeto social ruralista à defesa da grande propriedade rural”, ainda que se observe que este projeto propunha “maior integração entre indústria e agropecuária, a modernização da agricultura” bem como a “manutenção da grande propriedade rural”³³⁷.

Não eram apenas os proprietários rurais que chamavam a atenção para a importância da agricultura. O professor da Universidade de São Paulo, Fernando de Azevedo, considerava que a agricultura articulava-se como o *background* da indústria. Nas suas palavras,

A expansão industrial, longe de diminuir o papel da agricultura, só pode concorrer para lhe dar maior vulto nas sociedades modernas, fortemente grupadas e cada vez mais exigentes, será fácil compreender a importância enorme que, em países de não importa que regime, capitalista ou socialista, reveste ou tende a revestir a questão agrária. Não há indústria sólida sem apoio no desenvolvimento agropastoril.³³⁸

Fernando de Azevedo interpreta este processo como uma marcha em direção ao progresso, embora se diferenciando dos ruralistas ao propor que os direitos conquistados pelos trabalhadores também devem ser estendidos aos trabalhadores rurais.

Para a urbanização dos campos que caminhamos a passos lentos, sem dúvida, mas inelutavelmente, e todas essas alterações da infra-estrutura, intervindo no processo de urbanização tem de forçosamente concorrer, de sua parte, para melhorar as condições, ainda tão precárias, do trabalhador rural. Para que as populações do campo não emigrem para as grandes cidades e se reduz a uma taxa normal o êxodo rural (pois máquinas, adubos e técnicas modernas nada valem se não há braços suficientes para a lavoura e homens experimentados em utilizá-las), é preciso que elas tenham uma vida saudável e ao mesmo conforto e as comodidades práticas que tem os

³³⁶ Eis o discurso do dr. Afonso Paulino. São João Nepumoceno, MG, 19 de Agosto de 1956. [clipping da EMATER]

³³⁷ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 180-181.

³³⁸ AZEVEDO, Fernando de. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962. p. 221.

habitantes da cidade. Aumento de salários, habitações dotadas de eletricidade e água corrente, assistência sanitária e social, oportunidades de educação, cultura e recreação, são os meios e os únicos meios que existem, para a fixação do homem no campo.³³⁹

Neste sentido, a racionalização da agricultura cumpriria um papel importante ao assegurar a manutenção do processo de industrialização. Embora Griffing não se detenha sobre o tema da migração, este processo era considerado “inordinate” (desordenado) e, com o trabalho da extensão rural, isto poderia cessar. Em documento da AIA de maio de 1946, provavelmente escrito por Kadow e contando com sugestões de Lockwood, a discussão sobre a introdução de determinados projetos para a agricultura brasileira que não se pautassem por resultados superficiais, demandariam um longo tempo. Desta forma, não por conta de uma simples concepção romântica de fixação do homem ao meio rural, mas pela razão de que um trabalho extensivo para introduzir maquinaria moderna na agricultura, levaria em torno de dez anos, de acordo com o documento³⁴⁰. Fornecendo conhecimentos técnicos aos agricultores possibilitaria a fixação de parte dos agricultores no meio rural e “incentivaria” a migração apenas daqueles “não-habilitados” tecnicamente.

Embora tenham funcionado por quase uma década no interior paulista, os trabalhos de Extensão Rural ou não foram aceitos de forma unânime ou encontraram dificuldades de negociação política. Para completar o quadro, a saída de John Griffing durante a década de 1950 parece ter sido a gota d’água que fez com que o programa fosse encerrado poucos anos mais tarde, ao mesmo tempo em que, em outros estados, uma próspera relação estava por iniciar.

Neste sentido, ao analisar a experiência paulista, Bagley diria que “Santa Rita program was good as a pilot operation, but failed because it did not secure its own continuance once AIA left”. Os produtores rurais demonstraram “pouca iniciativa”, de acordo com Bagley, e, assim que a AIA deixou de contribuir financeiramente, os agricultores não quiseram investir na continuidade destas atividades. Em São José, por outro lado, os agricultores mantiveram as atividades mesmo com a retirada formal da AIA, em 1956. Isto seria explicado pela diferente origem dos dois programas: enquanto “Dad” Griffing e Humberto Pascale iniciaram o trabalho em Santa Rita, a introdução da experiência em São José seria realizada pela organização dos fazendeiros da região, que

³³⁹ Ibidem. p. 228.

³⁴⁰ American International Association for Economic and Social Development. p. 11. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

solicitaram assistência técnica e continuaram organizados mesmo quando a AIA decidiu não investir mais neste programa³⁴¹.

Nesta perspectiva, as considerações de Bagley pode nos remeter aos debates sobre as iniciativas de modernização no Brasil, que como aquela empreendida em Santa Rita, não encontrou na sociedade civil seu mecanismo de desenvolvimento. Assim como em outros momentos, de acordo com o sociólogo brasileiro Luiz Werneck Viana, esta experiência estaria próxima de uma tradição em que o “moderno” foi instaurado por determinados grupos: “A Coluna Prestes varou o *hinterland* sem ter mobilizado o trabalhador rural e o campesinato; a Semana de Arte Moderna pensou um moderno sem povo; a Igreja fez nítida opção em favor da evangelização das elites intelectuais.” Desta forma,

O moderno, o modernismo e a modernização nos chegam com intelectuais separados do povo, em uma sociedade ainda não inteiramente exposta às transformações que o avanço do capitalismo provoca, com a população majoritariamente agrária e mantida no campo sob formas de controle extra-econômicas e baseadas na dependência social.³⁴²

Nessa linha, aceitando a avaliação de Henry Bagley, a experiência de São José, por outro lado, surgiria de uma necessidade dos fazendeiros locais e, por isso, encontraria motivos para ser levado adiante. Em carta de agosto de 1956, endereçada para o representante da Associação Rural de São José do Rio Pardo, Dionysio Guedes Barreto, Bagley escreveu: “Como é do seu conhecimento, a AIA não recebeu do governo do Estado o auxílio que necessitava para dar prosseguimento a um completo programa de assistência aos agricultores de São José do Rio Pardo”. Desta forma, “o trabalho da AIA no Brasil está se concentrando em programas de assistência técnica conjugada ao crédito rural supervisionado, tais como o da ACAR em Minas Gerais e o da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), recentemente criada”. O material pertencente à AIA no município – um Jipe, quatro bombas pulverizadoras, entre outros utensílios – “uma vez que a Associação Rural se utiliza deste equipamento para dar prosseguimento à difusão de práticas agrícolas introduzidas pela AIA, pode o Sr. ficar certo que o dito equipamento só será retirado se deixar de ser

³⁴¹ From Henry Bagley to Martha Dalrymple. Subject: Recollections of AIA in Brazil. p. 04. 05/10/1967. Collection: AIA, Record Group IV IIIB, Box 02, Folder 19.

³⁴² VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, [s.d]. O autor assinala que “é certo que, por meio do PCB, foi estabelecida uma forma de vinculação, se bem que precária, entre intelectuais e sindicalismo operário, ausente, porém, do mundo agrário e de seus problemas sociais.” p. 182.

de utilidade geral aos agricultores”. Desta forma, acreditando que a Associação Rural daria prosseguimento às atividades, Bagley decreta: “comunico por escrito o que já é de conhecimento de todos desde há algum tempo – a suspensão das atividades diretas da AIA em São José do Rio Pardo”³⁴³.

No entanto, a questão da continuidade ou não dos programas nestes dois municípios diz respeito também a questões políticas, e não somente pelas características iniciais do projeto, conforme a idéia de Bagley. Na realidade, a AIA e seus programas, neste sentido, não estariam alheios a relações de controle e dependência dos grupos políticos. Mais do que isso, também encontrariam dificuldades de se legitimar frente a determinados grupos políticos do Estado de São Paulo.

Neste sentido, a atuação da AIA em São Paulo não pode ser entendida a partir ou do apoio irrestrito ou da rejeição política. Na realidade, a AIA alternou momentos de grande apoio com momentos de certo descrédito. Nas eleições municipais de 1951, por exemplo, os partidos políticos teriam deixado de lado as suas rivalidades locais e consolidado um pedido para que o engenheiro agrônomo Marcos Pereira, empregado da AIA, se tornasse candidato à Prefeito em Santa Rita. O mesmo não aceitou, tendo em vista os princípios da AIA de não se envolver em política partidária. Também, por diversas vezes foi proposta a criação de uma empresa de extensão rural nos moldes da ACAR, um sistema de crédito ao agricultor como implantado em Minas Gerais. Em 1955, por exemplo, a proposta foi negociada com o então Governador Jânio Quadros, mas as negociações não chegaram a um consenso.

A indicação de Renato Costa Lima – ex-diretor da Avisco, indústria de rações balanceadas para aves³⁴⁴ – como Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo em 1953, durante o governo de Lucas Garcez, foi bem recebida como “a major blessing to AIA”³⁴⁵, conforme escreveria Bagley naquele ano. Filho de fazendeiros, durante a década de 1940 Costa Lima gerenciava a usina de Itaiquara, em Tapiratiba, estado de São Paulo, quando conheceu Nelson Rockefeller, que posteriormente lhe indicou para ser diretor da Empresa de Mecanização Agrícola (EMA)³⁴⁶. Neste sentido, Costa Lima

³⁴³ De Henry Bagley para Dionysio Guedes Barreto. 03/08/1956. Collection: AIA (closed section), Box 01, Folder: General AIA (including some India papers).

³⁴⁴ Pouco mais tarde, nos anos 1960, Costa Lima viria a se tornar Ministro da Agricultura durante o governo de João Goulart.

³⁴⁵ Third quarterly report to the Board of Directors. (Jul, Sep. 1953). p. 06. Collection: AIA, Record Group IV 3B, Box 15, Folder 132.

³⁴⁶ Ver biografia de Renato Costa Lima no **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/biografias/Renato_da_Costa_Lima.asp Acessado em 2009.

era considerado o conselheiro (advisor) número um do IBEC e das empresas controladas por esta agência, como a Sementes Agroceres SA e a própria EMA, assim como um dos incentivadores da experiência da AIA em São José do Rio Pardo nos anos 1950.

Em certa medida, Renato Costa Lima havia proposto um projeto de expansão para os projetos da AIA. Ao ler um Anuário publicado pela ACAR, mais especificamente o Anuário de 1953, escreveu para Harry Bagley com o intuito de iniciar um programa semelhante de crédito e assistência técnica em todo o Brasil³⁴⁷. Neste sentido, Bagley afirmava que Costa Lima vinha sendo um “hearty believer in Dr. Griffing’s techniques both for better farming and for general rural improvement”³⁴⁸. Assim como a indicação de Paulo César de Azevedo Antunes para a Secretaria de Saúde do Estado agradou a AIA, Costa Lima na Secretaria da Agricultura marcava um dos momentos de proximidade entre as instâncias formais de poder político e a agência. De certo modo, o conagraçamento destes momentos se dava com a realização de exposições, como a de São José, em 1953.

Pouco tempo depois dessa exposição, Griffing teria escrito para Costa Lima oferecendo os serviços tanto de Marcos Pereira quanto de Lineo Brassoloto para o treinamento de agrônomos do estado de São Paulo, seguindo os métodos de trabalho da AIA³⁴⁹. Ainda demonstrando proximidade junto a políticos, pode-se citar o caso do Deputado Estadual Lincoln Feliciano (Partido Social Democrático, PSD), então presidente da Assembléia do Estado, que levou para a Assembléia Legislativa uma carta de John Griffing. Lendo a carta na sessão, o deputado levou a mensagem de que a agência estava oferecendo assistência técnica para o controle de pestes bovinas com aplicação de “toxaphene” para diversos municípios do estado³⁵⁰.

No entanto, se esta atitude pode sugerir que o trabalho da agência contava com apoio irrestrito dos políticos de diferentes municípios, estas relações são complexas e nuançadas. Inicialmente a AIA conquistou legitimidade frente aos fazendeiros e grupos políticos tendo em vista o trabalho realizado em cooperação com diversas agências governamentais estaduais, mas acabou por não se consolidar no estado de São Paulo

³⁴⁷ AIA Highlights. June 24, July 7, 1954. Collection: AIA. Box 02, Folder 17.

³⁴⁸ Third quarterly report to the Board of Directors. (Jul, Sep. 1953). p. 06. Collection: AIA, Record Group IV 3B, Box 15, Folder 132.

³⁴⁹ Third quarterly report to the Board of Directors. (Jul, Sep. 1953). Collection: AIA, Record Group IV 3B, Box 15, Folder 132.

³⁵⁰ American International Association for Economic and Social Development. Fourth quarterly report to the Board of Director. (oct, nov, dec. 1953). Collection: AIA, Record Group IV 3B, Box 15, Folder 132.

principalmente por razões políticas. Enquanto em Minas Gerais, a ACAR iniciou um processo de inauguração de escritórios locais e regionais de forma contínua, a ampliação do programa paulista foi tardio e não se consolidou. De acordo com Walter Crawford, “a Secretaria de [Agricultura de] São Paulo não aceitou o sistema de extensão porque eles tinham uma boa estrutura. Então o Griffing achava que deveria ser feito um programa de caráter estadual. Daí, então, ele se ligou intimamente ao nosso trabalho [em Minas Gerais].”³⁵¹

João Napoleão de Andrade, um dos primeiros representantes da ACAR e presidente da ABCAR na segunda metade da década de 1950, interpretou que, em São Paulo, já existiam iniciativas semelhantes e, possivelmente em função disto, os trabalhos não foram levados adiante, enquanto o projeto mineiro foi nacionalizado durante o governo de Juscelino Kubitschek. “São Paulo tinha a Casa da Lavoura e achava que já havia resolvido o problema com essa casa”³⁵², diria João Napoleão de Andrade.

Em argumento semelhante, o engenheiro agrônomo José Calil, em suas memórias, afirma que existia uma disponibilidade maior de recursos financeiros, técnicos e tecnológicos aos agricultores paulistas, possibilitando a não inclusão do estado no sistema de crédito e assistência rural criado posteriormente, em 1956, com a criação da ABCAR, na qual a Extensão Rural foi o principal instrumento de ação: “O Estado de São Paulo ficou fora do sistema, pois tinha sua própria estrutura de assistência técnica e prestação de serviços aos agricultores, com rede assistencial localizada nos municípios, com sede própria denominada Casa da Lavoura.” Calil acrescenta que

Apesar das enormes resistências até então existentes na Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo e no próprio meio rural paulista, acostumado ao recebimento de sementes melhoradas produzidas pelo Governo em cooperação com agricultores progressistas, bem como com eficiente prestação de serviços nas áreas da mecanização e conservação do solo, instalação de micro-bacias, etc., a partir de 1952 houve extraordinária mudança, ano da introdução de moderna filosofia extensionista, sob a iniciativa e coordenação do engenheiro agrônomo José Calil.³⁵³

Neste sentido, outros programas foram sendo criados:

³⁵¹ CRAWFORD, Walter. **Entrevista concedida a Euclides Martins**. Belo Horizonte: EMATER 10 de dezembro de 1981. p. 10.

³⁵² ANDRADE, João Napoleão de. Op. Cit. p. 29.

³⁵³ CALIL, José. Op. Cit. p. 06. Calil recebeu o Prêmio FAO de Reportagem no Ano Internacional da Luta Contra a Fome e estagiário na unidade do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas (IICA), Zona Sul, em San Ramon, Uruguai.

Assim é que foi criado no Estado o Serviço de Fomento Agropecuário da Capital, mais conhecido como Serviço do Cinturão Verde, instituído por ato de 4 de julho de 1952, publicado no DOE de 5 de julho de 1952, posteriormente reorganizado pelo decreto 32.934, de 26 de junho de 1958. Este serviço introduziu na região metropolitana de São Paulo, capital, moderno sistema de extensão rural e assistência técnica e social, integrado por engenheiro agrônomo, veterinário, supervisora de Economia Doméstica Rural, agrotécnicos e especialistas em extensão. Todos os servidores contratados e admitidos para esse serviço foram treinados e preparados pelo professor Ramsower, da Universidade de Ohio, Estados Unidos, e pela professora Carmen Sanchez, da Universidade de Porto Rico, ambos a serviço do IICA³⁵⁴.

Acrescentando-se ao argumento de Andrade e Calil, é possível pensar também que São Paulo intensificou um processo de industrialização antes de muitos estados e, com isto, desenvolveu uma estrutura de pesquisa agrícola muito mais sólida que as demais unidades da federação. Adhemar de Barros, ao longo de seu governo teria investido no ensino profissionalizante, tanto para a indústria quanto para a agricultura³⁵⁵. Na década de 1940, podem ser citadas em São Paulo tanto a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), fundada em 1901, quanto ao Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), criado ainda no Império. Santa Rita possuía uma estação local do IAC e, com isso, uma das motivações da escolha desta região para a atuação da AIA foi o interesse no desenvolvimento de pesquisas sobre a produção de café, deixada a cargo, em 1951, do Instituto de Pesquisa do IBEC, o IRI. Desta forma, se os objetivos da AIA estavam oficialmente empenhados no desenvolvimento de atividades para os países subdesenvolvidos, a escolha de implantar um escritório em São Paulo – considerado o estado brasileiro mais desenvolvido economicamente – demonstraria uma aparente contradição.

Em relação às negociações políticas, se o início da década de 1950 foi marcado pela possibilidade de consonância dos projetos, na metade da mesma década os anseios se da AIA e dos políticos do estado se afastaram. Por exemplo, em 21 de dezembro de 1951 a AIA assinou convênio com as secretarias de Educação, Saúde e Agricultura do Estado de São Paulo para dar continuidade aos programas de cooperação técnica nos municípios de Santa Rita e São José: “the program envisioned in the agreement was base don the strict technical and financial cooperation of the parties and was to count on the efficient colaboration of teams of technicians in agriculture, health and welfare to be

³⁵⁴ Ibidem. p. 06-07.

³⁵⁵ Ver COTTA, Luiza Cristina Villaméa. Op. Cit.

organized and maintained in selected áreas by the governmental agencies mentioned above”³⁵⁶. Previsto até 31 de dezembro de 1956, o acordo deixaria para a Secretaria de Agricultura a responsabilidade de realizar projetos como clubes de “home improvement” e implantação de silos-trincheira. Da mesma forma, as outras secretarias manteriam os projetos e, assim como a primeira, deveriam possibilitar um processo de expansão destas atividades para outros municípios do estado. Por sua vez, a AIA disponibilizaria a orientação técnica para as atividades agrícolas desenvolvidas nos dois municípios, assim como em outros, caso fosse ampliada a área de atuação.

Com isto, a AIA objetivava disseminar e orientar em outros municípios “modern agricultural techniques such as those demonstrated in Santa Rita and São José”³⁵⁷. As atividades seriam mantidas pela AIA por um tempo suficiente até que a Secretaria da Agricultura pudesse assumir as responsabilidades pela continuidade do projeto. No entanto, em 11 de maio de 1954, Mr. Crawford afirmou: “the state government agencies have not complied with their part of the existing agreement, which was to expand the work done by AIA in Santa Rita and São José into twenty other municipios. Neither is there a likelihood that they will be able to do so”. Neste sentido, Crawford negociou para que os programas fossem realizados pelas três secretarias citadas apenas por um período de dois anos. Mesmo colaboradores de Nelson Rockefeller, como Renato Costa Lima, criaram dificuldades para os trabalhos da AIA, de acordo com João Napoleão Andrade:

Então, não queria saber disso; os que tentaram fazer a coisa – parece que um parente de Ahdemar de Barros, uns governadores tentaram, mas não tiveram muito resultado e o próprio Renato Costa Lima, que foi amigo íntimo de Rockefeller, elemento representante dele no Brasil, foi secretário da Agricultura lá, não levou, não quis levar para lá e, depois, ministro, ainda nos criou uma porção de casos, deu muito trabalho³⁵⁸.

Desta forma, se o Governo de São Paulo não demonstrava atitudes de apoio conforme o desejo da AIA, por outro lado, os membros brasileiros da ACAR e o Governo de Minas Gerais estariam “anxious to continue and expand the work”³⁵⁹. Proporcionar-se-ia, assim, um aumento de verba que possibilitaria a abertura de dez novos escritórios locais e um escritório regional por ano. A atuação da AIA na metade da década de 1950, neste sentido, estava cada vez mais direcionada para que os

³⁵⁶ From Walter Crawford to Wallace Harrison. Subject: Renewal and extension of the AIA São Paulo agreement. p. 01. 27/05/1954. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 7, AIA Brazil.

³⁵⁷ Ibidem.

³⁵⁸ ANDRADE, João Napoleão de. Op. Cit. p. 29.

³⁵⁹ From Walter Crawford to Wallace Harrison. Op. cit. p. 02.

governos locais tomassem conta dos projetos iniciados pela agência, principalmente em São Paulo. Também, com a redução do orçamento para 1955/56, a ação da AIA estaria possivelmente mais concentrada em atividades que pudessem levar adiante seus objetivos de desenvolvimento. Aguardando pela aprovação do acordo, Renato Costa Lima sugeriu que as operações da AIA fossem adiante em conjunto com a Secretaria da Agricultura. Contudo, para a AIA, a entrada de um novo governador nas eleições e a nova composição da Assembléia Legislativa deixariam dúvidas quanto à continuidade do projeto: “Since Renato will no longer be Secretary of Agriculture, and since the composition of the Assembly will have changed considerably, I am not sure that this optimistic forecast of subsequent passage is correct”³⁶⁰, diria Henry Bagley.

Como forma de ressaltar os resultados de seu trabalho, a AIA necessitava de apoio político adequado para demonstrar a real diferença entre *tradicional e moderno*. E neste sentido, o programa de Minas Gerais estaria trazendo maiores resultados, fazendo com que em 1956, referindo-se aos programas paulistas, a AIA “did not wish to put more money into them”³⁶¹. Ao contrário da imagem de São Paulo enquanto estado brasileiro mais desenvolvido economicamente, Minas Gerais, por outro lado, amparou-se simbolicamente em uma auto-representação de “estagnação econômica”, e os ventos da industrialização que sopraram com um dos Presidentes de Minas, João Pinheiro (1890, 1906-1908), foram retomados com maior intensidade com o final da Segunda Guerra Mundial, articulando a agricultura à necessidade de crescimento industrial. Como exemplo disto, o Governo de Milton Campos (1947-1950) desenvolveu atividades relacionadas à produção agrícola e pesquisa como a instituição da Universidade Federal de Viçosa (antiga Escola Superior de Agricultura e Veterinária, a ESAV), a Escola Média de Agricultura, entre outras. Também, de acordo com José Bento Teixeira Salles,

Instalaram-se campos de produção de sementes em Leopoldina, Arcos, Ouro Preto, Sete Lagoas e dezenas de outros municípios; subestações de fomento do algodão em Curvelo e Montes Claros e campos experimentais de trigo em Santa Luzia e Patos. Na Capital foi construído o prédio do Instituto Agrônômico e instalado o Instituto de Zootecnia³⁶².

³⁶⁰ From Henry Bagley to Dick Greenebaum. Subject: AIA in state of São Paulo. 28/01/1955. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07, AIA Brazil.

³⁶¹ Ibidem.

³⁶² SALLES, José Bento Teixeira. Apud. SIQUEIRA, Jack. **Planejamento e desenvolvimento em Minas**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2001. p. 77-78.

Outra iniciativa, o Ensino Agrário Ambulante, durante o Governo de Milton Campos, “desenvolveu trabalho discreto, mas eficiente, indo às mais remotas regiões do Estado, levando ao meio rural grande quantidade de pequenos implementos agrícolas, noções técnicas de agricultura e pecuária, filmes educativos, remédios e assistência médica.”³⁶³ No entanto, atividades semelhantes foram desenvolvidas pela ACAR que, em pouco tempo teve um alcance maior que o Ensino Agrário Ambulante. E neste sentido, a ACAR representou a necessidade das elites mineiras em levar adiante um processo de industrialização que estava mais consolidado em São Paulo. Este assunto será abordado a seguir.

4.2. Minas Gerais e os caminhos da modernização agrícola brasileira: a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR)

*“Eu tô doidin por uma viola
Mãe e pai, de doze cordas e quatro cristais
Pra eu poder tocar lá na cidade
Mãe e pai, esse meu blues de Minas Gerais
E o meu cateretê lá do Alabama
Mesmo que eu toque uma vezinha só”.*
Zé Rodrix

Se uma abordagem tradicional pode apontar que o processo de modernização agrícola é externo, ou seja, inicia com o acordo da AIA e o Governo do Estado de Minas Gerais, a discussão aqui proposta parte do princípio que, pelo contrário, existiam processos de modernização da agricultura iniciados em Minas Gerais – com ênfase na industrialização – durante a primeira metade do século XX. Uma destas experiências, da segunda metade da década de 1920, foi realizada na ESAV, que viria a ser chamada posteriormente de Universidade Federal de Viçosa. O processo de industrialização, entendendo também o papel da agricultura neste processo, foi desenvolvido ao longo das primeiras décadas do século XX. Neste sentido, o argumento deste trabalho aponta que a proposta de Nelson Rockefeller não foi totalmente estranha ao cenário político e econômico mineiro.

³⁶³ Ibidem. p. 78.

A articulação entre agricultura e indústria em Minas Gerais encontra nas diversas correntes políticas do estado uma forma de explicação. Neste sentido, de forma subjacente a essas correntes, poder-se-ia pensar em tradição agrária mineira, que de acordo com José Murilo de Carvalho, “pode ser vista como ibérica”: “tomando-se o vocábulo como significando, no mundo privado, apego à tradição, à hierarquia, à religião, à família, à moderação, ao trabalho.” Estas representações persistentes no que se refere principalmente ao mundo rural mineiro, são complementadas com outras características no espaço público, ainda de acordo com o autor: “aceitação de papel predominante no Estado em relação à iniciativa individual, ênfase na cooperação em oposição à competição, aversão ao conflito, tendência para resolver as divergências por arranjos consensuais, preferência para a conservação em vez de mudança.”³⁶⁴ Representantes desta tendência, predominante entre a segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX, seriam Silviano Brandão, Venceslau Brás e Bias Fortes. Com estes, a manutenção da ordem agrária não representaria exatamente industrialização.

No entanto, não foi esta elite agrária ou seus representantes que introduziu os projetos de modernização da agricultura naquele estado. Ironicamente ou não, seria outra tendência – mais urbana e industrial, que teria em João e Israel Pinheiro e Juscelino Kubitschek expressão de destaque – a responsável por iniciar e intensificar este processo. Estes políticos teriam na conciliação com as elites agrárias, a base para implantação de um modelo de modernização industrial em Minas Gerais.

João Pinheiro, Presidente do Estado de Minas Gerais por um pequeno período em 1890 e entre 1906 e 1908, “embora se tenha entendido com os proprietários rurais e tenha baseado parte de suas propostas na modernização da agricultura, pelo uso de novas tecnologias, acalentava também planos industrializantes.”³⁶⁵ Desta forma, João Pinheiro, mesmo tendo por interesse principal o processo de industrialização, tornou-se referência nos processos de modernização da agricultura. Exemplo disso pode ser expresso no discurso do “ibérico” Governador Bias Fortes, em ocasião do 10 aniversário de fundação da ACAR, em 1959.

Não é de hoje, senhores, que os governantes mineiros se empregam à tarefa de redimir a nossa economia rural, dotando-a dos instrumentos

³⁶⁴ CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro. Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005. p. 65-67.

³⁶⁵ *Ibidem*. p. 68.

indispensáveis à sua plena expansão. Essa política de valorização do trabalho nos campos teve o seu momento mais feliz no governo do inesquecível João Pinheiro, paradigma de homem de estado que revolucionou a mentalidade dos nossos agricultores e pecuaristas, abrindo diante deles perspectivas de ação ainda de todos desconhecidas.³⁶⁶

Depois de caracterizar o período como de crise, caracterizado principalmente pela idéia de estagnação econômica do estado, João Pinheiro organizou em 1903 o Congresso Agrícola, Industrial e Comercial. Neste sentido, a idéia de recuperação econômica foi desenvolvida pelas elites mineiras com o intuito de empreender um plano de desenvolvimento econômico e social procurando evidenciar que o estado de Minas Gerais declinara economicamente após o ciclo do ouro. O século XIX, neste sentido, foi interpretado por uma idéia de “estagnação”, que, no comentário de Otávio Dulci, “surgia frequentemente por contraste com a imagem de um passado de riqueza e prestígio correspondente ao ciclo da mineração do ouro. Mas derivava igualmente de comparações desfavoráveis com o avanço econômico de outras áreas do país, particularmente São Paulo.”³⁶⁷

Nas décadas de 1930 e 1940 esta idéia fundamentou as ações de política econômica. Benedito Valadares, interventor nomeado por Getúlio Vargas entre 1933 e 1945, “foi responsável, em matéria de política econômica, pelo início de uma virada definitiva de Minas em direção à industrialização.” Desta forma, depois da crise de 1929, “o estado viu a necessidade de buscar novas fontes de riqueza, a mesma preocupação de João Pinheiro”³⁶⁸ e o Congresso de 1903. Valadares teve em sua administração o apoio do engenheiro Israel Pinheiro, filho de João Pinheiro. Israel iniciou sua carreira política em nível estadual quando tomou posse da Secretaria de Viação, Obras, Agricultura, Indústria e Comércio de Minas Gerais, nomeado por Valadares em 1934. Israel Pinheiro foi responsável pela divisão desta secretaria – uma de Viação e Obras Públicas e outra de Agricultura, Indústria e Comércio – e posteriormente organizou e presidiu a Companhia Vale do Rio Doce, a convite de Getúlio Vargas em 1942³⁶⁹.

³⁶⁶ Livro de Atas da Junta Administrativa da ACAR 1959-1970. Ata da quinquagésima - sexta reunião da Junta Administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Belo Horizonte, 16 de outubro de 1959.

³⁶⁷ DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. p. 39.

³⁶⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 69.

³⁶⁹ No entanto, em 1946, pouco antes da implantação do Plano de Recuperação Econômica do Governo de Milton Campos, foi eleito pelo PSD mineiro e participou da Constituinte de 1946. PINHEIRO FILHO, Israel. Prefácio. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Op. Cit. p. 8-9.

Neste sentido, de acordo com Otávio Dulci, a busca de novas fontes de recursos e as necessidades de desenvolvimento “foram inspiradas por duas imagens distintas da economia da região e de sua inserção no sistema nacional. Num primeiro momento predominou o projeto de uma economia altamente diferenciada, com uma agropecuária forte como base de uma indústria que se desejava dinamizar.” A idéia de especialização produtiva ganhou importância num segundo momento, quando “os esforços se concentraram na expansão da indústria, e dentro desta, no setor de produtos intermediários”. Segundo o autor, “eram dois projetos distintos, mas que não excluam um ao outro por completo” pois

Representavam, na verdade, duas possibilidades de desenvolvimento ligadas tanto a dinâmica da economia nacional (e, em outro plano, à do mercado internacional) quanto ao jogo político interno do próprio estado, na medida em que suas zonas possuem perfis produtivos heterogêneos, advindo daí, influências divergentes sobre formulação de políticas e a tomada de decisões. [...] o projeto de especialização é o que exprimia mais fortemente as características deste modelo e acabou por prevalecer.³⁷⁰

Desta forma, se o governo do interventor Valadares influenciou no processo de industrialização, um antigo opositor de Getúlio Vargas e eleito governador pela União Democrática Nacional (UDN), Milton Campos, deu continuidade a este processo quando em seu governo foi elaborado o “Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção”, em 1947. Este plano, ainda de acordo com Dulci,

Foi marco importante na trajetória da economia mineira, constituindo-se em parâmetro duradouro para a ação governamental, tal como ocorrera antes com o Congresso de 1903. Em termos substantivo, ele procurou uma síntese dos dois caminhos que haviam sido percorridos desde os anos 30, concebendo a modernização regional como projeto (econômico e social) que envolvia indústria e agricultura e devia alcançar, simultaneamente, a cidade e o campo³⁷¹.

A iniciativa do Governo Milton Campos tornou-se “a primeira experiência de macro-planejamento em escala regional no Brasil”. Este plano, “pelos suas orientações centrais, principalmente a ênfase na modernização equilibrada da indústria e da agricultura, traduzia o que se pode chamar de modelo udenista de modernização, em contraste com o modelo pessedista, que se concretiza em seguida com Juscelino Kubitschek.”³⁷² Para Dulci,

³⁷⁰ DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. p. 38

³⁷¹ Ibidem. p. 78.

³⁷² Ibidem. p. 78.

O paradigma de diversificação econômica pressupunha a articulação entre agricultura e indústria, que se exprimia, entre outras coisas, pelo apoio à agroindústria e a ramos industriais (como o têxtil e o alimentício) processadores de insumos agropecuários. A alternativa da especialização industrial, por sua vez, rompia o elo básico que vinculava os dois setores produtivos. Isto alterava, em consequência, as bases tradicionais do consenso. O tratamento estanque da cidade e do campo adotado por Kubitschek (como governador e como presidente) servia, a nosso ver, para equacionar as eventuais objeções à estratégia de especialização industrial. A contrapartida do industrialismo era o respeito às regras implícitas do ‘pacto agrário’, segundo o qual o campo seria conservado como espaço privado, garantindo-se sobre ele o direito e o poder dos proprietários. Esta concepção dualista da relação campo/cidade, embora mais nítida em Kubitschek, não era apenas uma visão pessoal sua: constitui um ingrediente central do que chamaríamos de projeto pessedista de modernização, que se diferenciava neste ponto do projeto udenista. Ao contrário do PSD, a UDN deu considerável ênfase programática à modernização do campo e à dinamização da estrutura agrária, numa linha que evoca o ideal toquevilliano de democratização da propriedade privada. Uma das razões para isto, além do ethos de classe média que permeava o partido, seria a menor influência que nele exercia o setor latifundiário em comparação com os interesses rurais mais modernos, de cunho empresarial³⁷³.

Se o argumento de Dulci diferencia os modelos de desenvolvimento udenista e pessedista, a criação da ACAR representou uma continuidade entre o governo de Milton Campos (UDN – 1947-1950) e de Juscelino Kubitschek (PSD – 1951-1955), que nacionalizou o programa quando Presidente (1956-1961). Para o agrônomo e extensionista José Paulo Ribeiro, o responsável pela continuidade do programa foi João Napoleão de Andrade que teria convencido o governador Juscelino Kubitschek: “no início de seu mandato, o governador Kubitschek, por influência de pessoas ou grupos, estava por decidir se acabava ou não com a ACAR.” Desta forma, “antes de tomar a decisão final chamou ao Palácio da Liberdade o seu amigo de partido, João Napoleão de Andrade, com amigos nos Estados Unidos, explicando-lhe o que pensava e solicitando que o mesmo estudasse o assunto.” Durante a Guerra, Andrade esteve nos Estados Unidos, em função de que sua família era exportadora de cristal de rocha e, “durante sua estada naquele país, teve a oportunidade de conhecer o serviço de extensão rural e outros serviços de apoio à agricultura, pois, como fazendeiro no município de Sete Lagos, estava interessado no assunto.” Diante das considerações do emissário João Napoleão de Andrade, Kubitschek teria não somente continuado o programa ACAR, mas apoiado totalmente a iniciativa.³⁷⁴

³⁷³ Ibidem. p. 143.

³⁷⁴ RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 101.

Mais do que uma iniciativa isolada, é preciso pensar que a permanência da ACAR se conciliava com os projetos das duas correntes políticas. Isto porque a agência mineira evidenciava um tom conciliador entre os dois projetos: se para os udenistas os programas da AIA desenvolvidos em Minas Gerais representavam a modernização da agricultura e uma relação que poderia tornar-se mais “empresarial”, no sentido de que o produtor rural passaria cada vez mais a diversificar a produção, para os pessedistas estes programas não alterariam a estrutura agrária. Se o programa extensionista nasceu em relação com os pequenos agricultores, na década de 1960, por exemplo, a Extensão Rural passa a ser utilizada como instrumentos dos grandes proprietários.

A contribuição mais expressiva para a formulação de uma política econômica no governo Milton Campos foi do Secretário da Agricultura, Américo Giannetti, empresário e, assim como João Pinheiro, engenheiro formado pela Escola de Minas de Ouro Preto e fundador da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG). Desta forma, a formulação deste Plano se iniciou com “a criação de um Conselho Técnico da UDN durante a convenção que lançou a candidatura de Milton Campos ao governo.”³⁷⁵

Assim como no período Valadares (1933-1945), a predominância da indústria de base (siderurgia) em conciliação com o setor agrário foi a tônica do processo que continuou com Milton Campos, “a não ser por ter equilibrado a ênfase na industrialização e na modernização agrícola.”³⁷⁶ A atuação política do Governo Milton Campos, especialmente com a marca impressa por Giannetti e a manutenção de técnicos de carreira em sua equipe, não representou um rompimento com as iniciativas de industrialização abordada pelos pessedistas. O próprio Giannetti expressou a idéia do equilíbrio entre industrialização da agricultura em seu discurso de posse na Secretaria de Agricultura em 1947. Neste sentido, a industrialização seria a maneira de alcançar o progresso econômico, mas que, nas palavras do próprio Giannetti, “esse desenvolvimento industrial deve-se processar em harmonia com o das demais atividades produtoras, agricultura e pecuária, para assegurar sua independência econômica, aumentar a sua renda e valorizar o seu trabalho”³⁷⁷. Em outras palavras, se a perspectiva do plano era, de alguma forma, inovadora,

³⁷⁵ DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. p. 78

³⁷⁶ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit. p. 70-71.

³⁷⁷ Conforme citado por DELGADO, Ignácio G. A “independência econômica de Minas Gerais”: Imagens do Discurso do Empresariado Mineiro nos anos 40 e 50. *Locus – Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1995. Vol 1. Nº 1. p 03.

Quanto às ações específicas para realizá-la, o plano de 1947 aproveitava em grande parte as experiências prévias, os estudos já efetuados pelos antecessores e as iniciativas que eles haviam tomado. Não houve, em suma, ruptura com o passado, mas uma mudança de escopo. Este é um dado significativo para apoiar a hipótese de convergência estratégica das elites da região em torno do objetivo de superação do seu atraso econômico.³⁷⁸

No discurso das lideranças industriais, ligadas à FIEMG, a intensificação da venda dos produtos da indústria extrativa e manufatureira, bem como da lavoura seriam uma maneira para conseguir, em troca, maquinário tanto para a indústria quanto para a agricultura. Desta forma, é preciso destacar que a racionalização da produção agrícola pôde ser constatada ainda no discurso de posse de Giannetti na Secretaria da Agricultura e reafirmada por empresários em documento assinado por diretores da FIEMG³⁷⁹, em 1947, antes mesmo de Nelson Rockefeller e da AIA ter iniciado seu acordo em Minas Gerais.

O plano foi construído de acordo com as orientações da campanha eleitoral de Milton Campos: “desenvolvimento industrial e agrícola, incorporando as vertentes econômica e social.”³⁸⁰ O diagnóstico que amparava o plano considerava que “a vulnerabilidade de Minas era associada a condições geográficas e ecológicas particularmente desvantajosas – sua posição mediterrânea, sem livre acesso ao mar; dispersão das suas atividades econômicas, carecendo de um centro de gravidade; as dificuldades de comunicação interna; a precariedade do solo cultivável”. Nesse sentido, o plano de modernização partia de um “diagnóstico do atraso”³⁸¹.

Jack Siqueira, em estudo sobre as estratégias de desenvolvimento econômico em Minas Gerais refere-se ao Plano de Recuperação Econômica afirmando que o mesmo “reconhecia que não se podia esquecer do homem, quando perguntava: que adianta atacar os problemas transcendentais da indústria, se o homem subalimentado perder sua eficiência?”³⁸² Assim, dentro dos projetos de recuperação do solo, o próprio Plano garante que “não será possível firmar em bases sólidas a produção agrícola enquanto o agricultor não compreender a necessidade de regenerar as terras. Para isto o ensino

³⁷⁸ DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. p. 78.

³⁷⁹ O documento da FIEMG ainda afirma que “A industrialização concorre para uma efetiva melhoria de padrão de vida, possibilitando maiores salários reais, entretanto isso não poderá ser atingido sem que agricultura esteja em condições de atender ao aumento da procura de seus produtos.” DELGADO, Ignácio G. Op. Cit. p. 04.

³⁸⁰ DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. p. 80.

³⁸¹ Ibidem. p. 81-82.

³⁸² SIQUEIRA, Jack. Op. Cit. p. 63.

técnico e profissional, relacionado com a indústria e as atividades agrárias, deve ser posto em grande relevo.”³⁸³

Neste sentido, uma das medidas do Governo Milton Campos foi a introdução do projeto de Ensino Agrário Ambulante/Missão Médica Censitária “que consistia no envio de equipes interprofissionais a diversas zonas do estado, por comboios ferroviários e rodoviários, com a finalidade básica de prestar assistência técnica e sanitária as comunidades de pequenos produtores.” Esta atividade estava de acordo com o plano de 1947, pois procurou “uma solução que integrasse a política agrícola (voltada para o desenvolvimento econômico e tecnológico) com a política social (voltada para a modernização do meio rural)”³⁸⁴.

Já em parceria com a AIA, outra experiência do governo Milton Campos consistiu na criação de uma agência orientada a lidar com os assuntos relacionados à agricultura e que atraísse capital privado e público para sua consolidação. Esta agência, a ACAR, criada em 08 de dezembro de 1948, foi fruto do convênio estabelecido entre o governo mineiro e a AIA. Embora para muitos autores³⁸⁵ exista uma espécie de narrativa mítica, apontando que Nelson Rockefeller teria se interessado por Minas Gerais ao saber que as favelas cariocas eram, em sua maioria, composta por migrantes daquele estado bem como dos estados nordestinos, outros fatores se colocam para entender a instalação de projetos da AIA no estado.

Como foi debatido, Minas Gerais estaria empreendendo uma política de industrialização e iniciara, há pouco, projetos de modernização da agricultura e melhoria das condições sociais do meio rural. Em outras palavras, a iniciativa da AIA não era de todo estranha, tendo em vista que, em 10 de dezembro de 1947, foi promulgada a Lei n. 29, que autorizava “o Governo do Estado de Minas Gerais a emitir apólice do Tesouro do Estado para possibilitar a intensificação da produção agropecuária e a melhoria das condições econômicas e sociais da vida rural”. Desta

³⁸³ Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção. Apud. SIQUEIRA, Jack. Op. Cit. p. 64. Conforme argumenta Dulci, finalizada a Guerra a retomada da produção agrícola em Minas Gerais era entendida como central para os grupos dirigentes: “A experiência dos anos de guerra foi de escassez de oferta e alta do custo da vida. Além do mais, a desarticulação dos fluxos comerciais provocada pelo conflito mundial havia bloqueado o esforço despendido pelo o governo de Minas, nos anos 30, para dinamizar a economia regional com base na agricultura e na agroindústria. Seria, portanto de se esperar que, uma vez superada a fase crítica, ocorresse novo impulso nesta direção. Mas não uma volta ao passado, pois a meta da industrialização já estava bem assentada. O que se tentou foi um modelo de articulação do crescimento da agricultura e da indústria que procurava equacionar o problema do atraso econômico em termos de equilíbrio estrutural entre a cidade e campo”. DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. p. 86.

³⁸⁴ DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. 87.

³⁸⁵ Ver os trabalhos de RIBEIRO (1999), DALRYMPLE (1968), REICH (1995)..

forma, foi “com base nesta lei o Governo Estadual encontrou meios para firmar o convênio com a American International Association.”³⁸⁶ Neste sentido, a intenção da promulgação desta lei não se constitui num fato isolado, tendo em vista que o estado de Minas Gerais iniciara um projeto de recuperação econômica décadas antes.

Se Minas Gerais, por um lado, forneceria as condições ideais para a implantação deste projeto, por outro, a AIA tinha como objetivo estabelecer experiências na constituição de instituições que promovessem a modernização da agricultura. Os contatos com o governo mineiro para estabelecimento da agência que veio a ser conhecida como ACAR podem ter sido iniciados por meio do engenheiro agrônomo Antônio Secundino de São José, formado em Viçosa e criador da Agroceres. Antônio Secundino foi “colega de turma do engenheiro agrônomo Paulo Pena de Salvo, que veio a ser o primeiro presidente da junta administrativa da ACAR.” Desta forma, conforme afirma o engenheiro agrônomo José Paulo Ribeiro, “o Dr. Secundino transitava bem na AIA e no IBEC e, provavelmente, contribuiu para que a primeira viesse a ser instalada em Minas Gerais, uma vez que sua unidade de produção de milho híbrido, na época, localizava-se cidade de Ubá, na zona Mata daquele Estado.”³⁸⁷

Por outro lado, Nelson Rockefeller, seus irmãos David e Lawrence, este tesoureiro da AIA, estiveram no Rio de Janeiro por volta de 1948. Conforme Walter Crawford contaria mais tarde, a esposa de um advogado conhecido dos norte-americanos, José Nabuco, viria para Minas Gerais com o objetivo de realizar algumas atividades neste estado, sendo acompanhada por todos, e posteriormente também por John B. Griffing. Um destes norte-americanos, “era ligado a um banqueiro, que era bem relacionado com o governo.” Griffing estabeleceu contato com José Barbosa de Melo Santos, primo do governador Milton Campos. A partir daí, rememora Crawford, “ficou decidido, mais ou menos, um programa como a ACAR, que iria ser um programa de crédito supervisionado, levando de um lado conhecimentos técnicos e, por outro lado, uma linha de crédito ao pequeno agricultor.”³⁸⁸

Desta forma, os acordos entre Nelson Rockefeller e o Governo do Estado de Minas Gerais não podem ser pensados apenas por uma iniciativa isolada. Minas Gerais iniciara um processo de desenvolvimento econômico décadas antes, com o intuito de

³⁸⁶ PAULA, José Alfredo Amaral de. **Fatos históricos da ACAR, pesquisados pelo Eng. Agr. José Alfredo Amaral de Paula, Coordenador do Projeto Memória da Emater-MG.** Belo Horizonte: EMATER, [s.d]. (texto inédito). p. 01

³⁸⁷ RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 58.

³⁸⁸ CRAWFORD, Walter. Op. Cit. p. 05-06.

“recuperar” sua posição de destaque nacional. Ainda assim, apesar das confluências, o acordo não resultou de um processo sem resistências. Euclides Gonçalves Martins, que se juntou a ACAR em 1949, relatou que o início do trabalho da ACAR, na realidade, não foi unânime. De acordo com Martins, a empresa norte-americana de exploração do alumínio, Alcoa, teria causado problemas de ordem financeira à empresa do Secretário da Agricultura de Minas Gerais, Américo Gianetti, também empresário do ramo de alumínio: “havia problemas com a Secretaria da Agricultura que não aceitava o nosso programa, porque o Gianetti, que era Secretário da Agricultura, tinha uma indisposição com a Alcoa, que era ligado ao alumínio.” Giannetti, neste sentido, “ficou aborrecido, por causa disso, [a gente] ia lá conversar com ele e a resposta que recebia era que ele não queria falar com americanos. Então fomos obrigados a procurar a Secretaria da Fazenda, em que estava o Magalhães Pinto.”³⁸⁹

João Napoleão de Andrade concorda com este ponto de vista afirmando que Gianetti

Era Secretário da Agricultura e era contra os americanos! De maneira que, na Secretaria da Agricultura não precisava contar com eles, pois eles não iam. Mas o Magalhães era entusiasta, compreendeu isso logo e indicou o Paulo [Penna de] Sálvio para a Presidência, que era amigo dele, e que mandou que o Afonso Paulino, que era Presidente da Caixa Econômica, nesse tempo, fizesse o financiamento para os assistidos da ACAR, porque falaram em assistência e crédito rural supervisionado e crédito orientado, mas mandaram para o Banco Mineiro da Produção fazer, e o pessoal desse Banco era contrário aquilo e ‘embrulharam’ o Crawford mais de um ano, quase dois.³⁹⁰

No entanto, nas lembranças do próprio Crawford, diretamente envolvido nas negociações, o afastamento da Secretaria da Agricultura era esperado. Em sua conversa com o secretário de Agricultura, ao lado de John Griffing, concordaram que não caberia à secretaria o desenvolvimento do projeto nos moldes em que vinha sendo pensado, com ênfase no crédito. Quando Crawford começou a “expor as idéias”, “pouco tempo depois o Secretário do Dr. Giannetti olhou para mim e disse que aquele não era negócio dele, e que seria melhor que fôssemos falar com o Magalhães Pinto.”³⁹¹

É possível pensar que o primeiro programa implantado pela Secretaria de Agricultura, o Ensino Agrário Ambulante tenha sido realizado de acordo com os moldes do Plano de governo de 1947 e, de certa forma, por alguns anos concorreu com a

³⁸⁹ CRAWFORD, Walter. Op. Cit. p. 09. Esta intervenção é de Euclides Martins.

³⁹⁰ ANDRADE, João Napoleão de. p. 15.

³⁹¹ CRAWFORD, Walter. Op. Cit. p. 10.

ACAR. O programa de ensino, implantado de forma independente, sem a associação com a AIA, “tomou corpo, alcançado grande número do território, e se popularizou”. Otávio Dulci chega a considerar que este sucesso tenha sido “talvez o principal fator da receptividade ao nome de Giannetti no interior quando lembrado para concorrer ao governo estadual em 1950.”³⁹² No entanto, ao longo do tempo, a iniciativa de Nelson Rockefeller e que contou com o apoio de Magalhães Pinto prevaleceu, sendo adotada como modelo para políticas nacionais no governo de Juscelino Kubitschek.

Na composição de uma Junta Administrativa para orientar as ações da ACAR, a negociação envolveu a participação de dois membros brasileiros, dois norte-americanos e mais um indicado pela AIA. Desta forma, a idéia era iniciar um trabalho com direção de um técnico norte-americano e, com o passar do tempo, os técnicos brasileiros se tornariam responsáveis pela orientação do processo. Desta forma, o primeiro Diretor Executivo (equivalente ao cargo de Presidente) da ACAR, foi Walter Lion Crawford (entre 21/12/48 e 05/03/53), indicado pela AIA e aceito pelo governo de Minas Gerais. Sobre sua escolha, Mr. Crawford afirmou:

Simplesmente fui escolhido pelo Sr. Hudgens, que foi o primeiro Diretor da AIA. Primeiramente fui à Venezuela, em janeiro de 1948, e mais ou menos no começo de outubro ou fins de setembro do mesmo ano, fui chamado para vir ao Brasil para tomar os passos iniciais sobre a ACAR. Ninguém sabia se seria algo provisório ou permanente.³⁹³

Na primeira junta administrativa da ACAR, a presidência ficou a cargo do Engenheiro Agrônomo e Fazendeiro Paulo Penna de Salvo. O advogado e fazendeiro José Barbosa de Melo Santos, primo do Governador Milton Campos, também fez parte da primeira junta administrativa. Os outros membros eram norte-americanos: o próprio Walter Crawford, o agrônomo John B. Griffing, e o advogado e consultor do IBEC no Brasil, Willian H. Alton³⁹⁴. De acordo com Otávio Dulci, a ACAR foi viabilizada pela

Participação ativa das Escolas de Agricultura de Viçosa, instituição orientada desde sua origem para a meta da modernização rural, tal como concebia o governo de Minas e a AIA ao fundarem a ACAR – ou seja, aumento da produtividade por meio da disseminação e de novas técnicas e insumos, conjugado a promoção de mudanças socioculturais no campo, como alternativa a políticas mais radicais de reforma agrária. Desde 1930 praticava-se em Viçosa extensão rural sistemática, em moldes norte

³⁹² DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. p. 87.

³⁹³ CRAWFORD, Walter. Op. Cit. p. 01.

³⁹⁴ Ver RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 241 e 236, respectivamente.

americano. Mais tarde foi ali instituído o serviço de extensão, que passou a funcionar com estreita ligação com a ACAR.³⁹⁵

Nos primeiros três anos, através de acordo, tanto a AIA quanto o Governo do Estado de Minas Gerais se propuseram a investir US\$ 225.000,00 por entidade, totalizando US\$ 450.000,00 até 1951, que seriam investidos em projetos de melhoramento da atividade agrícola por meio da promoção de Crédito Supervisionado. No entanto, a renovação do convênio por um tempo maior, não passaria de 1961, provavelmente com a justificativa de que o “automelhoramento” pudesse ser levado adiante pelos próprios governantes brasileiros.

Em resumo, em uma década e meia de acordo, foram investidos os seguintes valores: entre 1949 e 1951, a AIA investiu \$75,000 anuais, e o governo de Minas Gerais investiu respectivamente Cr\$ 467,500, Cr\$ 1,400,000 e Cr\$2,337,500. No segundo acordo de cooperação técnica, em vigência entre 1952 e 1954, a AIA investiu \$75,000 no primeiro ano, \$60,000 no segundo e \$45,000 em 1954. O governo mineiro, por sua vez, investiu progressivamente Cr\$ 4,000,000, Cr\$ 5,000,000 e Cr\$ 6,000,000, uma vez que o contrato inicial previa o aumento gradativo da contribuição do governo local. Também, no acordo renovado para o biênio 1955 e 1956, a AIA investiu um total de \$75,000, sendo \$45,000 em 1955 e \$30,000 em 1956, enquanto o governo mineiro investiu Cr\$ 16,000,000 no primeiro ano e Cr\$ 19,000,000 no ano seguinte. Neste período o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) contribuiu com \$ 27,000. Desta forma, no período entre 1949 e 1956, a AIA investiu \$ 480,000 em técnicos e programas para o Estado de Minas Gerais com a atuação da ACAR³⁹⁶. No início dos anos sessenta, a contribuição do governo do estado aumenta para 76% do orçamento da ACAR³⁹⁷.

A atuação da ACAR variou de uma área inicial correspondente a 1,71% do estado em 1949/50, aumentando para 13,60% em 1958/59. De forma correspondente, de 15 técnicos “de campo” em 1949/50, a associação passou a contar com 228 em 1958/59³⁹⁸. Em 10 anos, foram emprestados CR\$ 166.414.440,00 e, segundo dados da

³⁹⁵ DULCI, Otávio Soares. Op. Cit. p. 88.

³⁹⁶ From Walter L. Crawford to The Board of Directors of AIA. Subject: Grant to AIA from Rockefeller Brothers Fund for Brazil Program. 06 de Janeiro de 1956. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 01; Folder: 7B, AIA Brazil. p. 02.

³⁹⁷ MINAS GERAIS. ACAR. Programa para o ano agrícola 1959/60. Belo Horizonte, 1962. p. 06.

³⁹⁸ MINAS GERAIS. ACAR 1959. Dez anos a serviço do povo rural mineiro. Belo Horizonte, 1959. p. 13 e 17, respectivamente.

instituição, em 1957, 99,10% dos empréstimos eram devolvidos³⁹⁹. De acordo com seus dados, dos CR\$ 120.344,640,00 vencidos para o momento, CR\$ 119.515.449,00 haviam sido recebidos⁴⁰⁰.

Neste sentido, a discussão mais específica neste momento é interpretar como os programas introduzidos pela AIA neste período, o extensionismo e o crédito supervisionado, foram desenvolvidos dentro de uma lógica de retomada das “velhas ideologias” e procuraram se adequar à realidade do meio rural paulista e mineiro. Inicialmente, o programa escolhido para a atuação da AIA no interior paulista foi a Extensão Rural, por intermédio de John B. Griffing e os técnicos brasileiros Marcos Pereira e Líneo Brassoloto. Por outro lado, em Minas Gerais, o crédito supervisionado foi inspirado nos programas desenvolvidos nas décadas de 1930 e 1940 nos Estados Unidos, mais especificamente sob a orientação da FSA. Em 1952, no entanto, a ACAR adotou o extensionismo e, mais tarde, serviu como modelo para sua nacionalização.

4.3. A atuação da ACAR em Minas Gerais: uma experiência de síntese entre o crédito supervisionado e extensionismo rural

Ao contrário de São Paulo, em que predominou o extensionismo, nos primeiros anos de acordo com a AIA, Minas Gerais adotou os programas de crédito e assistência. Este tipo de programa começou a ser desenvolvido nos Estados Unidos, na década de 1930, gerando a *Farm Security Administration* (FSA). Por isso, é importante retomar o contexto norte-americano e acompanhar o intenso debate sobre a agricultura no país realizado naquele momento. Vale adiantar que alguns dos envolvidos na AIA e na implantação da ACAR, participaram da criação dos programas de crédito e assistência neste contexto. Este é o caso de James Maddox, que, depois de ser administrador assistente da FSA, juntou-se à AIA. Em um exemplo mais diretamente ligado a ACAR, Walter Crawford trabalhou na FSA em Little Rock⁴⁰¹, nos Estados Unidos até 1943.

Robert Hudgens era um investidor que desenvolveu uma organização privada na década de 1930 com o intuito de dar assistência técnica e financeira à população não-

³⁹⁹ MINAS GERAIS. ACAR. Relatório 1956/57. Belo Horizonte, [1957] p. 05.

⁴⁰⁰ MINAS GERAIS. ACAR 1959. Dez anos a serviço do povo rural mineiro. Op. Cit. p. 13-17.

⁴⁰¹ Crawford nasceu em Bryant, Arkansas, e juntou-se à AIA em 1948. Suas pesquisas iniciais foram sobre programas de reabilitação rural na Venezuela. Antes disso, Crawford trabalhou no Paraguai e Haiti para o Institute of Inter-American Affairs. Mais tarde, na década de 1950, tornou-se vice-presidente da AIA no Brasil

proprietária, bem como aos trabalhadores rurais desempregados no estado da Carolina do Sul. Suas idéias, escreveu a historiadora Darlene Rivas, serviram como modelo para a consolidação da *Resettlement Administration* (RA)⁴⁰², que seria absorvida mais tarde pela FSA, considerada pela historiadora como “a mais ideológica agência do New Deal”. Os agente da FSA eram notórios pelo combate ao “racismo sulista”, o *agricultural establishment* e o “facismo nativo Americano”⁴⁰³.

Pode-se dizer que a FSA surgiu a partir da inabilidade do RA⁴⁰⁴ em trabalhar com os arrendatários e da ascensão do debate sobre os trabalhadores rurais em diversos setores da opinião pública norte-americana (grupos de igrejas, liberais, socialistas, líderes extenionistas, políticos) durante os anos de 1935 e 1936. Roosevelt teria solicitado a seu Secretário de Agricultura, Henry Agard Wallace, que preparasse um relatório sobre a situação de arrendatários. Estas eram sugestões que deveriam ser antecipadas à proposição de uma nova legislação que estava para ser escrita. Wallace acreditava, juntamente com seu colega Rexford Guy Tugwell, que o *Natural Resources Committee* poderia fornecer um relatório sobre esta situação⁴⁰⁵.

Desta forma, Tugwell organizou diversas audiências públicas – *Committee Hearings* – que serviram de palco onde diversos grupos organizados debateram e apresentaram suas posições sobre as dificuldades enfrentadas pela agricultura nos Estados Unidos. Na concepção de Tugwell toda ação deveria ser precedida por pesquisa e análise. Desta forma, o uso da razão estaria a requerer investigação e educação. A

⁴⁰² Em 1933, Roosevelt assinou um decreto visando reunir todas as agências de crédito dentro do *Farms Credit System*, incluindo todas as funções, poderes, fundos das agências federais então existentes. Entre 1935 e 1936, Tugwell ficou à frente do “Resettlement Administration” (RA), agência federal criada pelo New Deal que tinha por objetivo promover pequenos empréstimos emergenciais e restauração em solos com erosão, mas, principalmente, o reassentamento de trabalhadores rurais destituídos de suas terras durante o período da Depressão. Antes disto, em 1916 o Presidente Wilson assinou o “Federal Farm Loan Act”, iniciando o envolvimento federal com o Crédito Agrícola. Em 1918, com o *Emergency Crop and Seed Loans*, o Congresso norte-americano também poderia disponibilizar alimentos, sementes e fertilizantes para *farmers* que enfrentaram períodos de enchentes ou seca ou mesmo àqueles que não tinham acesso a outras formas de crédito. Dentro destas novas medidas adotadas nos tempos do New Deal, o chefe do *Farms Credit Administration* poderia autorizar uma quantia maior de fundos, sendo que o Secretário da Agricultura determinaria as áreas em que os fundos seriam investidos. UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. FARMERS HOME ADMINISTRATION. A brief history of Famers Home Administration. Washington DC, 1989. p. 02.

⁴⁰³ RIVAS, Darlene. **Missionary capitalist**. Nelson Rockefeller in Venezuela. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002. p. 142. Rexford Twgwell, um dos responsáveis pela discussão que gerou a passagem da RA para a FSA era, por exemplo, chamado de Rexford “The Red” Tugwell, ou seja, “o vermelho”, em alusão ao comunismo.

⁴⁰⁴ Nestes tempos, uma das críticas ao RA é que este não recebia o capital que investia, embora Tugwell insistisse em demonstrar que 76% do que era investido era devolvido pelos produtores. STERNESHER, Bernard. Op. Cit.

⁴⁰⁵ SALOUTOS, Theodore. **The American farmer and the New Deal**. Ames: The Iowa University Press, 1982. p. 164-165.

ação seria evolucionária apenas se amparada pela educação, que por sua vez, seria precisa apenas se refletisse a Democracia, pautada na concordância entre meios e fins definidos por meio do voluntarismo e consenso⁴⁰⁶. Seguindo estes princípios, Tugwell organizou as audiências públicas para direcionar as ações de crédito naquele momento.

Se a organização destes comitês se colocava numa postura de ouvir os agentes envolvidos com as questões agrícolas nos Estados Unidos, os debates, no entanto, refletiam os interesses diversos, desde a manutenção do *status quo* até a aproximação com teorias biologizantes e racistas. No primeiro caso, uma associação – o *National Committee on Rural Social Planning* (NCRSP) – sugeriu que os arrendatários deveriam ser organizados para trabalhar em comunidade, pois se no Sul eles se tornassem proprietários os Estados Unidos corriam o risco de retroceder aos tempos da tração animal.

Para o Sociólogo de Harvard Carle C. Zimmerman, um dos representantes do NCRSP, programa de posse para os arrendatários não eliminaria os arrendatários. No seu argumento, o arrendamento não estava associado à pobreza – embora no estado do Tennessee as terras menos produtivas não estivessem destinadas aos arrendatários –, mas as flutuações dos preços de mercadorias agrícolas e a habilidade individual de emprestar dinheiro, entre outras questões, poderiam tanto transformar um proprietário em arrendatário, como o inverso⁴⁰⁷.

Se a questão social era expressa como uma das condições das dificuldades enfrentadas pelos arrendatários, para outros grupos, no entanto, os fatores raciais e biológicos poderiam interferir. C. E. Brehm, Diretor do Serviço de Extensão do Tennessee, refletiu, nas palavras do historiador Theodore Saloutos, o sentimento da estrutura de poder. Para Brehm, existiriam fatores mentais e físicos na habilidade de gerenciamento e outras qualificações que explicariam porque alguns se tornam proprietários e outros continuam como arrendatários⁴⁰⁸. Rupert B. Vance, do *Institute*

⁴⁰⁶ STERNISHER, Bernard. Op. Cit. p. 376. Esta proposição seria de 1936. A filosofia de Tugwell, expressa em seu livro *The Industrial Discipline* de 1933, às portas do *New Deal*, rejeitaria a imposição de programas baseados na utilização da força, que, somada à elevação da razão tentaria diferenciar-se do pensamento radical, colocando-se no campo dos *evolutionary liberals*. Diferenciando-se de “deterministas econômicos” e do “materialismo dialético”, Tugwell apoiava-se na influência de Taylor, tendo a *eficiência* como o principal objetivo, o *planejamento* como a maneira de alcançar este objetivo (Patter e Veblen) e a *experimentação* como técnica de planejamento (Dewey, com quem teve contato em Columbia). Desta forma, Tugwell explicava que os homens evoluem, ascendem devagar, mas vencendo determinados estágios. Desta elevação à razão, evoluiriam os homens para a Democracia. Ibidem. p. 370-376.

⁴⁰⁷ SALOUTOS, Theodore. Op. Cit. p. 173.

⁴⁰⁸ Ibidem. p. 173.

for *Research in Social Science*, da University of North Caroline, apresentou o argumento de que, se os produtores negros tornassem-se proprietários nas áreas em que constituíam entre 70 e 90% da população, geraria uma evacuação da população branca destes territórios. Estes *White Landlords* quando chegaram nos Estados Unidos, argumentava Vance, permaneceram neste espaço exercitando seus domínios. Se privados destas funções, eles prefeririam abandonar estes lugares para se auto-governarem ou serem governados pelo estado⁴⁰⁹.

Por sua vez Mary McLeod Bethune, representante dos trabalhadores negros dos estados do sul, defendeu que uma ajuda federal era necessária para que 700.000 negros no Sul do país tivessem oportunidades de se tornarem proprietários ou incluídos como parte um programa de reabilitação. Desta forma, propunha que suporte federal se desse por intermédio de escolas, extensão agrícola, clubes de juventude rural, cooperativas, bibliotecas e clínicas de saúde⁴¹⁰. Já M. Katherine Bennett, vice-presidente do *Council of Woman for Home Missions*, ressaltou a importância do Governo em assumir a responsabilidade financeira pelos trabalhadores migrantes do Pacífico que, mal estabelecidos, eram sub-pagos e suas crianças eram impedidas de freqüentar a escola⁴¹¹

Após este intenso debate público, em dezembro de 1936, Wallace anunciou que a RA foi transferida para a USDA⁴¹². No ano seguinte, com a aprovação do *Bankhead-Jones Act*, a RA passou a fazer parte da FSA e foi anunciado o estabelecimento de empréstimos com o objetivo de transformar arrendatários em proprietários. Mesmo que a maioria dos integrantes da RA tenha se transferido para a FSA, as ações desta foram reorientadas: enquanto o RA estava mais para uma massiva realocação de arrendatários, o FSA estava dedicada a empréstimos, com uma atuação crescente com passar dos anos⁴¹³ até transformar-se em 1943 na *Farmers Home Administration* (FmHA)

⁴⁰⁹ Ibidem. p. 173.

⁴¹⁰ Ibidem. p. 174

⁴¹¹ Ibidem. p. 174

⁴¹² Will Alexander ficou à frente do trabalho organizado por Rexford G. Tugwell, e muitos que estavam no RA saíram. Em 13 de fevereiro de 1937 o “Committee of Farm Tenancy” submeteu ao Presidente Roosevelt seu relatório, que três dias após falou ao Congresso que os propósitos de ascendência de um arrendatário para um proprietário estavam próximos. A aprovação do Bankhead-Jones Act demonstrou, entretanto, pequena simpatia por atividades cooperativas ou coletivas nos círculos administrativos, de acordo com Saloutos. Ao mesmo tempo, os debates políticos colocaram que era necessário que uma propriedade não fosse tão pequena ao ponto daqueles que fizessem empréstimo deixarem-no de pagar. SALOUTOS. Desta forma, entre 1937 e 1942 passou a vigorar o “Farm Security Administration” (FSA), garantida pela verba do Bankhead-Jones Act. Todos ficaram atentos a um possível ataque da AFBF e do Extension Service, mas Will Alexander sentia que a RA teria suporte de Wallace e de Milton Eisenhower. Por outro lado, Grover Hill, “Assistant Secretary of Agriculture” se opôs à incorporação, colocando a RA em constante vigilância. Ibidem. p. 175-176.

⁴¹³ Ibidem. p. 178

De acordo com Kirkendall, a tradição do agrarianismo teria sido retomada pela FSA, enfatizando suas ações entre a *farm family*, (seja arrendatária, seja pequena proprietária). que precisassem de empréstimos, auxílio financeiro, orientação e outras formas de ajuda para manter e melhorar as fazendas. Este era o objetivo do maior programa da FSA, o *Rehabilitation Program*. Outro, o *Tenant Purchase Program* (TPP), o segundo maior, auxiliava os arrendatários e trabalhadores a comprar e desenvolver fazendas próprias⁴¹⁴ Uma vez estabelecido o perfil dos agricultores que seriam beneficiados, os programas de crédito puderam ser estabelecidos. Em setembro de 1937, o papel do TPP era emprestar \$ 10 milhões até 30 de junho de 1938 para os arrendatários e meeiros considerados qualificados⁴¹⁵.

Voltando ao caso brasileiro, podemos ver que uma das maiores dificuldades para a implantação das ações da ACAR foi exatamente o estabelecimento do seu público alvo. Possivelmente Mr. Crawford precisou respirar fundo e pedir paciência aos demais membros da Junta Administrativa da ACAR, fossem eles brasileiros ou norte-americanos: “A todo [o] momento lembram-me que a paciência é considerada a maior virtude no Brasil e eu gostaria de sugerir que os que nos criticaram se exercitassem nessa virtude e nos dessem tempo suficiente”⁴¹⁶, diria, naquele maio de 1949 em reunião da referida Junta Administrativa. Contudo, de forma diferente do TPP nos Estados Unidos, este norte-americano não havia precisado justificar de forma tão rápida a não concessão de crédito aos agricultores em outros países quanto no Brasil. Afinal, decorriam neste momento apenas seis meses do início do programa mineiro.

A dificuldade de conceder crédito aos agricultores não estaria, inicialmente, esbarrando em falta de recursos, mas na definição de um público alvo: quem seriam os beneficiados? Se a experiência norte americana da década anterior era bem sucedida e conhecida, sua transposição para o caso brasileiro não era simples. Pensando a partir do

⁴¹⁴ KIRKENDALL, Richard. Op. Cit. p. 99. A sugestão de que o FSA teria bases agrarianistas é de GRISWOLD, A. Whitney. **Farming and democracy**. New York: [s.l.], 1948.

⁴¹⁵ SALOUTOS, Theodore. Op. Cit. p. 177. Mas em junho de 1938, 1879 empréstimos foram feitos, num total investido de \$ 9 milhões. Para Wayne Rasmussen, durante a atuação da “Farm Credit Administration”, sucessora da FSA e antecessora da FmHA, existiam comitês de ajustamento dos débitos, inicialmente voluntários e que se tornaram leis, voltados para a “persuasão” dos *farmers* e àqueles que forneciam empréstimo, para reajustar suas relações. Desta forma, em alguns casos os fornecedores de empréstimo estavam dispostos a diminuir os débitos iniciados em tempos de alta dos preços, renegociar os prazos de pagamento, onde os comitês auxiliavam aos *farmers* a continuarem trabalhando. Em alguns casos, arrendatários poderiam ser selecionados pelos *county agents* que, trabalhando juntamente com o “Rural Rehabilitation Division”, da FSA, poderiam atuar no trabalhar agrícola a partir das orientações destas agências. RASMUSSEN, Wayne. Op. Cit. p.102.

⁴¹⁶ ACAR. Associação de Crédito e Assistência Rural. **Relatório do diretor para membros da Junta Administrativa** – 1949 a 1953 [Report of Director to the Junta Administrativa da ACAR]. Belo Horizonte: ACAR, 1953. p. 05.

*Family Type Farm*⁴¹⁷, a introdução do modelo norte-americano de propriedade rural foi considerada enquanto ideal. No entanto, a estrutura de produção no meio rural mineiro seria um tanto diferenciada daquela conhecida pelos responsáveis pela implantação do programa, fossem eles brasileiros ou norte-americanos. Neste sentido, relata Crawford:

Tínhamos em mente famílias que necessitassem de assistência médica, sanitária, doméstica, produção, conservação e preparo de alimentos e melhorias no lar. Certamente não esperávamos ter mutuários que fossem tão abastados que tivessem meios de manter banheiros modernos, luz elétrica e criadas em casa. Podemos verificar, analisando inquérito sobre propriedades agropecuárias e domésticas que foi preparado, que as solicitações que estamos recebendo diferem consideravelmente das nossas primeiras concepções do tipo de família com que deveríamos trabalhar.⁴¹⁸

Pouco provável seria pensar as propriedades rurais brasileiras naquela época enquanto “parcialmente” modernizadas, ao menos à luz de um pensamento generalizante. Pode-se resumir as surpresas que cercaram o processo de conhecimento da realidade rural brasileira com a observação do sociólogo rural norte-americano Thomas Lynn Smith ao descrever, em sua primeira visita ao sul do Brasil, na década de 1940, as técnicas agrícolas utilizadas pelos colonos teuto-descendentes: “isto pouco se parece com o Brasil”⁴¹⁹. Em linhas gerais, parece correto afirmar que Crawford acreditava que, se não todos, a maioria da população rural mineira necessitava de assistência.

⁴¹⁷ “[...] as nossas observações” diria Crawford, “nos levaram a acreditar que a maioria dos nossos candidatos deveria ser de produtores que dispusessem de 20 a 50 hectares, pois este parece ser, aproximadamente, o mínimo de terra que poderia, de um modo adequado, dar para sustentar uma família e o máximo que possibilitaria os trabalhos para a média das famílias.” Ibidem. p. 05.

⁴¹⁸ O relatório continua da seguinte forma: “Dos primeiros 16 inquéritos sobre a fazenda e dos 14 da propriedade doméstica que temos em mãos, parece que: 1 solicitante (C) é um produtor de tal vulto de operações que não poderá visar o benefício material do nosso crédito supervisionado. Entretanto, precisa de assistência técnica no lar e na propriedade; 3 solicitantes (A, D e E) são grandes produtores mas passíveis de serem ajudados financeiramente, dentro do limite dos nossos planos. “A” precisa reajustamento financeiro, antes de que qualquer empréstimo seja solicitado. “D” é um velho que torna o caso pouco seguro. Nem “A” nem “E” precisam de melhoria no lar ou assistência doméstica; 1 solicitante (I) é um grande produtor, sob o ponto de vista da proporção de sua propriedade, mas tem lucro reduzido e pouca renda – e ainda, tem dívidas grande a saldar. Não cultiva a terra. Necessita muito de assistência doméstica. Está classificado com um provável mutuário se concordar em certas alterações fundamentais que terão de ser feitas nos seus processos de operação; 1 solicitante está classificado como incerto porque ganha a vida em transportes e parece psicologicamente inepto para dirigir uma propriedade; 4 solicitantes (G,K,M e N) são prováveis mutuários se as suas atividades puderem ser suficientemente ampliadas para justificarem o empréstimo. Todos necessitam de ambas assistência técnico-agropecuária e doméstica”; 1 solicitante não poderá pagar o empréstimo “porque a sua atividade é muito reduzida”; “Somente 1 solicitante (F) parece preencher os requisitos necessários para obter o empréstimo e na realidade precisa de assistência técnica.” Idem. p. 06-07.

⁴¹⁹ SMITH, Thomas Lynn. Trechos do diário de um sociólogo rural. In: SMITH, Thomas Lynn. **Organização rural**. Problemas e soluções. Prefácio e Tradução de José Arthur Rios. São Paulo: Pioneira, USP, 1971. p. 248.

Robert Hudgens realizou um estudo sobre o meio rural mineiro em 1948 e teria apontado que o estado possuía, em sua maioria, pequenos proprietários rurais. Com posse dessas informações, Crawford e a ACAR aguardaram que esta parcela de produtores rurais procurasse a ACAR tendo em vista que, em sua opinião, este grupo necessitaria de assistência técnica e financeira. Contudo estes pequenos proprietários não se candidataram para conseguir os recursos financeiros e aqueles que se candidataram, ficaram esperando por um ano ou mais para conseguir a liberação da verba. Daí a surpresa de Crawford em observar que a maioria dos inscritos para obtenção de crédito não estariam dentro das condições propostas pela ACAR.

Outro exemplo das dificuldades de adaptação à realidade brasileira encontradas pela ACAR foi a realização de uma experiência de assistência para a comunidade de Chonin, no município de Governador Valadares durante os anos de 1951 e 1952. Este projeto tinha o nome de Núcleo de Cooperação Rural e contava com a participação da ACAR, do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), prefeitura municipal de Governador Valadares e secretarias estaduais de saúde, educação, agricultura e estradas e rodagem. Sob orientação do antropólogo canadense Kalervo Oberg (do IIAA), este programa procurou reunir agências federais, estaduais e municipais para trabalhar em conjunto no “melhoramento” de recursos humanos e econômicos em uma área rural específica. No artigo escrito por Oberg e publicado em 1966, o antropólogo demonstra que a intenção era ajudar as pessoas a ajudarem a si mesmas – “helping the people to help themselves”⁴²⁰ – à maneira do proposto anos antes por Nelson Rockefeller para a AIA/Bolivar Foundation.

Diante das diversas dificuldades encontradas para a realização desta experiência, Oberg afirma que “the inability of ACAR to establish a supervised loan program in agriculture reduced ACAR activity to home supervision alone”⁴²¹. Somando-se à isso, o antropólogo continuou seu artigo demonstrando que a região em questão possuía um grande número de trabalhadores itinerantes e meeiros. Com isto, estas duas questões colocadas refletem as dificuldades de adaptação dos projetos da AIA/ACAR para o Brasil, tendo em vista que a agência mineira não conseguiu disponibilizar o crédito

⁴²⁰ OBERG, Kalervo. Community center project at Chonin, Brazil. In: NIEHOF, Arthur H (ed.). **A casebook of social change**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966. p. 80.

⁴²¹ Ibidem. p. 88.

supervisionado, seu principal instrumento de ação, devido ao desconhecimento por parte do grupo sobre a população a receber assistência.

Esta experiência foi criticada pela própria AIA, principalmente quando um novo Núcleo de Cooperação Rural foi proposto, desta vez para a comunidade de Matozinhos, no estado de Minas Gerais. Henry Bagley escreveu para Francis Jamieson em 1953 e citou Chonin como exemplo de uma experiência que não deveria ser retomada:

You probably know that this operation [Matozinhos] was started after the failure of a similar program at Chonin, in which the same organizations participated. There were a number of reasons for the Chonin failure, on which Crawford can fill you in if necessary. ACAR was one of the participants in the Chonin venture. Crawford believed that the Matozinhos experiment had little likelihood of better success, and although he signed the Matozinhos agreement for ACAR so as not to create difficulties, he did not agree to make any financial contribution to it. You will see, in the text, that the space beside ACAR's name, where the amount of the contribution is specified, is left blank.⁴²²

Retomando a questão do crédito supervisionado, ainda em 1949, a ACAR iniciou suas atividades. Mas diante das dificuldades de concessão de crédito, tentou-se outra solução para a continuidade do programa. De acordo com Crawford: “Quando não conseguimos o financiamento o pessoal ficou mais ou menos parado, imaginamos o que seria possível fazer para salvar o programa e acho que foi você mesmo (Euclides Martins) quem lembrou daquilo para se matar formigas.” E Euclides Martins concordou: “Certo. Fizemos uma programação para se matar formigas, ou seja, fazer boas relações.”⁴²³

No seu primeiro ano de atuação efetiva, considerou-se necessário ampliar a difusão do milho híbrido para incremento da produção. As sementes eram fornecidas pela própria ACAR, que as comprava da Agrocerec – produtora de semente – e a revendia pelo mesmo preço aos produtores, uma vez que o comércio local não as disponibilizava⁴²⁴. Segundo o extensionista José Paulo Ribeiro, tanto no caso da introdução do milho híbrido como no caso da adubação “a metodologia utilizada era a demonstração de resultados, conduzida sempre por um produtor rural, onde os demais agricultores podiam comprovar os benefícios das novas práticas.”⁴²⁵ Para 1950, as

⁴²² From Henry Bagley to Francis Jamieson. São Paulo, April 17, 1953 AIA Correspondence. Memorandum (misc.) 1948-1959, 1966. Box 02, folder 14.

⁴²³ CRAWFORD, Walter. Op. Cit. p. 11.

⁴²⁴ Cf RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 96. É importante lembrar que Nelson Rockefeller possuiu investimentos na Agrocerec através da atuação IBEC.

⁴²⁵ Ibidem. p. 96.

prioridades técnicas da ACAR incluíram o combate à formiga saúva: este “era uma necessidade de muitos produtores. Para ajudar a solucionar o problema, a ACAR utilizava um produto denominado ‘Cloredano’, vendido aos produtores pelo preço de custo, após ensinar-lhes como fazer a aplicação.”⁴²⁶

De todo modo, o que predominou neste início de atuação foi o crédito supervisionado. Em seu trabalho sobre a Extensão Rural em Minas Gerais, Maria Teresa Lousa da Fonseca também indica que os projetos da ACAR tinham no crédito seu principal instrumento. Citando o trabalho de dois extensionistas sobre a história da ACAR, remete-se à idéia de que “nessa época a ACAR funcionava como entidade creditícia, isto é, tinha por objetivo principal fazer empréstimos aos agricultores e não educar o agricultor, palavra até então desconhecida”, e, neste sentido, a linha de atuação da Extensão Rural⁴²⁷.

A experiência nos primeiros anos, no entanto, não foi bem sucedida. Isto poderia ser a demonstração que a questão não poderia se resumir a boa escolha de um público alvo e o estabelecimento do programa de crédito supervisionado. Como aponta os historiadores Tamás Szmrecsányi e Oriowaldo Queda, a própria escolha inicial do público alvo pode ter sido falha:

Em boa parte isso foi devido à inadequação do diagnóstico inicial. Esta inadequação não se refere apenas à inexistência na prática da comunidade rural idealizada pelo movimento extensionista, mas também ao fato de a ‘pequena propriedade’ apresentar entre nós características bem diversas das que têm nos Estados Unidos. Fundamentalmente, a pequena propriedade familiar no meio rural brasileiro é uma unidade supridora de força de trabalho, mais do que de produtos agropecuários.⁴²⁸

De qualquer modo, diante das primeiras reflexões e debates da Junta Administrativa da ACAR, as atividades de Crédito Supervisionado tiveram efetivamente de ser repensadas levando em consideração o contexto brasileiro. De

⁴²⁶ Ibidem. p. 97. Em 1950, as prioridades técnicas da ACAR eram: 1) Sanidade animal; 2) Combate à saúva; 3) Introdução do livro de contabilidade da fazenda e do lar; 4) Melhoria da nutrição humana; 5) Formação de hortas e de pomares domésticos; 6) Melhorias da residência rural; 7) Saneamento básico; 8) Organização de grupos de senhoras e moças para ensinar costura, trabalhos manuais, nutrição, higiene pessoal; 9) Crédito Rural Supervisionado; 10) Combate à verminose de suínos.

⁴²⁷ MOITTA, G. O. e VIEIRA, I. R. Apud. Fonseca. Op. Cit. p. 84. A autora refere-se a estes projetos iniciais da ACAR enquanto de Extensão Rural: “a prática extensionista brasileira”, escreve a autora, “ainda estava presa ao modelo clássico e ao crédito”. p. 84. No entanto, este trabalho argumenta que o modelo da FSA se diferenciava do trabalho extensionista, em prática principalmente depois de 1952 em Minas Gerais. Esta idéia também pode ser verificada na própria citação feita pela autora do trabalho de Moitta e Vieira, uma vez que a ACAR era uma agência de crédito, não uma agência “educativa”. Desta forma, considera-se que antes de 1952 predominavam as atividades de crédito e que, depois daquele ano, estas atividades foram trazidas para dentro do extensionismo.

⁴²⁸ SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo. Op. Cit. p. 219-220.

acordo com o engenheiro agrônomo José Paulo Ribeiro, ao iniciar a década de 1950 a ACAR esteve diante dos resultados pouco expressivos, e sua estratégia foi redirecionada. Em outras palavras, se esta associação iniciou “seus trabalhos dando ênfase ao Crédito Supervisionado, modalidade assistencial, na qual o Crédito Rural é associado a um trabalho de educação e promoção social”, segundo este extensionista da ACAR, percebeu-se que “o alcance desse tipo de assistência é muito limitado, pela intensidade que age junto à família beneficiada.”⁴²⁹ Mais tarde, o Crédito Supervisionado, de acordo com a interpretação da ACAR, pretendia “educar emprestando dinheiro”, funcionando para que os elementos constituintes da agricultura moderna fossem comprados: “este plano especifica as necessidades reais da família: compra de máquinas e ferramentas destinadas à lavoura; aquisição de adubos e sementes selecionadas; compra de filtro ou de equipamentos de uso doméstico”. Com isto, os agricultores começam a “receber orientação e ensinamentos dos supervisores, através de visitas individuais e reuniões em grupo.”⁴³⁰

Desta forma, com as dificuldades enfrentadas pela ACAR nos primeiros anos do programa, José Paulo Ribeiro escreve que se apoiou que os técnicos passassem “a exercer mais atividades extensionistas aplicando métodos de Extensão, de alcance individual ou a grupos. O sucesso dessas atividades foi tal que a ACAR se consolidou como um Serviço de Extensão que se utiliza do Crédito Rural [...] como um instrumento de difusão de técnicas de Agricultura científica”⁴³¹, principalmente com a chegada do novo diretor da ACAR, o extensionista norte-americano Santiago Apodaca.

Os objetivos do extensionismo e do crédito, portanto, entraram em conformação na ACAR em 1952, quando o crédito passou a ser uma das atividades do Serviço de Extensão Rural a ser utilizada com o objetivo de “educar” o agricultor a utilizar determinadas técnicas agrícolas. José Paulo Ribeiro afirma que, no ano seguinte,

A filosofia de trabalho da ACAR começou a mudar. O modelo inicial de crédito rural supervisionado passou a ser mesclado com o modelo de Extensão Rural americano. Essa inovação, tipicamente mineira, foi resultado da experiência dos técnicos americanos com a vivência dos técnicos brasileiros, conhecedores da realidade rural onde se inseriam os produtores rurais do Estado. Assim, adaptações em ambos foram feitas, e uma das mais importantes foi a continuação do uso de Crédito Rural Supervisionado, agora um instrumento do processo educativo da Extensão Rural.⁴³²

⁴²⁹ De acordo com Ribeiro, primeiramente foi utilizado o Crédito Rural na modalidade de Supervisionado e em fins da década de 1950, na modalidade de Orientado. RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit.

⁴³⁰ ACAR 1959. p. 39 e 04, respectivamente.

⁴³¹ RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 104.

⁴³² Ibidem. p. 104.

Como vimos, inicialmente, a associação entre o governo de Minas Gerais e AIA se deu a partir da secretaria da Fazenda e com ênfase no programa de crédito, em detrimento da secretaria de Agricultura, que já contava com um programa de educação rural. Esta estratégia resultou na ACAR. Contudo, a implantação efetiva da associação, diante de uma série de dificuldades, obrigou que os planos fossem adaptados e refeitos, resultando, assim, em um programa híbrido em que o crédito supervisionado foi intrinsecamente associado ao extensionismo rural. Esta síntese foi, segundo Ribeiro, um dos envolvidos, uma “inovação tipicamente mineira”.

Contudo, José Paulo Ribeiro não enfatiza outros problemas enfrentados pela ACAR nos primeiros anos, como as dificuldades de receber a quantia emprestada ou mesmo de disponibilizar os recursos da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais para os agricultores. Exemplo disto pode ser observando quando Ivan T. Cajueiro – Assistente do Chefe do Departamento de Crédito e Administração Agrícola da ACAR – em correspondência ao então Diretor da ACAR, Walter Crawford expôs a questão:

O Departamento de Crédito e Administração Agrícola da ACAR acha imprescindível e inadiável uma ‘conversa em família’ entre as Diretorias e seções especializadas das duas organizações (...). Caso não seja este o proceder, é pensamento deste Departamento, e tendo em mente evitar maiores prejuízos nos demais setores de nosso trabalho, que se feche o setor de crédito rural supervisionado em cooperação com a Caixa.⁴³³

Esta mensagem clara sobre os acordos entre as duas agências demonstra que, em 1952, os trabalhos de crédito supervisionado tinham limites. Estes limites, por sua vez, demonstravam dificuldades administrativas:

Os prejuízos decorrentes da situação que começou a existir posteriormente a setembro de 1952, foram de tão grande alcance que se fará sentir ainda por muito tempo. A falta de planificação do trabalho cooperativo entre a ACAR e a Caixa fez com que na época mais necessária, não funcionasse bem o sistema [de crédito] aos pequenos agricultores sitiados nas áreas de trabalho da ACAR. Quanto aos prejuízos para a Caixa não é de nossa competência aquilatar-mos, porém supomos que não se pode subestimá-los.⁴³⁴

⁴³³ De Ivan T. Cajueiro a Walter Crawford. Belo Horizonte, 25 de Fevereiro de 1953. Neste momento, Ivan Cajueiro estava em exercício de Chefia.

⁴³⁴ Ibidem. “Independente destes prejuízos, resultantes da não concessão ou demora excessiva do crédito, há ainda o problema do dinheiro dos empréstimos a ser dado aos mutuários. Muitos empréstimos aprovados e cujas contas foram abertas, não puderam ser utilizados no tempo certo, uma vez que algumas Coletorias não dispunham de dinheiro da Caixa, para pagamento dos cheques visados pela ACAR.”

Cajueiro ainda coloca que esta situação estaria trazendo descrédito aos agentes que tinham contato direto com os agricultores. Segundo ele,

Inicialmente encaremos pelo lado homem do campo. Com a situação atual verificou-se um descrédito não só para a Caixa, como agência financiadora, mas principalmente para a ACAR, pois esta é a que na realidade está em contato mais direto com o homem do campo. E esta situação refletirá também no governo do Estado de Minas Gerais, uma vez que a maior parte da verba destinada ao serviço é proveniente deste. O homem do campo, estando em contato mais direto com o funcionário da ACAR, descarrega sobre ele o descrédito que lhe é nato. Devido a isso e em virtude dessa situação instável, vem o descontentamento dos funcionários de campo que dão o máximo de seus esforços e não podem ver confirmado aquilo que pretendiam fazer em prol do necessitado e desprotegido homem do campo. Além disto, quando disseram a este que poderiam fazer isto e aquilo em seu benefício, contavam como certo fazê-lo e não pensavam nunca que teriam que passar por situações desagradáveis perante o mesmo, uma vez que não era realizado o prometido. Isso em certos casos trouxe o descrédito do lavrador no funcionário do campo, prejudicando agora e mais tarde, um serviço que de início se pretendia realizar e encaminhar de maneira a obter pleno sucesso⁴³⁵.

Outra questão é que, ao contrário do que foi colocado muitas vezes pela ACAR, onde quase 100% dos mutuários devolviam os empréstimos, uma relação de agricultores era, nem sempre de forma sutil, chamada a quitar a quantia:

Em anexo estamos enviando uma lista de mutuários com pagamento atrasado, para cujos contratos recomendamos pronta liquidação judicial, pois os nossos esforços para a cobrança amigável estão esgotados. Na oportunidade, esclarecemos que essa Instituição deverá encarar a excussão por nós recomendada como medida altamente moralizadora, pois a não efetivação desta providência tem causado, pois a não efetivação desta providência tem causado aumento do montante de atrasados. Conforme tivemos ocasião de verificar em nossas recentes viagens, principalmente em Curvelo e Ubá, nossos supervisores se mostram desalentados em estender o programa de crédito, pois começa a se propagar a idéia de que 'nada acontece àqueles mutuários que não pagam seus empréstimos'. (...) Por outro lado, julgamos contraproducente a prática seguida até agora por esta Instituição, de cobrança indiscriminada por meio de cartas. Os mutuários atrasados por causas independentes de sua vontade, e que mantêm de boa fé entendimentos conosco a respeito da liquidação das suas dívidas, se irritam com o teor das cartas recebidas, e com sacrifício liquidam seus débitos, ao passo que aqueles que estão de má fé, muitas vezes nem se dão ao trabalho de lê-las. Cria-se desta maneira um ambiente de mal estar para com o programa da ACAR.⁴³⁶

⁴³⁵ Ibidem. "Nos escritórios instalados em 1952, se perdurar a situação atual, muito pouco se poderá realizar, uma vez que o programa falhou no início de sua aplicação. Quanto aos escritórios mais antigos, o efeito será semelhante, pois será perdido um tempo de lutas e realizações parciais, que se completariam com o correr de mais alguns anos. Interromper o que já está foi feito, para recomeçar novamente, será voltar à estaca zero e perder o que seria possível realizar."

⁴³⁶ Eduardo King Carr (Diretor Interino). Correspondência ao Sr. Augusto Costa (Presidente da Caixa Econômica do Estado). Belo Horizonte, 15 de Fevereiro de 1954.

A lista de Eduardo King Carr contém 20 agricultores de quatro municípios mineiros. Uma carta de igual conteúdo foi dirigida a Augusto Costa (Presidente da Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais) em 12 de abril de 1954, mas desta vez assinada por Santiago Apodaca – Diretor da ACAR, substituindo Crawford quando este foi indicado para a Vice-Presidência da AIA no Brasil – mas desta vez com outros 14 agricultores de 06 municípios.

De qualquer modo, o alcance da ACAR foi se ampliando no estado de Minas tanto em termos de área de atuação como em termos de modelos de atuação, aliando crédito a extensionismo. Sob o contexto da efetivação do Ponto Quatro por parte do governo norte-americano e acordos com governos estaduais no Brasil, a experiência da ACAR começa a espalhar-se cada vez mais para o interior do estado de Minas Gerais e, também, para outros estados. Amparada nessa ampliação efetiva é que se dará as negociações para a nacionalização desse tipo de programa, tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO 05: A AIA e o processo de negociação para os programas de modernização da agricultura no Brasil (1952-1961)

No domingo seguinte ao Dia de Ação de Graças de 1948, Christine Hardy Little falou ao seu marido, Benjamin Hardy: “It's time that we do something to stop the Russians.”⁴³⁷ Desde 1946, o casal observava o avanço do comunismo, principalmente quando depararam-se com uma greve de “inspiração comunista” no porto de Santos, estado de São Paulo, enquanto retornavam para os Estados Unidos. Recusando um trabalho na Embaixada no Brasil, depois de ter trabalho no *Office* na equipe de Frank Jamieson, Benjamin Hardy, em uma das conversas com Christine, teria indicado que existiam maneiras de evitar a “captura do pensamento das pessoas”⁴³⁸ por parte dos comunistas. Nas palavras de Christine, “he said that he had seen enough in Brazil to convince him that the underdeveloped countries could be helped tremendously with agricultural, medical, educational facilities to teach them how to do for themselves what needed to be done.”⁴³⁹ Desta forma, Bem Hardy teria respondido à Christine naquele domingo de 1948: “I've already done it. On Wednesday before Thanksgiving I sent a memorandum to Francis Russell outlining a foreign aid program”⁴⁴⁰.

Quando decidiu fundar a AIA junto com antigos companheiros do *Office*, Nelson Rockefeller cada vez mais tinha se tornado um *outsider* no governo de Harry Truman. Ainda mais quando o Secretário de Estado, Henry A. Wallace, foi demitido de seu cargo em 20 de setembro de 1946. No entanto, quando a década de 1940 vai chegando a seu fim, uma série de acontecimentos marcam uma aproximação de Rockefeller com Truman. Nos tempos da Guerra, Frank Jamieson tinha em sua equipe de propaganda do CIAA o norte-americano Benjamin Hardy. Após a guerra, o contato com os antigos integrantes do Office o aproximou de Nelson Rockefeller, e nas conversas entre os dois, uma agência internacional de objetivos filantrópicos era um dos assuntos.⁴⁴¹

⁴³⁷ Oral history interview with Christine Hardy Little. Arlington, Virginia (EUA), 23/02/1973. Disponível em <http://www.trumanlibrary.org/oralhist/littlech.htm>. Acessado em 19/05/2009. p. 11.

⁴³⁸ The Communist Party was very strong in Brazil at that time. We went to a downtown rally to see them while we lived in Rio where there were thousands of Communists parading, peaceably, everybody had a torch. It was a very interesting experience. But the Communists were certainly working in Brazil to capture the thought of the people. Ibidem. p. 10.

⁴³⁹ Ibidem. p. 09.

⁴⁴⁰ Ibidem. p. 11.

⁴⁴¹ REICH, Cary. Op. Cit. p. 428.

Em novembro de 1948, Clark Clifford, assistente de Harry Truman, trabalhava no discurso de posse do Presidente e fez circular um memorando solicitando idéias para um “manifesto democrático endereçado aos povos do mundo, não apenas ao povo americano”⁴⁴². Hardy enviou um memorando a Francis Russell, Diretor de Relações Públicas, argumentando que o Presidente deveria colocar em prática um grande programa que “deveria capturar a imaginação de pessoas de outros países”, colocando à disposição dos “países em desenvolvimento” recursos econômicos e assistência técnica. Hardy não deixaria de citar em seu memorando um dos pontos favoritos de Nelson Rockefeller: “democratic campaign to repulse Communism and create a decent life for the peoples of the earth”⁴⁴³. Para Cary Reich, Hardy estaria sendo influenciado por Nelson Rockefeller, retomando a idéia de uma agência filantrópica como forma de realização de um programa maior (a “bigger program”):

What Hardy was proposing was, in essence, a reworking of the AIA idea along the more sweeping lines that Rockefeller suggested – with the U.S. government footing the bill. The memo was not scripted by Rockefeller, but it might as well have been, so pervasive was his influence throughout.⁴⁴⁴

Por esta época, o subsecretário Robert Lovett estava substituindo o Secretário de Estado, General Marshall, então hospitalizado. Lovett recebeu o memorando das mãos de Russell e, em seguida, devolveu-o aconselhando que esta proposição precisava ser estudada, uma vez que a idéia não seria “apropriada” para um discurso de posse. Hardy, no entanto, insistiu junto a outro assistente de Truman, que também estava trabalhando em tal discurso, George Elsey, entregando-lhe pessoalmente uma cópia do memorando. Posteriormente, Clifford e Elsey discutiram as idéias de Hardy em tom de surpresa: “while we had a speech in search of an idea, Hardy had an idea in search of a speech.”⁴⁴⁵ Mesmo com as contínuas objeções de Lovett, Clifford e Elsey levaram adiante o memorando de Hardy, escrevendo um discurso distribuído em quatro pontos, sendo que a proposta de cooperação técnica e auxílio financeiro seria o quarto ponto –

⁴⁴² REICH, Cary. Op. Cit. p. 428. “...a democratic manifesto addressed to the peoples of the world, not just to the American people.”

⁴⁴³ No memorando original de Hardy, citado por Clark Clifford em seu livro de memórias, este programa similar à experiência na América Latina deveria ser convertido “into a dramatic, large-scale program that would capture the imagination of the peoples of other countries and harness their enthusiasm for social and economic improvement to the democratic campaign to repulse Communism and create a decent life for the earth's millions.” CLIFFORD, Clark with HOLBROOKE, Richard. **Counsel to the president**. A memoir. New York: Random House, 1991. p. 249. Ver também REICH, Cary. Op. Cit. p. 428.

⁴⁴⁴ REICH, Cary. Op. Cit. p. 428.

⁴⁴⁵ Ibidem. p. 429 e CLIFFORD, Clark with HOLBROOKE, Richard. p. 250.

ou Ponto Quatro. A “Hardy’s Idea” como era conhecida, ganhou adeptos como Dean Acheson, que substituiria Marshall como Secretario de Estado. Mas também a idéia teria conquistado o próprio Harry Truman, que manteve o quarto ponto em seu discurso de posse em 1949⁴⁴⁶.

Uma das propostas mais interessantes do programa, de acordo com a opinião dos historiadores Merle Curti e Kendall Birr, assemelhava-se à proposição missionária de Nelson Rockefeller anos antes, nos tempos da Bolivar Foundation: “to help other people to help themselves”⁴⁴⁷ Contudo, se o Ponto Quatro surgiu do memorando de Hardy que, de acordo com Cary Reich, foi influenciado por Nelson Rockefeller, o então presidente da AIA viu o programa de assistência técnica como uma forma de se aproximar do governo. Em 07 de Março de 1949, pouco depois da posse de Harry Truman, Lawrence H. Levy solicitou que Stacy May e Robert Hudgens comunicassem ao *Board of Directors* da AIA “the possibility of its being able to carry out work on Point Four of President Truman’s Program and securing funds therefor(e)”⁴⁴⁸.

Meses mais tarde, em 27 de julho de 1949, Nelson Rockefeller escreveu confidencialmente a T. Quartim Barbosa, indicando que o Sr. e a Sr. James Monahan, considerados por ele como escritores “top” do *Reader’s Digest*, estariam no Brasil com o intuito de escrever sobre a relação tanto da AIA quando do IBEC com o Ponto Quatro. Objetivando a publicação de um número especial da *Reader’s Digest* sobre o trabalho desenvolvido no Brasil e na Venezuela, Rockefeller procurava demonstrar a relação das iniciativas filantrópicas e privadas com o ponto enfatizado pelo Presidente Truman⁴⁴⁹.

Aprovado pelo Congresso norte-americano em junho de 1950, o *Act for International Development* foi assinado por Harry Truman, traduzindo em ato de governo as idéias contidas no pronunciamento de posse. Naquele ano, por fim, Nelson Rockefeller foi indicado como *Chairman* do *Advisory Board for International Development*, agência com responsabilidade de por em prática o Ponto Quatro. Truman, no entanto, teria solicitado que Nelson Rockefeller permanecesse na AIA, por considerar esta agência, nas palavras de Robert Hudgens, “complementar” às iniciativas

⁴⁴⁶ REICH, Cary. 429-430.

⁴⁴⁷ CURTI, Merle e BIRR, Kendall. **Prelude to Point Four**. American technical missions overseas (1838-1938). Madison (Wisconsin): The University of Wisconsin Press, 1954. p. 07.

⁴⁴⁸ From Lawrence H. Levy to Robert Hudgens and Stacy May. Memorandum. Subject: AIA – Fourth Point of President Truman’s Program. 07 de Março de 1949.

⁴⁴⁹ From Nelson A. Rockefeller to T. Quartim Barbosa. Confidential. 27 de Julho de 1949. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box 01; Folder: 06 AIA – Barbosa, T. Q.

governamentais⁴⁵⁰. Apressando-se para colocar em prática os programas de assistência técnica, Robert Hudgens escreveu para Haldore Hanson, do Departamento de Estado norte-americano, ressaltando que a AIA poderia contribuir com sua experiência:

Since the Point Four Administration will undoubtedly be faced with the urgency of getting a certain number of projects underway as quickly as possible, you may be able to use the results of our planning, as well as our experience in the field and in dealing with foreign governments. Any of these projects would fit into the basic concept of the Point Four program⁴⁵¹.

A forma encontrada seria a prestação de serviços através de contratos. Uma das sugestões estaria em um programa de desenvolvimento econômico e social para o Vale do Rio São Francisco⁴⁵², no Brasil, e um programa de treinamento técnico a ser realizado na Universidade de Porto Rico⁴⁵³. A AIA acreditava ter conseguido desenvolver um padrão de desenvolvimento possível de ser adequado às mais diferentes realidades e, por isso, candidatava-se a servir como modelo de atuação para as iniciativas governamentais. Em 1952, por exemplo, um programa de cinco anos foi exposto, tendo como objetivo a atuação no Brasil, Peru e um país a ser escolhido no Oriente Médio: “During its four and one-half years of experience AIA has developed an efficient administrative package of technical assistance to agriculture which can be quickly duplicated in other underdeveloped areas of the world”, diria um documento daquele ano. Mais especificamente, nesta proposta – que não se foi colocada em ação, exceto no Brasil – as etapas eram exatamente a) um programa de crédito e extensão, b) um programa de pesquisa agrícola e, c) um programa de treinamento de técnicos agrícolas⁴⁵⁴.

Entre 1950 e 1953, o Ponto Quatro foi administrado pela *Technical Cooperation Administration* (TCA), uma agência específica, mas dentro do Departamento de Estado. No governo do sucessor de Truman, Dwight Eisenhower (1953-1961) o programa foi incluído na política geral de auxílio internacional e, anos mais tarde, durante o governo

⁴⁵⁰ From Robert Hudgens to Chester C. Davis. 12 de Janeiro de 1951. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 03, Folder 23 AIA – Ford Foundation. p. 09.

⁴⁵¹ From Robert Hudgens to Haldore Hanson. 09 de Agosto de 1950. Collection: AIA (closed section); Box: 02.

⁴⁵² O trabalho seria realizado com a Comissão de desenvolvimento, criada em 1948, sendo que fora aprovada na Constituição Federal de 1946 que 1% das verbas tributárias auxiliasse no desenvolvimento dos projetos de desenvolvimento.

⁴⁵³ From Robert Hudgens to Haldore Hanson. Op. Cit.

⁴⁵⁴ Five year program proposal for Brazil, Peru, and one country in the Middle East. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 AIA – Brazil.

de John Fitzgerald Kennedy, em 1961, a *United States Agency for International Development* (USAID) substituiu o Ponto Quatro como o programa de assistência.

Existem controvérsias sobre estas questões apontadas. Se o jornalista Cary Reich sugere uma relação entre a idéia da AIA e o memorando de Hardy, por outro lado, Clifford Clark sugere, em suas memórias, que o programa em questão era aquele desenvolvido pelo CIAA durante a Segunda Guerra⁴⁵⁵. Também, a idéia de um programa maior (a “bigger program”) seria semelhante à experiência da Fundação Rockefeller no México durante a Guerra, de acordo com sugestão do historiador Douglas Slaybaugh

The Mexican program served as a kind of demonstration for what might be tried in the rest of Latin America-indeed, throughout the developing world. Consistent with Fosdick's notion that the foundation could blaze a trail for the government to follow, some specialists saw the success of the Mexican program as indicating what Truman's Point Four (...) the UN's Food and Agricultural Organization, for instance, could achieve on a bigger scale⁴⁵⁶.

Desta forma, não se pode afirmar que o Ponto Quatro é exclusivamente resultante da AIA, mas um programa resultante de experiências realizadas na América Latina durante a Guerra, tanto pelo CIAA quanto pela Fundação Rockefeller e, em seguida, pela AIA. A agência fundada por Nelson Rockefeller fora, na verdade, influenciada diretamente pelos programas desenvolvidos pelo *Food Supply Division*. Também existe uma maneira de atuação semelhante à experiência mexicana da Fundação Rockefeller. Em outras palavras, não se pode afirmar que a AIA é a única possibilidade de influência na constituição do Ponto Quatro, mas o programa norte-americano é resultado de experiências anteriores realizadas na América Latina por agências governamentais e/ou privadas, entre elas a AIA. Por outro lado, se estas agências influenciaram na constituição de um programa governamental de assistência técnica durante o governo Truman, este programa, por sua vez, auxiliou na reorganização e expansão de projetos de agências como a AIA durante a década de 1950.

Exemplo disso é que, no contexto do Ponto Quatro, um curso ministrado na Universidade de Viçosa, em 1952 – mesmo ano da renovação do primeiro contrato da ACAR –, bem como suas atividades de avaliação das atividades da ACAR, marcaria não uma ruptura, mas a mudança de orientação dos trabalhos desta agência, com a

⁴⁵⁵ CLIFFORD, Clark with HOLBROOKE, Richard. Op. Cit. p. 249.

⁴⁵⁶ SLAYBAUGH, Douglas. Op. Cit. p. 210.

adoção da Extensão Rural, aliada ao crédito supervisionado. Como parte do programa Ponto Quatro foi criado em convênio com o governo dos Estados Unidos, com o Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos (ETA) adquirindo um papel importante, o extensionismo foi amplamente difundido por todo o território nacional nas décadas seguintes. Desta forma, ainda em 1953 iniciaram-se as negociações – muitas vezes procurando por recursos do programa norte-americano de assistência técnica – entre a AIA e governos estaduais para a primeira experiência nos moldes da ACAR, como a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), a primeira experiência de difusão do modelo ACAR. Com a criação de outras agências, em 1956 foi criada a ABCAR, para organizar o sistema nacional de empresas de extensão rural.

Se o que marcou este período foi justamente a adoção cada vez maior do extensionismo e sua expansão como modelo de desenvolvimento da agricultura, também se complexificaram os atores deste processo, uma vez que a estrutura da ACAR, por exemplo, cresceu progressivamente e objetivou o treinamento de técnicos brasileiros para atuar. Neste período, as negociações foram realizadas não somente com os governos estaduais, mas a atuação da ACAR e de outras empresas de assistência técnica esteve cada vez mais vinculada ao poder local: aos governos locais e representantes da igreja e famílias tradicionais.

O antropólogo canadense Oberg, envolvido que esteve com a implantação de um programa de exetensionismo em Governador Valadares, Minas Gerais, definiu o meio rural brasileiro do seguinte modo: “Brazilian rural communities, as a rule, are organized along paternalistic, authoritarian lines, leadership being vested in the hands of family heads, priests, landowners patrons, and political chiefs.”⁴⁵⁷ Isto indicaria que, de acordo com a visão de Oberg, a tarefa de modernizar o meio rural brasileiro não seria nada fácil.

5.1. A complexificação do programa: questões políticas em Minas Gerais

No alvorecer dos anos 1970, a adoção de métodos e técnicas de trabalho para os agricultores envolvia uma discussão complexa: “modificações de atitudes e comportamentos são possíveis dentro de certos limites e são regidas por princípios

⁴⁵⁷ OBERG, Kalervo. Op. Cit. p. 89.

gerais relativamente conhecidos pelos sociólogos e psicólogos sociais”, diria José Pastore. Os processos de mudança, seja ela social ou cultural, não seria mais novidade.

No entanto, se no início do trabalho da ACAR o trabalho estava pautado na noção de mudança social (*social change*), ou seja, que a introdução de crédito, técnicas e tecnologias por parte da ACAR possibilitaria ao agricultor um melhor padrão de vida (ascensão sócio-econômica), a mudança dos comportamentos e mentalidades (cultura) visando a adoção destas técnicas e tecnologias era outro objetivo complementar ao primeiro. Vale observar que, nas pesquisas documentais, o termo mais recorrente é o de “mudança social”, como sendo uma noção mais ampla do que “mudança cultural”.

Neste sentido, era necessário vencer a noção tradicional de “demonstração de resultados” (*demonstration work*), um dos símbolos do trabalho extensionista norte-americano e difundido no Brasil tanto na experiência paulista quanto pela ACAR, em Minas. Seria necessário encontrar outras formas de trabalhar com o agricultor. Conforme passou a acreditar Pastore no fim da década de 1960:

Por exemplo, um agente de extensão rural, que esteja interessado em modificar a atitude de um agricultor sobre um método de plantio, não terá muito êxito no seu empreendimento se atuar apenas no componente cognitivo da atitude por meio de procedimentos estritamente racionais de informação, tipo aulas ou demonstrações. Para garantir maior êxito, ele deve atuar no componente valorativo e emocional do agricultor. Em outras palavras, dentro do processo de comunicação a ser desencadeado, o extensionista deve provocar impactos emocionais, jogando com as afiliações grupais do indivíduo e, quando possível, atuando na sua personalidade⁴⁵⁸.

Desde a década de 1960, principalmente pela influência dos trabalhos de Talcott Parsons e Everett Rogers, este processo de adoção de técnicas e tecnologias passou a ser visto de forma complexa também por técnicos e pesquisadores brasileiros: não existiria mais um único tipo de agricultor para o extensionismo, mas agricultores diferenciados por fatores como idade, educação, status econômico, estrutura familiar, normas sociais, sociabilidade, valores culturais, entre outros aspectos⁴⁵⁹. Neste sentido, os estudos realizados principalmente naquela década demonstravam cada vez mais que o processo de adoção dependeria de diversos aspectos. De acordo com Pastore, a influência de um quadro teórico que levasse em conta essas referências, “quando aplicada no Brasil, tem mostrado validade, especialmente quando aplicada aos agricultores que praticam uma

⁴⁵⁸ PASTORE, J. Componentes sociais do desenvolvimento agrícola. In: PASTORE, José. (Org.). **Agricultura e desenvolvimento**. São Paulo: APEC, 1973. p. 175.

⁴⁵⁹ Ibidem. p. 176.

agricultura comercial”. Desta forma, o clássico livro de Everett Rogers, *Diffusion of innovation* (1962), teria validade para autores brasileiros como Pastore, principalmente no que diz respeito às noções de *vantagem relativa* (“dada pelo grau de superioridade da inovação sobre as técnicas existentes”), *complexidade* (“quanto mais complexa, mais lenta é a taxa de adoção”), *divisibilidade* (“quanto maior a possibilidade de adoção em bases limitadas, maior é a taxa de adoção”), *compatibilidade* (“quanto maior é a semelhança da inovação com as técnicas existentes, maior é a taxa de adoção”) e *comunicabilidade* (“quanto mais fácil é a comunicação de resultados, maior é a taxa de adoção”). Estas noções eram expressas nos estudos realizados por Rogers, procurando padrões de medida no grau de aceitação de novas técnicas e tecnologias⁴⁶⁰.

No entanto, retornando a experiência da ACAR desde sua criação até o início da década de 1960, ou seja, o período da atuação da AIA naquela instituição, estes fatores não eram percebidos de uma forma tão clara e organizada. Como vão observar os historiadores da tecnologia Tamás Szmrecsányi e Oriowaldo Queda,

O movimento extensionista surgiu no Brasil como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definidos pelos seus idealizadores como um processo de educação extra-escolar. Seu ponto de partida é a noção de *comunidade rural*, vista como uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesses. Sob este rótulo são agrupados os grandes fazendeiros, os minifundiários e os trabalhadores agrícolas, incluídos todos no chamado *público de assistência técnica*. Para esse público são elaborados *programas* que visam a melhoria do seu padrão de vida, de saúde e de educação. Esse objetivo deve ser atingido através da elevação do nível de renda da comunidade rural, mediante o aumento da produção e da produtividade agropecuária⁴⁶¹.

Neste sentido, estes autores, com o olhar da sociologia e da antropologia posterior, discutem que a ACAR, nos anos 1950, tinha em seu projeto uma noção de comunidade homogênea ou um tipo ideal de agricultor. Neste trabalho, a questão historiográfica a ser explorada diz respeito ao fato de que o esforço dos extensionistas para operar uma mudança social no período girava em torno do conhecimento científico. Em outras palavras, a introdução de crédito, técnicas de trabalho aliada à tecnologia possibilitaria que o agricultor passasse de uma condição social a outra: de rotineiro para praticante da moderna agricultura. A tecnologia empregada para operar a mudança variava, desde a utilização de um arado adaptado às condições regionais até

⁴⁶⁰ Ibidem. p. 176.

⁴⁶¹ SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo. Op. Cit. p. 219-220.

sementes híbridas e adubos químicos. A possibilidade de aquisição desta tecnologia seria promovida por meio do crédito.

Neste sentido, as concepções sociológicas da ACAR na década de 1950 em torno da mudança social, bem como sua caracterização homogênea do meio rural, podem nos fazer compreender suas dificuldades na identificação dos seus primeiros candidatos a mutuários e na implementação dos programas de crédito de forma pura.

A estimativa da população que utilizou os serviços da ACAR aumentou significativamente na década de 1950, de acordo com as estatísticas produzidas pela própria agência:

Ano agrícola	Agricultores beneficiados pela ACAR	População do Estado de Minas Gerais
1949/50	189.952	7.728.000
1950/51	323.304	7.837.000
1951/52	736.103	7.947.000
1952/53	745.532	8.059.000
1953/54	770.233	8.172.000
1954/55	1.368.492	8.287.000
1955/56	2.012.041	8.404.000
1956/57	2.089.320	8.523.000
1957/58	2.118.116	8.642.000
1958/59	2.461.704	8.763.000

Fonte: MINAS GERAIS. ACAR. Dez anos a serviço do povo rural de Minas Gerais. Op. Cit.

Se a noção de industrialização articulava-se à agricultura, o meio rural ainda era caracterizado pela ACAR como um espaço a ser modificado. Neste sentido, na década de 1950, com o início dos trabalhos extensionistas, “o homem rural” era interpretado como “de índole retraída e desconfiada, isolado em seu ambiente pela falta de meios de comunicação e de interesses comunitários”. Este homem “tem vivido à margem do progresso agrícola”. Se a ACAR diagnosticou o meio rural desta forma, estas condições, de todo modo, seriam culturais e, portanto, passíveis de serem modificadas. Nesta linha, concebia-se que, “por uma reação psicológica natural, [o agricultor] não se apressa em abandonar métodos de trabalho rotineiros e antiquados”. E isto se dava não apenas por uma resistência natural, mas também “pela deficiência dos métodos de orientação e

ensino que foram aplicados ao meio rural”⁴⁶². Avaliava-se, então, que, com métodos adequados, o “nosso homem do campo” cada vez mais “mostrou-se desejoso de progredir e ampliar seus conhecimentos”. E neste sentido, “o homem rural quer progredir”, sentenciaria um relatório da ACAR.⁴⁶³

Neste sentido, diversas foram as tentativas de fazer com que o agricultor mineiro “progredisse”. Ajustar estes métodos de trabalho e tecnologias seria de fundamental importância para que o homem do campo alcançasse estes objetivos. Desta forma, se no início dos anos 1950 o crédito e assistência técnica eram o principal modelo de atuação visando o atendimento de pequenos proprietários, em fins daquela década os objetivos eram mais ousados: a “educação tecnológica impulsiona o progresso”⁴⁶⁴. Ou seja, através do trabalho de agências como a ACAR, poderia ser possível alcançar determinados objetivos econômicos e sociais. Neste sentido, o termo “progresso” significaria um estado ideal a ser alcançado, ou seja, “um meio rural plenamente desenvolvido, habitado por pessoas educadas, com razoável padrão de vida”⁴⁶⁵, necessitando acabar com possíveis entraves:

Ora é o aumento conseguido pelo agricultor na produção da lavoura [...], ora a satisfação de uma dona de casa, cujos filhos tem saúde e aparência, ora uma vestimenta melhor, feita por mãos outrora inábeis e rudes, hoje ágeis e caprichosas, ora a construção de uma casa de moradia substituindo uma cafua indigna até deste nome⁴⁶⁶.

Desta forma, caberia aos agentes da ACAR “a introdução no meio rural de práticas modernas de agricultura e de economia doméstica” e isto “implica na adoção de equipamentos e artigos às vezes desconhecidos” pelos agricultores. Tendo em vista que não havia elementos disponíveis ou eram considerados muito caros, a ACAR então “se encarrega de comprá-los nas fontes de produção, cedendo-os em seguida aos agricultores, pelo preço de custo”⁴⁶⁷. Os principais produtos eram filtros de água, adubos químicos, sementes selecionadas, inseticidas e pulverizadores e máquinas agrícolas. Desta forma, com o intuito de superar o “isolamento” das populações rurais, a ACAR procurou introduzir uma série de atitudes objetivando o desenvolvimento da agricultura. Tendo por objetivo aproximar os agricultores das propostas da ACAR neste

⁴⁶² MINAS GERAIS. ACAR. Dez anos a service do povo rural de Minas Gerais. Op. Cit.

⁴⁶³ MINAS GERAIS. ACAR. Relatório 1956/57. Op. Cit. p. 03

⁴⁶⁴ MINAS GERAIS. ACAR. Programa para o ano agrícola 1959/60. Op. Cit.

⁴⁶⁵ MINAS GERAIS. ACAR. Dez anos a serviço do povo rural de Minas Gerais. Op. Cit. p. 48.

⁴⁶⁶ Ibidem. p. 48.

⁴⁶⁷ Ibidem. p. 05.

período, a maneira adotada para iniciar um processo de mudança foi a introdução de elementos técnicos e/ou tecnológicos também para os jovens, que seriam considerados elementos de condução do processo de mudança social: “Aprendem eles”, desta forma, “a produzir com mais eficiência que seus pais, em sua maioria, aferrados a métodos empíricos de trabalho”⁴⁶⁸.

De acordo com a proposta da ACAR, foi necessário articular um trabalho que integrasse a Extensão às áreas de saúde e educação (universidades e escolas) e que fosse realizada em parceria com governos local, estadual ou nacional. Em outras palavras, se nas relações “macro” a grande questão estava em como vencer as resistências políticas para iniciar e legitimar o trabalho – como foi o caso do SAPS ou das experiências paulistas – num nível “micro”, o que se colocava eram as discussões sobre como conduzir um processo de mudança social. “É um pessoal assim habilitado”, neste sentido, “e cômico de sua missão que leva às famílias rurais as modernas conquistas da ciência e da técnica, da pesquisa e da experimentação, no campo da agricultura e da economia doméstica”⁴⁶⁹.

Esta equipe, que se tornou símbolo do trabalho extensionista da ACAR seguia o modelo norte-americano e era constituída por dois agentes, geralmente um técnico agrícola ou engenheiro agrônomo e uma “moça” com instrução em economia doméstica, tendo em vista a dificuldade de contratar profissionais com formação em “Home Economics” no Brasil. Somado a estes, estava o famoso Jipe: “two extension workers and a Jeep” era a frase de demonstrava um ideal para os extensionistas, acima de qualquer outra coisa. Desta forma, a relação propriedade-lar estava contemplada nas atividades específicas dos extensionistas, e estes eram levados às “longínquas” propriedades rurais com o auxílio do Jipe Willys, muito utilizado na Segunda Guerra Mundial.

Neste sentido, esse modelo experienciado ao longo da década de 1950 – com contornos fortemente civilizadores, tanto pela tradição da FSA quanto do extensionismo – e com profundas alterações nas décadas seguintes, não foi aceito sem resistências. Embora em nível estadual a AIA contasse com apoio do governo mineiro para a criação da ACAR, em nível local as relações se estabeleceram de formas variadas. São muitos os exemplos de que o trabalho foi bem recebido por entidades representativas dos produtores rurais, por políticos e pela Igreja Católica. No entanto, com a abertura de

⁴⁶⁸ Ibidem. p.19.

⁴⁶⁹ ACAR. Dez anos a serviço do povo rural de Minas Gerais. Op. Cit. p. 02.

diversos escritórios cobrindo boa parte do estado de Minas Gerais ainda na década de 1950, o poder local também marcou o compasso das atividades de Crédito e Extensão Rural.

Inicialmente, a profissão de engenheiro agrônomo no Brasil formou-se sob um clima de “apoliticismo” e “neutralidade”, colocando-se como classe reunida em torno dos ideais de modernização da agricultura. Ainda no início do século XX, a opção dos agrônomos foi pela aplicação dos conhecimentos considerados modernos, porém não para a pequena propriedade. Na avaliação de Sonia Mendonça,

Através da pretensa ‘neutralidade’ e ‘apoliticismo’ garantidos pelo monopólio de um saber técnico, os agrônomos assumiram o papel de mediadores entre o poder público e a iniciativa privada, colocando-se, ao mesmo tempo, como instrumentalizadores da preservação da grande propriedade e semelhança entre suas diferentes propostas de ensino agrícola ou de intervenção sobre o ‘mundo rural’, residiu no fato de desembocarem, todas elas, no controle sobre a mudança, mediante a construção de um paradigma de produtor rural moderno, que serviria como princípio de um sistema classificatório, capaz de respaldar inclusões e exclusões no tocante às políticas referentes à agricultura em geral e ao trabalhador agrícola, em particular⁴⁷⁰.

Na segunda metade do século XX, este modelo ajustou-se às novas necessidades de produção e à manutenção da estrutura agrária. Neste sentido, surgem diferenças que apontam cada vez mais para o argumento de que os programas agrícolas não foram simples modelos importados, mas reformulados. Exemplo disso é que o trabalho extensionista nos Estados Unidos esteve cada vez mais ligado à intensificação da capacidade produtiva de determinadas áreas – como no ideal norte-americano de transformar o deserto em jardim – sobretudo de pequenas propriedades tomadas pela erosão, evento muito comum principalmente após 1929. A aplicação dos ideais extensionistas no Brasil, no entanto, procurou adaptar-se às condições locais da estrutura fundiária.

Somente no final da década de 1950 o tema da reforma agrária foi introduzido na ACAR, possivelmente porque eram tempos em que esta discussão tomou contornos irremediáveis em nível nacional, principalmente nos anos que antecederam o golpe militar de 1964. Se em 1961 o Presidente da República convidou os “eminentes patrícios” da ACAR para, juntamente com o ex-governador e então senador Milton

⁴⁷⁰ MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998. p. 30.

Campos, fazer parte de uma comissão de trabalho para estudar o Estatuto da Terra⁴⁷¹, a ACAR pouco se envolveu para modificar a estrutura fundiária no período estudado. Por outro lado, também seria equivocado pensar que, neste período, a atuação desta agência foi ligada aos latifundiários, o que foi, de fato, mais freqüente após 1964 com o controle dos militares sobre o sistema ABCAR.

Pode-se afirmar que, na década de 1950, o poder local procurou ajustar o programa de Crédito e Extensão Rural às condições historicamente estabelecidas em determinadas comunidades. Em outras palavras, a ACAR e os representantes do conhecimento técnico, em contato com grupos políticos, econômicos e religiosos, precisou negociar para legitimar-se e efetivar seus programas de ação. De acordo com o antropólogo norte-americano Charles Wagley, Minas Gerais era caracterizada por municípios com uma população de menos de cinco mil habitantes, o que favorecia o prestígio religioso, fruto da sua formação histórica:

Characterized by a large number of small towns with less than 5,000 people. [...] In 1950, Minas Gerais had but two cities with over 50,000 inhabitants out of a total of 1,095 urban centers. Many of these small towns and villages owe their origin to grants or *patrimonios* made by landowners to the Church with the express purpose of creating a town devoted to a particular saint. As Preston James points out: 'While there is a certain religious prestige to be gained by such a grant, it is obvious that economic profit will also accrue, if only because of the supply of workers gathered together in the neighborhood.' In this sense, 'Yet the people of the Eastern Highlands, and especially of the core state of Minas Gerais, are noted as the most conservative in Brazil. Several Brazilian writers speak of their conservative spirit and traditionalism.'⁴⁷²

Primeiramente, a ACAR estabeleceu uma disciplina rígida sobre seus técnicos. Atuar politicamente era proibido a todos os extensionistas, bem como outras regras eram destinadas exclusivamente às mulheres: vestir calças compridas, não fumar ou mesmo casar. A religiosidade não se constituía em regra, mas também provocou conflitos, como será visto adiante. Os mecanismos de controle exercidos foram introduzidos pelos norte-americanos. De acordo com a psicóloga Rita Hilarina Gomes Nelson, "eles eram muito exigentes, queriam que tudo fosse [feito] direito. Quando trabalhávamos, nós íamos às propriedades e não podíamos aceitar almoço nem

⁴⁷¹ Livro de Atas da Junta Administrativa da ACAR 1959-1970. Ata da sexagésima-quarta reunião da Junta Administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Belo Horizonte, 13 de maio de 1961.

⁴⁷² WAGLEY, Charles. **An introduction to Brazil**. New York: Columbia University Press, 1965.

presentes, isso era proibido. Não podíamos mexer com política, era só trabalho mesmo.”⁴⁷³

Os representantes locais não deixaram de auxiliar o trabalho da ACAR. O prefeito da cidade de Poté, João Ferreira de Oliveira, por exemplo, “foi [considerado] o prefeito mais progressista, [pois] abriu várias estradas com máquinas para que a ACAR desse assistência aos produtores.”⁴⁷⁴ Outros prefeitos contribuiriam com mobília para diversos escritórios. A conciliação teria marcado as relações políticas em determinadas localidades, como no município de Candeias. O Prefeito da cidade, José Pinto de Resende, mesmo pertencente à UDN, “transferiu todo poder de apoio ao serviço da ACAR ao vereador William Viglioni, então pertencente à bancada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido de oposição ao Prefeito Municipal”⁴⁷⁵. Nestor Lamounier, ex-vereador na época da instalação do escritório da ACAR (1955) narrou que os vereadores “tiveram que votar um projeto para liberar recursos destinados à aquisição dos móveis para o escritório da ACAR. O projeto foi aprovado por unanimidade pela Câmara.” Desta forma, ainda de acordo com Lamounier “iniciava ali, com a instalação da ACAR, o progresso do município.”⁴⁷⁶

No município de Santa Lúcia, por exemplo, a ACAR realizou parceria com a prefeitura municipal e comerciantes locais para solucionar o problema de uma família que não tinha acesso à água potável em sua propriedade, desenvolvendo verminoses: “o compromisso da Prefeitura [seria] dar a mão de obra para captação da água”⁴⁷⁷.

Em 1951, na comunidade de Martins Guimarães, a relação entre a ACAR e a Igreja Católica é marcada pela colaboração de padres. De acordo com a narrativa de um engenheiro agrônomo não identificado,

Existiam apenas algumas casas e uma Igreja e a população local não aceitava a ACAR porque pensavam que ela era comunista e que poderia trazer coisas dos Estados Unidos para a população. Tinham preconceitos em misturar frutas com leite. Então com a ajuda do Padre Guarino a ACAR fez uma salada de frutas e depois de uma missa o Padre ‘obrigou’ o pessoal a comer a salada de frutas e beber leite. A população com medo do Padre comeu a salada sem questionar e acabaram gostando e perderam o medo de misturar frutas. Com isto passaram a aproveitar todas as frutas que estavam sendo desperdiçadas⁴⁷⁸.

⁴⁷³ PAULA, José Alfredo Amaral de. Op. Cit. p. 26.

⁴⁷⁴ PROJETO MEMÓRIA. 40 anos de extensão rural em Poté. Município: Poté, Minas Gerais (mimeo).

⁴⁷⁵ PROJETO MEMÓRIA. Escritório Local. Candeias. p. 05. (mimeo)

⁴⁷⁶ Ibidem. p. 05.

⁴⁷⁷ PROJETO MEMÓRIA. Escritório de Santa Luzia.

⁴⁷⁸ PROJETO MEMÓRIA. Fatos pitorescos sobre a ACAR em Lagoa da Prata.

Por outro lado, não faltam exemplos de que muitos conflitos surgiram da relação entre política local e a ACAR. Ameaça de despejo, mudança de local ou mesmo de retirada da mobília cedida pela prefeitura ao escritório da ACAR fizeram parte do repertório. No município de Poté o escritório local foi inaugurado em 1955. O extensionista Odelson Gomes da Silva, mais conhecido como Deca, relatou que “para o cargo de auxiliar de escritório [da ACAR] houve um concurso local, e ele foi o único que passou. Como era adversário político do Prefeito Omar Afonso, este lhe disse que se tomasse posse, tomaria os móveis do escritório da ACAR”⁴⁷⁹. Conta-se, no entanto, que o Prefeito não realizou tal ação.

Em São João Del Rey foi relatada, em 1959, uma situação que também envolveu conflito e negociação em torno da cessão de instalações para o funcionamento de um escritório da ACAR:

o Prefeito daquela cidade a princípio não recebeu bem o nosso auxiliar que ali fora especialmente para tomar as primeiras providências para a instalação do nosso escritório. Posteriormente mudou de atitude e prontificou-se a arranjar salas, móveis, etc., de modo a proporcionar à nossa Associação uma instalação condigna para o funcionamento do nosso departamento.⁴⁸⁰

Sobre o escritório de Ubá, por exemplo, o técnico agrícola Airton Soares Melo relatou décadas mais tarde, em tom crítico, que a postura da ACAR e de suas sucessoras não foi a mais acertada:

O que foi mais negativo? Falta de apoio político; falta de autonomia aos supervisores; falta de melhor relacionamento com os funcionários e o escritório; Por culpa da própria Empresa, que a vida inteira se resguardou destes contatos políticos; os funcionários se retraem, porque não encontram apoio para assumirem a política do lugar; não se fala, não se discute! Não se pode abrir a boca!⁴⁸¹

Neste caso, estamos lidando com um depoimento bastante posterior de alguém envolvido nos programas da ACAR. Voltando para os documentos da época, encontramos no jornal local do pequeno município de Paraguassú uma notícia bastante curiosa, publicada em 1959. A notícia apressou-se em dizer que a ACAR não fecharia seu escritório no município: “Podemos assegurar que é absolutamente improcedente o

⁴⁷⁹ PROJETO MEMÓRIA. 40 anos de extensão rural em Poté. Município: Poté, Minas Gerais (mimeo). José Alberto Motta, técnico agrícola da ACAR, tornou-se prefeito de Poté posteriormente.

⁴⁸⁰ Livro de Atas da Junta Administrativa da ACAR 1959-1970. Ata da quinquagésima-sétima reunião da Junta Administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR). Belo Horizonte, 16 de novembro de 1959. (p. 05 verso)

⁴⁸¹ PROJETO MEMÓRIA. Do: ESLOC/UBÁ Para: ESREG/VIÇOSA. N. 262. DATA: 20-11-91.

boato de que a ACAR fechará seu Escritório neste município, por falta de interesse de nossas autoridades e do povo pelos seus serviços.”⁴⁸² Notícia curiosa, que ao negar, quase confirma os conflitos latentes. Não possuímos documentos sobre os desdobramentos posteriores na cidade. Contudo, são indícios da complexidade das relações entre os representantes da ACAR e a sociedade e o poder local. Esta complexidade exigiu que, em diferentes municípios, muitas das ações tivessem que ser reorientadas.

Quando em trabalho de campo, objetivando a legitimação frente aos agricultores, os extensionistas necessitavam lidar com resistências políticas, religiosas ou mesmo daqueles a quem forneciam assistência técnica, os agricultores. Caracterizado como um estado religiosamente conservador, a figura do padre exercia grande influência no meio rural mineiro, conforme apontado, como vimos, pelo antropólogo norte-americano Charles Wagley.

Em janeiro de 1954, no município de Machado, o padre Pedro Strabelli foi informado que a extensionista Zélia Rodrigues, que atuava na comunidade, era protestante, da igreja presbiteriana. Em uma demonstração de poder sobre “sua” comunidade, o padre realizou denúncia a ACAR, pedindo que a mesma fosse demitida por não estar de acordo com os preceitos religiosos do local. De acordo com o engenheiro agrônomo Domingos Machado, “o Padre reconhecia o bom trabalho” de Zélia Rodrigues, “mas não admitia a presença da mesma no município por ser presbiteriana”. Neste sentido, Strabelli “pediu a ACAR a demissão da referida funcionária e jogou a população católica contra a mesma, criando um clima insustentável para o trabalho. Para solucionar o problema a mesma foi transferida no final de março de 1954”⁴⁸³. Mesmo sem demitir uma de suas mais experientes funcionárias, a ACAR precisou ceder, pois necessitava de apoio da Igreja Católica para realizar suas atividades.

O extensionista Aldo Borges, colega de Zélia Rodrigues, concorreu, pela UDN, ao posto de vereador no mesmo município de Machado, contrariando, em realidade, às orientações da ACAR para “não se envolver com política”. Conta-se que a candidatura do extensionista teria causado verdadeira “convulsão social”, uma vez que a ACAR se viu envolvida na disputa política histórica entre duas famílias tradicionais da região. Segundo o relato da época, “o fato se torna mais grave pela briga política entre a UDN e

⁴⁸² **Jornal O Paraguassú**. Paraguassú, MG, 02 de Agosto de 1959.

⁴⁸³ PAULA, José Alfredo Amaral de. Op. Cit. p. 25.

PSD, que se transformou em briga de família dividindo a população da cidade: de um lado, o Prefeito Gustavo Carneiro Dias, irmão da secretária do escritório local e chefe da UDN e do outro, pelo PSD, o Dr. Felicitando Vieira, colega e amigo do Governador e cunhado da secretária do escritório Local.”⁴⁸⁴

Para contextualizar este conflito de famílias, novamente se poderia lembrar de Wagley. No trabalho do sociólogo norte-americano, o controle político no interior mineiro era descrito desta forma:

The Eastern Highlands, then, is the region par excellence in which to seek the traditional ideal patterns of Brazilian national culture. It retains the religious brotherhoods or *irmandades*. There is a middle class, even in the small cities, which persists in old patterns of behavior such as the *compadresco* system. Manuel Diegues Junior describes the importance of kinship—the *parentelas* or extensive kinship webs that still dominate local politics. Some thirty extensive kinship groups control politics in the area and extend into the federal arena with considerable force. This is both one of the most vigorous and one of the most conservative regions in all of Brazil ⁴⁸⁵.

Este conservadorismo político de grupos locais parece estar latente no conflito enfrentado pelo extensionista da ACAR. Seus funcionários procuraram formas de equacionar a questão. De acordo com o extensionista Geraldo Machado, como forma de evitar conflitos maiores, a Polícia Militar de cidades próximas foi reunida para intervir no conflito: “o clima político ficou insuportável e para manter a ordem pública o Batalhão da Polícia Militar sediado em Lavras foi transferido para o município. A situação chegou a tal ponto que o Supervisor Regional sediado em Varginha, não pôde mais ir à Machado, ficando o escritório inadimplente com a filosofia da ACAR.”⁴⁸⁶

Mesmo com a intervenção direta da ACAR, no momento em que a Diretoria resolveu pela demissão de Aldo Borges, o acordo político entre o então governador Juscelino Kubitschek com a AIA enfrentou uma série de constrangimentos em função deste episódio: “o fato político envolveu a Diretoria da ACAR, AIA e Governador do Estado. A Diretoria demitiu o técnico Aldo Borges e determinou o fechamento do escritório, mas este fato criou abalo político para o Governador e, conseqüentemente, para AIA.” Neste sentido, “após longa discussão sobre o assunto pelo Diretor da AIA, Mr. Crawford, que veio dos Estados Unidos e o Governador do Estado, o

⁴⁸⁴ Ibidem. p. 25-26.

⁴⁸⁵ WAGLEY, Charles. Op. Cit. p. [s.p.]

⁴⁸⁶ PAULA, José Alfredo Amaral de. Op. Cit. p. 25. p. 25-26.

problema foi equacionado, mantendo o escritório em funcionamento” com dois novos supervisores⁴⁸⁷.

Desde a metade da década de 1950, a AIA insistia em demonstrar a intenção em deixar a direção dos trabalhos sob o domínio dos brasileiros, mas, na mesma medida, percebiam que estes gostariam que os norte-americanos continuassem conduzindo a ACAR: “the Brazilian members of the ACAR Junta refuse to admit to themselves that AIA is ever going to leave the ACAR job to them to do.”⁴⁸⁸ A justificativa para Juscelino Kubitschek e outros que também pensavam desta forma era de que a ACAR, com os norte-americanos na direção, estaria distante das questões políticas, o que lhe daria um ar de “neutralidade”. Na percepção de Harry Bagley, Juscelino Kubitschek “and other Minas leaders have always insisted that the way to keep ACAR strong, and make it stronger, is to leave the actual direction in the hands of AIA [...] [which] will run ACAR as a technical program, divorced from politics”⁴⁸⁹.

No entanto, um grupo de brasileiros tinha o intuito cada vez mais forte em assumir esta responsabilidade. O substituto de Crawford, o norte-americano do Novo México, Santiago Apodaca tinha uma relação conflituosa com o extensionista brasileiro Geraldo Machado em função da diferença de concepção de administração da ACAR. Exigiu-se, diante destes conflitos, a reorganização das atividades: Apodaca foi transferido para a ABCAR em 1956, como chefe do Departamento Técnico, permanecendo como membro da Junta Administrativa, mas não no cargo de Diretor Executivo, ocupado agora por Crawford. Geraldo continuaria como Diretor Associado da ACAR, mas tendo Crawford e Bagley como uma espécie de superiores diretos, com o intuito de serem ouvidos antes que qualquer decisão fosse tomada.⁴⁹⁰ Na opinião de

⁴⁸⁷ Esta narrativa, reunida em coletânea por José Alfredo Amaral de Paula, continua dizendo que o mesmo, juntamente com a Economista Doméstica Maria Rita de Carvalho teriam “independência política e religiosa” para continuar o trabalho da ACAR naquele município. Desta forma, “os novos funcionários do escritório local, para solucionar em definitivo a crise e criar confiança na população sobre a real finalidade do serviço de extensão, realizaram durante seis meses, até as eleições, um esforço sobre-humano, trabalhando em torno de 18 horas diárias, inclusive aos domingos, com muito tato político, também para curar a macula deixada pelo ex-funcionário que envolveu a ACAR na política local. Felizmente, pelo esforço e dedicação dos funcionários, em novembro daquele ano, após as eleições, a ACAR recupera a sua imagem no município. também eliminou o mal-estar entre a AIA e o Governador do Estado, fazendo com que as partes agregassem mais força para o crescimento da organização”. *Ibidem*. p. 25-26.

⁴⁸⁸ From Walter Crawford to Louise A. Boyer. Confidential. Brazil Program. 08 de Agosto de 1958. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 29, Folder 283. Crawford, no entanto, elogia as habilidades de Machado no memorando, indicando que “Machado also has many fine qualities and is highly regarded professionally”.

⁴⁸⁹ Excerpts from letter of October 20, 1955 from Harry W. Bagley, AIA representative in Brazil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil.

⁴⁹⁰ From Walter Crawford to Louise A. Boyer. Op. Cit. p. 03.

Walter Crawford, “Machado has proven deficient in executive skills and in human relations aspects of the job”, no momento em que “an isolationist tendency exists among top ACAR technicians away from ABCAR, other state programs and foreign technical guidance”⁴⁹¹.

5.2. A nacionalização do programa

Se durante o segundo governo Vargas iniciou-se um projeto de expansão, somente com a eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República as negociações se tornaram efetivas para a consolidação de um sistema nacional de Extensão Rural mais diretamente ligado ao estado brasileiro. Juscelino assinou o contrato para criação da ABCAR em 21 de junho de 1956. A ABCAR, neste sentido, foi criada com o intuito de coordenar e supervisionar o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, orientando a manutenção dos princípios extensionistas e incentivando o surgimento de outras associações⁴⁹².

A AIA observava algumas vantagens em participar da ABCAR ou da ACAR do Brasil. Walter Crawford e Henry Bagley, em 26 de Setembro de 1955, enviaram para Louise Boyer e Frank Jamieson um esboço das idéias sobre a “ACAR do Brasil”. Segundo estas notas que tinham o intuito de discutir a expansão do modelo da ACAR, “It obtains funds (from US Government) to maintain an organization which we could not maintain alone. Our \$ 75,000 a year would not permit us to keep direct permanent contact with, and guidance of, the various state organizations existing or likely to exist”⁴⁹³. A este, acrescentava-se um segundo motivo:

It assures that the state programs will take and follow a line established by AIA in ACAR – Minas, because the director of ACAR do Brasil would be experienced Brazilians trained for years in ACAR or in AIA – Brazil and would receive guidance from the director of ACAR do Brasil. In other words, maximum use will be made of AIA know-how⁴⁹⁴.

⁴⁹¹ Ibidem.

⁴⁹² Ver RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 107.

⁴⁹³ Notes on a formation of an ACAR do Brasil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: 07 AIA – Brazil. p. 03.

⁴⁹⁴ Ibidem. p. 03.

Além disso, anotava-se que “the idea taken to Brazil in 1948 by NAR will spread to all the areas of Brazil where its application is now considered practical, providing an important contribution to improvement of Brazil’s standard of living”⁴⁹⁵. Se para os americanos a ABCAR significava a expansão e consolidação do projeto iniciado em Minas Gerais em 1948, para Juscelino Kubitschek esta agência significava uma ação dentro de seu plano de racionalização da agricultura brasileira. Para o então Presidente, em sua Mensagem ao Congresso de 1956,

A racionalização da agricultura, como entende o Governo, deve fundar-se em um complexo de fatores de natureza científica, técnica, industrial e comercial. Sintetiza programas específicos de aperfeiçoamento e modernização dos métodos de cultivo, mecanização, conservação e enriquecimento do solo, irrigação e drenagem, defesa sanitária, racionalização dos processos distributivos dos produtos rurais⁴⁹⁶.

Pode-se perceber na mensagem a ênfase na assistência técnica. Contudo, Juscelino ponderava que “grande parte dos agricultores opõe-se à introdução dos métodos racionais de cultivo”⁴⁹⁷. Desta forma, considerava que “o aperfeiçoamento dos processos agrícolas há de fundamentar-se na educação adequada do trabalhador rural e na melhoria dos conhecimentos técnicos de fazendeiros e capatazes. A intervenção do Estado deve traduzir-se na persuasão, no convencimento, na demonstração material”⁴⁹⁸. Desse modo, é possível afirmar que, quando o programa se nacionalizou, a experiência mineira, aliando crédito e assistência técnica com extensionismo, serviu de modelo.

De acordo com a historiadora Vânia Maria Losada Moreira, o projeto social ruralista exercia grande influência e defendia “maior integração entre indústria e agropecuária, a modernização da agricultura e, finalmente, a manutenção da grande propriedade rural”⁴⁹⁹, de forma semelhante ao discurso do Presidente citado anteriormente. “A oligarquia rural não se posicionava contra a industrialização, tal como imaginavam os isebianos e tantos outros políticos progressistas. Juscelino, por sua vez, tampouco excluía a oligarquia rural do grupo de apoio ao seu governo”. Desta forma, “ao contrário das expectativas dos setores progressistas”, Juscelino “contemplou várias demandas ruralistas durante sua administração. O Plano de Metas, principalmente

⁴⁹⁵ Ibidem. p. 03.

⁴⁹⁶ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1956. p. 293-294.

⁴⁹⁷ Ibidem. p. 294.

⁴⁹⁸ Ibidem. p. 294.

⁴⁹⁹ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. Cit. p. 181.

o setor de alimentação e a operação Brasília, promovia a expansão e a modernização do sistema agromercantil, ao prever a intensificação do uso de fertilizantes e tratores, bem como a construção de estradas, armazéns e frigoríficos”⁵⁰⁰

Inicialmente, quando ainda candidato à Presidência, Juscelino elaborou um programa de racionalização da agricultura onde seriam selecionados estabelecimentos agropecuários para a introdução de “modernas técnicas agronômicas e zootécnicas”. Com isto, o governo estaria incentivando que os técnicos oficiais adequassem os “métodos de cultura ou criação” às “condições ecológicas e à situação financeira mediana da região”, transformando, com a obtenção de financiamentos e aplicação de técnicas modernas, “cada fazenda em estabelecimento modelar”⁵⁰¹.

Propondo o entrosamento cada vez maior entre a União e os estados, o programa de Racionalização da Agricultura deveria evitar que serviços semelhantes continuassem desarticulados⁵⁰². Desta forma, a Extensão Rural era um dos mecanismos que poderia vir a ser integrante deste projeto e a ABCAR poderia se tornar uma maneira de alcançar tais objetivos, principalmente através do Crédito Supervisionado. De acordo com a Mensagem de 1957: “uma das modalidades mais eficientes de assistência técnica” o Crédito Supervisionado teria surgido “graças a esforços conjuntos da iniciativa privada nacional e estrangeira”, onde “o homem do campo recebe não só os recursos financeiros para a realização das tarefas a seu cargo, mas ainda a orientação técnica necessária à prática de uma agricultura racional e remunerativa”⁵⁰³, escreveria Kubitschek, não sem antes citar a ACAR como a agência que iniciou tal modalidade de crédito no Brasil.

Segundo o presidente, “a caracterização do Brasil como país essencialmente agrícola já não se ajusta à realidade econômica com a antiga precisão”. Fazendo-nos lembrar da discussão travada nos Estados Unidos nos anos 1920, Juscelino prosseguia problematizando que “desenvolvimento econômico, em país como o Brasil, supõe gradual transferência de parte da população rural para os centros urbanos, onde nascem e crescem as indústrias e os serviços. Isto, entretanto, deve ser feito sem que diminua a produção de bens agrícolas, pois a sua procura aumenta com a renda social”⁵⁰⁴. E, trazendo o tema do descompasso entre litoral e sertão, apontava: “vem o País evoluindo

⁵⁰⁰ Ibidem. p. 182. “A operação Brasília interessava à oligarquia rural sobretudo porque sua implementação significava a oportunidade de ampliação das fronteiras produtivas do setor.” p. 183.

⁵⁰¹ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Op. Cit. p. 294.

⁵⁰² Ibidem. p. 294.

⁵⁰³ OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1957. p. 231.

⁵⁰⁴ Idem. 1956, Op. Cit. p. 287.

de uma economia semicolonial, que se refletia numa civilização quase puramente litorânea, sem raízes no interior, para tornar-se uma nação dinâmica e poderosamente industrializada”⁵⁰⁵

Se o projeto oligárquico foi predominante no período, de acordo com a sugestão de Vânia Maria Losada Moreira, observa-se que

O projeto social ruralista não era antiindustrialista. Reconhecia os fortes nexos existentes entre crescimento da economia rural e intensificação do processo industrial, preconizando, inclusive, a ‘industrialização da agricultura’, isto é, a modernização da produção latifundiária de caráter ainda tradicional, a maior capitalização do setor agromercantil e investimentos em infra-estrutura, como estradas, frigoríficos, silos e armazéns, para garantir a expansão do setor. A esta expectativa de modernizar o sistema agropecuário nacional somava-se outra, de caráter mais conservador, que pode ser resumida na intransigente perspectiva de garantir a continuidade da grande propriedade rural e de um conjunto de privilégios usufruídos pela classe social a ela ligada.⁵⁰⁶

Sem perder de vista este aspecto conservador do projeto ruralista, no que diz respeito à análise desenvolvida sobre a ABCAR, é preciso enfatizar o aspecto de integração territorial envolvido no projeto. Como chama a atenção a mesma autora,

A expectativa em torno da modernização do setor era considerável e deveria ser realizada com a crescente integração territorial e econômica do sistema produtivo urbano e rural. Para setores mais atentos às agitações políticas e sociais do período, até mesmo a desapropriação para efeito de reforma agrária era uma alternativa viável, desde que realizada por meio de uma indenização ‘justa’ e ‘prévia’, tal como previa a constituição de 1946.⁵⁰⁷

Com este quadro em vista, retomando a questão das negociações para a formação de um sistema integrado de Extensão Rural, pode-se indicar que estas se iniciaram ainda em 1955, como foi visto anteriormente, com a exposição das vantagens de uma “ACAR nacional” para a AIA. Em 27 de fevereiro de 1956, Henry Bagley comenta que foi procurado por Sarah Kubitschek, a então Primeira-Dama brasileira. Esta perguntou se seria possível que a AIA fizesse uma doação para o programa de serviço social voluntário que seria chamado de “Pioneiros”, e teria por objetivo providenciar assistência social e médica em áreas pobres do Rio de Janeiro para depois, expandir ao restante do país. O atendimento do pedido, reforçado pelo próprio Juscelino Kubitschek, seria possível, de acordo com Bagley, pois Roddy Rockefeller, filho de

⁵⁰⁵ Idem. 1957, Op. Cit. p. 125.

⁵⁰⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losada. Op. Cit. p. 180.

⁵⁰⁷ Ibidem. p. 181.

Nelson, fizera uma doação de \$ 5.000. Neste sentido, “seria uma boa idéia utilizar o dinheiro para uma unidade médica. Nós acreditamos que não somente será um presente, mas também ganhará amigos no topo.”⁵⁰⁸

Durante a conversa com Kubitscheck, após Walter Crawford iniciar a descrição da expansão da AIA, o presidente teria perguntado: “Que tal criar uma ACAR nacional com estes grandes fundos que eu disponho agora?”⁵⁰⁹ A resposta de Bagley indicaria uma necessidade de pensar mais sobre o assunto: “Nossa primeira reação é que isto não é sábio tentar neste momento. Nós somente prometemos a Kubitschek que nós estudaríamos e ele prometeu a mais completa cooperação”⁵¹⁰. No entanto, ainda naquele ano de 1956, tanto os esforços do governo federal quanto os da AIA e de outras associações e agências convergiriam em torno deste objetivo, com a fundação da ABCAR. Participaram da fundação da ABCAR a Confederação Rural Brasileira, o ETA, a AIA e o Banco do Brasil. Não sem conflitos.

Se em nível local as agências lidavam com um forte poder instituído, e isto poderia dificultar a realização de experiências, em nível nacional os ideais de progresso cada vez mais ganhavam contornos semelhantes aos projetos da AIA. Ainda em 1951 a AIA teve uma proposta de consolidação de uma agência no Rio Grande do Sul – o que se consolidou em julho de 1955, com a criação da Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR) – mas devido aos poucos recursos disponíveis, o projeto não foi adiante naquele momento⁵¹¹. Em 1953 iniciou-se o processo de ampliação do sistema “CAR”, seguindo as diretrizes da ACAR. Neste sentido, em 16 de fevereiro de 1954 foi fundada a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural, ANCAR, que expandiria este modelo de atuação junto aos estados do Nordeste Brasileiro – e inicialmente pensado também para a região norte de Minas Gerais – incluindo Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Sergipe.

Atuando na região conhecida como Polígono das Secas, os programas reunidos pela ANCAR iniciaram um processo de descentralização com a consolidação da ABCAR, transformando este programa em diversos outros: Associação Nordestina de

⁵⁰⁸ Tradução livre de “it would be a good idea to use the money for one such medical unit. We believe it not only will be a worthwhile gift but also will win friends at the top.” No entanto, se os fundos não estivessem disponíveis, estes não recomendariam que os fundos regulares da AIA fossem utilizados para este trabalho. From Henry Bagley to Francis A. Jamieson. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 01; Folder: AIA – General, 1946 – 1958 2(A).

⁵⁰⁹ Tradução livre de “What about creating a national ACAR, with these big funds that I now have available?” Ibidem.

⁵¹⁰ Ibidem.

⁵¹¹ Excerpts from letter of October 20, 1955 from Harry W. Bagley, AIA representative in Brazil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil. p. 02.

Crédito e Assistência Rural do Ceará (ANCARCE), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Rio Grande do Norte (ANCAR – RN), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural da Paraíba (ANCARPA), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural de Pernambuco (ANCARPE), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural do Sergipe (ANCARSE), Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCARBA). Irineu Cabral, Diretor do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), criado em 1952, foi o responsável por conduzir as negociações entre os estados nordestinos. Estes projetos contaram ainda com recursos do Banco do Brasil e assistência técnica da AIA⁵¹². Na verdade, as negociações para o novo projeto envolveram tanto o pessoal da AIA como da ACAR na questão técnica. Em 1954, por exemplo, um engenheiro agrônomo do escritório da AIA em São Paulo esteve na região nordeste para demonstrar aos agrônomos da ANCAR as técnicas do silo-trincheira. Também, as economistas domésticas da ACAR realizaram um curso de treinamento em Natal, Rio Grande do Norte⁵¹³. Em outras, palavras, a AIA e suas mais importantes experiências até então estavam articuladas num plano de expansão.

Neste período, outros estados iniciaram um processo de negociação com a AIA no intuito de realizar trabalho semelhante. Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo foram alguns dos estados que iniciaram conversação ainda no Governo Vargas. Desta forma, a ABCAR teria sentido apenas se outras agências surgissem em outros estados do Brasil. Se durante o segundo governo Vargas iniciou-se um projeto de expansão, somente com a eleição de Juscelino Kubitschek para a Presidência da República, as negociações se tornaram efetivas para a consolidação de um sistema nacional de Extensão Rural mais diretamente ligado ao estado brasileiro. Contribuiu também para a expansão, não sem estabelecer por vezes uma relação conflituosa com a AIA, agências como o ETA, como resultado da cooperação técnica entre Brasil e Estados Unidos, com o Ponto Quatro. O ETA foi originado de um convênio firmado em 26 de Junho de 1953, entre os governos dos Estados Unidos e Brasil. Sendo uma instituição oficial brasileira, subordinada ao Ministério da Agricultura, o ETA tinha um co-diretor brasileiro e um co-diretor americano. Este escritório desenvolvia projetos em agricultura e recursos naturais em convênio com outras organizações e os técnicos brasileiros desenvolviam

⁵¹² Sobre a ANCAR, ver VIEIRA, Luiz Goes. **Extensão rural**. Origem, evolução, conceituação, filosofia, princípios. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1988. (Série Cadernos de Extensão Rural, n. 01)

⁵¹³ AIA Highlights. June 24, July 7, 1954. Collection: AIA. Box 02, Folder 17.

atividades ao lado de especialistas norte-americanos com o intuito de ter acesso a diferentes técnicas de organização do trabalho⁵¹⁴.

No entanto, antes mesmo do surgimento do ETA, os primeiros contatos entre a AIA/ACAR e os representantes do Ponto Quatro foram realizados com o intuito de expansão do programa de Crédito Supervisionado e Assistência Técnica à Agricultura e Economia Doméstica. A proposta foi enviada em 09 de outubro de 1951 a Ari Torres, Presidente da Comissão Mista Brasil – Estados Unidos e a Melvin Dohan, representante Americano na referida comissão. Sugeriu-se naquela ocasião que fossem investidos US\$ 250.000,00 junto ao Institute of Inter American Affairs (IIAA) “em virtude da urgente necessidade de aumento da produção agrícola e do melhoramento do padrão de vida das populações rurais do Brasil”⁵¹⁵.

Em 22 de Agosto de 1951, Juscelino Kubitschek, então governador de Minas Gerais, escreveu a Ari Torres, afirmando que “o grande sucesso” da ACAR “justifica plenamente uma expansão do programa”. Desta forma, Kubitschek recomenda “que seja examinada com simpatia, a sugestão de serem apropriados fundos do Programa de Assistência Técnica (Ponto Quatro) que facilitarão a expansão dos serviços já iniciados” em Minas Gerais⁵¹⁶. Iniciativas como esta, visando a expansão dos programas de assistência técnica, fariam com que a AIA e seus representantes tivessem motivos para certo otimismo quando Juscelino Kubitschek, anos mais tarde, viria a ser Presidente da República: “As governor, Juscelino Kubitschek told us he would like to sign an agreement with AIA to continue ACAR for fifty years”⁵¹⁷, diria Bagley.

Quando a década de 1950 chegava à sua metade, esboçava-se uma pintura da possível atuação de projetos semelhantes à ACAR no Brasil. Em 1955, o governo do estado do Espírito Santo formalizou um pedido para a AIA realizar um programa de cooperação técnica semelhante à ACAR; no entanto, a consolidação da ACARES, em 1956, foi realizada pela ABCAR, o governo daquele estado e o Centro Comercial de Café. Um ano antes, o então governador do Rio de Janeiro, Amaral Peixoto, solicitou o mesmo, sendo que apenas em 1958 surgiu a ACAR – RJ. Da mesma forma, os projetos ETA 15 e 17 efetivaram agências de Extensão Rural no Paraná e Santa Catarina,

⁵¹⁴ Ver RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 106.

⁵¹⁵ De Walter Crawford e Eugene P. Campbell a Ari Torres e Melvin Dohan. 09 de Outubro de 1951. (EMATER; Pr. 08, Cx. 55, Doc.14).

⁵¹⁶ De Juscelino Kubitschek a Ari Torres. Belo Horizonte, 22 de Agosto de 1951. (EMATER; Pr. 08, Cx. 55, Doc.14).

⁵¹⁷ Excerpts from letter of October 20, 1955 from Harry W. Bagley, AIA representative in Brazil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil.

respectivamente. Mais tarde, estes programas foram organizados sob o nome de Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA) e Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC). Estes programas, no entanto, não tiveram participação direta da AIA.

No caso do estado de São Paulo, em 1956, Jayme de Almeida Pinto, então Secretário da Agricultura, reafirmava a vontade do governador Jânio Quadros em reiniciar a discussão sobre um projeto semelhante à ACAR em São Paulo. Desta forma, o secretário promoveu um encontro com diversas agências para discutir o assunto. A recém-criada agência paulista do Serviço Social Rural, sob responsabilidade do Governo Federal, solicitou à ABCAR um encontro para discussão destes objetivos e, de acordo com Bagley, “there were no real dissenting voices”⁵¹⁸. No entanto, o encontro que reuniu para o debate a ABCAR, AIA, Serviço Social Rural, FARESP, Sociedade Rural Brasileira, Banco do Estado de São Paulo, União das Cooperativas, Bolsa de Mercadorias, Bolsa de Cereais, Federação das Indústrias, Associação Comercial, Cooperativa de Cotia e a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa, não chegou a um acordo, sendo marcada uma nova reunião para continuar as discussões.

Neste sentido, não foi a idéia de John B. Griffing e as experiências desenvolvidas em Santa Rita e em São José que foram utilizadas como proposta oficial da AIA para um programa de assistência técnica no estado de São Paulo. O modelo da ACAR seria escolhido como principal referência, uma vez que o mesmo já estava sendo desenvolvido desde 1954 também no Nordeste Brasileiro, com a ANCAR. Desta forma, a Associação Paulista de Assistência e Crédito Rural (APCAR) foi idealizada: “following the pattern of ACAR and based on its success, it is recommended that APCAR star small and expand only after sufficient experience [...]”⁵¹⁹ Jânio Quadros havia enviado para a Secretaria de Agricultura e as organizações que participariam da implantação do projeto o estudo da AIA para a realização de uma ACAR em São Paulo. O governador, de acordo com Crawford, era favorável à implantação do projeto. No entanto, quase que unanimemente o secretariado colocou-se contra a realização⁵²⁰ e, dessa forma, o projeto acabou por não se consolidar e a APCAR não foi criada.

⁵¹⁸ From [Henry Bagley] to Walter Crawford. 12 de outubro de 1956. RAC.

⁵¹⁹ Study of the possibilities of the creation in the State of São Paulo of a program of technical assistance and supervised credit. p. 02. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 AIA – Brazil.

⁵²⁰ From Walter Crawford to Louise A. Boyer. Rio de Janeiro, 09 de Março de 1956. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil.

Após a efetivação de projetos descendentes do Ponto Quatro, como o ETA, as relações ficaram mais complexas, com diversas agências procurando legitimar-se como agência que participaria na organização de novas associações em outros estados brasileiros ou mesmo de uma associação nacional. Cooperação técnica, por vezes, ganhou conotação de rivalidade: “In my talks with ETA American personnel I find that they are hopefully waiting for our answer on whether AIA will go into the five ACAR type programs now understudy including Rio Grande do Sul”, escreveu Santiago Apodaca à Walter Crawford, em outubro de 1955.

Apodaca estava correto em limitar sua fala otimista em relação a ETA aos americanos, como co-diretor norte-americano, Snyder, pois, de outro lado, as relações com o Co-diretor Brasileiro, Alberto Ribeiro de Oliveira Motta Filho, eram marcadas de outra forma: “My impression is that Motta is trying to go fast in setting up the ACAR type programs in other States and making too many commitments [...] He scares me, he just does not know nor realize what it takes to make one of these programs to run”, diria Apodaca no mesmo documento endereçado à Crawford⁵²¹

Motta, embora não fosse contrário à nacionalização da ACAR, passou a ser visto como um verdadeiro problema para a consolidação da ABCAR nos moldes pretendidos pela AIA. Em Maio de 1956, Jimmy Apodaca escreveu para Walter Crawford afirmando que as negociações para a criação da ABCAR estariam bem desenvolvidas, mas que não poderia ser incluída no orçamento do governo federal naquele ano. João Napoleão narrou que teria realizado um encontro com o grupo que lhe auxiliava na elaboração dos projetos da ABCAR, e, que contou com a participação de Motta. Este grupo sugeriu a inclusão de verbas do ETA, tanto em moeda brasileira (Cruzeiro) quanto em Dólar Americano, o que não agradou Motta. De acordo com Apodaca: “João feels that maybe the best thing to do is to get rid of Motta, because at times he seems to be alright and other times he is against”⁵²².

No entanto, os conflitos foram ficando cada vez mais intensos entre Motta e a AIA/ACAR e defensores desta proposta. A AIA/ACAR estaria sendo excluída do processo de constituição de um grupo de trabalho. Motta teria conversado com Bagley e, de acordo com este, o co-diretor do ETA teria dito: “They presented a completely

⁵²¹ From Santiago Apodaca to Walter Crawford. 04 de Outubro de 1955. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil.

⁵²² Excerpt – Letter May 15, 1956 from Santiago D. Apodaca to Walter L. Crawford. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil. Esta narrativa foi enviada para Nelson Rockefeller, para que o mesmo tivesse conhecimento sobre as discussões.

stupid formula, we tore it all to pieces and wrote a new one, and that's been approved". "Approved by whom, Motta?", teria perguntado Bagley. "Just approved", he said and moved off."⁵²³ Também, de acordo com João Napoleão de Andrade, "agora, nós tínhamos dificuldades com o Secretário da Fazenda, eu tinha dificuldade com o pessoal do Ministério da Agricultura; havia uma turma grande no Ministério da Agricultura, contraria a ABCAR e a ACAR."⁵²⁴ Para Walter Crawford, um acordo entre Motta e o Secretário da Agricultura do Rio Grande do Sul, Bento Pires Dias, daria apoio ao funcionário do ETA:

We understand from other sources that he has assured his position by a deal with Bento Pires Dias, a former Secretary of Agriculture for Rio Grande do Sul in the governorship of Dornelles, now Minister of Agriculture. Motta got Dias appointed Director of ASCAR, so that Dias would support Motta in his ETA job, thus counteracting a Brazilian attempt, already under way, to remove Motta. Motta now appears to have the Minister's full confidence, and several of our Brazilian friends who know ETA's workings say that Motta is running ETA⁵²⁵.

Quando Ralph Hansen torna-se o co-diretor americano do ETA, em 1956, a situação parece se complicar ainda mais para a AIA. Ainda de acordo com Crawford, Motta e Ralph Hansen,

They both apparently fell that AIA has little to offer, though recognizing that they need ACAR's help in training. They fell they are strong enough financially and technically to do whatever is needed in the new states. They oppose AIA participation in the Rio Grande do Sul and Paraná juntas as well as in the juntas of any new programs that may be started with ETA help"⁵²⁶.

Henry Bagley escreveu a Francis Jamieson em 29 de Fevereiro de 1956, explicando sobre sua conversa com Juscelino Kubitschek: "He Said AIA need not even contribute any money, but he quickly checked himself to say that our contribution could be just a small one (I assume he suddenly remembered that we were Nelson Rockefeller organization and thought that he probably could get some financial contribution)"⁵²⁷. Depois de encontrarem Kubitschek, Crawford e Bagley reuniram-se com Jimmy

⁵²³ From Harry Bagley to Walter Crawford. Bahia, 15 de Maio de 1956. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil.

⁵²⁴ ANDRADE, João Napoleão de. Op. Cit. p. 31.

⁵²⁵ From Walter Crawford to Louise A. Boyer. Rio de Janeiro, 09 de Março de 1956. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil.

⁵²⁶ Ibidem.

⁵²⁷ From Henry Bagley to Francis A. Jamieson. Confidential. 29 de Fevereiro de 1956. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil.

Apodaca e Aleta McDowell, e a discussão sobre o novo programa, inicialmente, foi vista sem o maior entusiasmo: “Kubitschek said he felt that our reaction was no tone of enthusiasm”, diria Bagley sobre o encontro com o Presidente brasileiro. Quanto às discussões envolvendo os norte-americanos, “all of us feel it is not the right tack now”. Com tantas agências estaduais surgindo naquele contexto, muitas impulsionadas pelo ETA, “a federal ACAR would be expensive, probably inefficient organization, subject to intense political pressures”. Em outras palavras, “AIA would be putting all its eggs in one basket, and that basket not only would be leaky but might be completely overturned with a change in the federal government”⁵²⁸, diria Bagley, referindo-se ao que entendia como um período “tumultuado” na vida política brasileira. Mas após um trabalho de visitação em algumas novas agências, um estatuto é apresentado para Juscelino Kubitschek em abril de 1956.

Desde os primeiros anos de atuação da ACAR, João Napoleão de Andrade, mineiro de Diamantina assim como Juscelino Kubitschek, tornou-se uma das figuras centrais nos projetos tanto da ACAR quanto da ABCAR. Representante da classe ruralista, mesmo antes de participar da ACAR João Napoleão apoiou a participação da Confederação Rural Brasileira na Junta Administrativa da ABCAR, mesmo sob os questionamentos do Presidente da República. Também, era um dos brasileiros com melhor trânsito tanto com a AIA quanto com o governo brasileiro. Mais tarde, lembraria:

Quando chegou em 1956, Juscelino Presidente da Republica, vem o Nelson Rockefeller aqui visitar o trabalho do interior, pois quando eu era o Presidente [da ACAR] ele já havia vindo uma vez, e fomos para o interior, que foi onde vi a primeira oportunidade para fazer composto, e vi também o trabalho de silo trincheira no sul de Minas, em Machado, no lugar onde o [Geraldo] Machado era supervisor. [...] Da segunda vez, Rockefeller ficou hospedado em [minha] casa, foi a fazenda, houve um almoço lá com o pessoal da ACAR todo... e fomos direto para o Rio de Janeiro – eu estava a disposição dele para um almoço no Palácio das laranjeiras, com o Presidente Juscelino⁵²⁹.

O estatuto do que viria a se tornar a ABCAR foi esboçado por João Napoleão de Andrade e Walter Crawford, com auxílio de Henry Bagley e João Gonçalves de Sousa (ligado ao Ministério da Agricultura) e apresentado à Juscelino Kubitschek em carta de 23 de Abril de 1956. A idéia de expansão da ACAR foi discutida por Kubitschek

⁵²⁸ Ibidem.

⁵²⁹ ANDRADE, João Napoleão de. Op. Cit. p. 20.

durante a visita de Nelson Rockefeller ao Brasil, em 1956.⁵³⁰ A idéia da nova agência objetivava organizar os programas estaduais já iniciados e incentivar a organização de programas em estados que ainda não dispunham deste tipo de serviço. Novamente, a idéia de uma organização sem fins lucrativos, como a ACAR e a ANCAR, estaria sendo idealizada “in order to act freely and to be able to avoid, to the maximum degree possible, bureaucratic rules and processes”⁵³¹.

João Napoleão de Andrade narrou o processo dizendo que:

Ele (Motta) foi contra nós naquela ocasião – basta dizer o seguinte: que numa reunião que tivemos no ETA, estavam João Gonçalves, O Irineu (Cabral), o pessoal todo e nós insistimos na formação daquilo, e o Motta não queria; queria que se fizesse uma organização mais ou menos ligada ao ETA ou ao Ministério da Agricultura, que não convinha ser feito o negócio como queríamos fazer, e houve uma hora em que estava relutando, eu disse; “em nome do Presidente da Republica, quero dizer aos senhores que tem que ser fundada a ACAR, nos moldes que propomos. Isso é definitivo, portanto, vamos trabalhar no sentido de fazer isso”. Ele ficou olhando, me vendo falar em nome do Presidente da Republica. Depois disse a Juscelino e ele disse que havia feito muito bem.⁵³²

Ainda de acordo com João Napoleão, “vencidas as resistências”, Juscelino solicitou que “reuníssemos o pessoal numa sala do Palácio do Catete” com o intuito de “fazer as reuniões a fim de elaborar o estatuto da ABCAR, que fosse feito lá”⁵³³. “Feito aquilo, marcou-se a criação da ABCAR e foi feita a ata, numa reunião a que todos compareceram [inclusive a AIA], e foi assinado no Palácio do Catete – todos procuraram esconder isso, não sei se por causa da situação de Juscelino, mas na verdade não aparece”⁵³⁴.

Desta forma, a maneira encontrada de solucionar os conflitos foi justamente pedir a exoneração de Motta. De acordo com João Napoleão de Andrade, o tom imperativo do pedido alcançou tal objetivo:

⁵³⁰ Translation of letter which accompanied draft of national ACAR statutes. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 AIA – Brazil.

⁵³¹ Ibidem.

⁵³² ANDRADE, João Napoleão de. Op. Cit. p. 22-23.

⁵³³ Ibidem. p. 22-23.

⁵³⁴ Ibidem. p. 22-23. Na entrevista, João Napoleão diz: “Mas você vai [saber] a verdade aqui, agora”. Neste momento, a entrevista é interrompida e o gravador desligado para que o fato fosse narrado. Colby & Dennet referem-se a este contexto: “Kubitschek acabara de sobreviver a uma tentativa de golpe e buscava desesperadamente assegurar aos investidores americanos suas boas intenções em relação a eles – particularmente a Standard Oil e a U.S. Steel, cujos funcionários teriam participado da conspiração. A inspiração para esta conspiração, comentou-se, foi a eleição do vice-presidente João Goulart, de inclinação esquerdista, que tinha sido ministro do Trabalho de Vargas até que generais conservadores forçaram sua saída. Kubitschek estava ansioso por evitar sorte semelhante, demonstrando que sua administração não seguiria a direção nacionalista de Vargas.” COLBY & DENNET. Op. Cit. p. 337.

‘Converse com o Presidente [da República] e lhe diga que o elemento brasileiro, no Escritório Técnico de Agricultura, é contra nós, não nos apóia e cria toda dificuldade, e eu tenho absoluta necessidade de que esse homem seja exonerado e se ponha lá um elemento nosso’. Sete Câmara [então subchefe do Gabinete Civil da Presidência] conversou com o Presidente da República e voltou de lá com um envelope com a letra dele escrita: Alberto Martins Torres. [Sete Câmara então disse que] O Presidente mandou dizer a você para tomar providências para ser exonerado o outro e nomeado este para o lugar.⁵³⁵

Com isto, a influência da AIA/ACAR e de seus representantes, considerando aqui o próprio João Napoleão de Andrade, tornaram melhores as relações entre a agência norte-americana, a mineira e o ETA: “Conditions and relationships in ETA couldn’t possibly be better. [Alberto Martins] Torres, Motta’s replacement, is well linked by everyone, both American and Brazilian”, escreveu Crawford à Lawrence Levy em 10 de Fevereiro de 1957. Mesmo Ralph Hansen, por sua vez, “says he has never had such wonderful cooperation from the Brazilian side”⁵³⁶.

No entanto, com o início da administração do Presidente norte-americano John Fitzgerald Kennedy e o programa de assistência técnica “Aliança para o Progresso”, quando se intensifica o processo de modernização iniciado em 1945, começa também um processo de afastamento da AIA tanto da ACAR quanto da ABCAR, embora continue a exercer influência sobre a segunda até 1968. José Paulo Ribeiro escreve que:

Em dezembro de 1961, a ABCAR solicitou assistência técnica e recursos financeiros da Missão da USAID para dar início e continuidade ao Plano Diretor Quinquenal. Após algum tempo, um convênio para a Aliança para o Progresso foi assinado entre o Ministério da Agricultura, a ABCAR e a Missão da USAID, em 12 de março de 1962, que proporcionou à ABCAR 275 milhões de cruzeiros do Ministério da Agricultura e 750 milhões da Missão⁵³⁷.

Em 1960 já era consenso que o Crédito Supervisionado deveria ser reduzido nos programas organizados pela ABCAR: “It is too slow and complicated to reach any larger number of Brazil’s farmers”⁵³⁸. Naquele ano, a AIA entendia que era difícil que a contribuição dos Governos Federal e Estadual fosse feita de acordo com o que foi combinado para a ACAR. Enquanto a AIA fizera a contribuição de \$ 10,000 em agosto,

⁵³⁵ ANDRADE, João Napoleão de. Op. Cit. p. 34.

⁵³⁶ From Walter Lion Crawford to Lawrence Levy. 10 de Fevereiro de 1957. Collection: AIA, Box 01, Folder 14.

⁵³⁷ RIBEIRO, José Paulo. Op. Cit. p. 116.

⁵³⁸ American International Association for Economic and Social Development. Condensed progress report. July – September, 1960. Collection: AIA, Record Group: IV 3B, Box 15, Folder 134. p. 03.

até setembro daquele ano, o plano de abrir novos escritórios no estado estava quase por ser iniciado: apenas um escritório foi aberto. A falta de recursos estaria incentivando os técnicos a deixar o programa⁵³⁹.

Desde o início o objetivo da AIA era iniciar um trabalho no Brasil e retirar-se quando os técnicos brasileiros estivessem prontos para realizar esta tarefa. No entanto, esta não foi a única razão para a não renovação dos acordos de cooperação depois de 1961. Mesmo que, nesse momento, se pudesse considerar consolidado um projeto iniciado pela AIA, como foi visto anteriormente, os acordos não estavam sendo realizados da forma desejada, atrasando o repasse de verbas, por exemplo. Também, o processo de constituição da ABCAR e o maior alcance da ACAR e outras agências levava a processos mais complexos de negociação, envolvendo outros agentes em nível local – a Igreja, as oligarquias – ou nacional, como o referido Motta e a ACAR. A AIA, neste sentido, no início da década de 1960 não era a única agência que realizava este tipo de trabalho e, desta forma, enfrentava concorrência tanto para sua legitimação quanto para a obtenção de verbas.

Nas comemorações do aniversário de dez anos de fundação da ACAR, em 1959, o olhar atento de Walter Crawford observava se os discursos dos políticos brasileiros presentes faziam referência a AIA. João Napoleão citou a fundação e o nome de Nelson Rockefeller. No entanto, o fez no primeiro parágrafo de seu discurso, enquanto o microfone estava sendo ajustado e, por este motivo, não foi ouvido pela audiência. O discurso do ex-governador do Ceará e então Presidente do Banco do Nordeste, Raul Barbosa, “estava pobremente organizado e não tinha propósitos”, de acordo com Crawford⁵⁴⁰. Mário Meneghetti, o Ministro da Agricultura, fez “pura propaganda política para o PTB”⁵⁴¹, enquanto o Governador de Minas Gerais, Bias Fortes, mesmo fazendo discurso “político”, teria elogiado a ACAR e afirmado que novamente seria renovado o contrato com a AIA.

“Jimmy and I were the only americans on the speaker’s platform, among forty or more other persons”, reclamou Crawford, que continuou dizendo que

⁵³⁹ Ibidem. p. 03.

⁵⁴⁰ “Raul Barbosa’s speech was poorly organized and had no purpose”, no original. From Walter L. Crawford to Louise Boyer, Berent Friele and Lawrence H. Levy. Memorandum. Subject: Report on Brazil program. 13 de Setembro de 1959. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 29, Folder: 283. p. 03.

⁵⁴¹ “The Minister’s was purely political propaganda for the PTB labor party”, no original. From Walter L. Crawford to Louise Boyer, Berent Friele and Lawrence H. Levy. Op. cit. p. 03.

Affonso Paulino of ACAR merely invited people verbally a few minutes prior to the Governor's arrival, and all those invited followed the Governor to the platform. During the thirty-minute interval before the Governor's arrival, I did not see Tony [Starcivek, Cônsul Americano em Belo Horizonte] anywhere around shaking hands. If he had been, he would have been invited. I cite this fact in detail to show the temper of relations at the moment.⁵⁴²

Crawford afirmaria ainda que as conversas que circulavam indicavam que o governador Bias Fortes não continuaria com o acordo ACAR/AIA: "There has been a wave of gossip recently among ACAR personnel that the state would not continue to participate in ACAR and several ACAR agronomists have gone over to a state organization, CAMIG, as a result of it. I believe that this meeting has had a very favorable effect in restoring morale"⁵⁴³. Com isto, as relações conflituosas entre as agências voltadas para o desenvolvimento da agricultura brasileira eram vistas por Crawford como uma oportunidade de legitimação da AIA:

It symbolizes the many delicate and complex relationships, both internal and international, as well as personal, that exist at the moment. None of the Americans of ETA and USON in Rio, except Patsy Graves, the home economist who took Aleta's place, came to the meeting – although they were specially invited. There is a near rift between Americans and Brazilians in ETA at the moment, and U. S. prestige (in Brazil in general and in Point 4 – agriculture in particular) is low. I feel that AIA has the best chance of weathering the storm and that its continuation during the next two years may well be a decisive factor in the future of these programs. Furthermore if AIA pulled out now it would be somewhat discredited, specially in Minas, since the Governor has already publicly stated he wants to renew agreement⁵⁴⁴.

No entanto, as dificuldades impostas pelo contexto e o crescente interesse em outros projetos fizeram com que a AIA, em 1961, afirmasse que sua contribuição para com o desenvolvimento da agricultura brasileira estava completo e, desde então, caberia aos próprios brasileiros levar adiante esta tarefa. Desligando-se da diretoria da ACAR naquele ano, a AIA tentou levar adiante projetos de colonização e desenvolvimento, em áreas que se estendem desde o Rio São Francisco até os estados de Goiás e Mato Grosso, onde Nelson Rockefeller associara-se anos antes à Fazenda Bodoquena, de Walter Moreira Salles. Além disso, a AIA continuou tentando a exercer controle sobre as decisões relativas ao crédito rural junto a ABCAR, iniciadas ainda no Governo João

⁵⁴² Ibidem. p. 03-04.

⁵⁴³ Ibidem. p. 03-04.

⁵⁴⁴ Ibidem. p. 04.

Goulart e consolidada apenas em 1966, durante o governo do presidente Castelo Branco⁵⁴⁵.

A primeira experiência com o extensionismo no Brasil não foi obra da AIA, como observado anteriormente. Ainda na década de 1930, projetos semelhantes eram realizados na ESAV. Também, outras iniciativas eram realizadas de forma mais localizada, por governos estaduais ou municipais. No entanto, o modelo de atuação da AIA/ACAR intensificou-se no Brasil, e mesmo com a retirada da AIA da direção da ACAR, no início da década de 1960, este modelo prosseguiu com modificações e a intervenção do Estado sobre a extensão rural ampliou-se gradativamente, sem perder de vista o diálogo com a matriz norte-americana de modelo e financiamento⁵⁴⁶.

⁵⁴⁵ Ver OLIVEIRA, Mauro Marcio, op. cit., p. 124 e COLBY & DENNETT, capítulo 21.

⁵⁴⁶ Ver OLIVEIRA, Mauro Marcio, op. cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou discutir como a atuação da AIA no Brasil foi caracterizada por um intenso processo de negociação durante o período abordado, entre 1946 e 1961. Esta agência herdou um *know-how* ainda dos tempos da segunda guerra, com o trabalho do *Office* e ampliou gradualmente seus projetos e sua área de atuação tanto no Brasil quanto na América Latina e outros países durante os vinte e um anos de funcionamento da agência.

Contemporânea da emergente ideologia da modernização, a AIA buscou observar quais eram os possíveis projetos adequados para a América Latina, em especial Brasil e Venezuela. Inspirada nas experiências norte-americanas de crédito rural e extensionismo, entre outras estratégias de desenvolvimento, esta agência procurou adaptar estes modelos às condições locais, tendo em vista que, na visão da própria AIA, os projetos que deram certo nos Estados Unidos também dariam certo nos países subdesenvolvidos, desde que adaptados. Projetos que envolveram intensos debates (FSA) ou um longo processo de consolidação (*Extension Service*) naquele país foram vistos então como uma maneira de desobstruir os caminhos para atingir metas semelhantes de mudança social, econômica e política.

Com isto, a transformação das sociedades latino-americanas em nações democráticas, liberais e de economia capitalista auxiliaria na manutenção ou ampliação dos negócios econômicos e políticos norte-americanos, protegendo estes interesses da crescente ameaça comunista. Os debates internos nos Estados Unidos apontavam para uma possível Depressão devido às altas taxas de produção agrícola durante o período da guerra e, por conseqüência, a abertura de novos mercados e a consolidação internacionalista em forma de cooperação internacional poderia dar um novo fôlego para a economia norte-americana. Nelson Rockefeller seria apontado como um dos responsáveis pela manutenção e ampliação dos interesses econômicos e políticos na América Latina mesmo com o fechamento do *Office*. Nesta perspectiva, um dos instrumentos para a continuação deste projeto seria a constituição de uma agência filantrópica, a AIA. Por outro lado, não se pode deixar de perceber que a confiança na ciência e tecnologia fazia parte do mesmo projeto, onde filantropia e difusão de conhecimentos técnicos funcionam como sinônimos, e, portanto, diferenciam-se das práticas colonialistas.

Contudo, procurando interpretar este processo não apenas como a imposição de determinados projetos da AIA para o país, procurei demonstrar que os processos de negociação para a implementação de determinados programas foram intensos: enquanto alguns projetos tinham maior apoio de instituições ou grupos políticos, outros não se desenvolviam da maneira esperada, indicando aqui a importância da participação dos diferentes grupos políticos brasileiros no “sucesso” ou não de um determinado programa. No período compreendido entre 1946 e 1949, que considero como de consolidação da AIA no Brasil, a agência propôs diversos projetos relacionados à produção agrícola em geral, desde a proposta de pesquisa em sementes de milho híbrido – e que logo ficou a cargo do IBEC – até a consolidação de programas visando o incentivo ao plantio de legumes e verduras no nordeste brasileiro ou de mudança cultural, como os clubes 4-H e o trabalho em Economia Doméstica. Este foi talvez o primeiro projeto a ter claras perspectivas de nacionalização ao tentar desenvolver proposta em parceria com o Governo Federal. Também, este foi um dos momentos de tensão no processo, demonstrado principalmente na relação entre AIA e Ministério do Trabalho. Diante dos impasses criados, a estratégia da agência filantrópica orientou-se pela proposição de acordos de menor duração, para com isso retirar-se dos trabalhos de assistência técnica quando assim quisesse. Por outro lado, a maneira de condução gerencial da AIA no Brasil, principalmente em relação ao escritório do Rio de Janeiro, fez com que Dee Jackson, seu responsável, fosse substituído em seguida.

Nesta perspectiva, se a AIA encontraria apoio governamental para a fundação de uma agência de crédito e assistência técnica como a ACAR em Minas Gerais, por outro lado, programas como o SVA ou mesmo a experiência paulista não exerceram a influência desejada frente aos governos federal e paulista, respectivamente. Com isto, ao iniciar a década de 1950, a AIA desenvolvia de forma intensificada dois programas no Brasil: um no interior do estado de São Paulo, pautado no extensionismo rural, e outro em Minas Gerais, com influência dos trabalhos em crédito supervisionado da FSA. Embora os programas paulistas tivessem uma boa aceitação a princípio, os grupos políticos do estado preferiram apoiar a manutenção de outros programas então existentes como a Casa da Lavoura. Em 1956 o programa foi encerrado. Em Minas Gerais, por outro lado, o governo do estado estabeleceu parceria com a AIA para a criação da ACAR, e mesmo com dificuldades iniciais na execução, o programa foi amparado pelos grupos políticos justamente por estar em consonância com os ideais de industrialização no período.

Contudo, a estratégia de modernização da produção agrícola em Minas Gerais reservou resistências em nível local, quando da ampliação dos escritórios da ACAR: políticos tradicionais ou padres relacionaram-se de forma conflituosa por vezes, mesmo que em outras ocasiões os mesmos atores locais legitimaram o trabalho da agência de crédito e assistência técnica. Também, os “pacotes” pensados originalmente não obtiveram o sucesso esperado, como na ocasião em que os candidatos a mutuários da ACAR apresentaram perfil totalmente diferente daquele pretendido pela agência e que, somando-se às dificuldades de liberação de crédito para os produtores rurais, levaram à ACAR a estratégia de “matar formigas” para “criar boas relações”. Neste mesmo sentido, a expansão do modelo da ACAR para outros estados do Brasil e a criação da ABCAR envolveu um processo conflituoso com agências formadas sob a influência do Ponto Quatro – da qual contraditoriamente Nelson Rockefeller era um dos representantes – como o ETA, e quase excluiu a AIA do processo de fundação da agência nacional.

Nesta perspectiva, a AIA trazia consigo uma disposição historicamente construída de se adaptar às realidades locais, negociando com os diferentes atores sociais para desenvolver suas metas modernizadoras. Também, buscou projetos que tivessem este mesmo sentido de adaptação. E, à maneira da descrição de Frederick Jackson Turner sobre o processo de adaptação do *civilizado* ao *wilderness*, a AIA precisou deixar o “trem” e adotar uma “canoa de árvore”, para lidar com as condições adversas que o “ambiente”, por vezes, forneceu. Não é possível afirmar que este ambiente era muito mais forte para a AIA, como o era para o europeu. Contudo, as “ferramentas” e o “pensamento” do *civilizado* procuraram conformar-se às técnicas “nativas”, buscando a transformação do *wilderness*, mas as condições impostas modificaram e por vezes dificultaram “a marcha da ciência e da tecnologia”, produzindo alguns resultados nem sempre esperados e impondo a constante necessidade de negociação.

BIBLIOGRAFIA

ADAS, Michael. Modernization theory and the american revival of the scientific and technological standards of social achievement and human worth. ENGERMAN, David C., GILMAN, Nils, HAEFELE, Mark H. & LATHAM, Michael (ed.). **Staging growth**. Modernization, development, and the Global Cold War. Amherst: University of Massachusetts Press, 2003.

ADJUSTMENTS in agricultural production. In: JESNESS, O. B. **Readings on agricultural policy**. Philadelphia: [s.l.], 1949.

ARTIGAS, Salvador Toledo. Sessão solene de instalação da “primeira mesa redonda de conservação do solo”. In: **Anais das Mesas redondas do algodão, do café e da conservação do solo organizadas sob os auspícios do Instituto de Economia Rural (1948-1949)**. São Paulo: IER, 1950.

AZEVEDO, Fernando de. **A cidade e o campo na civilização industrial e outros estudos**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.

BAIROTH, Paul. Agricultura. In: **Enciclopédia Einaudi**. Modo de produção, desenvolvimento/subdesenvolvimento. Vol. 7. Lisboa: Casa da Moeda, 1986.

BALLEW, Ralph J., BICE, Vernon C., EVANS, James F. et alli. In service to agriculture. VINES, C. Austin and ANDERSON, Marvin. **Heritage Horizons**. Extension's Commitment to people. Madison (Wisconsin): Journal of Extension, 1976.

BEÇAK, Peggy. **Evolução das relações comerciais Brasil – Estados Unidos de 1945 a 1995**: no contexto da política externa e dos “interesses nacionais”. São Paulo: USP, 2007. (Tese de Doutorado em História Econômica).

BECHARA, Miguel. **Extensão Agrícola**. São Paulo: Secretaria da Agricultura; Departamento de Produção Vegetal, 1954.

BENEDICT, Murray. **Farm Policies of the United States, 1790-1950: A Study of their Origins and development**. New York: Twentieth Century Fund, 1953.

BETHEL, Leslie. Introduction. The postwar conjuncture in Latin América: democracy, labor, and the left. In: BETHEL, Leslie & ROXBOROUGH (ed.). **Latin American between the second world war and cold war, 1944-1948**. New York: Cambridge University Press, 1992.

BIZZO, Maria Leticia Galluzzi et alli. Aspectos dos processos, determinantes e implicações do modelo de criação e consolidação dos cursos e profissão de nutricionista no Brasil. In: **Democracia e conflito**. Anais do XI Encontro Regional de História, ANPUH-RJ. Rio de Janeiro: ANPUH, 2004. <http://www.rj.anpuh.org/Anais/2004/Simposios%20Tematicos/Maria%20Leticia%20Galluzzi%20Bizzo.doc>

BORGES, Maria Eliza Linhares. Representações do universo rural e luta pela reforma agrária no leste de Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 24, n. 47, São Paulo: ANPUH, Julho/2004. p. 303-326.

BRUNNER, Edmund deS. e E. PAO YANG. **Rural America and the Extension Service**. A history and critique of the Cooperative Agricultural and Home Economics Extension Service. New York: Teacher College; Columbia University, 1949.

CALIL, José. Rockefeller e o desenvolvimento da agricultura brasileira. In: **Informações agrônômicas**. N. 88, Dezembro de 1999.

CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito**. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CANO, Wilson. Base e superestrutura em São Paulo. In: LORENZO, Helena e COSTA, Wilma P. (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. 2 ed. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1997, v. 1.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1979.

CARVALHO, Hernani de. **Sociologia da Vida Rural Brasileira**. Subsídios para o seu estudo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1951.

CARVALHO, José Murilo de. Ouro, terra e ferro. Vozes de Minas. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Minas e os fundamentos do Brasil moderno**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

CASTRO SANTOS, Luiz Antonio de. O pensamento sanitário na Primeira República: uma ideologia de construção da nacionalidade. In: **Dados**. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, 1985.

_____ de e FARIA, Lina Rodrigues de. **A reforma sanitária no Brasil: ecos da Primeira República**. Bragança Paulista: EDUSF; 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

_____. O mundo como representação. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 5, nº 11, Jan/Abril, 1991.

CLIFFORD, Clark with HOLBROOKE, Richard. **Counsel to the president**. A memoir. New York: Random House, 1991.

COBBS, Elizabeth. **Good work as a profit**. Private development and United States – Brazil relation (1945-1960). Stanford, 1988. (Ph.D. Thesis)

COLBY, Gerard com DENNETT, Charlotte. **Seja feita a vossa vontade**. A conquista da Amazônia: Nelson Rockefeller e o Evangelismo na Idade do Petróleo. Tradução de Jamari França. Rio de Janeiro: Record, 1998.

CORONIL, Fernando. Foreword. In: JOSEPH, Gilbert M., LEGRAND, Catherine C. SALVATORE, Ricardo (Ed.). **Close encounters of empire**. Writing the cultural history of U.S. – Latin America relations. Durham and London: Duke University Press, 1998.

COTTA, Luiza Cristina Villaméa. **Adhemar de Barros (1901-1969): a origem do “rouba, mas faz”**. São Paulo: USP, 2008. p. 45 (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

CUETO, Marcos (ed.). **Missionaries of science**. The Rockefeller Foundation & Latin America. Indianapolis: Indiana University Press; 1994.

CURTI, Merle, GREEN, Judith e NASH, Roderick. Anatomy of giving. Millionaires in the late nineteenth century. In: HOFSTADTER, Richard e LIPSET, Seymour Martin. **Sociology and history: methods**. New York, London: Basic Books Inc., [1968].

CURTI, Merle e BIRR, Kendall. **Prelude to Point Four**. American technical missions overseas (1838-1938). Madison (Wisconsin): The University of Wisconsin Press, 1954.

DALRYMPLE, Martha. **The AIA Story**: two decades of International Cooperation. New York, AIA, 1968.

DELGADO, Ignácio G. A “independência econômica de Minas Gerais”: Imagens do Discurso do Empresariado Mineiro nos anos 40 e 50. **Locus** – Revista de História. Juiz de Fora: EDUFJF, 1995. Vol 1. Nº 1.

DICIONÁRIO Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DULCI, Otávio Soares. **Política e recuperação econômica em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**. Uma história dos costumes. Vol. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENGERMAN, David C., GILMAN, Nils, HAEFELE, Mark H. & LATHAM, Michael (ed.). **Staging growth**. Modernization, development, and the Global Cold War. Amherst: University of Massachusetts Press, 2003.

ESCOBAR, Arturo. **Encountering development**. The making and unmaking of the Third World. Princeton (New Jersey): Princeton University Press, 1995. (Princeton studies in culture/power/history)

EVANGELISTA, Ana Maria da Costa e YAZBECK, Dalva Carolina de Menezes. Serviço de alimentação da previdência social (SAPS). In: **Revista Virtú**. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2008. 7. ed. p. 02. Disponível em <http://www.virtu.ufjf.br/artigo%207a3.pdf> Acessado em 2009.

FERRARO, Mario Roberto. **A gênese da agricultura e da silvicultura moderna no Estado de São Paulo**. Piracicaba (SP): ESALQ, 2005. p. 93-94. (Dissertação de Mestrado em Recursos Florestais)

FITZGERALD, Deborah. **Every farm a factory**. The industrial ideal in American agriculture. New Haven: Yale University Press, 2003.

_____. Exporting American Agriculture. The Rockefeller Foundation in Mexico, 1943-1953. In: CUETO, Marcos (ed.). **Missionaries of science**. The Rockefeller Foundation and Latin America. Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1994.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da, CÂMARA, Breno Pimentel e RAMOS, Brian. Escola Superior de Agricultura e Veterinária. In: **Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930)**. Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz – (<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br>).

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A Extensão Rural no Brasil, um Projeto Educativo para o Capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GAUS, John M., WOLCOTT, Leon O. **Public administration and the United States Department of Agriculture** – with a chapter by Verne B. Lewis. Chicago: Public Administration Service, 1940.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e agricultura no Brasil**. Política agrícola e modernização econômica brasileira (1960-1980). São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRISWOLD, A. Whitney. **Farming and democracy**. New York: [s.l.], 1948.

HEALE, M. J. **Twentieth-century America**. Politics and power in the United States, 1900-2000. London: Arnold, 2004.

HERZ, Mônica e HOFFMANN, Andrea Ribeiro. **Organizações internacionais**. História e práticas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HIRSHMAN, Albert O. **A bias for hope**: essays on development and Latin América. New Haven, Connecticut (EUA), Londres (England): Yale University Press, 1971.

HOBBSBAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo; Companhia das Letras, 1995.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento**. As bases da política de Saúde Pública no Brasil. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26^a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLT, James. The New Deal and the American anti-statist tradition. In: BRAEMAN, John, BREMNER, Robert. H., BRODY, David. **The New Deal**. The national level. Vol. 1. Columbus: Ohio State University Press, 1975.

JACKSON, Luiz Carlos. A tradição esquecida. Estudo sobre a sociologia de Antônio Cândido. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Vol. 16. n. 47. Out. 2001.

JESNESS, O. B. **Readings on agricultural policy**. Philadelphia: [s.l.], 1949.

JOSEPH, Gilbert M. Close Encounters. Toward a new cultural history of U.S. – Latin American relations. In: JOSEPH, Gilbert M., LEGRAND, Catherine C. SALVATORE, Ricardo (Ed.) **Close encounters of empire**. Writing the cultural history of U.S. – Latin America relations. Durham and London: Duke University Press, 1998.

JUNQUEIRA, Mary Anne. **Ao Sul do Rio Grande**: Imaginando a América Latina em Seleções: Oeste, Wilderness e Fronteira (1942-1970). São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2000.

_____. Representações políticas do território latino-americano na revista *Seleções*. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 21, n° 42, 2001.

KELSEY, David L. e HEARN, Cannon C. **Serviço de Extensão Cooperativa**. Trad. Adap. Carlos E.M. da Costa. Rio de Janeiro: USAID, 1966.

KIRKENDALL, Richard S. The New Deal and agriculture. In: BRAEMAN, John, BREMNER, Robert. H., BRODY, David. **The New Deal**. The national level. Vol. 1. Columbus: Ohio State University Press, 1975.

KYLE, E. J. The Mission of the Land-Grant Colleges in Promoting Our Good Neighbor Policies among the Latin American Republics. In: *Science*, New Series, Vol. 97, N. 2507. (Jan. 15, 1943), p. 55.

LATHAM, Michael. **Modernization as ideology**. American social sciences and the “nation building” in the Kennedy era. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2000.

_____. Introduction: modernization, international history, and the Cold War World. In: ENGERMAN, David C., GILMAN, Nils, HAEFELE, Mark H. & LATHAM, Michael (ed.). **Staging growth**. Modernization, development, and the Global Cold War. Amherst: University of Massachusetts Press, 2003.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

_____, HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitário da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Raça Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz; Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), 1996.

_____. Pouca saúde e muita saúde: sanitário, interpretações do país e Ciências Sociais. In: HOCHMAN, Gilberto e ARMUS, Diego (orgs.). **Cuidar, controlar,**

curar. Ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (Coleção História e Saúde)

LOBATO, Monteiro. **Urupês**. 37 ed. Revisada. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Jeca Tatu. A ressurreição. In: **Mr. Slang e o Brasil e problema vital**. São Paulo: Editora Brasiliense Limitada, 1946. p. 329-340.

MADDOX, James G. and TOLLEY, Howard R. **Case studies of training through technical cooperation**. [s.l.]: NPA, [1956].

MAIO, Marcos Chor, VILLAS BÔAS, Gláucia. **Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil**. Ensaios sobre Luiz de Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.

MARCUS, Alan. **Agricultural Science and the Quest for Legitimacy**. Farmers, Agricultural Colleges and Experimental Stations, 1870-1890. Ames: Iowa State University Press, 1985. (The Henry A. Wallace Series on Agricultural History and Rural Studies).

MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. **Norte-americanos no Brasil**. Uma história da Fundação Rockefeller na Universidade de São Paulo (1934-1952). Campinas: Autores Associados; São Paulo: Universidade de São Francisco, 2001. (Coleção Educação Contemporânea)

MARTIN, Roscoe C. Technical Assistance: The Problem of Implementation. In: **Public Administration Review**, Vol. 12, No. 4. (Autumn, 1952) p. 260. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0033-3352%28195223%2912%3A4%3C258%3ATATPOI%3E2.0.CO%3B2-X>

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**. Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo. São Paulo, Hucitec, 1989.

McCANN Jr., Frank D. **A aliança Brasil-Estados Unidos** (1937-1945). Tradução de Jaime Taddei e José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. (Coleção General Benício)

McCOOK, Stuart. **States of Nature: Science, Agriculture, and Environment in the Spanish Caribbean, 1760-1940**. Austin: University of Texas Press, 2002.

_____. “Plantas, petróleo, y progreso: las ciencias agrícolas y las ideologías de desarrollo en la época de Juan Vicente Gómez, 1908-1935,” In: **Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe**. 14:1 (January-June 2003): 67-88.

McNELLY, C. L. **The county agent story**. The impact of extension work on farming and country life Minnesota. Berryville (Arkansas): Braswell Printing Company, 1960.

MEDEIROS, Raul da Rocha. Sessão solene de instalação da “primeira mesa redonda de conservação do solo”. In: **Anais das Mesas redondas do algodão, do café e da conservação do solo organizadas sob os auspícios do Instituto de Economia Rural** (1948-1949). São Paulo: IER, 1950.

MENDONÇA, Sonia Regina de. **Agronomia e poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

_____. Agricultura, Poder e Estado no Brasil: um Projeto contra-hegemônico na Primeira República. In: MENDONÇA, SONIA e MOTTA, MÁRCIA. (Org.). **Nação e Poder: As Dimensões da História**. 1a ed. Niterói: EDUFF, 1998, v. 1.

MERK, Frederick. **Manifest Destiny and Mission in American History**. A reinterpretation. New York: Alfred A. Knopf, 1970.

MICELI, Sérgio (coord.) **A Fundação Ford no Brasil**. São Paulo: Editora Sumaré; FAPESP, 1993.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil republicano**. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MOSHER, Arthur T. **Technical co-operation in Latin-American agriculture**. Chicago (Illinois, EUA): The University of Chicago Press, 1957.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência**. A política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

OBERG, Kalervo. Community center project at Chonin, Brazil. In: NIEHOF, Arthur H (ed.). **A casebook of social change**. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966.

O'BRIEN, Thomas F. **The revolutionary mission**. American enterprise in Latin America, 1900-1945. New York: Cambridge University Press, 1996.

OLINGER, GLAUCO. **Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de. **Americanos**: representações de identidade nacional no Brasil e nos Estados Unidos. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Mauro Marcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v. 16, n. 02, maio-ago 1999. Disponível em <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v16/cc16n204.pdf> Acessado em 2009

PALMER, Steven. Central American encounters with Rockefeller public health, 1914-1921. In: JOSEPH, Gilbert M., LEGRAND, Catherine C. SALVATORE, Ricardo (Ed.)

PASTORE, J. Componentes sociais do desenvolvimento agrícola. In: PASTORE, José. (Org.). **Agricultura e desenvolvimento**. São Paulo: APEC, 1973.

PEOPLE before profits. **The Science News-Letter**, Vol. 55, No. 15. (Apr. 9, 1949), p. 227. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0096-4018%2819490409%2955%3A15%3C227%3APBP%3E2.0.CO%3B2-L>

PIKE, Fredrick B. Natureza e cultura: América Latina, mitos e estereótipos nos Estados Unidos nas décadas de 20 e 30. In: **Revista Projeto História**. Natureza e poder. Tradução de Augusto Zannet. Revisão técnica de Antônio Pedro Tota. São Paulo: EDUC/Puc; FAPESP, Nov. 2001. n. 23. p. 45-81.

POSTWAR agricultural policies. In: JESNESS, O. B. **Readings on agricultural policy**. Philadelphia: [s.l.], 1949.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Trad. Hernani Bonfim Gutierre. Rev. Tec. Maria Helena Machado e Carlos Valero. São Paulo: EDUSC, [1998]. (Coleção Ciências Sociais)

RASMUSSEN, Wayne D. **Taking the university to the people**. Seventy-five years of Cooperative Extension. Ames (Iowa): Iowa State University Press, 1989.

REDFIELD, Robert e WARNER, W. Lloyd. Cultural anthropology and modern agriculture. In: **1940 Yearbook of Agriculture**. Farmers in a changing world. [Washington, D.C.]: United States Government Printing Office, 1940.

REICH, Cary. **The life of Nelson A. Rockefeller**. Worlds to conquer. 1908-1958. New York (EUA): Doubleday, 1996.

RIBEIRO, José Paulo. **A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

RIBEIRO, José Paulo e MACHADO, Geraldo O. D. **A situação atual da extensão no Brasil**. Reunião de especialistas agrícolas. Rio de Janeiro: Fundação Antunes, 1964. [s.p.].

_____. Filosofia do Crédito Supervisionado e sua relação com serviços de extensão. In: ASSOCIAÇÃO Brasileira de Crédito e Assistência Rural. **Crédito Rural Supervisionado no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola (SIA), 1960. p. 11-48. (Estudos Brasileiros – n. 12)

RIVAS, Darlene. **Missionary capitalist**. Nelson Rockefeller in Venezuela. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2002.

ROCKEFELLER, Nelson A. **The future of federalism**. The Godkin lectures at Harvard University. Cambridge (Massachusetts, EUA): Harvard University Press, 1962.

ROEMER, Milton I. Internationalism in medicine and public health. In: BYNUM, W. F. e PORTER, Roy [ed.]. **Companion encyclopedia of the history of medicine**. Vol. 2. London: New York: Routledge, [s.d.].

ROSENBERG, Charles E. **No other gods ond American science and social thought**. Baltimore and London: John Hopkins University Press, [1968].

RUSSEL, Sir Edward John. **World population and world food supplies**. London: George Alien & Unwin, Ltd., 1954.

SALOUTOS, Theodore. **The American farmer and the New Deal**. Ames: The Iowa University Press, 1982.

SANGLARD, Gisele Porto. **Entre os salões e o laboratório**: Filantropia, mecenato e práticas científicas. Rio de Janeiro, 1920-1940. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz. FIOCRUZ, 2005. (Doutorado em História das Ciências da Saúde).

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Paradigma e história: a ordem burguesa na imaginação social brasileira. In: SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Ordem burguesa e liberalismo político**. São Paulo: Duas Cidades, 1978.

SAUNDERS, H. C. e MAUNDER, A. H. Why an extension service today? In: SAUNDERS, H. C. (ed.) **The cooperative extension service**. Englewood Cliffs (New Jersey, EUA): Prentice-Hall Inc., 1966.

SCHAFER, Joseph. **The social history of American agriculture**. New York: The Macmillan Company, 1936.

SCHMIDT, Carlos Borges. **O meio rural**. Investigações e estudos das suas condições sociais e econômicas. 2ª ed. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo. 1946.

SCHUH, George E. **Pesquisa sobre desenvolvimento agrícola no Brasil**. Trad. Maria Helena da Câmara Leme. São Paulo: Atlas, 1971.

SCHULTZ, Theodore W. **A transformação da agricultura tradicional**. Trad. J. C. Teixeira Rocha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1971].

SIQUEIRA, Jack. **Planejamento e desenvolvimento em Minas**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2001.

SLAYBAUGH, Douglas. **William I. Myers and the modernization of American agriculture**. Ames: The Iowa State University Press, 1996. (The Henry A. Wallace series on agricultural history and rural life).

SMITH, Henry Nash. **Virgin Land**. The American west as symbol and myth. 2. ed. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

SMITH, Thomas Lynn. **Brasil**. Povo e instituições. Tradução de José Arthur Rios. Rio de Janeiro: Bloch, USAID, 1967.

_____. **Organização rural**. Problemas e soluções. Prefácio e tradução de José Arthur Rios. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.

SOCIAL interchanges with Mexico praised. **The Science News-Letter**, Vol. 44, No. 14. (Oct. 2, 1943), p. 214. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0096-4018%2819431002%2944%3A14%3C214%3A1YIR%3E2.0.CO%3B2-Y>

SOTH, Lauren. **A moderna agricultura e seus problemas**. Tradução de Ruth S. de Meneses. Revisão Técnica de José Pinto Pupo. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1968.

STAPLES, Amy L. S. **Constructing international identity: the World Bank, Food and Agriculture Organization, and World Health Organization, 1945-1965**. 2. Vol. Ohio: The Ohio State University, 1998. (Tese Ph. D.)

STAROBINSKI, Jean. **As máscaras da civilização: ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

STERNESHER, Bernard. **Rexford Tugwell and the New Deal**. New Brunswick: Rutgers University Press, 1964.

STORER, Norman William. **Science and scientists in an agricultural research organization**. A sociological study. New York: Arno Press, 1980.

SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo. O papel da educação escolar e da assistência técnica. SZMRECSÁNYI, Tamás e QUEDA, Oriowaldo (org). **Vida Rural e Mudança Social: leituras básicas de sociologia rural**. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

- TIMMER, Willy Johanan. **Planejamento do trabalho em Extensão Agrícola**. Bases e diretrizes da Agronomia Social Aplicada com referência especial ao Brasil e outros países da América Latina. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura; Serviço de Informação Agrícola (SIA), 1954. (Série Estudos e Ensaios – n. 7)
- TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Intelectuais e política no Brasil**. A experiência do ISEB. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- TOTA, Antônio Pedro. **O Imperialismo Sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- TURNER, Frederick Jackson. **The frontier in American History**. 3. ed. New York: Dove Publications, 1996.
- UNITED STATES DEPARTMENT OF AGRICULTURE. **Science in Farming**. The Yearbook of Agriculture (1943-1947). Washington (D.C.): U.S. Government Printing Office, 1947.
- VELHO, Otávio Guilherme. **Capitalismo autoritário e campesinato**. Um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. 2. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Difel, 1979. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)
- VESSURI, Hebe M. C. Derald G. Langham and the origins of scientific agriculture in Venezuela. **Research Reports from the Rockefeller Archive Center**. Spring, 1993.
- VIANNA, Luiz Werneck. Americanistas e iberistas: a polêmica de Oliveira Vianna com Tavares Bastos. In: VIANNA, Luiz Werneck. **A revolução passiva**. Iberismo e americanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, [s.d].
- VIEIRA, Luiz Goes. **Extensão rural**. Origem, evolução, conceituação, filosofia, princípios. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1988. (Série Cadernos de Extensão Rural, n. 01).

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. Mutualismo e filantropia. In: **Locus**. Revista de História. Juiz de Fora, v. 10 n. 1. jan.- jun. 2004.

WAGLEY, Charles. **An introduction to Brazil**. New York: Columbia University Press, 1965.

WEGNER, Robert. **A Conquista do Oeste**: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Hollanda. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

WILLENS, Emílio. **O Problema Rural Brasileiro do Ponto de Vista Antropológico**. São Paulo: Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo, 1944.

FONTES

Documentação da AIA

a) Correspondências e memorandos

From Kenneth J. Kadow to Nelson A. Rockefeller. 07 de dezembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

From Nelson A. Rockefeller to Mr. John D. Rockefeller, Jr. Subject: Proposed American International Association. 27 de abril de 1946. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 11, Folder: 104.

From Robert Hudgens to Chester C. Davis. 12 de Janeiro de 1951. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 03, Folder 23 AIA – Ford Foundation. p. 09.

From Walter L. Crawford to The Board of Directors of AIA. Subject: Grant to AIA from Rockefeller Brothers Fund for Brazil Program. 06 de Janeiro de 1956. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 01; Folder: 7B, AIA Brazil.

From Kenneth Kadow to Nelson A. Rockefeller and John Lockwood. Memorandum. (sem data). Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Nelson A. Rockefeller to Mr. John D. Rockefeller, Jr. Subject: Proposed American International Association. 27 de abril de 1946. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 11, Folder: 104.

From Joan to Mr. Nelson [Rockefeller]. Memorandum. Subject: General objectives of the American International Association for Economic and Social Development. Collection: [Family], Record Group: III 4B, Folder: AIA General 1946-1958, n. 02.

From Nelson A. Rockefeller to Frank P. Corrigan. 26 de setembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

From Kenneth Kadow to Nelson A. Rockefeller. Re: Personnel. Newark, Delaware, 29/12/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Kenneth Kadow to Nelson A. Rockefeller. Re: Board of Trustees. Newark, Delaware, 24/12/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Nelson Rockefeller to Robert J. Kleberg Jr. 21 de fevereiro de 1946. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

From Kenneth J. Kadow to Nelson A. Rockefeller. 07 de dezembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation

From Robert Kleberg Jr to Nelson A. Rockefeller. Kingsville, Texas, 03/05/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Nelson A. Rockefeller to Rafael Oreamuno. 02/04/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Kadow to Nelson A. Rockefeller. 26/02/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Nelson A. Rockefeller to Mr. Romulo Betancourt. English translation. 19 de junho de 1947. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 27; Folder: 269.

From Frank P. Corrigan to Nelson A. Rockefeller. Personal and confidential. Caracas, Venezuela, 21/11/1944. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Frank P. Corrigan to Nelson A. Rockefeller. Personal. 21/07/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Nelson A. Rockefeller to Gene Holman. 14 de novembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

Frank Corrigan para Nelson Rockefeller, Caracas, Venezuela, 06/11/1945. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Nelson A. Rockefeller to Mr. Romulo Betancourt. English translation. 19 de junho de 1947. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 27; Folder: 269.

From John E. Lockwood to Nelson A. Rockefeller. American International Association. Program for Brazil. 21/05/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

From Valentim F. Bouças to Nelson A. Rockefeller. Rio de Janeiro, 09 de Maio de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

From Kenneth Kadow to Morrison G. Tucker. Memorandum. Subject: Fertilizers. Rio de Janeiro, 21 de Maio de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

From Lawrence H. Levy to Executive Committee of the AIA. Memorandum. Fertilizer Experiments in Brazil. 15 de Outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

From AIA – Rio de Janeiro to AIA – New York. Memorandum. Subject: AIA Program n. Brazil 01. Rio de Janeiro, 25/07/1947.

From Dee Jackson to Berent Friele. Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

From Kenneth Kadow to AIA. Brazil Project n. 1, Home Demonstration Service. 20 de agosto de 1948. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

From Morrison G. Tucker to Berent Friele and Dee Jackson. AIA project – number 01 – Brazil Nutrition and Home Demonstration Program. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

From Willian A. Alton to Nelson Rockefeller. Memorandum. Report on visit to Venezuela and Brasil. Personal and confidential. 11/11/1947. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder: Alton, W. H.

De Eurico G. Dutra para Valentim Fernandes Bouças. Rio de Janeiro, 10 de abril de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

From Henry Bagley to Martha Dalrymple. Subject: Recollections of AIA in Brazil. p. 04. 05/10/1967. Collection: AIA, Record Group IV IIIB, Box 02, Folder 19.

De Henry Bagley para Dionysio Guedes Barreto. 03/08/1956. Collection: AIA (closed section), Box 01, Folder: General AIA (including some India papers).

From Walter Crawford to Wallace Harrison. Subject: Renewal and extension of the AIA São Paulo agreement. p. 01. 27/05/1954. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 7, AIA Brazil.

From Henry Bagley to Dick Greenebaum. Subject: AIA in state of São Paulo. 28/01/1955. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07, AIA Brazil.

From Walter L. Crawford to The Board of Directors of AIA. Subject: Grant to AIA from Rockefeller Brothers Fund for Brazil Program. 06 de Janeiro de 1956. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box: 01; Folder: 7B, AIA Brazil. p. 02.

From Henry Bagley to Francis Jamieson. São Paulo, April 17, 1953 AIA Correspondence. Memorandum (misc.) 1948-1959, 1966. Box 02, folder 14.

From Lawrence H. Levy to Robert Hudgens and Stacy May. Memorandum. Subject: AIA – Fourth Point of President Truman's Program. 07 de Março de 1949.

From Nelson A. Rockefeller to T. Quartim Barbosa. Confidential. 27 de Julho de 1949. Collection: Family; Record Group: III 4B; Box 01; Folder: 06 AIA – Barbosa, T. Q.

From Robert Hudgens to Chester C. Davis. 12 de Janeiro de 1951. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 03, Folder 23 AIA – Ford Foundation. p. 09.

From Robert Hudgens to Haldore Hanson. 09 de Agosto de 1950. Collection: AIA (closed section); Box: 02.

From Walter Crawford to Louise A. Boyer. Confidential. Brazil Program. 08 de Agosto de 1958. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 29, Folder 283.

Excerpts from letter of October 20, 1955 from Harry W. Bagley, AIA representative in Brazil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil.

From Walter Crawford to Louise A. Boyer. Confidential. Brazil Program. 08 de Agosto de 1958. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 29, Folder 283.

From Henry Bagley e Francis A. Jamieson. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – General 1946-1958 2(A).

Excerpts from letter of October 20, 1955 from Harry W. Bagley, AIA representative in Brazil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil.

Excerpts from letter of October 20, 1955 from Harry W. Bagley, AIA representative in Brazil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil.

From [Harry Bagley] to Walter Crawford. 12 de outubro de 1956.

From Walter Crawford to Louise A. Boyer. Rio de Janeiro, 09 de Março de 1956. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil.

From Santiago Apodaca to Walter Crawford. 04 de Outubro de 1955. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box 01, Folder 07 AIA – Brazil.

Excerpt – Letter May 15, 1956 from Santiago D. Apodaca to Walter L. Crawford. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil. Esta narrativa foi enviada para que Nelson Rockefeller tivesse conhecimento das discussões.

From Henry Bagley to Walter Crawford. Bahia, 15 de Maio de 1956. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil.

From Henry Bagley to Francis A. Jamieson. Confidential. 29 de Fevereiro de 1956. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 B, AIA – Brazil.

Translation of letter which accompanied draft of national ACAR statutes. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 AIA – Brazil.

From Walter Lion Crawford to Lawrence Levy. 10 de Fevereiro de 1957. Collection: AIA, Box 01, Folder 14.

From Walter L. Crawford to Louise Boyer, Berent Friele and Lawrence H. Levy. Memorandum. Subject: Report on Brazil program. 13 de Setembro de 1959. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 29, Folder: 283.

From John B. Griffing to Paulo César de Azevedo Antunes. 30/03/1953. Collection: AIA (closed section), Box 01, Folder: operations. p. 01.

H. F. Prioleau. Memorandum. Proposed Latin American Foundation. 28 de setembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

Dee Jackson. Memorandum for Project n. 1 (SAPS). 13/02/1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 135.

Nelson Rockefeller papers. Bolivar Foundation papers. AIA-IBEC Box 1 RAC.

b) Projetos de atuação e relatórios

The Bolivar Foundation. Attached to From Kenneth J. Kadow to Nelson A. Rockefeller. 07 de dezembro de 1945. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

The American International Association for Economic and Social Development. An explanation of its objectives and method of operation by Kenneth J. Kadow for Nelson A. Rockefeller. 19/02/1946. Collection: Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

AIA. The first three years. Collection : Family, Record Group: II 4B, Box: 01, Folder AIA General 1946-1958, n. 02(a).

American International Association for Economic and Social Development. Project n. Brazil 1 – Revised. Title: Home Demonstration Service. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135. [1947]

American International Association for Economic and Social Development. Fertilizer experiments in Brazil. Project n. AIA – 5 – Brazil. Proposed by Dee Jackson. 01 de Dezembro de 1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 13, Folder 134.

International Basic Economy Corporation. Legal report on status of corporation. 10/01/1947. Family. Record Group: III 4 B. Box 01, Folder AIA – Simon Bolivar Foundation.

Recommendations for a nutrition program in Brazil. [by Louise Stanley] Collection: Family, Record Group III 4B, Box 13, Folder 135. p. 01. [1947]

American International Association for Economic and Social Development. A statement of organization, activities and objectives. Jan. 1949. Collection AIA, Box 10, Folder 85.

IBEC Research Inc. (IRI) Report. RAC. AIA documents

American International Association for Economic and Social Development. Collection: Family, Record Group III 4B, Box 01, Folder: AIA – Bolivar Foundation.

Third quarterly report to the Board of Directors. (Jul, Sep. 1953). p. 06. Collection: AIA, Record Group IV 3B, Box 15, Folder 132.

AIA Highlights. June 24, July 7, 1954. Collection: AIA. Box 02, Folder 17.

American International Association for Economic and Social Development. Fourth quarterly report to the Board of Director. (oct, nov, dec. 1953). Collection: AIA, Record Group IV 3B, Box 15, Folder 132.

Five year program proposal for Brazil, Peru, and one country in the Middle East. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 AIA – Brazil.

Notes on a formation of an ACAR do Brasil. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder: 07 AIA – Brazil. p. 03.

AIA Highlights. June 24, July 7, 1954. Collection: AIA. Box 02, Folder 17.

Study of the possibilities of the creation in the State of São Paulo of a program of technical assistance and supervised credit. p. 02. Collection: Family, Record Group: III 4B, Box: 01, Folder 07 AIA – Brazil.

American International Association for Economic and Social Development. Condensed progress report. July – September, 1960. Collection: AIA, Record Group: IV 3B, Box 15, Folder 134.

American International Association for Economic and Social Development. Condensed progress report. July – September, 1960. Collection: AIA, Record Group: IV 3B, Box 15, Folder 134.

c) Artigos

GRIFFING, John B. Air view of the forest. [1953]. Collection AIA, Record Group IV 3B, Box 02, Folder 12.

GRIFFING, John B. Theory and practice in rural improvement. [1953]. Collection: AIA (closed section), Box 01, Folder: operations.

Documentação da ACAR

a) Jornais (clipping)

Eis o discurso do dr. Afonso Paulino. São João Nepumoceno, MG, 19 de Agosto de 1956. [clipping da EMATER].

Jornal O Paraguassú. Paraguassú, MG, 02 de Agosto de 1959.

b) Livro de atas e relatórios:

ACAR. Associação de Crédito e Assistência Rural. Relatório do diretor para membros da Junta Administrativa – 1949 a 1953 [Report of Director to the Junta Administrativa da ACAR]. Belo Horizonte: ACAR, 1953.

MINAS GERAIS. ACAR. Relatório 1956/57. Belo Horizonte, [1957].

MINAS GERAIS. ACAR 1959. Dez anos a serviço do povo rural mineiro. Belo Horizonte, 1959. p. 13 e 17, respectivamente.

MINAS GERAIS. ACAR. Programa para o ano agrícola 1959/60. Belo Horizonte, 1962.

c) Projeto Memória (memórias de engenheiros agrônomos e economistas domésticas da ACAR datilografadas ou manuscritas)

PAULA, José Alfredo Amaral de. Fatos históricos da ACAR, pesquisados pelo Eng. Agr. José Alfredo Amaral de Paula, Coordenador do Projeto Memória da Emater-MG. Belo Horizonte: EMATER, [s.d].

PROJETO MEMÓRIA. 40 anos de extensão rural em Poté. Município: Poté, Minas Gerais.

PROJETO MEMÓRIA. Escritório Local. Candeias.

PROJETO MEMÓRIA. Escritório de Santa Luzia.

PROJETO MEMÓRIA. Fatos pitorescos sobre a ACAR em Lagoa da Prata.

PROJETO MEMÓRIA. 40 anos de extensão rural em Poté. Município: Poté, Minas Gerais.

PROJETO MEMÓRIA. Do: ESLOC/UBÁ Para: ESREG/VIÇOSA. N. 262. DATA: 20-11-91.

d) Entrevistas e correspondências

ANDRADE, João Napoleão de. Entrevista concedida à Romeu Padilha de Figueiredo. Belo Horizonte, 11 de novembro de 1981. (Projeto “Registro da Memória Histórica e Técnica da Extensão Rural no Brasil”, da Emater-MG).

CRAWFORD, Walter. Entrevista concedida a Euclides Martins. Belo Horizonte: EMATER 10 de dezembro de 1981.

De Walter Crawford e Eugene P. Campbell à Ari Torres e Melvin Dohan. 09 de Outubro de 1951. (EMATER; Pr. 08, Cx. 55, Doc.14)

De Juscelino Kubitschek a Ari Torres. Belo Horizonte, 22 de Agosto de 1951. (EMATER; Pr. 08, Cx. 55, Doc.14).

De Ivan T. Cajueiro a Walter Crawford. Belo Horizonte, 25 de Fevereiro de 1953

Livro de Atas da Junta Administrativa da ACAR 1959-1970. Belo Horizonte, 1970.

Outras fontes

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1956.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. Mensagem ao Congresso Nacional. Rio de Janeiro, 1957.

Oral history interview with Christine Hardy Little. Arlington, Virginia (EUA), 23/02/1973. Disponível em <http://www.trumanlibrary.org/oralhist/littlech.htm>. Acessado em 19/05/2009.

NETO, Al. Os 4 agás. Chapecó (SC), 27/10/51.